

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – FAMECOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL – PPGCOM

FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA

**REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO A PARTIR DA MÍDIA:  
OLHARES DE TRABALHADORES RURAIS MARANHENSES**

Porto Alegre  
2015

FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA

**REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO A PARTIR DA MÍDIA:  
OLHARES DE TRABALHADORES RURAIS MARANHENSES**

Tese apresentada para Banca de Defesa de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Tonin

Porto Alegre  
2015

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

M929r Moura, Flávia de Almeida

Representações do trabalho escravo a partir da mídia :  
olhares de trabalhadores rurais maranhenses / Flávia de  
Almeida Moura. – Porto Alegre, 2015.  
245 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação Social,  
Pós-Graduação em Comunicação Social. PUCRS.

Orientador: Profa. Dra. Juliana Tonin.

1. Trabalho e Trabalhadores - Aspectos Sociais.
2. Trabalho Escravo. 3. Jornalismo. 4. Trabalhadores Rurais Maranhenses. 5. Telejornalismo - Dramatização.
6. Comunicação Social. I. Tonin, Juliana. II. Título.

CDD 331.11734

### **Bibliotecária Responsável**

Ginamara de Oliveira Lima  
CRB 10/1204

FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA

**REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO A PARTIR DA MÍDIA:  
OLHARES DE TRABALHADORES RURAIS MARANHENSES**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Aprovada em 03 de julho de 2015.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Juliana Tonin, Dra. (PUCRS)  
(presidente/orientadora)

---

Ana Carolina Escosteguy, Dra. (PUCRS)

---

Álvaro Nunes Larangeira, Dr. (Universidade Tuiuti do Paraná)

---

André Ricardo Salata, Dr. (PUCRS)

---

Fabiana Piccini, Dra. (UNISC)

*Dedico este trabalho aos “escravos da precisão”:  
trabalhadores rurais maranhenses que lutam, a cada dia, pela vida.*

*São Joões, josés, manés, binés. Sem vintém, sem pão, sem chão.*

Joãozinho Ribeiro – poeta e músico maranhense.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de realização deste trabalho.

Agradeço à minha família; meus pais queridos, Claudete e Moura, responsáveis pela construção do meu olhar para o outro; ao marido Eduardo, pela firme decisão do apoio e pela prática do amor e do afeto; e ao meu pequeno João, amor incondicional e companheiro fiel de construção desta tese; sempre me estimulando e me desafiando.

Agradeço ainda às minhas queridas irmãs Renata (de sangue e de alma), e Raquel (de alma); cada uma a seu modo, sempre me incentivando e proporcionando momentos de reflexão e descontração.

Agradeço a Antonia, querida Neném, pela torcida e apoio incansável para que este trabalho fosse possível.

Agradeço aos meus amigos e colegas do DINTER, e especialmente à querida Larissa, companheira de jornada nos nove meses de Porto Alegre. Agradeço pelo carinho e pelo apoio no nosso lar em terras gaúchas. Às queridas vizinhas Luciana e Roseane, à mãezona Zefinha, “companheira de copo e de cruz”, aos amigos Marcos Gehlen e Ed Wilson e aos demais companheiros de jornada do DINTER, que de alguma forma colaboraram para as reflexões e incursões neste trabalho.

Agradeço aos professores do PPPGCOM da FAMECOS e aos professores da UFMA pela possibilidade do DINTER. Aqui, em nome dos professores Francisco Gonçalves, Esnel Fagundes e Antonio Hohlfeldt, agradeço a todo o corpo docente deste programa e também ao apoio administrativo atencioso de Fernanda, Lúcia e Patrícia.

Um especial agradecimento à minha querida orientadora e interlocutora, professora Juliana Tonin, que me proporcionou realizar este trabalho de uma forma respeitosa e carinhosa, valorizando as diferenças culturais e o aprendizado mútuo.

Agradeço à CAPES, pela possibilidade de realização da pesquisa por intermédio de concessão de bolsa de estudo e também ao Departamento de Comunicação Social da

UFMA, pela liberação das atividades docentes em períodos de construção e escrita da tese.

Agradeço a Rosangela, que pronta e carinhosamente se dispôs a revisar esta tese em tempo hábil.

Agradeço o apoio incansável das pessoas do Centro de Defesa de Açailândia, à querida Carmen Bascáran e ao querido Antonio Filho, pela oportunidade de aprendizado com as suas vidas, a Brígida, Ivanete, Fabrícia e Milton, em nome de toda a equipe.

Agradeço ainda a interlocução e o apoio de Xavier Plassat, da CPT, e de Leonardo Sakamoto e a toda a equipe da ONG Repórter Brasil, pela troca de informações e disponibilidade.

Agradeço ao amigo, professor e eterno orientador Marcelo Carneiro, responsável por cultivar em mim o fascínio pela pesquisa e o interesse pela temática aqui apresentada. Ao amigo e militante, Bira do Pindaré, responsável por apresentar-me a situação de trabalho escravo contemporâneo no Maranhão e sensibilizar-me pelo seu combate.

Agradeço aos amigos e mestres Ricardo Rezende, Adonia Prado, Maria Antonieta, Neide Esterci e a tantos outros pesquisadores que compõem o GPTEC (Grupo de Pesquisas Trabalho Escravo Contemporâneo), lugar de trabalho e de afeto.

Agradeço, finalmente, a todos os alunos e professores do Departamento de Comunicação Social que, de alguma forma, contribuíram para as reflexões aqui expostas, seja no grupo de pesquisa, seja nas conversas de corredor ou pelas orientações, seja pelo acompanhamento nos trabalhos de campo. Obrigada, Karla Suzy, Andréa, Larissa, Rosiane, Paiva, Liliane, Matheus, Raylla, Claudiane, Ariadna, Osmilde e tantos outros com quem tive contato no período de realização da pesquisa.

Agradeço, por fim, a todos os trabalhadores entrevistados neste estudo. Sem vocês não seria possível chegar até aqui!

## RESUMO

O estudo objetiva analisar em que medidas um grupo de trabalhadores rurais maranhenses se apropria da mídia para construir suas representações sobre o trabalho escravo. Utilizamos como principal estratégia metodológica a assistência de materiais jornalísticos televisivos junto aos sujeitos investigados para deflagrar o diálogo sobre as representações do trabalho escravo contemporâneo a partir da mídia. Neste sentido, o telejornalismo faz parte do universo de nosso *corpus* documental, que foi recortado em sete reportagens veiculadas em canais abertos da televisão brasileira entre os anos de 2009 e 2013, período relacionado tanto às experiências dos trabalhadores entrevistados com o trabalho escravo quanto ao nosso contato e acompanhamento junto ao objeto empírico. Interessamo-nos pelos processos de *identificação* e *apropriação* dos trabalhadores entrevistados junto ao texto midiático exibido durante trabalho de campo, realizado no município de Açailândia, Maranhão, um dos principais em incidência de escravidão contemporânea no Brasil. Ao percorrermos este caminho, nos deparamos com diversos olhares desses sujeitos sobre as *representações* do trabalho escravo a partir da mídia. E são sobre esses olhares, constituintes deste grupo social e da mídia, que a presente tese se debruça.

**Palavras-chave:** Comunicação. Trabalho escravo. Representações. Televisão.

## ABSTRACT

This study analyzes the measures of a group of maranhense field workers which appropriates of the television journalistic text to have their own representation of slave labor. We used as main methodological strategy the assistance of television journalistic materials within the individuals investigated to trigger the dialogue on contemporary representations of slave labor from the media. In this sense, the TV news is part of the universe of our documentary corpus, which was cut in seven articles published in open channels of Brazilian television between the years 2009 and 2013, period related even with the experiences of the workers interviewed with slave labor even as our contact and follow up with the empirical object. We are interested in the processes of *identification* and *ownership* of the workers interviewed by the media text displayed during the field work, conducted in the city of Açailândia, Maranhão, one of the major in incidence of contemporary slavery in Brazil. In this path, we faced different views of these subjects about the *representations* of slave labor displayed by the media. And it is on these looks, parts of this social group and the media, that this thesis focuses.

**Keywords:** Communication. Slave labor. Representations. Television.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Domicílios Brasileiros (%) com acesso às TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) .....	36
Figura 1 – Constituição das representações.....	61
Gráfico 2 – Mapeamento de reportagens televisivas sobre trabalho escravo (2009-2013) .....	90
Gráfico 3 – Principais temas tratados nas reportagens .....	91
Figura 2 – Imagem de reportagem exibida pela Rede Globo, Fantástico, em 2009 .....	96
Figura 3 – Imagem de reportagem exibida pelo SBT Realidade, em 2009 .....	98
Figura 4 – Imagem de reportagem exibida pelo Jornal da Record, em 2010 .....	99
Figura 5 - Imagem de reportagem exibida, A Liga, em 2011 .....	101
Figura 6 - Imagem de reportagem exibida no Jornal Nacional, em 2012 .....	103
Figura 7 – Imagem de reportagem exibida no Bom dia Maranhão, em 2013 .....	104
Figura 8 – Imagem de reportagem exibida no Bom dia Brasil, em 2012 .....	106
Figura 9 – Grupo de discussão – trabalho de campo dezembro/2014 .....	118
Figura 10 – Entrevista individual – trabalho de campo dezembro/2014 .....	119
Figura 11 – Entrevista individual – trabalho de campo dezembro/2014 .....	121

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da penetração das TICs por ano .....	36
Quadro 2 – Apresentação das reportagens televisivas ( <i>corpus</i> documental) .....	92
Quadro 3 – Características das reportagens televisivas ( <i>corpus</i> documental) .....	93
Quadro 4 – Etapas do trabalho de campo .....	108
Quadro 5 – Perfil dos participantes – grupo de discussão (dezembro/2014) .....	116
Quadro 6 – Perfil dos participantes – entrevistas individuais (dezembro/2014) .....	118

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAINCC	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ADEPAL	Agência de Desenvolvimento Passos da Liberdade
COMUCAAA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Açailândia
CODIGMA	Cooperativa para a Dignidade do Maranhão
CONATRAE	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CRS	Catholic Relief Services
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVDVH/CB	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia Carmen Bascáran
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão
FOREM	Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	Lei de Acesso à Informação
MA	Maranhão
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Sem Terra
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SRT	Superintendência Regional do Trabalho
STF	Supremo Tribunal Federal
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.</b>	<b>MÍDIA E SUJEITOS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>Mídia como instituição social .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2</b>	<b>Televisão como forma cultural.....</b>	<b>35</b>
<b>2.3</b>	<b>Telejornalismo e dramaticidade.....</b>	<b>40</b>
<b>3.</b>	<b>REPRESENTAÇÕES E LINGUAGEM.....</b>	<b>48</b>
<b>3.1</b>	<b>A busca pela noção de representações.....</b>	<b>49</b>
<b>3.2</b>	<b>Questões de identificação e identidade .....</b>	<b>62</b>
<b>3.3</b>	<b>Questões de linguagem e apropriação .....</b>	<b>69</b>
<b>4.</b>	<b>TRABALHO ESCRAVO E O CAMPO DA PESQUISA .....</b>	<b>77</b>
<b>4.1</b>	<b>O trabalho escravo contemporâneo .....</b>	<b>78</b>
<b>4.2</b>	<b>O Centro de Defesa e o município de Açailândia (MA) .....</b>	<b>83</b>
<b>4.3</b>	<b>Critérios de escolha do <i>corpus</i> documental: o texto jornalístico televisivo .....</b>	<b>88</b>
<b>4.4</b>	<b>As etapas do campo empírico .....</b>	<b>107</b>
<b>4.5</b>	<b>Os sujeitos da pesquisa .....</b>	<b>113</b>
<b>4.5.1</b>	<b><u>Características gerais</u> .....</b>	<b>114</b>
<b>4.5.2</b>	<b><u>O grupo entrevistado</u> .....</b>	<b>116</b>
<b>4.6</b>	<b>Caminho metodológico proposto .....</b>	<b>122</b>
<b>5.</b>	<b>ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO A PARTIR DA MÍDIA .....</b>	<b>125</b>
<b>5.1</b>	<b>Trajetórias de vida e de trabalho .....</b>	<b>125</b>
<b>5.1.1</b>	<b><u>Noções sobre trabalho escravo</u> .....</b>	<b>131</b>
<b>5.1.1.1</b>	<b><u>A humilhação e o medo</u> .....</b>	<b>135</b>
<b>5.1.1.2</b>	<b><u>A violência dentro e fora dos locais de trabalho</u> .....</b>	<b>139</b>
<b>5.2</b>	<b>O trabalho escravo a partir da mídia .....</b>	<b>145</b>
<b>5.2.1</b>	<b><u>Tópicos de identificação</u> .....</b>	<b>151</b>
<b>5.2.2</b>	<b><u>Tópicos de apropriação</u> .....</b>	<b>157</b>
<b>5.3</b>	<b>Constituindo as representações .....</b>	<b>167</b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>185</b>
<b>7.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>

## 8. APÊNDICES

APÊNDICE A	Termo de consentimento livre e esclarecido.....	201
APÊNDICE B	Roteiro para entrevista coletiva (grupo de discussão) – trabalho de campo piloto, agosto 2013.....	203
APÊNDICE C	Roteiro para entrevistas (individuais e grupo de discussão) – trabalho de campo, dezembro 2014.....	205
APÊNDICE D	Reportagem 1: Trabalho escravo no Maranhão – Açailândia (denúncia contra juiz do trabalho) .....	206
APÊNDICE E	Reportagem 2: Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás.....	212
APÊNDICE F	Reportagem 3: Pará lidera ranking de trabalho escravo seguido do MA, aponta lista suja.....	214
APÊNDICE G	Reportagem 4: Parte 1 – A Liga sobre Trabalho Escravo Rural e Urbano.....	215
APÊNDICE H	Reportagem 5: Sudoeste do Maranhão convive com a violência no campo.....	220
APÊNDICE I	Reportagem 6: Hoje é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.....	224
APÊNDICE J	Reportagem 7: Trabalho escravo em pleno século 21 na selva (Sudeste do Pará) .....	226
APÊNDICE K	Transcrição de trabalho de campo - Açailândia – MA.....	229

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo procura contribuir para as pesquisas no campo da Comunicação, uma vez que entendemos a mídia como uma instituição social e, portanto, constituinte de representações dos sujeitos na sociedade.

Neste contexto, percebemos as representações midiáticas constituídas por vários outros discursos institucionais e organizadas por uma “racionalidade” normativa, característica da própria mídia. Não excluimos, num primeiro momento, que as representações dos sujeitos também possam influenciar a mídia ou ainda se distanciar dela em alguns momentos, embora tenhamos o entendimento de que há discursos dominantes que podem suprimi-las, apagá-las ou, ainda, ressignificá-las.

A questão das representações do trabalho escravo a partir da mídia aparece pela primeira vez em nossos estudos durante trabalho de campo do projeto de pesquisa intitulado “Vozes da Esperança”: estratégias de Comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão<sup>1</sup>, realizado em julho de 2010.

Na ocasião, o objetivo era entender as histórias de vida desses sujeitos, focalizando principalmente na sujeição dos mesmos às condições de superexploração da mão de obra. Que caminho levou esses trabalhadores a essas condições? Eles se autorrepresentavam como escravos? Quais eram as principais estratégias de comunicação utilizadas para o aliciamento (recrutamento) dos trabalhadores? E, por outro lado, quais eram as formas de denúncia do crime de trabalho escravo? Como eles saíram dessas condições? Essas e outras questões norteavam nossa investigação naquele momento.

Para o estudo supracitado, entrevistamos cinco trabalhadores que haviam sido submetidos a condições de trabalho escravo contemporâneo<sup>2</sup>. Ao narrar sobre suas histórias de vida, pelo menos três dos cinco trabalhadores tocaram no assunto da mídia,

---

<sup>1</sup> O projeto, financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão), foi executado no período de 2010 a 2012 pelo Departamento de Comunicação Social da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e contou com uma equipe de cinco alunos de graduação e uma estudante de mestrado, sob minha coordenação.

<sup>2</sup>As entrevistas aconteceram na sede do CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran), localizado no município de Açailândia, Maranhão, onde há um alto índice de incidência do trabalho escravo no Brasil, de acordo com dados de fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

e mais propriamente da televisão, quando se referiam à sua autorrepresentação como escravos.

Durante o trabalho de transcrição das entrevistas e sistematização dos dados, já entre 2010 e 2011, percebemos a importância da televisão na vida dessas pessoas, bem como a influência da mídia na formação de suas identidades e de sua identificação com a questão do trabalho escravo.

Em geral, eles contavam sobre alguma reportagem que haviam assistido na televisão que mostrava a “realidade” de suas condições precárias de trabalho ou ainda tratavam da legislação que assegurava a eles direitos que não sabiam ao certo explicar quais eram. Ser escravo, principalmente a partir do contato desses trabalhadores com os grupos móveis de fiscalização rural do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), e agentes do movimento social, além das apropriações do que a mídia dizia sobre eles, começou a fazer sentido para esses trabalhadores que se sujeitavam a precárias condições de trabalho, mas não se percebiam como “escravizados”.

Neste contexto, podemos afirmar que tanto o contato com os mediadores do Ministério do Trabalho e do movimento social quanto com a mídia foram responsáveis, no decorrer do tempo, por consolidar em muitos trabalhadores a consciência da condição de escravos.

Desde a dissertação do mestrado (2004-2006), intitulada *Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*<sup>3</sup>, acompanhamos grupos de trabalhadores egressos do trabalho escravo. Após a conclusão desta etapa, demos continuidade aos estudos em dois projetos de pesquisa realizados com alunos bolsistas da UFMA (Universidade Federal do Maranhão)<sup>4</sup> entre 2010 e 2014. No primeiro, intitulado “Vozes da esperança: estratégias de comunicação em redes de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão (2010-2012)”, tivemos a oportunidade de conhecer as relações entre os trabalhadores e as redes de aliciamento, num primeiro momento, e compreender as estratégias de comunicação que levam esses sujeitos ao trabalho escravo, como é o caso

---

<sup>3</sup> O trabalho foi defendido em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e publicado em 2009, pela EDUFMA.

<sup>4</sup> Os dois projetos citados tiveram duração de dois anos cada um, com financiamento da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico no Maranhão) e foram coordenados pela autora. As equipes eram formadas por estudantes de graduação e pós-graduação em Comunicação e Ciências Sociais da UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

de formas mais populares, por intermédio de megafones<sup>5</sup> e carros de som espalhados pelos municípios do interior do Maranhão que anunciam ofertas de trabalho. Em um segundo momento, aproximamo-nos das relações entre esses trabalhadores e as redes de denúncia constituídas por entidades do movimento social que fazem um trabalho de conscientização e denúncia do crime do trabalho escravo<sup>6</sup> junto às comunidades em que residem pessoas vulneráveis a essas condições de exploração da mão de obra.

Após a conclusão do estudo, que buscou entender as estratégias de comunicação interpessoais, partimos para o segundo projeto, intitulado “Representações do trabalhador escravo (e acerca dele) em instâncias midiáticas e estratégias de comunicação em redes de denúncia no Maranhão” (2012-2014)<sup>7</sup>, que objetivou fazer uma análise mais aprofundada sobre as estratégias de comunicação nas redes dos movimentos sociais de combate às violações aos direitos humanos no Maranhão e no Brasil e introduziu uma discussão sobre as relações entre os trabalhadores e a mídia, que aprofundamos no presente estudo. A escolha da televisão ocorreu após entrevistas com trabalhadores que indicaram esse meio como o principal no acesso às informações por intermédio da mídia. Este fato justifica também outro recorte que fazemos ao estruturarmos o projeto de tese: o telejornalismo. Quando eles comentavam sobre o que já haviam assistido pela televisão sobre o tema, em geral, eram reportagens que tratavam de fiscalização e resgate de trabalhadores em regimes de trabalho escravo contemporâneo.

A partir de descobertas empíricas durante a trajetória de pesquisa supracitada, estruturamos nossa principal questão que norteia esta tese: em que medidas um grupo de trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo contemporâneo se apropria do texto jornalístico televisivo para construir suas representações sobre o trabalho escravo?

Partimos de uma pesquisa exploratória para compreender, agora, com mais profundidade, como trabalhadores egressos do trabalho escravo percebem as representações midiáticas sobre a temática, ou seja, se eles se identificam com as representações do trabalho escravo veiculadas pela televisão, e mais propriamente pelo telejornalismo. Buscamos, neste sentido, as apropriações dos trabalhadores em relação

---

<sup>5</sup> Em Codó e Açailândia, dois municípios maranhenses que investigamos nos últimos anos (2010-2014), os trabalhadores chamam os megafones espalhados em comunidades religiosas e demais centros comunitários de “voz”. Por isso, intitulamos o projeto de pesquisa de Vozes da Esperança.

<sup>6</sup> De acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, trabalho escravo é crime.

<sup>7</sup> O relatório final deste projeto foi entregue à FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico no Maranhão) em julho de 2014.

às representações midiáticas sobre o trabalho escravo. A partir da mídia, de que formas eles constituem suas próprias representações?

Entendemos que os processos midiáticos estão inseridos na sociedade de tal modo que fazem parte dela. Neste contexto, concebemos a mídia como partícipe da constituição das representações sociais. No caso do trabalho escravo contemporâneo, buscamos analisar de que formas são constituídas essas representações sob a ótica de trabalhadores rurais maranhenses que já foram submetidos a essas condições. Interessamos aqui os olhares desses sujeitos a partir da mídia.

Entendemos que toda pesquisa é resultado de um conjunto de decisões e opções tomadas pelo investigador ao longo do processo de investigação e que marcam todos os níveis e etapas desse processo. São decisões e opções de caráter epistemológico, teórico, metodológico e técnico, e incidem seja sobre a construção do objeto, seja sobre sua observação e análise (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002). Dessa forma, nosso quadro teórico-metodológico não está fixado *a priori*, mas se constitui no processo da pesquisa.

Diante do histórico de acompanhamento do grupo desde a construção da dissertação de mestrado, defendida em 2006, optamos por realizar alguns encontros (trabalho de campo) dispondo de observação participante, grupos de discussão e entrevistas individuais e, assim, partirmos para a reflexão acerca da percepção desses trabalhadores sobre as representações do trabalho escravo a partir de um recorte midiático; e aqui mais propriamente do texto jornalístico televisivo.

A escolha do período de veiculação das reportagens televisivas que compõem o *corpus* documental desta tese está relacionada tanto ao tempo em que acompanhamos a temática junto a projetos de pesquisa, desde 2009, quanto ao período dos resgates dos trabalhadores entrevistados neste estudo, que também se concentra entre 2009 e 2013. Os critérios de escolha dos textos midiáticos estão relatados no Capítulo 4.

De todo o modo, entendemos que as narrativas midiáticas constituem e desenvolvem um rico repertório de objetos, estímulos, sugestões, para a atividade de elaboração de imagens sobre si mesmo e sobre o mundo, já reconhecida como parte essencial dos modernos processos de construção da identidade (LOPES, 2004, p. 131). Assim, como se reconhece o papel de instituições sociais, como família, escola e igreja, da nação, do pertencimento de classe, etc., na conformação de identidades, é mister que

também se perceba e se investigue o papel da mídia nesse processo. E este é o nosso esforço neste trabalho, embora tenhamos o entendimento de que os sujeitos aqui investigados também possam operar com representações de outras instâncias sociais que ora se aproximam, ora se distanciam das representações midiáticas sobre trabalho escravo.

Portanto, a principal estratégia metodológica adotada neste estudo está centrada na assistência de materiais jornalísticos televisivos junto a um grupo de trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo contemporâneo. Esta estratégia tem como objetivo deflagrar um diálogo com os sujeitos entrevistados sobre suas representações sobre o trabalho escravo a partir da mídia.

Nesta perspectiva, o objeto empírico tem uma força de condução das questões epistemológicas que o acompanham e formam, assim, a nossa estratégia metodológica. Como orienta Lopes (2005), a reflexão epistemológica desenvolve-se neste estudo internamente à prática da pesquisa, encarregando-se de renovar continuamente uma série de operações que asseguram a cientificidade dessa prática.

Com esta orientação, percorremos todas as etapas da pesquisa (da bibliográfica à empírica, seguidas de interpretações e compreensões a partir do diálogo entre teoria e prática) e chegamos até este resultado, apresentado a seguir.

Vale destacar ainda que o espaço geográfico, no qual nos debruçamos para a realização deste estudo, justifica-se pela alta incidência de casos de escravidão contemporânea. O Maranhão é um estado historicamente apontado em estatísticas tanto nacionais quanto internacionais como de maior incidência de trabalho escravo, bem como na de exportação de mão de obra submetida a regimes de exploração do trabalho.

Segundo dados da ONG Repórter Brasil, desde 1995, quase 50 mil trabalhadores brasileiros foram resgatados de situações análogas à de escravidão. Pelo menos 40% dos trabalhadores encontrados no Brasil em regimes de trabalho escravo são maranhenses (OIT, 2011).

De acordo com o Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, a condição de trabalho escravo contemporâneo reúne um conjunto de características, tais como o cerceamento da liberdade, a dívida ao empregador, aliada às condições precárias nos locais de trabalho, como alojamentos insalubres, falta de água potável, má alimentação ou mesmo a falta dela, além das irregularidades no pagamento. Também se trata de crime lesa-

humanidade, isto é, de violação de direitos básicos da pessoa humana, ferindo sua dignidade. Essa última característica apontada pela legislação é recorrente nas falas dos trabalhadores entrevistados neste estudo.

De acordo com relatório divulgado pela OIT em 2005, os locais onde há mais incidência desse tipo de exploração no Brasil são fazendas onde fazem derrubadas de matas nativas para formação de pastos, produzem carvão, prepararam o solo para plantio de sementes, algodão e soja, entre outras atividades agropecuárias. Mas é cada vez maior o número de empresas nas grandes cidades que utilizam esse tipo de mão de obra, tanto de brasileiros como de pessoas que vem do exterior para o Brasil, em busca de oportunidades. Neste estudo, o contexto é rural e as principais atividades econômicas relacionadas ao trabalho escravo são o carvoejamento (produção de carvão) e o agronegócio (representado pelas fazendas de gado ou ainda pela monocultura da soja e o reflorestamento de eucalipto).

O trabalho, geralmente, parte um acordo verbal realizado pelos chamados “gatos”, pessoas que aliciam os trabalhadores e os levam para os locais onde são explorados. O gato faz promessas de boa remuneração e condições adequadas de trabalho e alojamento, mas quando o trabalhador chega ao local, se depara com uma situação completamente diferente. Em geral, os aliciadores ajudam a encobrir a responsabilidade dos fazendeiros e servem de fachada para que os patrões não sejam responsabilizados pelo crime.

Em síntese, a caracterização do crime de trabalho escravo no Brasil é resultado de uma luta de décadas (desde o final dos anos 60) dos movimentos sociais organizados, principalmente em áreas rurais, como é o caso da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de combate à exploração da mão de obra de trabalhadores, seguida de violação de direitos humanos básicos, encontrados em precárias condições de alojamento, alimentação e trato entre empregadores e trabalhadores que são assujeitados a essas condições. Trabalho escravo não se restringe apenas a irregularidades trabalhistas, mas se trata de uma série de sujeições e humilhações à pessoa humana.

Pensar nas representações dos sujeitos sobre o trabalho escravo a partir da mídia também é pensar na constituição dessas representações para além do que aparece na mídia. Ou seja, pensar em regularidades dessas representações na relação mídia e sujeitos, mas também pensar nessas dispersões das representações, isto é, o que

constituem as representações desses sujeitos, mas que não aparecem ou não tem necessariamente um tratamento na mídia da mesma forma que os sujeitos as concebem.

Em busca de compreendermos as representações desses sujeitos sobre o trabalho escravo a partir da mídia, investimos num caminho de investigação dos processos de identificação, bem como de apropriação dos mesmos junto ao material midiático escolhido para a análise. Dessa forma, chegamos a algumas aproximações e também a afastamentos (ou estranhamentos) dos sujeitos em relação à mídia. Esse movimento de regularidades e dispersões das representações sobre o trabalho escravo na relação entre trabalhadores e mídia contribui para nossas reflexões acerca dos níveis de participação da mídia na vida dos sujeitos investigados.

Neste sentido, o presente estudo também pode contribuir para uma discussão mais ampla sobre as relações entre mídia e sujeitos, ou mídia e sociedade, uma vez que nossos resultados de pesquisa permitem refletirmos sobre as formas de apropriação do texto jornalístico televisivo pelo grupo social investigado.

\* \* \*

A tese está dividida em seis capítulos, incluindo introdução e considerações finais. No Capítulo 2, apresentamos questões pertinentes aos sujeitos e à mídia. Partimos do universo e do contexto dos sujeitos pesquisados (trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo) e apresentamos nossas concepções acerca da mídia, como instituição social, e da televisão, como forma cultural. Ambas entremeadas nos contextos social e cultural dos sujeitos investigados. E, por fim, justificamos o telejornalismo como a mídia escolhida para compor nosso *corpus* documental neste estudo, caracterizando-o a partir de critérios de atualidade, referencialidade e dramaticidade, responsáveis pela maior proximidade dos sujeitos investigados do texto midiático.

No Capítulo 3, tratamos da categoria analítica de maior fôlego neste trabalho: as representações. Seguimos o caminho da história social do conceito, principalmente no contexto dos campos das Ciências Sociais, da Psicologia e da Comunicação, chegando até uma concepção escolhida para a realização deste estudo, encontrada em Hall (2003, 2010). Além das representações, apresentamos também as noções de identidade e identificação (HALL, 2013; WOODWARD, 2013); apropriação (THOMPSON, 2013) e linguagem (HALL, 2003,2010; BENVENISTE, 1991; ORTIZ apud BOURDIEU, 1983). Essas noções são tratadas em todo o trabalho como caminhos metodológicos possíveis para apreensão das representações do trabalho escravo contemporâneo junto aos sujeitos pesquisados a partir da mídia.

No Capítulo 4, apresentamos o contexto de nosso objeto empírico: o trabalho escravo contemporâneo, bem como o lugar de onde olhamos para o objeto: o município de Açailândia, Maranhão, a partir do contato com o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran). Também partimos do universo e do contexto desses sujeitos, utilizando dados secundários encontrados em relatórios e diagnósticos, e depois seguimos para o grupo propriamente dito, composto por oito entrevistados, utilizando dados primários, recolhidos em trabalhos de campo. O capítulo também trata dos critérios de escolha do nosso *corpus* documental e traz uma apresentação das sete reportagens televisivas escolhidas no contexto do telejornalismo brasileiro. Por fim, apresentamos nossa estratégia metodológica para análise do material empírico.

No Capítulo 5, trazemos a análise propriamente dita do estudo orientada por incursões descritivas, interpretativas e compreensivas. Organizamos este capítulo a partir do objeto da pesquisa. Deixamos o objeto falar e conduzir a classificação de entrevistas e a sistematização dos dados. Por fim, relacionamos categorizações empíricas e analíticas, buscando analisar em que medidas, trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo se apropriam da mídia para constituir suas representações sobre o trabalho escravo. Aqui também apresentamos nosso olhar sobre o objeto na perspectiva compreensiva.

No Capítulo 6, onde estão as considerações finais, recuperamos os objetivos deste estudo, bem como os caminhos percorridos durante a sua realização. Em seguida, apontamos possibilidades de continuidade da pesquisa, envolvendo outros sujeitos que

fazem parte do contexto do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, como os agentes do movimento social e os agentes governamentais, que atuam na repressão ao crime de trabalho escravo, com suas percepções sobre o papel da mídia na constituição das representações sobre a temática junto à sociedade brasileira.

## 2. MÍDIA E SUJEITOS

Apresentamos aqui as principais perspectivas por meio das quais olhamos para a mídia, e mais propriamente para a televisão e o telejornalismo, partindo de ideias de autores que nos ajudam a pensar nosso objeto de estudo.

Não concebemos a mídia como um “ente” deslocado da sociedade. Acreditamos, sim, que tanto os meios de comunicação tradicionais quanto as novas formas de fazer comunicação a partir da internet e dos aparatos tecnológicos mais modernos revelam, em cada localidade, os traços culturais do seu povo e da sua história.

Falar de televisão no Brasil, por exemplo, tem diferenças significativas mesmo se compararmos a sua presença em países vizinhos, como os da América Latina.

Por que assistir a materiais jornalísticos televisivos relativos a um grupo social específico e tentar extrair, a partir daí, suas representações a partir da mídia? Por que a escolha do telejornalismo? Essas e outras questões são problematizadas neste Capítulo, que intenta contextualizar nosso olhar acerca dos materiais midiáticos escolhidos e principalmente as suas relações com os sujeitos entrevistados neste estudo.

Neste sentido, acreditamos na tensão entre a capacidade criativa e produtiva dos sujeitos e a força das determinações estruturais dominantes reveladas pela mídia.

Em outros termos, a questão é como falar das estruturas constituindo os sujeitos, sem perder de vista a experiência desses mesmos sujeitos; manter na análise tanto o peso objetivo das instituições, revelado nos seus produtos, quanto a capacidade subjetiva dos atores sociais. Dentro desse marco, tornam-se visíveis intersecções entre três temas-chave: o sujeito e sua ação num determinado marco histórico; o reconhecimento de processos de exclusão, diferenciação e dominação como historicamente construídos e não, naturais e/ou transhistóricos; e a compreensão da esfera cultural e dentro dessa, a comunicação, através da relação entre produtores, produtos e receptores. (ESCOSTEGUY, 2010, p. 17).

A afirmativa acima reflete a perspectiva pela qual olhamos para os sujeitos entrevistados nesta pesquisa: trabalhadores rurais maranhenses que já foram submetidos a regimes de trabalho escravo contemporâneo. Não os entendemos como um grupo subjulgado nem tampouco homogêneo, mas sim capaz de produzir sentidos outros, além dos que a mídia constrói sobre o trabalho escravo contemporâneo, assim como sobre suas identidades enquanto trabalhadores rurais maranhenses que estão vulneráveis a

essas condições. Por outro lado, reconhecemos a “estrutura em dominância” (HALL, 2010) presente na mídia, e aqui mais propriamente na televisão, que acreditamos ter participação na constituição dessas representações.

Com relação ao primeiro dos três temas-chave apontados por Escosteguy (2010), “o sujeito e sua ação num determinado marco histórico”, levamos em consideração a origem rural desses trabalhadores, bem como as suas condições de expulsos de suas terras em decorrência de projetos de desenvolvimento<sup>8</sup> e residentes, em sua maioria, nas chamadas “pontas de rua”, ou seja, periferias de municípios maranhenses, como Açailândia, que concentram atividades de agronegócio, esta uma das principais cidades em incidência de trabalho escravo contemporâneo. Dessa forma, esses sujeitos transitam entre os universos rural e urbano, apresentando uma esfera cultural (outro tema-chave apontado pela autora) específica e, portanto, especificidades também nas relações com a mídia.

Durante contato com os sujeitos, ao longo do trabalho de campo, percebemos que a assistência ocorre de forma sazonal, de acordo com as rotinas de trabalho: ora concentradas em atividades rurais, como no plantio de roças de subsistência ou em atividades de desmatamento em fazendas de gado; ora em períodos de descanso ou de espera de outros serviços. De todo modo, a televisão está presente na casa da maioria dos trabalhadores e apresenta uma das formas de sociabilidade junto às famílias, mesmo que eles próprios não tenham oportunidade, em alguns casos, de uma assistência direta; mas o fazem de forma indireta, em contato com familiares, vizinhos e amigos.

Com este pressuposto, partimos de um olhar orientado pelos estudos culturais, uma vez que, não se constituindo como uma disciplina, mas em um campo de cruzamentos de diversas disciplinas, permitem a combinação da pesquisa textual com a social, na medida em que recuperam a acepção estruturalista sobre a relativa autonomia das formas culturais, situando-as num contexto de forças diversas, como o valor da experiência dos sujeitos para a mudança social.

Neste contexto, a comunicação de massa é vista como integrada às demais práticas da vida diária, entendidas estas como todas as atividades que dão sentido à vida social. Desse ponto de vista, portanto, a vida e as atividades sociais estão fundadas em e são dependentes de processos de produção de sentidos. (...) Poderíamos resumir que os estudos culturais estão interessados nas relações entre textos, grupos sociais e contextos ou

---

<sup>8</sup> O histórico do grupo social investigado nesta pesquisa está exposto no Capítulo 4, quando trazemos o contexto do estudo bem como o perfil dos sujeitos investigados.

ainda, em termos mais genéricos, entre práticas simbólicas e estruturas de poder. (ESCOSTEGUY; JACKS, 2005, p. 39).

Neste sentido, o presente estudo se insere nesta perspectiva apontada acima, uma vez que entende que a mídia participa da constituição de representações sobre trabalho escravo para os sujeitos pesquisados, embora nossa questão seja compreender em que medidas essa participação se dá, valorizando também a questão das subjetividades assim como dos contextos sociais dos trabalhadores investigados.

Para Johnson (2004), os estudos culturais podem ser definidos como uma tradição intelectual e política; ou em suas relações com as disciplinas acadêmicas; ou em termos de paradigmas teóricos; ou, ainda, por seus objetos característicos de estudo.

Este sentimento de uma conexão entre o trabalho intelectual e o trabalho político tem sido importante para os Estudos Culturais. Significa que a pesquisa e a escrita têm sido políticas, mas não em qualquer sentido pragmático imediato. (JOHNSON, 2004, p. 21).

Acreditamos que a escolha do nosso objeto seja política, embora tenhamos também a preocupação de não operarmos com esse pragmatismo imediato e, neste sentido, fazemos um exercício de distanciamento entre a militância constituída pelos movimentos sociais e a prática política da pesquisa, que devem operar de formas diferentes e obedecer a lógicas distintas. Nossa postura, portanto, como pesquisadora, é de estranhar o grupo social investigado e procurar adentrar no universo de suas representações a partir do que eles conseguem apreender da mídia.

Trabalhamos neste Capítulo com três tópicos principais. No primeiro, apresentamos nossa concepção sobre a mídia como instituição social; ou seja, como um “ente” que participa da sociedade. Nesta perspectiva, acreditamos que a experiência, tanto a mediada quanto a da mídia, se exprime no social, nos discursos, nas representações, nas falas e nas histórias de vida cotidiana.

No segundo tópico, nos apropriamos das discussões de Williams (1997) ao entendermos a televisão como forma cultural, portanto, como uma construção social no sentido de que se desenvolve em um contexto econômico, social, cultural particular e de cumprir funções fundamentais nessa formação. Também tratamos do contexto brasileiro a partir das discussões de pesquisadores como Ortiz (2001), bem como de dados secundários que demonstram o lugar da televisão nos lares do Brasil.

No terceiro tópico, tratamos de telejornalismo e dramaticidade e trazemos uma discussão sobre os aspectos de identificação dos sujeitos entrevistados com os materiais jornalísticos televisivos assistidos durante o trabalho de campo a partir de “narrativas dramatizadas”, encontradas nesses materiais.

## **2.1 Mídia como instituição social**

Vivemos em um mundo saturado pela mídia (SILVERSTONE, 2002) e a sua presença faz parte do processo social. Concebemos a mídia, portanto, como instituição social, constituinte da sociedade contemporânea.

Nesta perspectiva, entendemos a mídia como um tipo de instituição, capaz de formar uma rede que ocupa uma determinada posição na constituição da sociedade através da qual acessa o mundo social como um todo.

A mídia, portanto, faz parte da sociedade. É a partir desta perspectiva que a concebemos nesse estudo e entendemos ser mais interessante olharmos o fenômeno a partir dos sujeitos que o compõem. Dessa forma, entendemos a mídia como uma instituição constituinte da vida cotidiana desses sujeitos. (ESCOSTEGUY, 2013)

Neste momento, nos interessa considerar a partir de quais perspectivas tratamos a mídia, bem como explicitar quais pontos de partida traçamos para analisar o fenômeno midiático, que concebemos fazer parte do cotidiano dos sujeitos entrevistados.

Concordamos com Silverstone (2002) ao afirmar que a mídia, apesar de sua diversidade e sua flexibilidade, ainda se apresenta como uma forma dominante de comunicação, capaz de constringer culturas locais, mesmo que não as subjuga. Acreditamos, neste sentido, que a mídia participa da constituição das representações sobre trabalho escravo contemporâneo para o grupo estudado. E esta participação tem relevância para esses sujeitos. No caso, as narrativas midiáticas podem construir ou legitimar representações já construídas pelo próprio grupo, a partir de outras instâncias sociais, tais como a família, os círculos religiosos, os movimentos sociais locais ou mesmo as redes de vizinhança desses trabalhadores.

É interessante pensarmos nesta perspectiva proposta pelo autor, uma vez que muitos grupos sociais acabam pautando suas vidas a partir do que a mídia oferece como notícia ou mesmo como entretenimento. No caso da televisão, isso fica bem evidente principalmente devido à capilaridade que essas informações alcançam, uma vez que este veículo ainda lidera os *rankings* de audiência da cultura de massa.

Ao estudarmos a mídia, estamos lidando com seres humanos e suas comunicações, com linguagem e fala, com o dizer e o dito, com reconhecimento e mal-reconhecimento e com a mídia vista como intervenções técnicas e políticas nos processos de compreensão (SILVERSTONE, 2002, p. 19).

O autor propõe estudar a mídia como dimensão social e cultural, mas também política e econômica; estudar sua onipresença e sua complexidade, como parte da “textura geral da experiência”. Procuramos entender como a mídia participa da vida social e cultural contemporânea. Investigamos quais as formas desta participação no caso das representações do trabalho escravo contemporâneo. E, para isso, examinamos a mídia como processo, “como uma coisa em curso e uma coisa feita”, isto é, como uma instituição capaz de constituir representações e também operar a partir de representações já construídas em outras instâncias sociais<sup>9</sup>.

Tratamos nesse estudo de uma nova realidade midiática (e a mídia como espaço de repercussão e criação de acontecimentos), que “incide na configuração e dinâmica da realidade de nossa vida cotidiana, e na forma de convivência e atravessamento entre as múltiplas realidades que compõem o mundo da vida.” (Idem, p. 11).

(...) a mídia *faz parte* da sociedade, está inserida nela como estão os postos de saúde, as defensorias públicas, os estádios esportivos, por exemplo. É uma das instituições da sociedade, e congrega os múltiplos dispositivos através dos quais essa sociedade produz e faz circular suas informações e representações. De resto, a mídia constitui talvez a instituição que melhor caracteriza o cenário contemporâneo; a face da nossa sociedade, nosso comportamento, nossas ações são hoje o que são porque dispomos de tais meios, espaços, instrumentos para nos informarmos, nos exprimirmos, formatarmos nossas ações e nosso cotidiano. A mídia é o espaço privilegiado no qual a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma. (FRANÇA, 2012, p. 11-12).

Analisar a constituição de representações de sujeitos a partir de textos midiáticos parte deste entendimento, de que, no caso, o telejornalismo brasileiro<sup>10</sup> pode ser visto como uma instância privilegiada para discutir essas questões referentes a um grupo social específico e que os sentidos produzidos na e pela mídia circulam entre esses sujeitos e podem ser ressignificados, corroborados ou negados por eles. Interessamo-nos

<sup>9</sup> No caso estudado, percebemos a forte presença de vozes dos órgãos governamentais de repressão ao trabalho escravo nas reportagens televisivas analisadas, como é o caso do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), um dos responsáveis pela coordenação e execução de fiscalizações realizadas no Brasil.

<sup>10</sup> Trataremos especificamente sobre o Telejornalismo no item 2.3 deste capítulo.

por esses encontros, igualmente por essas rupturas de sentidos entre mídia e trabalhadores investigados, na procura da compreensão das principais formas de participação midiática na constituição dessas representações.

Como nos aponta Silverstone (2002), a mídia depende do “senso comum”<sup>11</sup>. “Ela o produz, recorre a ele, mas também o explora e distorce”. (Idem, p. 21) Nos interessamos por esse senso comum, pensado como um contínuo, que requer nossa participação ativa, entendido tanto como expressão quanto como “precondição da experiência”.

Neste trabalho, o senso comum pode ser pensado a partir das falas dos trabalhadores entrevistados sobre a participação da mídia na constituição de suas representações.

É no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum. (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

Entendemos, neste contexto, que a mídia pode participar do senso comum dos trabalhadores, uma vez que a concebemos como uma instituição social que contribui para a experiência dos indivíduos na sociedade, ou seja, uma instância capaz de propor representações de grupos sociais que consomem, de alguma forma, esses produtos midiáticos. A experiência, tanto a mediada quanto a da mídia, se exprime no social, nos discursos, nas representações, nas falas e nas histórias de vida cotidiana.

Concebemos, portanto, a mídia como um processo de mediação, que envolve o movimento do significado de um texto para outro; de um discurso para outro; de um evento para outro. Neste sentido, acreditamos que os receptores contribuem na produção e que mediação é tanto produção e sentido – pelo contexto cultural saturado de textualidades midiáticas em circulação – quanto tradução, relacionado à ação humana; a um posicionamento ativo.

A circulação de significado, que é a mediação, é mais do que um fluxo em dois estágios – do programa transmitido via líderes de opinião para as pessoas na rua -, como Katz e Lazarsfeld (1955) defenderam em seu estudo seminal, embora ela apresente estágios e realmente flua. Os significados mediados circulam em

---

<sup>11</sup> O conceito utilizado por Silverstone (2002) é de perspectiva gramsciana.

textos primários e secundários, através de intertextualidades infundáveis, na paródia e no pastiche, no constante *replay* e nos intermináveis discursos, na tela e fora dela, em que nós, como produtores e consumidores, agimos e interagimos, urgentemente procurando compreender o mundo, o mundo da mídia, o mundo mediado, o mundo da mediação. (SILVERSTONE, 2002, p. 34).

Partimos do pressuposto de que, a partir da tela, os sujeitos investigados neste estudo podem constituir suas representações sobre o trabalho escravo na conjugação entre a “vida vivida” (cotidiana) com as representações da vida que passa na televisão (que também pode ter “vida vivida”), que retrata as ações de fiscalização; as situações de sujeição do trabalho e as precárias condições de higiene e alimentação, por exemplo, a que esses sujeitos são submetidos em regimes de trabalho escravo contemporâneo. Desse modo, olhamos a mídia como um processo; que circula e produz sentidos distintos de acordo com os grupos sociais que interagem com os meios.

Martín-Barbero (1995) destaca a importância desses estudos da vida cotidiana reintroduzirem uma velha e importante categoria já tratada por nós neste trabalho. Trata-se da categoria gramsciana de “senso comum” no sentido de qualquer cidadão como sendo um filósofo, um intelectual, que faz perguntas porque pensa, duvida, questiona, no sentido diverso do senso comum. Neste ponto, chamamos a atenção para a importância de repensar a produção cotidiana de sentidos do ver, do gostar, do “sentido comum”.

Sobre essa reflexão, acreditamos que a noção gramsciana de senso comum traduz um pouco como vemos esses sujeitos entrevistados na pesquisa, uma vez que não o entendemos como um grupo totalmente subjugado, que aceita tudo o que a mídia (e aqui a televisão) diz sobre quem são eles e que não têm o que dizer sobre si mesmo; sobre suas representações além do que a mídia constrói.

Acreditamos, por outro lado, que esses sujeitos ordinários são capazes de produzir suas próprias representações, bem como as representações sobre o trabalho escravo e, conseqüentemente, produzir sentidos distintos de como a mídia os aborda, embora possam se identificar com alguns pontos tratados. Entendemos que, nestes casos, os sentidos podem variar também de acordo com a forma de abordagem das reportagens. Por exemplo, quando há uma narrativa jornalística que destaca as dificuldades de acesso aos locais fiscalizados. Para muitos trabalhadores, estradas de terra e precárias condições de transporte fazem parte de uma rotina e, dessa forma, essas

condições podem ser menos enfatizadas na perspectiva desses sujeitos em detrimento da mídia.

Neste ponto, temos de levar em consideração sempre o contexto de quem está recebendo as informações. Para Martín-Barbero (1995), a recepção não é apenas uma etapa do processo de comunicação. Trata-se de um lugar novo, de onde devemos repensar os estudos e a pesquisa em Comunicação; de onde devemos pensar todo o processo de comunicação. Para ele, a proposta do processo de comunicação e do meio não está nas mensagens, mas nos modos de interação que o próprio meio transmite ao receptor. Assim, concordamos quando o autor defende “a recepção como um espaço de interação”.

Essas considerações nos alertam para não idealizarmos o grupo social estudado e tentarmos trazer as suas representações como “reais” ou “verdadeiras”, em detrimento de outras “forjadas” ou “falsas”, encontrada na mídia. O que nos propomos estudar a partir da mídia diz respeito a um modo mais amplo de interagir não só com as mensagens, mas com a sociedade, com outros atores sociais, e não só com os aparatos midiáticos. Estamos interessados, dessa forma, mais com a circulação da significação do que com a significação do texto televisivo como estrutura, como linguagem, por si mesmo.

Neste contexto, o conceito de mediações<sup>12</sup> (MARTÍN-BARBERO, 2001) nos interessa, uma vez que trata de um conjunto de influências que estrutura, organiza e reorganiza a percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade. As mediações produzem e reproduzem os significados sociais, sendo o “espaço” que possibilita compreender as interações entre a produção e a recepção. (JACKS, 1996).

Pensar as mediações neste trabalho é deslocar a atenção dos estudos das mensagens (como o caso de propor técnicas de análises de textos midiáticos para entender a representação da televisão sobre o trabalho escravo) para os significados sociais das mesmas junto a um grupo de trabalhadores investigados.

---

<sup>12</sup> A obra “Dos Meios às Mediações”, publicada em 1987, é revisitada pelo autor no ano de 1997; momento em que ele propõe que o título seja invertido, resultando em “Das Mediações aos Meios”, indicando a necessidade, a partir da perspectiva econômica-cultural das novas tecnologias, de que os meios sejam levados em conta na constituição das políticas culturais, a fim de que se enfrente o efeito dessocializador do neoliberalismo e se insira a indústria cultural no contexto econômico e político das regiões dos países latino-americanos.

Entendemos que esses sujeitos não devam ser tratados apenas como vítimas, isto é, “um ser manipulado, condenado ao que se quer fazer com ele”; mas também com possibilidades de ressignificação das representações midiáticas (dele para a mídia enquanto fonte/emissor; dele na mídia como mensagem; dele sobre a mídia, enquanto receptor e, ainda, dele na sociedade, em suas rotinas cotidianas).

Para a construção deste estudo, nos interessamos pela socialidade (ou sociabilidade) que Martín-Barbero (2001) trata como uma das “entradas” para as mediações<sup>13</sup>, uma vez que diz respeito às relações cotidianas, nas quais se baseiam as diversas formas de interação dos sujeitos e a constituição de suas identidades. Ela conecta a tradição cultural com a forma como os receptores se relacionam com a cultura massiva.

Entender a sociabilidade entre a mídia e o grupo de trabalhadores entrevistados nos ajuda a situar o contexto em que ocorre a constituição dessas representações sobre o trabalho escravo que aparecem tanto nas reportagens televisivas escolhidas para análise como está presente no repertório dos sujeitos investigados, embora não seja a condição de existência deste grupo, ou o que os une de forma identitária.

Percebemos no grupo estudado que o que os une como identidade não é o fato de terem sido submetidos a regimes de trabalho escravo; mas antes disso, de serem trabalhadores rurais maranhenses que, em sua maioria, foram expulsos de suas terras pelos projetos de desenvolvimento<sup>14</sup> e hoje tentam sobreviver nas periferias dos municípios do interior do Maranhão, submetendo-se a subempregos na zona urbana, intercalados com trabalho em roças de subsistência (quando conseguem fazê-lo) e a prestação de serviços para grandes latifundiários na limpeza do pasto das fazendas de gado ou em carvoarias, principais atividades econômicas que acabam caracterizando-se como trabalho escravo devido às condições degradantes de trabalho.

---

<sup>13</sup>Para o autor, a “entrada” para esses três lugares de práticas sociais; as *mediações*, pode se dar pela socialidade (ou sociabilidade), ritualidade e tecnicidade. A primeira diz respeito à apropriação cotidiana da existência fora da ordem da razão institucional, cuja dinâmica tem a capacidade de fissurar o sentido hegemônico através da multiplicidade de modos e sentidos que se dão nas interações sociais. A segunda trata da forma que adquire a sociabilidade para garantir a repetição e a operacionalidade, na busca do sentido. A terceira, a tecnicidade, é o “organizador perceptivo” que articula as inovações à discursividade nas práticas sociais, cuja dinâmica têm materialidade histórica. Isto é, a técnica é dimensão constitutiva da comunicação, a qual transforma as práticas sociais originando novas formas de sociabilidade. (JACKS, 1996).

<sup>14</sup> Apresentamos essas questões fundiárias e econômicas no decorrer do trabalho, principalmente quando tratamos do contexto em que vivem os trabalhadores entrevistados bem como seus locais de origem.

Richard Hoggart (1973)<sup>15</sup> reconhece as experiências e as atitudes de homem simples, de seus valores compartilhados no cotidiano, dos seus hábitos e suas formas de linguagem. Ele considera, em última instância, um modo de vida por ele mesmo, e não inferido. Na pesquisa realizada pelo autor, o foco de atenção recai sobre materiais culturais, antes desprezados, da cultura popular e dos meios de comunicação de massa, através de metodologia qualitativa. Este trabalho “inaugura o olhar de que no âmbito popular não existe apenas submissão, mas também resistência”, o que, bem mais tarde, será recuperado pelos estudos de audiência dos meios massivos. “Tratando da vida cultural da classe trabalhadora, transparece nesse texto um tom nostálgico em relação a uma cultura orgânica dessa classe”. (ESCOSTEGUY, 2013, p. 29).

O tema principal de Hoggart é entender como se constituem as competências culturais e, conseqüentemente, como elas vão alterando os modos de vida. Percebemos uma forte presença política do autor, que marca a transição da submissão para a resistência, e que vai sustentar suas ideias de “apropriação” dos sujeitos com relação aos “textos”, ou como poderíamos traduzir hoje, aos conteúdos midiáticos.

É importante ressaltar que ele trata dos trabalhadores da classe proletária como sujeitos comuns, ordinários; e não como líderes ou representantes dessa classe. Sobre esse assunto, ele discorre que não lhe interessa o “tipo pouco habitual e autosseleccionado, pessoas fora do vulgar.” (Idem, p. 17).

O autor não está interessado em observar as apropriações que essas lideranças ou esses representantes das classes trabalhadoras que circulam entre os intelectuais da época fazem dos textos. Medidas as proporções, também fazemos uma opção parecida no presente trabalho, uma vez que buscamos os relatos dos “trabalhadores comuns, ordinários” que foram submetidos às condições de trabalho escravo contemporâneo, e que não necessariamente têm uma ideia militante ou sindical a esse respeito – enquanto categoria, de “classe trabalhadora”.

É interessante destacar neste ponto que os trabalhadores entrevistados neste estudo, em geral, não são sindicalizados nem tampouco organizados socialmente, por exemplo, para lutar contra as condições de exploração do trabalho. As entidades do

---

<sup>15</sup>A referida obra de Hoggart, *As utilizações da cultura* (1957), destaca a importância da cultura na vida econômica e social e faz uma descrição profunda dos leitores da imprensa popular e de formas particulares desse tipo de produto. Na Parte 1 do livro, ele trata das “apropriações” que, em última instância, podemos entender como “recepção”. Na Parte 2, ele trata do produto propriamente dito, o “texto”. Ele sustenta uma complexa relação entre uma abordagem mais textualista e outra mais antropológica.

movimento social em defesa dos direitos humanos e, no caso estudado, o Centro de Defesa de Açailândia, que cumpre esse papel social.

Neste contexto, acreditamos que essa condição de pesquisa, ou seja, este lugar em que nos colocamos como pesquisadora, bem como o ambiente em que esses trabalhadores falam, pode refletir nos depoimentos desses entrevistados, de uma forma ou de outra, podendo estar influenciados pelo discurso do movimento social em defesa dos direitos humanos.

Sobre esse assunto, Hoggart afirma que os modos de vida dos trabalhadores devem ser estudados por eles mesmos; e não devem ser inferidos. Temos convicção de que o grupo de trabalhadores rurais maranhenses seja heterogêneo, apresentando diferenças, tanto nos modos de vida quanto nos modos de se “autorrepresentarem” como escravos, uma vez que eles são originários de localidades variadas do estado do Maranhão e só se constituem como um grupo, neste trabalho, a partir da experiência de terem sido submetidos a condições de trabalho escravo contemporâneo. Entendemos ainda que, dessa forma, também há diferenças na identificação desses sujeitos em relação aos produtos midiáticos que tratam do tema do trabalho escravo.

Não seguimos aqui um percurso antropológico semelhante ao empreitado por Hoggart ao tratar das classes trabalhadoras da Inglaterra, embora nos interesse pelas “culturas vividas” a que ele se refere.

(...) aqueles de que presentemente me ocupo conservam, em considerável medida, a noção de constituírem o seu próprio grupo, e isto sem que necessariamente esteja implicado um sentimento de inferioridade ou orgulho; antes sentem que são “proletariado” nas coisas que admiram e nas que lhes desagradam, no seu “pertencer” (HOGGART, 1973, p. 23).

Buscamos a “linguagem comum dos trabalhadores” (Idem, p. 25), que materializam suas próprias representações. Da mesma forma, devido às proporções do contexto histórico, social e político, não podemos descartar a tradição oral e local (Idem, p. 33) do grupo de trabalhadores estudado, que tem reflexos e consequências nas falas dos sujeitos.

O grupo tem sua forma própria de viver e valoriza questões de oralidade e hábitos que estão relacionados a uma vida rural, apresentando-se em um tempo e em um espaço próprios, que não são necessariamente os mesmos ditados pela mídia, como mais comumente ocorre em contextos urbanos contemporâneos como é o caso, por

exemplo, do trabalho industrial cuja jornada tem hora para iniciar, intervalos, e hora para terminar. A organização do tempo do trabalho no contexto rural apresenta-se com limites muito menos definidos por conta da linha tênue que constitui as relações entre trabalho e lazer. A partir daí, podemos pensar que as formas de organização do tempo desses trabalhadores rurais pode se apresentar de maneira muito particular, levando em consideração os ciclos agrícolas, assim como os principais períodos de oferta de trabalho em fazendas de gado e carvoarias, onde é mais comum a caracterização do trabalho escravo. E esse tempo pode interferir significativamente na relação desses sujeitos com a mídia, bem como nos modos de como eles acessam as informações, no caso estudado, pela televisão e, conseqüentemente, nas formas com que eles constituem suas representações sobre o trabalho escravo a partir da mídia.

## **2.2 Televisão como forma cultural**

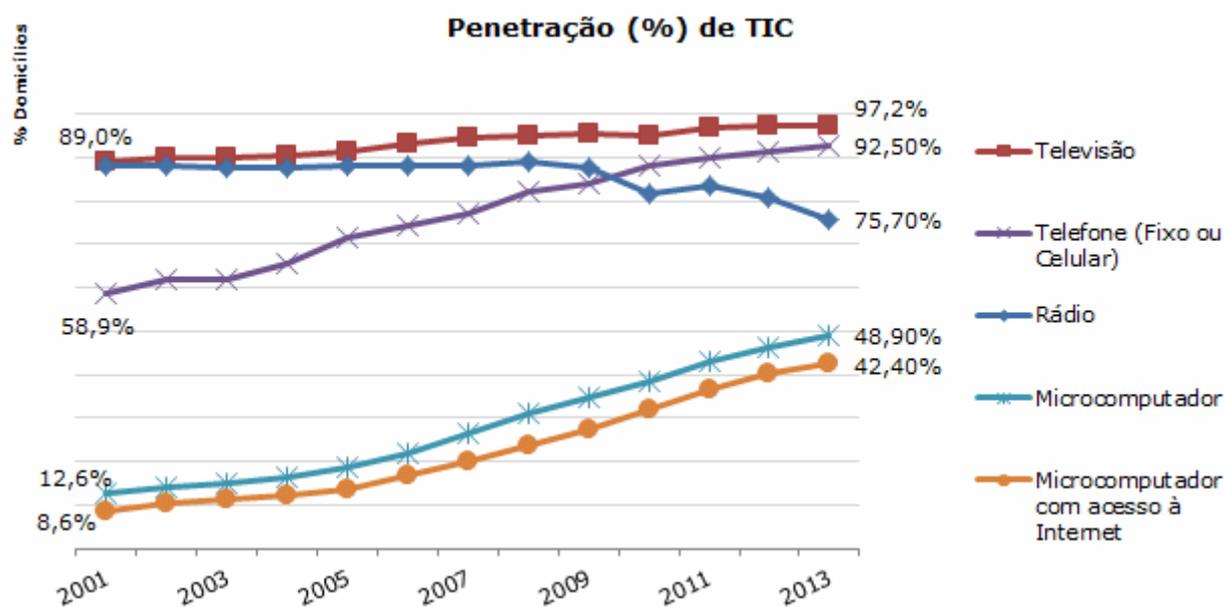
No mesmo sentido em que concebemos a mídia como uma instituição social, compreendemos a televisão como uma tecnologia e como uma forma cultural, nos termos de Raymond Williams (1997). A televisão é, portanto, uma construção social no sentido de que se desenvolve em um contexto econômico, social e cultural particular e cumpre funções fundamentais nessa formação. Ela não se configura somente a partir de possibilidades tecnológicas, mas na sua combinação com as condições históricas, sociais, econômicas e culturais.

Neste sentido, falar de televisão no Brasil é falar da própria cultura brasileira. Ortiz (2001) afirma que a televisão se concretiza como veículo de massa no país em meados dos anos 60, consolidando um mercado de bens simbólicos e culturais. Para o autor, o desenvolvimento da televisão é o que melhor caracteriza o advento e a consolidação da indústria cultural no país. E, se há um lugar no qual se configura a circulação mundializada da cultura e, simultaneamente, o crescimento das afirmações locais, este lugar é o da televisão.

Mais de cinquenta anos depois, em meio a tantas transformações tecnológicas com a internet e as possibilidades de transformação da comunicação de massa com as outras telas, a televisão se porta ainda como o principal veículo de informação e entretenimento para grande parcela da população brasileira. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística), em 2013, 97,2% das residências brasileiras possuíam aparelhos de televisão, conforme pode ser visto em gráfico e quadro abaixo:

**Gráfico 1 - Domicílios Brasileiros (%) com acesso às TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação)**



Fonte: PNAD/IBGE, 2013.

**Quadro 1 – Evolução da penetração das TICs por ano**

-	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Televisão	94,5%	95,1%	95,6%	95,0%	96,9%	97,2%	97,2%
Telefone (Fixo ou Celular)	77,0%	82,1%	84,1%	87,9%	89,9%	91,2%	92,5%
Rádio	88,1%	88,9%	87,8%	81,4%	83,4%	80,9%	75,7%
Microcomputador	26,6%	31,2%	34,6%	38,3%	42,9%	46,4%	48,9%
Microcomputador com acesso à Internet	20,2%	23,8%	27,3%	N.D.	36,5%	40,3%	42,4%
Total de Domicílios (milhares)	55.770	57.557	58.566	57.324	61.292	63.768	65.130

Fonte: PNAD/IBGE, 2013.

Esta realidade também é encontrada em municípios do interior do Maranhão, local de origem e residência dos trabalhadores entrevistados neste estudo. Segundo a PNAD (2013), o estado do Maranhão, embora seja um dos maiores em extensão territorial do nordeste brasileiro, destaca-se pela baixa aquisição de bens duráveis em

relação aos outros estados da mesma região. Entretanto, em 2013, 87,3% dos domicílios maranhenses possuíam aparelhos de televisão.

De acordo com o Anuário de Mídia (IBOPE, 2009<sup>16</sup>), a participação de audiência entre as redes de televisão de sinal aberto no Brasil, em relação ao total de aparelhos ligados, apontam que 47,92% dos brasileiros estão mais ligados na Rede Globo; enquanto 15,70%, no SBT; 14,33%, na Record; 5,19%, na Rede Bandeirantes; 2,45%, na Rede TV; 1,90% , em redes públicas; sendo 12,51%, em outras emissoras.

A média por estados da federação acompanha a mesma lógica e, segundo dados da Telecom (2010), os dois primeiros canais que aparecem no *ranking* de audiência, Globo e SBT, estão presentes nos 27 estados brasileiros e no Distrito Federal. Enquanto a Record está presente em 21 estados; a TV Bandeirantes, em 20; a TV Cultura, em 12, e a Rede TV, em 11 estados brasileiros. No Maranhão, as quatro principais emissoras líderes de audiência possuem afiliadas e/ou emissoras locais que transmitem parte da programação nacional.

No Brasil, o sistema central de mídia é estruturado a partir das redes nacionais de televisão. Mais precisamente, os conglomerados que lideram as cinco maiores redes privadas (Globo, Band, SBT, Record e Rede TV) controlam, direta e indiretamente, os principais veículos de comunicação no país. Este controle não se dá totalmente de forma explícita ou ilegal<sup>17</sup>.

Em relação à penetração de audiência por meios, a TV aberta continua liderando, com 95,8%. O rádio surge na segunda posição, com 71,3%, seguido pela internet, com 60,4%. Na quarta, quinta e sexta posições, temos, respectivamente, TV paga (44,4%), jornal (40,4%) e revista (31,6%)<sup>18</sup>.

Talvez a sedução pela imagem pontue e mobilize, de muitas formas, a vida e as ações de milhares de pessoas. “A televisão faz parte, enfim, da vida nacional. Ela está presente na estruturação da política, da economia e da cultura brasileiras” (RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2010).

Partimos do pressuposto de que a televisão tem inúmeras faces e guarda estreita relação com a vida social, da qual, aliás, faz parte e de cuja dinâmica participa.

---

<sup>16</sup> As informações foram retiradas do site do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística). Disponível em [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br). Acesso em: 11/11/2014.

<sup>17</sup> Disponível em: [www.donosdamidia.com.br](http://www.donosdamidia.com.br) Acesso: 11/11/2014.

<sup>18</sup> Dados do Ibope Media – Target Group Index – ano 14, jul. 12-ago. 13, retirados do Anuário OBITEL (Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva), 2013.

Fazendo parte do tecido social, e como uma de suas instâncias, a TV acompanha seus movimentos e tendências, é instrumento de veiculação de suas normas e valores, mecanismo de reprodução e manutenção da ordem dominante. Instância ativa, lugar de expressão e circulação de vozes, do **cruzamento de representações** e constituição de novas imagens, a televisão é também um vetor de dinamismo e modificação do seu entorno. (FRANÇA, 2012, p. 30, grifos nossos).

Mais do que tratar de modelos de televisão, nosso interesse versa em perceber traços, tendências e características que estão na televisão e estão na vida da sociedade, conforme apontado pela autora. Neste sentido, nossa estratégia de assistência de reportagens televisivas que tratam da temática do trabalho escravo junto a um grupo de trabalhadores rurais maranhenses que já foram submetidos a essas condições tem o objetivo de deflagrar um diálogo com esses sujeitos sobre a constituição das representações sobre trabalho escravo que circulam entre a televisão e o grupo social.

Buscamos aqui, ao justificar a escolha pela televisão dentre as outras mídias para a realização deste estudo, problematizar as relações que existem entre esse texto televisivo escolhido e os sujeitos pesquisados, inseridos no contexto da realidade brasileira, que se apresenta com uma cultura voltada para o consumo da televisão.

Segundo John Fiske (1991) em *Television Culture*, por ser popular, o texto da televisão tem que ser lido e apreciado por uma diversidade de grupos sociais, de modo que seus significados sejam capazes de serem flexionados em um número de maneiras diferentes.

O texto da televisão é, portanto, mais polissêmico e mais aberto do que os teóricos anteriores permitiram. (...) Isso significa que a leitura não é uma coleta dos significados do texto, mas é um diálogo entre o texto e o leitor socialmente situado<sup>19</sup>. (FISKE, 1991, p. 66)

No contexto brasileiro, esse “leitor socialmente situado”, ao qual o autor se refere, consome mais televisão em detrimento de outras mídias, conforme o indicado anteriormente em dados atualizados, apresentados pelo IBGE.

---

<sup>19</sup> “The television text is therefore more polysemic and more open than earlier theorists allowed for. (...) This means that reading is not a garnering of meanings from the text but is a dialogue between text and the socially situated reader”.

A televisão está presente na vida cotidiana dessas pessoas como uma espécie de “ente” que participa da constituição de valores, hábitos e consumo. E não apenas porque na maioria das casas desses trabalhadores haja um aparelho localizado em local nobre na sala de estar (que muitas vezes também é quarto e cozinha para as residências mais humildes que abrigam grandes famílias em escassos e pequenos cômodos). Mas principalmente porque é através da televisão que esses sujeitos afirmam ter o principal acesso às informações. E a informações, dentre outras, sobre o trabalho escravo contemporâneo.

A inclusão de novos temas na televisão, a partir dos anos 90, como o caso estudado nesta pesquisa, com a temática do trabalho escravo contemporâneo, põe em movimento outras mediações da recepção, entendidas como diferentes instâncias culturais em que o público das mídias produz e se apropria do significado e do sentido do processo comunicativo. (MARTÍN-BARBERO & REY, 2001).

Nesta perspectiva, Orozco (1996) entende as mediações como um “processo estruturante”, que configura e reconfigura tanto a interação dos membros da audiência com a televisão como a criação por eles do sentido desta interação. No caso estudado, acreditamos que a temática do trabalho escravo vista pela televisão pode ser capaz de colocar os sujeitos investigados neste estudo em situações mais próximas à sua cotidianidade.

As temáticas dos direitos humanos, em geral, ganham força na mídia brasileira a partir dos anos 90, principalmente influenciadas pela pressão de movimentos sociais de publicização das questões de violação de direitos e as consequentes respostas do governo. Notamos este fato nas questões do trabalho escravo, principalmente a partir do reconhecimento do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, de que no país havia escravidão contemporânea. Neste mesmo ano, o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) iniciou uma ação de fiscalização rural específica para trabalho escravo, criando o grupo móvel e envolvendo auditores fiscais de vários estados da federação numa espécie de força - tarefa numa tentativa de repressão desta prática.

A Constituinte de 1988 e os seus desdobramentos nas questões de cidadania, bem como na concepção da dignidade da pessoa humana também fazem parte desse processo, como, por exemplo, da criação do ECA (Estatuto da Criança e do

Adolescente), em 1992, que versa sobre trabalho infantil, indicando caminhos de repressão desta violação de direitos também de crianças e adolescentes.

A contribuição da mídia nesse processo de ressignificação dos direitos humanos no Brasil pode ser exemplificada pelo próprio tratamento dado a esses temas em coberturas jornalísticas televisivas, dando sentido a um processo comunicativo capaz de criar instâncias culturais de recepção, como afirmam Martín-Barbero e Rey (2001).

Segundo relatório da OIT (2011), nos anos 2000 houve um aumento considerável do tema trabalho escravo na imprensa brasileira. Segundo o estudo, este aumento não é apenas quantitativo, mas a mídia tem impacto direto no combate ao trabalho escravo, tanto no sentido de conscientizar para o problema quanto de defender os agentes que lutam para erradicar essa prática.

No que tange à recepção dos trabalhadores egressos do trabalho escravo, acreditamos nesta reconfiguração do trabalho escravo contemporâneo, aportada pela mídia, (OROZCO, 1996), e, neste caso, pela televisão, proporcionando ao grupo entrevistado, neste estudo, representações acerca desta temática, que antes dos anos 90 não ocupavam o telejornalismo com a mesma intensidade, mesmo diante do trabalho de denúncia desde os anos 70 da CPT (Comissão Pastoral da Terra) de casos de escravidão contemporânea principalmente em fronteiras agrícolas brasileiras.

A seguir, aprofundaremos algumas características e especificidades da mídia escolhida para a realização deste estudo; o telejornalismo. Foi a partir do texto jornalístico televisivo que criamos um ambiente de diálogo com os sujeitos entrevistados, buscando compreender a constituição de suas representações sobre o trabalho escravo contemporâneo.

### **2.3 Telejornalismo e dramaticidade**

A escolha pelo gênero jornalístico na televisão neste trabalho se dá pelo próprio lugar do jornalismo no contexto da televisão, visto com critérios de utilidade pública, referencialidade e atualidade. Além desses critérios, trabalhamos aqui também a questão da dramaticidade como outra característica importante, uma vez que possibilita processos de identificação junto aos sujeitos entrevistados.

Martín-Barbero & Rey (2001) apontam que os meios de comunicação se veem comprometidos com o aparecimento de novos temas, atores e interpretações sociais e culturais. Esse fato pode ser observado também no telejornalismo, que vem passando por transformações nas últimas décadas, principalmente relacionadas aos tipos de interação junto a seus públicos.

No que tange à referencialidade, partimos da ideia de que há uma força no texto jornalístico televisivo de “verdade” ou de “realidade” diferente do que, por exemplo, se dá em contextos de assistência de telenovelas ou demais programas de entretenimento na televisão. Não acreditamos que a telenovela ou outros espaços de entretenimento na TV não participem das representações dos trabalhadores. Pelo contrário, acreditamos que cada vez mais os sujeitos estão em contato com os conteúdos midiáticos de formas múltiplas e que as pesquisas tendem a perseguir esse fenômeno para poderem dar conta da complexidade que é a relação entre mídias e sujeitos. Mas deixamos claro que, para este estudo, escolhemos o jornalismo na televisão com o objetivo de deflagrar um diálogo junto ao grupo de trabalhadores rurais maranhenses sobre as formas de participação deste texto televisivo específico na constituição das representações sobre os seus próprios modos de vida e de trabalho.

Neste sentido, a ideia de considerar o jornalismo como “um lugar de organização da realidade” (SILVA & SOARES, 2013) aponta um caminho interessante para este estudo. Da mesma forma que entender o texto jornalístico como algo que não seja verdadeiro nem falso; mas “um texto outro”, em constante relação de aproximação e afastamento com os acontecimentos sociais dos quais trata nos parece pertinente.

Segundo Machado (2000), o gênero televisivo mais codificado é o telejornalismo, que se funda numa espécie de contrato com o telespectador ao tornar visível os acontecimentos em destaque (p. 104). Vale enfatizar aqui que a visibilidade midiática pode ser discutida tanto do ponto de vista da produção quanto do ponto de vista da recepção e, assim, apresentar concepções diferenciadas.

Além da atualidade e da referencialidade, a dramaticidade justifica nossa escolha pelo telejornalismo, potencializada pela valorização de imagens em detrimento do texto verbal. No caso do grupo de trabalhadores pesquisados, podemos afirmar que a relação desses sujeitos com as mídias – e até mesmo com o jornal impresso – é prioritariamente imagética, tanto numa perspectiva cultural quanto numa perspectiva social, no caso de baixa escolaridade e altos índices de analfabetismo.

Sem dúvida, a imagem é o elemento de sedução e de identificação desses sujeitos com a televisão. No caso do telejornalismo, aliado à imagem, temos no próprio formato deste gênero, composto a partir do encadeamento de várias vozes e depoimentos que constituem as narrativas jornalísticas televisivas, a dramaticidade que possibilita, mais do que no texto impresso, por exemplo, a proximidade das temáticas junto aos espectadores. Em geral, no caso do jornalismo impresso, o relato é seco, impessoal e aparentemente sem marcas de enunciação (parece que quem fala é um coletivo, formado pela redação). Num telejornal, a notícia, em geral, envolve vários enunciadores com diferentes entonações, com níveis de dramaticidade capazes de facilitar identificações com o telespectador.

Segundo Machado (2000), sujeitos falantes em diferentes ambientes, com diferentes acentos emocionais são mobilizados para construir um relato com forte apelo emotivo. Neste sentido, a escolha pelo telejornal para a realização da assistência junto aos sujeitos entrevistados nesta pesquisa nos possibilita acessar essas formas de interpretação e de emoção que o texto jornalístico televisivo sugere.

Acreditamos que os recursos de tomadas em primeiro plano, enfocando pessoas que falam diretamente para a câmera, sejam elas jornalistas ou protagonistas das histórias narradas, possibilitam ao telejornal uma capacidade de tocar as pessoas, que são levadas pelas histórias e tendem a se identificar, ou a comparar o que assistem com a vida cotidiana.

O telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos. Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como o seu discurso com relação aos fatos relatados. (MACHADO, 2000, p. 104).

Neste sentido, o autor também afirma que o telejornal é uma colagem de depoimentos e fontes numa sequência sintagmática, mas essa colagem jamais chega a constituir um discurso suficientemente unitário, lógico ou organizado a ponto de poder se considerado “legível” como algo “verdadeiro” ou “falso”. Esta característica apontada do texto jornalístico na televisão (no caso do telejornalismo) nos interessa, uma vez que se trata de um texto que está sempre “em andamento”, portanto não é estático, fechado, pois a própria natureza da produção não possibilita um acabamento, por mais que se queira ou que se possa tratar as informações ou hierarquizar as fontes.

Fazemos a distinção aqui entre telejornalismo, que nos interessa, e o documentário. Este último, com mais tempo de produção, pesquisa e edição, não se enquadra nessas características apontadas por Machado e nem tampouco é nosso objeto de análise.

Ao embaralhar no fluxo televisual os materiais originários de fontes diversas, o telejornal coloca em choque os diferentes enunciados e os relativiza ou os anula no mesmo momento em que lhes dá publicidade”. (MACHADO, 2000, p. 111).

Percebemos este recurso em algumas reportagens televisivas escolhidas para a realização deste estudo quando utilizam, por exemplo, fotografias ou imagens gravadas por cinegrafistas amadores que acompanharam as fiscalizações do MTE que estão sendo relatadas pelo telejornal. Em geral, essas imagens (paradas ou em movimento) são creditadas como sendo do órgão de fiscalização e se apresentam como “caráter de verdade”, dando a sensação de “estar lá”, *in loco*, onde ocorreram essas operações de fiscalização, uma vez que a maioria das equipes de televisão não chegam a acompanhar as fiscalizações pelas dificuldades relativas ao tempo, principalmente pela distância das localidades com acessos precários. Ainda assim, quando (excepcionalmente) acompanham uma fiscalização, as dificuldades de deslocamento até os empreendimentos denunciados por trabalho escravo, por exemplo, acabam sendo o gancho principal da narrativa jornalística em detrimento das condições de exploração do trabalho.

Para Machado (2000), o telejornal, mesmo quando tenta construir a sua “versão”, em seus modelos mais personalizados ou autoritários, o que ele consegue, no geral, é relativizar ou neutralizar as várias “versões”. Essa flexibilidade apontada pelo autor no enquadramento da notícia ou da reportagem veiculada pela televisão nos indica um olhar mais apurado para as várias formas com que aparecem as vozes/fontes nos textos jornalísticos televisivos. Assim, posteriormente, temos condições de analisar os seus cruzamentos com as vozes/falas dos sujeitos entrevistados buscando suas identificações e apropriações acerca das representações do trabalho escravo construídas na mídia e pela mídia.

Não existem, nos telejornais, desinências, sinalizadores, dispositivos de emolduramento que orientem a leitura no sentido de “como” se deve “ler” esses depoimentos e essas inserções de fontes, ou capazes de designar a voz “doadora”, sob a batuta da qual deveríamos reenquadrar todas as outras (MACHADO, 2000, p. 112).

Essa afirmativa do autor deve ser levada em consideração no processo de assistência, ou seja, na relação entre sujeitos e mídias. Se um tema, como o do trabalho escravo, é reportado pela televisão, ele pode fazer sentidos diferentes para quem o assiste. No caso do grupo estudado, essa experiência de ter sido submetido a condições de trabalho escravo pode dar aos sujeitos condições de recepção e de interpretação desses textos completamente diferentes do que para um cidadão, por exemplo, que desconhecia o fato de “em pleno século 21, ainda haver trabalho escravo no Brasil”, como é comum encontrar nas narrativas jornalísticas na atualidade.

Para este cidadão comum, o fato de ainda haver trabalho escravo no Brasil na atualidade pode ser interpretado como algo novo, inusitado, para o que se deve chamar a atenção, uma vez que ele conhece o processo histórico oficial da chamada Abolição da Escravatura, pela qual o Brasil passou no final do século 19. Por outro lado, também devemos conceber a possibilidade de o próprio trabalhador que já foi submetido a essas condições constituir suas representações sobre trabalho escravo somente em contato com as reportagens assistidas, uma vez que a partir dela passe a se reconhecer ou a se compreender como tal. Dessa forma, entendemos que há uma diversidade de possibilidades de interpretação deste texto jornalístico televisivo, que está sempre relacionada ao contexto da recepção.

Acreditamos que toda a argumentação de Machado (2000) esteja calcada no próprio formato do texto jornalístico televisivo, ao afirmar que há dificuldades em se tomar partido diante da complexidade dos interesses que vão sendo colocados em jogo, encadeados, à medida que progride o fluxo de imagens e som. Ele afirma que o telejornal é “capaz de semear confusão ali mesmo, onde, sob a rubrica da informação, deveria haver ordem, coerência e sistematização da notícia”. (MACHADO, 2000, p. 113).

Também Gomes (2011) trata a notícia televisiva como um discurso estruturado pelos discursos mais amplos da televisão. “A notícia, seja ela ouvida no rádio, lida nos jornais ou vista na televisão, ganha muito de sua configuração das características do próprio meio no qual ela aparece”. (Idem, p.10).

Iluska Coutinho (2012) defende a existência de uma “dramaturgia do telejornalismo brasileiro” numa tentativa de estabelecer um paralelo entre notícia e drama como forma de analisar a informação na TV. Para a pesquisadora, ainda que essa aproximação entre jornalismo e drama, em geral, seja considerada e/ou vista com

restrições pelos profissionais do jornalismo brasileiro, herdeiro da tradição da chamada objetividade, como se representasse uma perigosa aproximação do campo do entretenimento, esse modelo de organização da informação na televisão permanece hegemônico atualmente.

Em seus estudos centrados em dois modelos de telejornais brasileiros (da Rede Globo e da TV Cultura), Coutinho (2012) defende que as notícias são estruturadas como dramas cotidianos.

No recorte midiático realizado para a presente tese, percebemos essa concepção defendida pela autora no contexto da temática tratada, do trabalho escravo contemporâneo. Em geral, há uma narração de histórias de trabalhadores que foram submetidos a regimes de trabalho escravo tratadas com critérios de dramaticidade, conforme indicado pela autora:

A dramaturgia do telejornalismo veiculado em rede foi evidenciada pela existência de conflito narrativo como característica central em todas as matérias analisadas. Seria através desses conflitos, quase sempre ressaltados no texto dos apresentadores de cada programa, na chamada cabeça de locutor, que a(s) narrativa(s) do telejornal se organizaria(m). A estruturação do noticiário televisivo em torno de problemas, ações e disputas guardaria semelhanças com o que classificamos como um drama cotidiano. (COUTINHO, 2012, p.22).

Percebemos esse fato em algumas cabeças de matéria<sup>20</sup> das reportagens escolhidas para compor o nosso *corpus* documental<sup>21</sup>, como pode ser observado a seguir:

Trabalho escravo. Coisa de antigamente? Não, não. No século 21, no tempo da riqueza no campo. No meio da floresta, no Pará, 38 trabalhadores eram mantidos em condições sub-humanas. Sem salário, sem alimentação. E eram intimidados por capangas armados. Nossa equipe acompanhou o resgate no meio da selva. Você vai ver depoimentos emocionados desses trabalhadores no momento da liberação<sup>22</sup>.

Olá, bem-vindos à Liga. Eu e você aprendemos na escola que a escravidão é coisa de um passado distante,

<sup>20</sup> Jargão jornalístico que indica o texto de abertura lido pelo apresentador, no caso de telejornalismo.

<sup>21</sup> As reportagens que compõem o *corpus* documental deste estudo estão apresentadas no Capítulo 4.

<sup>22</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo Bom dia Brasil, da Rede Globo, em 2012. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE J – Reportagem 7: Trabalho escravo em pleno século 21 na selva (Sudeste do Pará).

não é? Pois é, mas se eu te dissesse que enquanto você está assistindo televisão, mais de doze milhões de pessoas são vítimas do trabalho escravo no mundo...<sup>23</sup>

Você vai embarcar conosco numa viagem de quase mil quilômetros pela Amazônia. Vamos de trem. O mesmo trem que leva trabalhadores cheios de esperança que acabam virando escravos na floresta. É a Estrada de Ferro Carajás. Você vai ver agora a história de pessoas desta parte esquecida do Brasil que ainda guarda a mancha da escravidão<sup>24</sup>.

Os trechos apresentados acima são fragmentos de algumas reportagens que compõem nosso *corpus* documental, descritas neste trabalho com detalhamento no Capítulo 4. Trazemos estes trechos aqui para demonstrar o quanto a relação entre telejornalismo e dramaticidade é pertinente, principalmente por facilitar a identificação entre os materiais jornalísticos escolhidos junto aos sujeitos investigados na pesquisa: trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo contemporâneo.

Neste sentido, podemos afirmar que o conflito narrativo (COUTINHO, 2012) apresentado nas cabeças ou chamadas das reportagens escolhidas para a realização deste trabalho organizam as narrativas dos telejornais que relatam os dramas cotidianos desses sujeitos. Dessa forma, eles se aproximam desses textos e se interessam por eles. Nosso esforço, nesta tese, consiste em deflagrar o diálogo sobre as representações do trabalho escravo a partir da assistência deste material midiático com um grupo de trabalhadores e compreender, assim, de que formas eles se apropriam da mídia na constituição de suas representações.

Para Coutinho (2012), a forma de contar uma história em nossos telejornais, especialmente o padrão ou roteiro para construção de uma matéria com texto, som e imagem, seria o segundo aspecto dessa dramaturgia. A identificação da existência de personagens no texto noticioso, de maneira latente ou manifesta, e ainda o papel representado por cada um deles na representação dos fatos foram investigados pela autora em sua tese de doutoramento.

---

<sup>23</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo programa A Liga, da Rede Bandeirantes, em 2011. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE G – Reportagem 4: Parte 1 – A Liga sobre Trabalho Escravo Rural e Urbano.

<sup>24</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo programa SBT Realidade, do SBT, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE E – Reportagem 2: Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás.

No presente estudo, acreditamos que os níveis de dramaticidade percebidos no telejornalismo podem auxiliar processos de identificação e apropriação dos sujeitos junto ao texto jornalístico na busca de representações sobre o trabalho escravo.

Neste sentido, apresentamos inicialmente as possibilidades de interação entre a mídia (e aqui mais propriamente o texto jornalístico televisivo) e os sujeitos da pesquisa (trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo) nos processos de recepção, a fim de avançarmos, agora, na questão central de nossa problemática da pesquisa: que é a da constituição das representações do trabalho escravo junto a esse grupo social a partir da mídia. Vale destacar aqui o sentido que atribuímos à mídia, neste estudo, como partícipe da sociedade e, dessa forma, podendo constituir representações sobre a temática adstrita aos sujeitos investigados.

Na tentativa de analisarmos a constituição dessas representações, perseguimos os processos de identificação e apropriação dos sujeitos junto ao texto midiático valorizando a linguagem (materializadas neste estudo pelos extratos de falas das reportagens e dos sujeitos entrevistados). É sobre a noção de representações, seguidas de identificação, apropriação e linguagem que versam o Capítulo 3, apresentado a seguir.

### 3. REPRESENTAÇÕES E LINGUAGEM

Este capítulo apresenta as principais noções teóricas que norteiam a tese. Trazemos inicialmente um percurso de uma noção fundante para a construção deste estudo – de representações. Para chegar até ela, ou aprofundá-la, nos deparamos com outras categorias não menos importantes. Mais relacionados às representações, encontramos a apropriação, a linguagem e os sentidos ou a produção dos sentidos. Também trazemos a noção de identificação relacionada à identidade, à diferença, à subjetividade, à projeção e à idealização.

Examinamos as noções de representações e identificação sob a ótica de autores dos campos da Psicologia, das Ciências Sociais, tais como da Comunicação, para tentar aproximá-las do nosso objeto de pesquisa. Trabalhamos com autores clássicos, como é o caso de Durkheim e Freud; e de outros que nos aproximam mais das questões contemporâneas, como Bourdieu, Thompson e Hall.

No primeiro item deste Capítulo, fazemos uma história social do conceito até chegarmos nas discussões de Stuart Hall (2003, 2010), escolhidas para nos orientar neste trabalho. Também apresentamos uma classificação proposta por Soares (2007) sobre representações trabalhadas no campo da Comunicação.

Já no segundo item, trazemos uma recuperação das noções de identificação e identidade à luz de autores dos campos das Ciências Sociais e da Psicologia. Com este esforço, intentamos compreender como se dão esses processos junto aos sujeitos investigados, com relação aos materiais midiáticos exibidos durante trabalho de campo, que tratam da temática do trabalho escravo.

No último item, apresentamos as noções de linguagem e apropriação como meios de chegarmos ao nosso objeto de estudo. Pelas falas dos sujeitos entrevistados antes e depois da assistência das reportagens escolhidas para compor o *corpus* documental, analisamos a constituição de suas representações sobre trabalho escravo a partir da mídia.

### 3.1 A busca pela noção de representações

O conceito de representações apresenta-se historicamente com uma diversidade de enfoques. Tratamos nessa seção de algumas noções de referência que norteiam a nossa pesquisa. O objetivo aqui é trazer alguns autores que estudaram essa noção no contexto das Ciências Sociais, fazendo um percurso histórico do conceito, partindo do clássico ao contemporâneo, no recorte que nos interessa para a realização deste trabalho. Preferimos tratar a noção de representações, no plural, uma vez que a entendemos assim, com diversas possibilidades, embora respeitemos aqui, nesta revisão bibliográfica, conceitos trabalhados por alguns autores no singular.

Émile Durkheim, um dos pais da Sociologia clássica, conceitua no início do século XX “representações individuais” e “representações coletivas”, a partir de um diálogo com a Psicologia, deslocando o foco de análise para a vida social. Ele afirma que a vida coletiva, assim como a vida mental do indivíduo, é feita de representações. “Tornou-se quase clássico reduzir a memória a apenas um fato orgânico. A representação, dizem, não se conserva como tal; quando uma sensação, uma imagem, uma ideia deixa de nos estar presente, ela simultaneamente deixa de existir, sem deixar nenhum vestígio” (DURKHEIM, 1970, p. 16)

Na visão do sociólogo, as representações, embora se apresentem vinculadas diretamente ao estado de consciência dos indivíduos, tornam-se coletivas uma vez que têm a capacidade de continuar existindo por si, isto é, de forma independente, social. Neste contexto, as representações, entendidas como trama da vida social, originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos ou entre grupos secundários, que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total.

Ora, se nada se vê de extraordinário no fato de as representações individuais, produzidas pelas ações e reações permutadas entre os elementos nervosos não serem inerentes a esses elementos, que haverá de surpreendente no fato de as representações coletivas, produzidas pelas ações e reações permutadas entre as consciências elementares das quais é feita a sociedade não derivarem diretamente dessas últimas e, por conseguinte, a elas extravasarem? A relação que, nesse conceito, une o substrato social à vida social é, em todos os pontos, análoga àquela que se deve admitir entre o substrato fisiológico e a vida psíquica dos indivíduos, desde que não se queira negar toda a psicologia propriamente dita. As mesmas consequências

devem pois se produzir de uma parte e de outra.  
(DURKHEIM, 1970, p. 33).

Durkheim entende, dessa forma, “representações coletivas” como categorias de pensamento, através das quais determinadas sociedades elaboram e expressam a sua realidade. Para ele, essas categorias estão sempre necessariamente relacionadas aos fatos sociais, passíveis de observação e de interpretação. As representações, para ele, possuem vida independente e são passíveis de reprodução e mistura com outras representações (individuais e/ou coletivas).

Minayo (2013) afirma que, na concepção de Durkheim, é a sociedade que pensa. Portanto, as representações não são conscientes, do ponto de vista individual e, algumas delas, exercem sobre os indivíduos uma espécie de coerção para atuar em determinado sentido, como é o caso da moral e da religião.

As ideias de Durkheim sobre “representações coletivas” são compartilhadas por uma série de estudiosos. Marcel Mauss<sup>25</sup>, por exemplo, mostra que a sociedade se exprime simbolicamente em seus costumes e instituições através da linguagem, da arte, da ciência e da religião, assim como pelas regras familiares, das relações econômicas e políticas. Portanto, para ele, é objeto das ciências sociais tanto a coisa, o fato, como a representação. O autor, no entanto, chama atenção para esses dois níveis, considerando o risco de se reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela. (MINAYO, 2013).

Partindo das discussões de Durkheim, Serge Moscovici (2003) constrói o conceito de “representações sociais” no contexto da Psicologia Social, entendido como explicações e conceitos originados nas comunicações interpessoais da vida cotidiana, que operam como formas de familiarização com setores do mundo estranhos a nós.

Moscovici expande o conceito durkheimiano, que faz uma distinção entre a abordagem da Psicologia (representações individuais) e da Sociologia (representações coletivas). Para ele, interessa explorar a diversidade e a variação das ideias coletivas nas sociedades modernas, uma vez que parte da abordagem da Psicologia Social.

---

<sup>25</sup>Marcel Mauss (1872-1950) foi um sociólogo e antropólogo francês nascido catorze anos mais tarde e na mesma cidade que Émile Durkheim, de quem é sobrinho. É considerado como o "pai" da etnologia francesa. As noções que trazemos neste trabalho estão contidas na sua obra “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, escrita em 1925.

Dessa forma, a categoria diz respeito a um *corpus* organizado de conhecimentos e a uma atividade psíquica através dos quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação. A representação do mundo não é apenas racional e cognitiva, mas um conjunto amplo de sentidos criados e partilhados socialmente. (MOSCOVICI, 2003).

É interessante percebermos que a constituição de representações acerca das coisas no mundo não se restringe à racionalidade, ou ao entendimento racional sobre ela, mas está além dele; envolve questões relacionadas aos sentidos, que são construídos socialmente e, portanto, tem relações significativas também com elementos culturais de cada sociedade ou grupo social.

Neste caso, quando nos propomos a estudar representações construídas a partir da mídia também devemos levar em consideração os sentidos criados e partilhados pela sociedade, que estão presentes na mídia. Esses sentidos podem aparecer de formas sutis, na “figuratividade da imagem” (SOARES, 2007, p. 51) ou mesmo na dramaticidade e consequente identificação com ela por parte dos receptores.

Assim, a escolha pelo telejornalismo como ponto de partida para o diálogo com os sujeitos investigados é uma tentativa de acessar esses sentidos construídos socialmente pelos trabalhadores entrevistados com contribuições da mídia. Também levamos em consideração aqui tanto os elementos culturais deste grupo social quanto a questão da produção de sentidos das imagens contidas nas reportagens que, relacionadas com os depoimentos, geram processos de identificação interessantes para nossa análise.

Bourdieu (2000) trabalha o conceito de representações, rompendo com as ideias da sociologia clássica (Durkheim) e adotando uma visão mais ligada às questões das práticas sociais. Para autor, o mundo social também é representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.

Ao tratar dos conceitos de identidade e representação, o autor traz uma discussão interessante e pertinente para a realização deste trabalho: a da autoanálise do próprio pesquisador que, ao estudar os seus objetos, representa-os.

De facto, não há que escolher entre a arbitragem objectivista, que mede as *representações* (em todos os sentidos do termo) pela “realidade” esquecendo que

elas podem acontecer na realidade, pela eficácia própria da *evocação*, o que elas representam e o empenhamento subjectivista que, privilegiando a representação, confirma no terreno da ciência a falsificação na escrita sociológica pela qual os militantes passam da representação da realidade à realidade da representação. (BOURDIEU, 2000, p.118).

Levamos em consideração esta “evocação” tratada pelo autor para tentarmos ultrapassar este obstáculo epistemológico de conhecer a realidade dos sujeitos entrevistados e estar envolvida com ela mas, ao mesmo tempo, buscar o distanciamento científico necessário para a realização do trabalho.

Para Bourdieu (2000), as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas elas não possuem autonomia em relação às mesmas. Com influência marxista, o autor considera a divisão social de classes em sua análise, embora também delegue importância às relações de sentido, aos bens simbólicos e à dominação simbólica nas relações de classe. É neste ponto que as representações aparecem em suas discussões.

Bourdieu parte de três conceitos básicos para desenvolver a ideia de representações: o sistema de posições, o *habitus* e a reprodução social.

O sistema de posições é uma premissa básica do estruturalismo, segundo o qual um objeto não deve ser buscado como substantivo, portador de uma essência particular, mas definido dentro de uma perspectiva relacional. A relação entre os sujeitos e a mídia, por exemplo, traz essa ideia de sistema de posições, embora não busquemos nesta pesquisa uma dicotomia, entendendo que tanto a mídia quanto os sujeitos estão sempre relacionados: um constituindo as representações do outro.

O conceito de *habitus* mostra como as aprendizagens sociais (formais e informais) constroem modos de percepção e de comportamento nos agentes sociais. É o conjunto das disposições adquiridas num contexto e num momento social particular, mas também é produtor de novas práticas. Para o autor, o *habitus* é o elemento que articula os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural) e as estruturas estruturantes, ou seja, a concordância das subjetividades estruturantes. Estas, no contexto das representações sociais, correspondem às dimensões opostas ideia/conhecimento X realidade. A primeira é a dimensão do sujeito que pensa, conhece, deseja e tem vontades que se refletem na estrutura social conservando-a ou modificando-a. A segunda é a dimensão da estrutura social – a realidade é aquilo que se opõe ao conhecimento, ao desejo e à vontade, ou seja, a estrutura com a qual o sujeito se

depara durante a vida social e que já estaria construída antes mesmo de sua existência. O *habitus*, dessa forma, articula sujeito e estrutura – conhecimento e realidade.

Pensar no *habitus* dos sujeitos pesquisados para buscar entender em que medidas a mídia participa das representações sobre trabalho escravo para eles é um exercício constante neste trabalho. Também fazemos aqui um esforço de não conceber a mídia como algo dado, como uma estrutura que já estaria construída antes da existência dos sujeitos, mas que é construída socialmente, juntamente com eles, levando em consideração os elementos culturais de cada sociedade.

A reprodução social, por sua vez, é o fenômeno segundo o qual os princípios de distinção e os modos de reconhecimento são assegurados. Vale destacar que ela está mais relacionada à reprodução cultural do que aos tradicionais fatos econômicos. (BOURDIEU, 2000). Um questionamento importante durante todo o desenvolvimento deste estudo é se os trabalhadores se reconhecem na mídia; se eles se identificam com os textos midiáticos. Também nos interessamos por esses princípios de distinção para entender a constituição de suas representações sobre o trabalho escravo.

Ao teorizar sobre a prática da pesquisa de campo, Bourdieu afirma que as condutas ordinárias da vida se prestam a uma decifração, ainda que pareçam automáticas e impessoais. “Elas são significantes, mesmo sem a intenção de significar, e exprimem uma realidade objetiva que exige apenas a reativação da intenção vivida daqueles que as cumprem”. (MINAYO, 2013, p. 86).

Entendemos que a parcela de mídia que constitui as representações dos trabalhadores entrevistados neste estudo não se apresenta necessariamente clara para os próprios sujeitos, uma vez que as representações não se restringem a uma racionalidade, mas está para além dela. Representações de sujeitos e mídia podem, portanto, se misturar e serem ressignificadas. Esse processo envolve questões relacionadas aos sentidos, que são construídos socialmente e se relacionam com elementos culturais. Dessa forma, acessar o *habitus* desses sujeitos ajuda-nos a elucidar em que medidas os processos de identificação e apropriação dos produtos midiáticos constituem essas representações<sup>26</sup>.

Outro ponto importante a ser destacado é que, embora tenhamos clareza de que o objeto de pesquisa esteja relacionado à constituição das representações sobre o trabalho escravo junto a um grupo de trabalhadores a partir da mídia, entendemos que a própria

---

<sup>26</sup> Detalhamos nos próximos itens deste Capítulo esses processos de identificação e apropriação.

perspectiva pela qual olhamos para o objeto possui certo “empenhamento subjectivista”, que parte das representações construídas pela própria pesquisadora.

Neste sentido, entendemos que nossa trajetória de pesquisa ajuda a constituir nossas representações sobre o trabalho escravo contemporâneo. Fazemos aqui um exercício também de colocar em suspenso nossas pré-noções acerca dessas representações, embora entendamos que elas definem, de alguma forma, a própria condução do estudo.

Para Bourdieu (2000), quando os investigadores entendem erigir-se em juízes de todos os juízos e em críticos de todos os critérios, ficam privados de apreender a lógica própria de uma luta em que a força social das representações não está necessariamente proporcional ao seu valor de verdade. “Com efeito, enquanto pré-visões, estas mitologias “científicas” podem produzir a sua própria verificação se conseguirem impor-se à crença colectiva a criar, pela sua energia mobilizadora, as condições de sua própria realização”. (BOURDIEU, 2000, p. 121).

Na busca de compreendermos as formas de representação do grupo social estudado, tentamos não tomar partido das representações dos trabalhadores como algo que teremos condições de apreender em sua totalidade de sentidos e contradições. Também nos esforçamos para não produzir “crenças” (BOURDIEU, 2000) nem tampouco “uma ilusão bem fundamentada<sup>27</sup>” (DURKHEIM, 1970) do que seria a representação “real” dos trabalhadores. Entendemos, em última instância, que não há como separar essas representações, uma vez que os sentidos em ambos os contextos (grupo social e mídia) entrelaçam-se, reforçam-se e estão em contínuo movimento e, por conseguinte, são contraditórios e dinâmicos.

Concordamos com Hall (2003) ao afirmar que é nosso papel, como pesquisadores, não pressupor um sentido preferencial, mas antes abrir o texto o tanto quanto pudermos e, em seguida, ver como ele é fechado pelas pessoas que compõem a “audiência”<sup>28</sup>.

Para Hall (2010), representação significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre o mundo ou para representá-lo de maneira significativa para as outras pessoas. Dessa forma, a representação é entendida como uma parte essencial do processo mediante o qual se produz e se troca sentidos entre os membros de uma mesma

---

<sup>27</sup> Durkheim utiliza esse termo para conceituar a representação na obra *As formas elementares da vida religiosa* (1912) no contexto das representações sobre a religião.

<sup>28</sup> A audiência é entendida, neste contexto, como os leitores de nosso texto científico.

cultura. Representar implica o uso da linguagem, dos signos e das imagens que estão no lugar das coisas, que as representam. Mas o autor ressalta: não se trata de um processo direto e simples.

Com este entendimento, nos inspiramos na noção de Hall para construirmos nossa noção de representações para a realização deste estudo, que perpassa a linguagem e a produção dos sentidos dos sujeitos investigados sobre trabalho escravo a partir de produtos midiáticos apresentados a eles. As representações, portanto, são constituídas a partir dos processos de identificação e apropriação desses sujeitos em relação à mídia.

Antes de formular e aprofundar o conceito de representação, Hall (2003) recorre ao conceito de ideologia para buscar subsídios mais elaborados dentro das teorias sociais e apresenta elementos interessantes para a análise desses conceitos à luz dos estudos culturais. No ensaio *Significação, representação e ideologia*, ele percorre parte da obra de Althusser e escolhe um texto menos divulgado do filósofo intitulado *A favor de Marx* (ALTHUSSER, 1965/1969) para analisar tal conceito. “O que é ideologia, senão precisamente a tarefa de fixar significados através do estabelecimento, por seleção e combinação, de uma cadeia de equivalências?” (HALL, 2003, p. 164).

Para Hall, a articulação que Althusser faz da diferença e da unidade envolve uma elaboração distinta do conceito-chave marxista de determinação. Dessa forma, uma mesma classe social pode ser pensada com uma variedade de ideologias. E este é um dos principais ganhos apontados por Stuart Hall na contribuição de Althusser. A partir daí, apresenta alguns desdobramentos que chegam até o conceito de representação: “(...) O conhecimento, seja ele ideológico ou científico, é produto da prática. Não o reflexo do real no discurso ou na linguagem. As relações sociais têm que ser “representadas na fala e na linguagem” para adquirir significado.” (HALL, 2003, p. 170).

Neste contexto, Althusser pretende pensar a especificidade das práticas ideológicas ou a sua diferença a partir de outras práticas sociais.

(...) Também pretende pensar a “complexa unidade” que articula o nível da prática ideológica a outras instâncias de uma formação social. E assim, usando a crítica das concepções tradicionais de ideologia com as quais se deparou, propôs-se a oferecer algumas alternativas. (HALL, 2003, p. 170-171).

As alternativas às quais se refere Hall dizem respeito em Althusser pensar a relação com outras práticas sociais em termos do conceito de reprodução.

Althusser argumenta que, cada vez mais nas formações sociais capitalistas, o trabalho não é reproduzido dentro das próprias relações sociais de produção, mas fora delas.(...) Requer instituições culturais como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos etc, que não estão diretamente ligados à produção em si, mas que exercem função crucial de cultivar um certo tipo de trabalho moral ou cultural – aquilo que o modo capitalista moderno de produção requer. (HALL, 2003, p. 171).

A principal crítica de Hall ao ensaio althusseriano supracitado é de que a ideologia estaria relacionada preferencialmente às classes dominantes. “Se existe uma ideologia das classes dominadas, esta parece estar perfeitamente adaptada aos interesses e funções da classe dominante no modo capitalista de produção”. (HALL, 2003, p. 172). Hall afirma que quando se questiona sobre o campo contraditório da ideologia, sobre como a ideologia das classes dominadas é produzida e reproduzida, sobre as ideologias de resistência, de exclusão, de desvio etc, não há respostas neste ensaio.

Outra crítica de Hall apontada no mesmo texto de Althusser está relacionada à insistência de que “a ideologia é uma prática”, ou que surge em práticas localizadas dentro dos rituais dos aparelhos ideológicos. Althusser vai além da ideia tradicional marxista e aponta a linguagem e o comportamento como lugares de onde as ideias surgem e os eventos mentais são registrados ou concretizados enquanto fenômenos sociais. Hall entende essa perspectiva como bem-vinda, uma vez que rompe com a teoria materialista de que as ideias são eventos mentais e, portanto, só podem ocorrer “no pensamento ou na cabeça”.

A linguagem e o comportamento são os meios pelos quais se dá o registro material da ideologia, a modalidade de seu funcionamento. Esses rituais e práticas sempre ocorrem em locais sociais, associados a aparelhos sociais. É por isso que devemos analisar ou desconstruir a linguagem e o comportamento para decifrar os padrões de pensamento ideológico ali inscritos. (HALL, 2003, p.173).

Hall ainda discute a afirmação de Althusser de que a ideologia existe somente em virtude da categoria constitutiva do sujeito. Sobre esse assunto, ele afirma que embora a obra deste autor, em geral, assuma uma postura estruturalista, portanto, abolindo o problema da identificação subjetiva, ao desenvolver a sua teoria, o filósofo se afasta da ideia de que a ideologia é simplesmente um processo sem sujeito. “Ele

parece levar em consideração a crítica de que este domínio do sujeito e da subjetividade não pode ser deixado simplesmente como um lugar vazio.” (HALL, 2003, p. 176-177).

A partir do diálogo com Althusser sobre ideologia, Hall constrói seu conceito de representação na perspectiva das práticas sociais que, por sua vez, produzem sentido. Na perspectiva de Hall sobre os escritos de Althusser, não concebemos no presente estudo a classe de trabalhadores com ideologias determinantes e unificadas; pelo contrário, percebemos esse grupo social de forma heterogênea, contraditória e que por mais que possam se apresentar na perspectiva clássica marxista de “classe” (no caso, classe trabalhadora), essa condição não é determinante para representar um tipo de ideologia própria. Em outras palavras, não nos interessamos pela discussão de classe aqui para traçar um perfil do grupo estudado. Entendemos esses sujeitos, antes de tudo, como capazes de produzir representações de si e de interpretar e ressignificar as representações que a mídia faz deles.

De acordo com França (2004), as representações estão intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade, uma vez que são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade.

(...) por outro lado, enquanto sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais. Na sua natureza de produção humana e social, tem uma dimensão interna e externa aos indivíduos, que percebem e são afetados pelas imagens (passam por processos de percepção e afecção) – desses processos, as devolvem ao mundo nas formas de representação. (FRANÇA, 2004, p. 19).

Para a autora, as representações não apenas variam dentro das diferentes épocas e culturas, mas também espelham vivências específicas dentro de determinadas sociedades.

(...) quando falamos de representação, não falamos de algo claro, objetivo e identificável, mas ao contrário, de um fenômeno que, na sua dupla natureza (instauração dos sentidos, inscrição material), sofre permanentes alterações tanto na sua dimensão simbólica quanto nas suas formas concretas de manifestação (aparição sensível). (FRANÇA, 2004, p. 18).

França (2004) faz uma discussão interessante quando pergunta quando falamos de representação midiática, qual objeto devemos olhar? Os produtos midiáticos que nos

são disponibilizados? O mundo, que bem ou mal, nos é mostrado? “Ou antes as imagens remetem a nós, sujeitos que experimentamos e formatamos imagens mentais, e que somos, em última instância, os produtores/portadores dessas imagens e representações?” (FRANÇA, 2004, p. 19).

A questão das representações no campo da Comunicação já gerou muitos estudos, que utilizam sentidos múltiplos deste conceito, inspirados tanto na Psicologia quanto nas Ciências Sociais. Ao estudar essas influências, na tentativa de situar as pesquisas comunicacionais no contexto das representações, Soares (2007) propõe pelo menos quatro ordens de problemas distintos, porém complementares, pelas quais os estudos comunicacionais tratam esta noção. São elas: a) representação mental; b) determinantes sociais das representações; c) representações mediáticas e d) representação distribuída.

A representação mental, segundo o autor, estaria mais ligada à linguística; tendo o ponto de partida na filosofia medieval e “tomada como um construto hipotético para explicar o funcionamento da mente” (SOARES, 2007, p.48).

As representações mentais se constituem por meio da abstração dos dados da experiência, os quais, ao serem designados pelos signos linguísticos, tornam-se estáveis permitindo uma estruturação proposicional. Na verdade, a proposição dessas representações aparece no âmbito da linguagem, ou mais especificamente, nos significados que essa linguagem pode proporcionar. A ideia é de que “o significado de uma palavra se encontra sempre na representação mental que essa palavra exprime” (SOARES, 2007 apud PRADO JÚNIOR, 1961).

Sobre os determinantes sociais das representações, o autor trata do papel das estruturas sociais e conjunturas históricas e destaca Marx e Engels como representantes desse enfoque, posto que apresentam uma teoria sobre o papel da sociedade na formação das ideias, utilizando o termo ideologia para referir-se à influência das estruturas sociais na formulação das representações vigentes em uma dada época histórica. Para Soares, essa análise inverte os termos convencionais de abordagem do problema da formação das ideias, colocando em primeiro lugar o modo de produção material da sociedade.

Ainda neste enfoque, estão presentes os conceitos de “representações coletivas” em Émile Durkheim para indicar categorias de pensamento que traduzem estados de coletividade; e também na perspectiva da Psicologia Social, por meio do conceito de

“representações sociais”, de Serge Moscovici, que se contrapõe à noção totalista de Durkheim, sublinhando, ao contrário, as influências grupais sobre o pensamento individual em sociedades com maior diversidade social e cultural.

Para Soares (2007), na discussão sobre as relações entre conhecimento e contexto histórico e social, é necessária também a referência ao pensamento de Michel Foucault, que examina a representação em *As palavras e as coisas* (1995), relacionando-a à chamada episteme<sup>29</sup> dos séculos XVII e XVIII. Para Hall (2010), a contribuição de Foucault para o estudo das representações advém da força de seu conceito de discurso, entendido como um sistema da representação num determinado momento histórico.

Sobre as representações mediáticas, Soares (2007) afirma que é raro encontrar expressões das próprias ideologias, comuns em livros e jornais partidários: “elas se manifestariam de forma tácita, com vestígios ou traços implícitos em narrativas do jornalismo, da ficção, da publicidade e da propaganda.” (SOARES, 2007, p. 50).

Neste contexto, os meios de comunicação modernos são a caracterização tecnológica máxima da representação no sentido da figuratividade da imagem.

Apesar do seu realismo, a análise do processo de representação implica o reconhecimento do seu caráter produzido. As representações mediáticas são geralmente analisadas como modos de exposição de determinados assuntos ou pessoas que salientam algumas de suas características, ou mesmo acrescentam a eles ou subtraem deles certos atributos. (SOARES, 2007, p. 51).

Dessa forma, as representações mediáticas desempenham papéis distintos nos três grandes gêneros da cultura de massa: a ficção, a persuasão (publicidade comercial e propaganda política) e a informação (jornalismo).

O caso do Jornalismo é mais controvertido, do ponto de vista da adequação e precisão das representações. Enquanto se aceita com certa naturalidade a ideia de que um comercial de TV ou um filme de ficção contenha representações construídas e fantasiosas, essa possibilidade é inaceitável quando se trata de uma reportagem, devido à pressuposição de um compromisso ético e profissional desse gênero com a referencialidade e com o interesse público. No entanto, o jornalismo é necessariamente constituído por relatos de acontecimentos, ou seja, narrativas elaboradas a

---

<sup>29</sup>Episteme é o termo pelo qual se caracteriza o princípio de ordenação dos saberes de cada época histórica. (GREGOLIN, 2006 In SOARES, 2007).

partir da perspectiva de indivíduos sobre fatos agendados. (SOARES, 2007, p. 52).

Vale destacar que o jornalismo é construído a partir de um lugar de legitimidade discursiva, com cargas simbólicas de “verdadeiro” ou “real”, devido à referencialidade e ao interesse público. Dessa forma, não estamos interessados na discussão de verdade ou verossimilhança, mas sim na constituição das representações sobre o trabalho escravo que perpassa as reportagens televisivas assistidas juntamente com o grupo entrevistado.

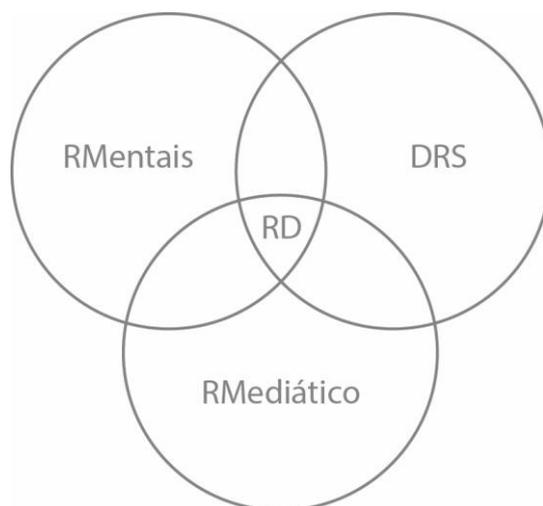
Sobre a representação distribuída, Soares (2007) aponta para a distribuição do conhecimento entre pessoas e artefatos, ou seja, nesta perspectiva, a representação inclui tanto agentes humanos, com seus padrões de comunicação e práticas, como os artefatos materiais, dispositivos e instrumentos, que suportam a disseminação do conhecimento pelo sistema. Neste contexto,

As representações seriam consideradas como constituídas de redes de interação entre pessoas e artefatos (mensagens), nas quais o polo individual só é possível na presença dos polos social e material. Uma concepção distributiva considera as representações mentais, os processos sociológicos e as representações mediáticas como instâncias que incidem umas sobre as outras e retroagem, de forma dinâmica. (SOARES, 2007, p. 53).

Portanto, as relações entre as representações mentais (RMentais), os determinantes sociais das representações (DSR) e as representações mediáticas (RMediáticas) nos ajudam a pensar como se constituem as representações dos sujeitos a partir da mídia. A intersecção dessas variáveis são as chamadas por Soares (2007) de representações distribuídas (RD).

O ponto central da intersecção do conjunto da figura (RD) demonstra o que buscamos neste estudo: entender a constituição das representações dos trabalhadores sobre trabalho escravo a partir da mídia, entremeadas pelos contextos sociais pelos quais esses sujeitos olham para a temática.

**Figura 1 – Constituição das representações**



Fonte: A autora, 2015.

Como orientação epistemológica, buscamos as representações mentais, explicitadas pelo autor como abstração dos dados da experiência a partir da linguagem, nas falas dos trabalhadores sobre trabalho, bem como sobre trabalho escravo. Ou seja, o significado desses termos na vida dessas pessoas. Entendemos que essas representações aparecem na produção de sentidos dos relatos sobre a experiência de cada um e podem ser traduzidos pela linguagem.

Já os determinantes sociais das representações aparecem neste estudo a partir dos contextos dos discursos dos entrevistados, assim como dos processos de sociabilidade desses sujeitos a partir da relação entre o trabalho e a mídia. Como já explicitado anteriormente, tratamos esses sujeitos a partir da identidade de trabalhadores rurais maranhenses e, portanto, entendemos que, a partir do diálogo sobre as representações acerca do trabalho, eles podem dizer muito de suas experiências de vida.

No contexto das sociabilidades, entendemos ainda que os agentes do movimento social que mediam as relações entre os trabalhadores e a mídia, bem como dos trabalhadores com os órgãos de fiscalização, como o MTE e demais instâncias, devem ser levados em consideração nesta análise para a melhor compreensão do lugar que esses sujeitos ocupam na constituição das representações dos trabalhadores.

Além deles, outros atores com que eles se relacionam, como os próprios empregadores ou intermediários (conhecidos como empreiteiros ou “gatos”), que recrutam os trabalhadores e demais atores que aparecem nas falas dos entrevistados.

Neste ponto, também nos incluímos como pesquisadora. Entendemos que as sociabilidades construídas com eles no ato das visitas em campo, conversas informais, bem como nas entrevistas individuais e coletivas (grupos de discussão), com exibição de reportagens televisivas, materializadas nas abordagens como nas formas de questionamentos sobre a temática também colaboram na constituição das representações deles sobre o trabalho escravo a partir da mídia, uma vez que esta discussão é pautada durante os trabalhos de campo.

A instância midiática, caracterizada neste estudo a partir das representações mediáticas, é o ponto de partida de nossa conversa com os sujeitos. Neste ponto, os processos de identificação e de apropriação dos sujeitos junto a esses textos midiáticos nos ajudam a aproximá-los ou afastá-los da temática (quando há estranhamentos) e nos proporcionam elementos de análise.

Portanto, nosso entendimento sobre a noção de representações perpassa a produção de sentidos dos sujeitos investigados sobre o trabalho escravo a partir da mídia. Utilizamos a linguagem para apreendermos essas representações a partir das falas dos trabalhadores, levando em consideração seu contexto social e cultural, bem como suas relações com os materiais midiáticos escolhidos. Para chegarmos até o nosso objetivo, que é analisar em que medidas as representações dos sujeitos sobre trabalho escravo são constituídas pela mídia, buscamos compreender os processos de identificação e apropriação do texto midiático junto a eles<sup>30</sup>.

### **3.2 Questões de identificação e identidade**

Para apreendermos as representações dos trabalhadores rurais maranhenses sobre o trabalho escravo a partir da mídia, investimos na análise dos processos de identificação e apropriação dos sujeitos com relação aos produtos midiáticos. Analisamos esses processos para chegarmos mais próximos das representações desses sujeitos que são dinâmicas e estão em constante movimento e ressignificação.

A noção de identificação que concebemos para a realização deste estudo parte da ideia de identidade, uma vez que este conceito é fundante para o entendimento que buscamos trazer acerca da identificação. Nosso interesse está exatamente no deslocamento da identidade para a identificação.

---

<sup>30</sup> As estratégias metodológicas estão detalhadas no Capítulo 4.

Acreditamos que ao questionarmos os trabalhadores sobre a identificação deles com as reportagens televisivas escolhidas para a realização deste estudo podemos chegar mais próximos do entendimento sobre as representações do trabalho escravo para esses sujeitos a partir do recorte midiático exibido e discutido com o grupo.

Para Hall (2013), o conceito de identificação acaba por ser um dos menos bem desenvolvidos no contexto das teorias sociais e culturais e é “quase tão ardiloso – embora preferível – quanto o de identidade”. E resta-nos buscar compreensões tanto no repertório discursivo quanto no psicanalítico sem nos limitarmos a nenhum deles para podermos dar conta deste conceito tão complexo.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (...) a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. (HALL, 2013, p. 106).

Para o autor, a carreira semântica oficial de identidade assinala “aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história”. O conceito de identidade que interessa ao autor é o chamado da modernidade tardia ou da pós-modernidade, mais fragmentada e fraturada, que não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem antagônicos. (2013, p. 108).

A identidade, portanto, é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas (HALL, 2013).

Vale destacar que os trabalhadores entrevistados neste estudo não são de uma mesma comunidade, ou seja, não residem numa mesma localidade; não possuem necessariamente laços de parentesco e nem tampouco apresentam expectativas de vida compartilhadas entre si, isto é, não apresentam a mesma identidade, no conceito clássico<sup>31</sup>. Os trabalhadores são originários de vários municípios maranhenses e foram

---

<sup>31</sup> Entendemos aqui que esses trabalhadores não compartilham necessariamente, dos mesmos ideais, como de ter uma terra para plantar, por exemplo. O grupo estudado é heterogêneo e apresenta características muito distintas e, portanto, não podem ser tratados como um grupo de marcas identitárias fortes, como podemos pensar nos próprios quilombolas do Maranhão, isto é, em comunidades que possuem uma

agrupados numa condição de “resgatados” do trabalho escravo contemporâneo a partir de ações de fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Para Hall (2013), as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência.

Elas (as identidades) tem a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2013, p.109)

Essa relação entre a identidade e a autorrepresentação<sup>32</sup> do grupo social nos interessa. E para melhor alcançarmos essa dinâmica, buscamos na identificação esse movimento entre o como eles se representam e se percebem no contexto da escravidão contemporânea e de que formas a mídia participa da constituição dessas representações.

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, um algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. (HALL, 2013, p. 110).

Segundo Woodward (2013), a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma “marcação simbólica” relativamente a outras identidades. Para a autora, a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais.

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e

---

relação de ancestralidade com a terra e apresentam-se com características coletivas bem definidas e até mesmo políticas e reivindicatórias.

<sup>32</sup> Vale destacar que o que chamamos neste trabalho de auto-representação trata-se da “representação de si mesmo” e sempre se refere ao grupo estudado: trabalhadores rurais maranhenses que foram submetidos a condições de trabalho escravo. Não utilizamos aqui o conceito analítico de autorrepresentação da Psicologia.

a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (WOODWARD, 2013, p. 14).

A conceituação da identidade envolve o exame dos “sistemas classificatórios” que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas, por exemplo, entre “nós e eles”, sempre numa relação de alteridade. No caso estudado, percebemos esses aspectos cambiantes da identidade do grupo de trabalhadores rurais maranhenses que apresentam diferenças entre si, mas que são muitas vezes obscurecidas em relação às diferenças que eles apontam “nos outros”, podendo ser pensado aqui nos próprios produtores de notícias, que constroem suas representações ou mesmo ao restante da sociedade, que não foi submetida a condições de trabalho escravo.

Segundo Hall (2013), as identidades surgem da “narrativização do eu”, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2013, p. 110).

Neste sentido, a partir da linguagem podemos acessar as identidades dos sujeitos investigados com toda a sua pluralidade e contradição; e, por intermédio da mídia, buscamos os processos de identificação desse grupo social com as representações sobre o trabalho escravo.

Woodward (2013) faz uma relação interessante entre identidade e subjetividade. Para ela, as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem

nossas identidades. A subjetividade, por sua vez, inclui as dimensões inconscientes do eu, o que implica a existência de contradições. Para ela, a subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional; permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. A subjetividade, em última instância, permite-nos explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares.

Para Hall (2003), é preciso pensar o sujeito em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma. O autor utiliza o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o “ponto de *sutura*” entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. Em última instância, para Hall, as identidades são representações construídas ao longo de uma “falta”, de uma divisão, a partir do outro. Por esse motivo, elas não podem ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeitos que são nelas investidos.

Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da *identificação*, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer. (HALL, 2013, p. 105).

Segundo Woodward (2013), a ênfase na representação e o papel-chave da cultura na produção dos significados que permeiam todas as relações sociais levam, assim, a uma preocupação com a identificação. Segundo a autora, esse conceito tem origem na Psicanálise, uma vez que descreve o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades.

No contexto da Psicanálise, o conceito de identificação herda um rico legado semântico. Freud chama-a de “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”. (FREUD, 1920-1922, p. 133). O conceito, dessa forma, está fundado na fantasia, na projeção e na idealização, sempre tomado de uma forma ambivalente, como é o caso do complexo de Édipo, em que tanto o pai quanto a mãe são, ao mesmo tempo,

objetos de amor e de competição. Na perspectiva freudiana, mais tarde, as identificações podem ocorrer com outras pessoas e com outros papéis sociais.

O que pretendemos compreender são essas identificações do grupo estudado com relação às representações sobre o trabalho escravo na televisão (e mais propriamente no telejornalismo).

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différance*. Ela obedece à lógica do mais-que-um. E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui. (HALL, 2013, p. 106).

O sentido da identificação que trazemos neste trabalho também é inspirado no estudo de David Morley (1980), intitulado *The Nationwide Audience*, no qual criou um grupo de discussão para estudar a “audiência” de um programa de entrevistas considerado “popular”, exibido em turno vespertino, da televisão britânica (BBC de Londres), analisado entre os anos de 1975 e 1977. Morley queria entender naquele estudo até que ponto a *audience*<sup>33</sup> se “identificava” com a imagem de si mesma no programa e ainda até onde os produtores conseguiam assegurar a “identificação” da audiência com o que pretendiam alcançar. Mais precisamente que setores da *audience* se sentiam mais identificados com o conteúdo do programa e, por conseguinte, se sentiam “representados” ou “delegavam autoridade” aos apresentadores e entrevistadores para interrogarem os personagens da vida pública britânica em seu nome.

Buscamos problematizar mais essas noções e trazê-las neste estudo como categorias que possam nos ajudar na análise e interpretação dos dados coletados no trabalho de campo, e também a noção de identificação no contexto do pensamento complexo e ancorado nas obras de Edgar Morin.

---

<sup>33</sup> Vale destacar que a terminologia “audience” para os estudos culturais britânicos corresponde mais ao conceito de “recepção” utilizado no Brasil do que a própria tradução literal “audiência”, que no contexto brasileiro apresenta-se com outro sentido nos estudos em Comunicação; mais ligado às linhas que seguem a orientação dos estudos norte-americanos, relacionados a usos e efeitos.

Em *O método 3: a consciência da consciência*, Morin (1999) afirma que a compreensão comporta uma projeção (de si para o outro) e uma identificação (com o outro), num duplo movimento de sentido contrário formando um ciclo. No nosso estudo, podemos pensar o processo de comunicação na perspectiva desse ciclo.

É nesse ciclo de projeção  $\leftrightarrow$  identificação que um *ego alter* (outrem) torna-se um alter ego (outro si mesmo) do qual se compreendem espontaneamente sentimentos, desejos, temores. O ato de compreensão de outrem comporta um “eu sou tu” (Novalis) e nesse sentido constitui um conhecimento fraterno ou sonoral que inclui o outrem numa esfera de simpatia ou mais ainda num círculo comunitário que pode não durar mais do que o tempo da compreensão. (MORIN, 1999, p. 159).

Segundo o autor, compreendemos o que sente o outro por projeção do que sentiríamos nós mesmos em semelhante circunstância e por retorno de identificação sobre si no sentimento projetado no outro.

O conceito de identificação tem sido retomado, nos Estudos Culturais, mais especificamente na teoria do cinema, para explicar a forte efetivação de desejos inconscientes relativamente a pessoas ou a imagens, fazendo com que seja possível nos vermos na imagem ou na personagem apresentada na tela. “Diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos, mas esses significados são contestados e cambiantes.” (WOODWARD, 2013, p. 19).

Segundo Hall (1997b), a identidade emerge, não tanto de um centro interior, como um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e as definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns dos discursos. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Isto, de todo modo, é o que significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da

cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). (HALL, 1997b, p. 9).

Neste sentido, entendemos que as identidades (ou as identificações) encontradas pelos sujeitos investigados nas representações sobre o trabalho escravo na mídia são construídas de acordo com os contextos históricos, culturais e sociais, ou seja, as identificações estão ligadas tanto às trajetórias de vida quanto às formas com que os sujeitos se reconhecem socialmente e culturalmente. Nesta perspectiva, acreditamos que a mídia também faça parte desses contextos sociais e culturais desses sujeitos, posto que a concebemos como uma instituição social.

As representações, portanto, são perseguidas neste trabalho pelos processos de identificação e apropriação dos sujeitos com relação à mídia e acessadas, por intermédio da linguagem, materializada pelos extratos de falas dos trabalhadores entrevistados e também pelos extratos de narrativas jornalísticas televisivas escolhidas para a assistência junto ao grupo. Neste sentido, trazemos a seguir as noções de linguagem e apropriação que construímos no decorrer deste estudo com o intuito de chegarmos até as representações.

### **3.3 Questões de linguagem e apropriação**

Para Minayo (2013), as representações se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. A linguagem, para a pesquisadora, é a sua dimensão mais privilegiada, tomada como forma de conhecimento e de interação social.

Mesmo sabendo que ela (a linguagem) traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial, frequentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade. Fruto da vivência das contradições que permeiam o dia a dia dos grupos sociais e sua expressão marca o entendimento deles com seus pares, seus contrários e com as instituições. Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos. (MINAYO, 2013, p. 90).

Entendemos a linguagem como um ponto fundamental para apreendermos as representações dos grupos sociais. No caso do presente estudo, a escolha pela linguagem torna-se uma forma interessante de externar as representações sobre o trabalho escravo junto ao grupo de trabalhadores entrevistados a partir de textos midiáticos assistidos com esses sujeitos.

Concordamos com Bourdieu (Apud ORTIZ, 1983)<sup>34</sup> quando afirma que a linguagem é uma *práxis*. Ela é feita para ser falada, isto é, utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação. Neste contexto, Bourdieu afirma que a competência prática é adquirida “em situação”, na prática: o que é adquirido é, inseparavelmente, o domínio prático da linguagem e o domínio prático das situações, que permitem produzir o discurso adequado numa situação determinada.

Neste estudo, a fala dos trabalhadores é provocada a partir da exibição das reportagens escolhidas para compor nosso *corpus* de análise. Ou seja, o diálogo é deflagrado nestas condições; neste encontro entre mim e esse “outro”; sujeitos que foram submetidos a regimes de trabalho escravo.

Conectando os conceitos de representação ao sentido, à linguagem e à cultura, Stuart Hall (2010) analisa três diferentes teorias que utilizam a linguagem para representar o mundo: a reflexiva, a intencional e a construtivista, e aponta esta última como a perspectiva de maior impacto para os estudos culturais recentes, uma vez que o sentido é construído na linguagem e mediante ela. Além disso, de acordo com esta abordagem, a linguagem é vista como um ato social.

A partir da perspectiva do construtivismo, Hall afirma que representação é a produção de sentido dos conceitos em nossa mente mediante a linguagem. Para ele, o vínculo entre os conceitos e a linguagem é o que nos capacita para distinguirmos o mundo real dos objetos; as pessoas dos eventos, entre outros. A linguagem, neste estudo, é um meio de acessarmos os sentidos expressos pelos sujeitos investigados.

Nessa abordagem, a linguagem não funciona como um espelho. O sentido é produzido dentro da linguagem, por uma prática “pelo trabalho, da representação.”<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> O texto *A Economia das trocas linguísticas*, de Pierre Bourdieu (1977), foi acessado pela coletânea organizada por Renato Ortiz (1983) intitulada *Sociologia – Bourdieu*, com tradução de Paula Montero.

<sup>35</sup> (...) por el “trabajo”, de la representación.

(HALL, 2010, p. 457, *tradução nossa*). É construído mediante a significação, pelas práticas que produzem sentido. E essas práticas são sempre externadas através da linguagem dos indivíduos.

O autor ressalta ainda que a representação só pode ser adequadamente analisada em relação às formas concretas assumidas pelo significado e/ou no exercício concreto da leitura e interpretação. Isso, para ele, requer a análise de sinais, símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons – as formas materiais – onde circula o significado simbólico. Mas, para Hall (2003), o significado não é direto nem transparente e não permanece intacto na passagem pela representação. Ele é sempre negociado e está em efetivo intercâmbio, ou seja, pode ser pensado como um processo de tradução, que facilite a comunicação cultural enquanto sempre reconheça a persistência da diferença e do poder entre os diferentes falantes de um processo de comunicação. Ou seja, os sentidos são sempre negociados e acompanham processos dinâmicos de transformação e/ou ressignificação. Eles avançam e retroagem, de acordo com as interpretações, bem como as relações entre os sujeitos no ato discursivo.

Com o objetivo de problematizar o conceito de representação, Hall (2010) recorre ao pensamento de Michel Foucault para tratar as relações entre práticas discursivas e sujeitos que ocupam diferentes lugares e sentidos. Ele chega a afirmar que “o discurso produz sujeitos”, ou seja, as figuras que personificam as formas particulares de conhecimento que o discurso produz; e também produz “um lugar para o sujeito”, isto é, o indivíduo pode “estar sujeito” a um determinado discurso mediante à “sujeição dos sentidos, poder e regulação”. Todos os discursos, portanto, constroem “posições-sujeito”, desde que eles façam sentido. (HALL, 2010, p. 478)

Vale lembrar que, segundo o autor, a produção de sentido depende das práticas de interpretação; e a interpretação está sustentada pelo uso dos códigos linguísticos, sociais e culturais. Acrescentamos aqui o contexto histórico também como um elemento determinante para as práticas de interpretação.

Hall trata a linguagem num sentido mais amplo e inclusivo: entendido como um sistema escrito e falado e também formado por imagens produzidas por meios mecânicos, eletrônicos, digitais ou quaisquer outros meios, sempre quando é utilizada para expressar sentidos. Dessa forma, ele entende as imagens como signos que possuem sentidos e, portanto, são passíveis de interpretação.

De acordo com Woodward (2013), as representações incluem as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2013, p. 18).

Tanto os fatos às claras quanto aqueles omitidos, fazem parte da construção de significados estabelecidos nas práticas culturais específicas. Desta forma, todas as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem apresentam dimensões culturais; que também podem ser entendidas como ideológicas. Para Hall (1997b), isto não significa que tudo é cultura, mas sim que toda prática social depende e tem relação estreita com o significado, ou seja, a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, e que toda prática social tem uma dimensão cultural.

Segundo Hall (2010), o compartilhamento de sentidos ocorre, em geral, entre os indivíduos que pertencem a uma mesma cultura, isto é, pertencem ao mesmo universo conceitual e linguístico. Dessa forma, compartilhar sentidos é ver o mundo utilizando o mesmo sistema de linguagem. Neste contexto, os aspectos sociais e culturais dos sujeitos investigados neste estudo são fundamentais na busca da compreensão de como se constituem as representações deles sobre o trabalho escravo. E nosso pressuposto é de que a mídia seja um dos elementos que constituem essas representações.

Partilhando deste posicionamento, podemos destacar que estas práticas estão inseridas em contextos sócio-históricos, dentro dos quais determinadas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas por sujeitos e têm um significado para eles (THOMPSON, 2013). Neste processo estão envolvidas instituições específicas. Por isso, para entendê-las, é fundamental considerar os elementos internos que as constituem, mas mais do que isso, o ambiente, as relações, os modos e as técnicas empregados nas etapas do processo comunicativo, as relações de poder etc.

Para Thompson (2013), as formas simbólicas são produzidas em um contexto (que ele chama de “estrutura interativa de produção”) e recebidas numa multiplicidade de outros contextos (as “estruturas interativas de recepção”). Podemos pensar nessa proposta do autor para tentar entender as condições de produção e de recepção e de como as relações entre essas condições podem definir os sentidos no contexto das representações midiáticas.

O uso que fazemos das coisas; o pensar, o sentir, o dizer sobre elas, o modo como passamos a representá-las através da linguagem, é que lhes dão significado. Fazemos isto, em grande medida, a partir da interpretação que realizamos e da maneira como as incorporamos em nosso cotidiano; apesar deste tipo de procedimento nem sempre se dar de modo consciente.

No contexto das representações, a cultura passa a ser entendida como a produção de fenômenos que contribuem, mediante reelaboração simbólica das estruturas materiais, na compreensão, reprodução ou transformação do sistema social. É o lugar no qual se representa nos sujeitos o que passa na vida cotidiana, dando a possibilidade de criação de alternativas na busca de uma dimensão transformadora.

Embora tratemos a linguagem como um meio de acessar os sentidos dos sujeitos investigados, concordamos com Benveniste (1991) ao alertar sobre os cuidados que devemos ter ao relacionar a linguagem como um instrumento, uma vez que falar em instrumento é colocar em oposição o homem e a natureza. Não pretendemos aqui dissociar o homem de sua propriedade da linguagem; é por esta propriedade inerente ao homem que nos interessamos, e buscamos aqui acessar.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”(…). A subjetividade que tratamos é a capacidade do locutor para se propor como *sujeito*. (BENVENISTE, 1991, p. 286).

E são nos extratos das falas desses trabalhadores, acessadas por meio de entrevistas, que buscamos a linguagem neste sentido, sendo constitutiva dos sujeitos e fundamentando suas realidades.

Além da linguagem (materializada neste estudo com as falas dos trabalhadores a partir das narrativas midiáticas), também nos interessamos pelo conceito de apropriação (THOMPSON, 2013), quando se refere à propagação do processo de recepção das

mensagens, no nosso caso, por parte desses sujeitos. Para o autor, “apropriar” é “tornar próprio” algo que é alheio ou estranho; é encontrar um meio de se relacionar com ele e de incorporá-lo na própria vida.

Assim fazendo, os indivíduos se valem dos próprios conhecimentos, de suas habilidades adquiridas e dos recursos que lhe são disponíveis. Estes atributos sociais são elementos substantivos no processo de apropriação que começa com uma recepção inicial das mensagens da mídia, mas se estende muito além dela, envolvendo outros contextos, outros indivíduos, outras mensagens entrelaçadas com aquelas inicialmente recebidas. (THOMPSON, 2013, p.149).

Segundo ele, ainda que os diversos contextos de recepção tenham certas características comuns, é importante enfatizar que os atributos sociais que os indivíduos trazem para estes contextos não são os mesmos em todos os lugares.

A recepção e a apropriação das mensagens da mídia são maneiras de responder aos outros espacial e temporariamente distantes. Isso envolve um conjunto de atividades (vendo, ouvindo, lendo, discutindo, etc) que são estimuladas pelas ações de outros que estão situados em contextos distantes. Em muitos casos, essas atividades responsivas se desdobram de múltiplas e variadas maneiras e sem relação entre elas, refletindo a diversidade dos contextos nos quais as mensagens são recebidas. (THOMPSON, 2013, p. 151).

Neste sentido, a recepção dos produtos de mídia acontece em particulares contextos espaço-temporais. Ao responder às ações e expressões dos produtores, os receptores geralmente o fazem como uma contribuição às outras formas de interação das quais eles participam. E é pela linguagem que essa interação se dá.

Desse modo, as mensagens da mídia adquirem o que chamarei de “elaboração discursiva”: elas são elaboradas, comentadas, clarificadas, criticadas e elogiadas pelos receptores que tomam as mensagens recebidas como matéria para alimentar a discussão ou o debate entre eles e com os outros. O processo de elaboração discursiva pode envolver indivíduos que não tomaram parte na quase-interação mediada – como quando, por exemplo se descreve o que se viu na televisão a amigos que não assistiram a um determinado programa. (THOMPSON, 2013, p.148).

Dessa forma, as mensagens da mídia adquirem uma audiência adicional de receptores secundários que não participaram diretamente da “quase-interação

mediada”<sup>36</sup>, mas que assimilaram alguma versão da mensagem através de interação face a face com os receptores principais.

A “elaboração discursiva” da mídia sobre o trabalho escravo é recebida pelos sujeitos e ressignificada, gerando outras “elaborações discursivas”, esta do grupo social, que perpassa tanto a mídia quanto os demais contextos sociais nos quais essas representações são construídas, negadas, corroboradas ou ainda ressignificadas. Essa “elaboração discursiva” também tem fortes influências da cultura, bem como da história, isto é, dos contextos históricos nos quais os sujeitos circulam e produzem sentidos. Segundo Thompson (1998), a recepção e a apropriação dos produtos comunicativos podem ser vistas como “práticas situadas”, isto é, práticas que acontecem em contextos sócio-históricos específicos, em determinados tempos e lugares, isoladamente ou em companhia de outros.

Para o autor, esclarecer os modos típicos de apropriação é identificar algumas das maneiras características como os produtos comunicativos são recebidos e usados pelas pessoas. Thompson (1998) chama de “interpretação da doxa” a interpretação dos entendimentos e das crenças comuns às pessoas que constituem o mundo social. Podemos pensar nos repertórios dos sujeitos. Segundo ele, ao receber as mensagens, as pessoas se apoiam e empregam convenções de vários tipos que as possibilitem decodificar e tornar compreensivas as mensagens. Aceitam ou rejeitam-nas e tomam posições sobre elas.

Portanto, neste trabalho, as falas dos trabalhadores deflagradas a partir da assistência de textos midiáticos escolhidos são os principais materiais que analisamos na busca da compreensão das representações desses sujeitos acerca do trabalho escravo. Acreditamos que, pela linguagem, temos a possibilidade de acessar essas representações. E entendemos aqui que acessamos uma linguagem possível a partir do diálogo com os sujeitos entrevistados. Trata-se aqui de competência de situação aliada à competência autorizada (BOURDIEU, Apud ORTIZ, 1983) dessas falas. Ou seja, os sujeitos estão neste estudo numa situação de fala possibilitada pela autoridade de falantes do assunto, uma vez que são legitimados para tal. Eles são trabalhadores que foram submetidos a regimes de trabalho escravo e, nesta pesquisa, são questionados

---

<sup>36</sup> Neste contexto, Thompson (2013) se refere aos receptores que tiveram contato direto com os programas televisivos.

sobre esta condição, numa situação provocada a partir de outro discurso, o midiático, sobre a temática.

Portanto, trazemos neste Capítulo nosso entendimento a respeito das representações, concebidas aqui como um conjunto de produções de sentidos que envolvem tanto os contextos sociais e culturais quanto as formas de interação dos indivíduos, no caso, com relação à mídia: ponto de partida escolhido para dialogarmos com os sujeitos investigados.

Para acessarmos essas representações dos trabalhadores entrevistados sobre o trabalho escravo, a partir da mídia, buscamos analisar os processos de identificação e apropriação dos sujeitos em relação ao texto midiático. Neste contexto, a linguagem é o nosso principal meio de apreendermos essas noções, a partir das falas dos entrevistados, relacionando-as com as narrativas jornalísticas televisivas.

A seguir, apresentamos nossas noções sobre o trabalho escravo contemporâneo, bem como o contexto e o lugar da nossa pesquisa. Feito isso, indicamos caminhos metodológicos de análise, a partir dos materiais recolhidos no campo empírico.

#### 4. TRABALHO ESCRAVO E O CAMPO DA PESQUISA

Neste capítulo, contextualizamos nosso objeto de estudo ao apresentarmos uma descrição do *corpus* documental, bem como do perfil dos sujeitos pesquisados e também descrevemos as etapas do campo empírico. Ao final, apresentamos uma proposta de análise das representações a partir dos processos de identificação e apropriação dos sujeitos com relação ao texto midiático.

Portanto, trata-se de um capítulo de contextualização e também de indicações metodológicas. Neste sentido, o primeiro item aprofunda algumas questões já levantadas desde o início do trabalho à luz de autores da Sociologia Brasileira. Já o segundo, apresenta a entidade do movimento social pela qual chegamos até os trabalhadores entrevistados, o Centro de Defesa de Açailândia, assim como contextualiza a região geográfica estudada com suas implicações geopolíticas e econômicas; o município de Açailândia, localizado no estado do Maranhão.

Também apresentamos uma descrição mais aprofundada do material midiático escolhido para a realização deste estudo como dos critérios utilizados para chegarmos até ele.

Em seguida, descrevemos o trabalho de campo, desenvolvido numa primeira etapa, que chamados aqui de piloto, realizada em agosto de 2013, que serviu para testar nossos instrumentais e fazer um primeiro contato com o grupo entrevistado para a elaboração da tese.

Já a etapa realizada em dezembro de 2014, na qual realizamos grupos de discussão e entrevistas individuais, nas residências dos trabalhadores, trata do momento principal do trabalho de campo, de onde retiramos os extratos de falas dos entrevistados e analisamos, à luz do material midiático escolhido, construindo nossas reflexões sobre o objeto. Também apresentamos neste item parte da trajetória de pesquisa aos sujeitos pesquisados.

Quando tratamos dos sujeitos da pesquisa, dividimos o texto em dois itens, sendo que o primeiro traz características gerais deste grupo social, com informações quantitativas e qualitativas encontradas em relatórios e levantamentos de órgãos diretamente ligados à temática, como a OIT (Organização Internacional para o Trabalho) e o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), tratadas neste estudo como dados secundários. O segundo item trata dos sujeitos propriamente entrevistados e é construído a partir de dados primários, do trabalho de campo.

Para fechar o capítulo, apresentamos um caminho teórico-metodológico possível para interpretarmos os dados empíricos recolhidos durante os anos de pesquisa e, assim, darmos uma contribuição para os estudos da Comunicação que versam sobre representações e linguagem.

#### **4.1 O trabalho escravo contemporâneo**

As terminologias trabalho escravo, escravidão contemporânea, trabalho degradante, trabalho forçado, servidão por dívida e ainda condição análoga à de escravo têm suas origens e histórias sociais<sup>37</sup>, embora se refiram a uma mesma situação, todavia, distinta da escravidão do período colonial e do contexto do tráfico negreiro no Brasil.

Tratamos aqui desta situação contemporânea de superexploração do trabalho e não temos a preocupação de aprofundar as nomenclaturas utilizadas pela Sociologia do Trabalho, uma vez que este estudo não se preocupa em discutir essa categoria de forma analítica. Chamamos, em geral, de trabalho escravo, podendo utilizar outras nomenclaturas para dizer a mesma coisa por questões de coesão textual no decorrer da escrita.

O trabalho escravo contemporâneo é datado no Brasil. A chamada escravidão contemporânea torna-se visível no Brasil ao final da década de 60, momento em que o país vivia o início do seu milagre econômico e a região amazônica tornava-se alvo de vultosos projetos de infraestrutura, visando à implantação de empreendimentos econômicos assentados na utilização predatória dos recursos naturais e da força de trabalho.

O uso de mecanismos repressivos para imobilizar a força de trabalho necessária a esses empreendimentos passa a ser um traço recorrente na história desta região, aparecendo com relevo aquilo que a bibliografia especializada designa como escravidão por dívida.

José de Souza Martins (1994) considera a escravidão por dívida uma variação do trabalho assalariado, ocorrendo em situação de superexploração da força de trabalho, isto é, em condições em que a exploração do trabalhador é levada ao limite, colocando em questão a sua própria sobrevivência; e que se dá especialmente quando mecanismos

---

<sup>37</sup> As terminologias são categorias analíticas no contexto da Sociologia do Trabalho (MARTINS, 1994); (ESTERCI, 1994); (FIGUEIRA, 2004), entre outros, e também categorias utilizadas pelos operadores do Direito, que estão presentes no Código Penal Brasileiro e demais documentos relacionados aos direitos humanos.

de acumulação primitiva são incorporados no processo de reprodução ampliada do capital.

Neide Esterci (1987) chama a atenção para a constituição da dívida que adquire uma relevância singular no processo do referido trabalho escravo, visto que é utilizada como uma das ferramentas para manter o trabalhador “preso” ao seu local de trabalho. Neste sentido, a autora denomina como peonagem esta forma de subordinação do trabalho, distinta do assalariamento tipicamente capitalista. A categoria “peão” também é utilizada por Martins (1981) e Velho (1979) para designar trabalhadores que são contratados pelos intermediários, também chamados de empreiteiros ou gatos, e submetidos a trabalhos temporários em fazendas ou demais estabelecimentos. (MOURA, 2009).

Numa perspectiva que toma como referência de análise o ponto de vista dos trabalhadores; isto é, da relação desses trabalhadores com suas próprias atividades e com os demais atores sociais envolvidos – como os agenciadores da força de trabalho, fazendeiros, entre outros – Esterci (1994) aponta a desigualdade social como um cenário propício para a construção da dívida que imobiliza a mão de obra e transforma o trabalho escravo numa prática recorrente em novos empreendimentos rurais na Amazônia Brasileira.

Segundo a autora, mesmo em situações mais difíceis, os trabalhadores devem ser vistos como sujeitos, portadores de tradições e valores, pessoas que ocupam posições determinadas na estrutura hierárquica e na organização dos grupos sociais aos quais pertencem.

Neste contexto, o conceito de trabalho escravo contemporâneo se dá a partir da publicização do problema, com denúncias à Delegacia da Polícia Federal, entre meados de 1960 e 1970, tratando das situações de superexploração do trabalho, trabalho degradante, trabalho escravo, escravidão por dívida e demais categorias que denunciam a exploração da mão de obra, a coerção e a violência de agenciadores, fazendeiros e dos chamados “jagunços”, na Região Amazônica.

A primeira denúncia oficial sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil foi realizada pelo então bispo da igreja católica Pedro Casaldáliga, por intermédio de uma Carta Pastoral, em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, em outubro de 1971. Desde então, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), entidade da igreja católica, inicia uma série de denúncias e parcerias com outras entidades do movimento social no Brasil em combate ao trabalho escravo.

Segundo Esterici (1994), também a partir dos anos 70 inicia-se a circulação de notícias na imprensa nacional e internacional sobre aliciamento e situações da chamada escravidão por dívida. Também é a partir desta década que aparecem os primeiros acordos internacionais de combate a instituições similares à prática da escravidão.

Neste sentido, a cobertura sobre o trabalho escravo contemporâneo na televisão brasileira também é datada. Embora o tema possa ter aparecido no telejornalismo nos anos 70 e 80, foi a partir dos anos 90, e mais propriamente a partir de 1994, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece publicamente que “no Brasil, ainda havia trabalho escravo”, que a mídia, e principalmente a televisão, se interessa em noticiar e acompanhar mais de perto este assunto. Este fato é visível quando buscamos essas notícias em arquivos de jornais impressos e das principais emissoras de televisão de canal aberto no Brasil. Nos anos 70 e 80, o assunto é abordado esporadicamente, e principalmente pautado pelo movimento social, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e as demais entidades do movimento social que atuam na temática dos direitos humanos.

Mas a declaração do então presidente da República, nos anos 90, aliado ao fato de o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) formar um grupo móvel rural de fiscalização a partir de denúncias de trabalho escravo em 1995, começa a pautar a mídia de forma mais sistemática. Esse processo se fortalece nos anos 2000, e principalmente a partir de 2003, quando é lançado no início da primeira gestão do governo Lula, o 1º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e o tema do trabalho escravo contemporâneo passa a fazer parte das políticas públicas de governo. Neste momento, o tema também passa a ser noticiado com mais periodicidade na televisão.

De acordo com o MTE, desde 1995, em duas décadas de grupo móvel de fiscalização, foram resgatados quase 50 mil trabalhadores em condições análogas a de escravos no Brasil. De acordo com dados da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, publicados pela Agência Brasil em janeiro de 2015<sup>38</sup>, desde 1995, quando o país reformulou seu sistema de combate ao trabalho escravo contemporâneo, foram realizadas 1.724 operações em 3.995 propriedades e aplicadas muitas indenizatórias cujo valor supera os R\$ 92 milhões.

---

<sup>38</sup> Os dados foram publicados pelo site da Agência Brasil no dia 28 de janeiro de 2015.

Segundo relatório produzido pela ONG Repórter Brasil a pedido da CONATRAE (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo)<sup>39</sup>, o trabalho escravo contemporâneo é

(...) quando o trabalhador não consegue se desligar do patrão por fraude ou violência, quando é forçado a trabalhar contra sua vontade, quando é sujeito a condições desumanas de trabalho ou é obrigado a trabalhar tanto e por tantas horas que seu corpo não aguenta (SAKAMOTO, 2014e, p. 1).

Esta definição é fundamentada no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro de 1940, e que foi reformulado em 2003. Segundo o Artigo, o cerceamento de liberdade de se desligar do serviço, servidão por dívida, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva são considerados crimes.

**Artigo 149.** Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

I- cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra a criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor etnia, religião ou origem (BRASIL, 1940).

Atualmente, os tribunais de Justiça do Brasil, a OIT e a ONU reconhecem como legal o conceito de trabalho escravo contemporâneo brasileiro<sup>40</sup>. A ONG Repórter Brasil defende que a problemática da exploração da mão de obra é uma realidade do

<sup>39</sup> Criada em agosto de 2003, a CONATRAE (Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo), órgão colegiado vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, tem a função primordial de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

<sup>40</sup> Com a aprovação da PEC 438 (27 de maio de 2014), a qual determina que as propriedades que forem encontradas com trabalhadores escravos sejam confiscadas e destinadas à reforma agrária ou a programas de habitação urbana, a bancada ruralista do congresso nacional está tentando descaracterizar o conceito de trabalho escravo. Os ruralistas querem alterar a lei e limitar a definição de escravidão aos casos em que há ameaças e violência física direta, ignorando os casos de degradação humana, que é uma das ações mais recorrentes no país.

capitalismo, no qual os indivíduos que detém os meios de produção utilizam a força de trabalho da parcela da população mais desprovida de bens e dos meios de produção. Como o capitalismo é movido pela geração de lucro, o mercado utiliza a força do trabalho de uma massa a custos baixos.

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão. A superexploração do trabalho, da qual a escravidão é sua forma mais cruel, é deliberadamente utilizada em determinadas regiões e circunstâncias como parte integrante e instrumento do capital. Sem ela, empreendimentos mais atrasados em áreas de expansão não teriam a mesma capacidade de concorrer na economia globalizada. Por conseguinte, o crescimento da oferta de produtos agropecuários no mercado seria mais lento, o que reduziria o ritmo de queda dos preços das matérias-primas em escala global, prejudicando o comércio e a indústria que demandam sempre mais por menos (SAKAMOTO, 2011).

Além da discussão que tenta descaracterizar o conceito de trabalho escravo contemporâneo, promovida pela bancada ruralista do Congresso Nacional, desde 2014, outro instrumento de combate e publicização do problema ficou ameaçado durante os três primeiros meses de 2015. Trata-se da chamada “lista suja” do trabalho escravo, um cadastro de empregadores que foram flagrados praticando o crime de trabalho escravo, criado em 2003 pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e, desde lá, atualizado semestralmente pelo órgão governamental e disponibilizado em site oficial para consulta pública. Dias antes da última atualização do ano, em dezembro de 2014, o então ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, concedeu liminar proibindo o governo federal de divulgar a “lista suja” do trabalho escravo. A liminar foi concedida a pedido da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) que teria questionado a constitucionalidade do cadastro, afirmando, entre outros argumentos, que ele deveria ser organizado por uma lei específica e não uma portaria interministerial, como é atualmente. Três meses depois, no final de março de 2015, o governo federal derruba liminar do STF e recria o cadastro de empregadores que utilizam mão de obra escrava amparado pela LAI (Lei de Acesso à Informação).

Os sucessivos instrumentos que ora são criados por pressão social e ora são retirados por pressão dos empresários fiscalizados denotam o contexto atual de constituição do conceito de trabalho escravo contemporâneo no Brasil. E é neste

contexto que buscamos entender em que medidas os sujeitos investigados neste estudo, que já foram submetidos a condições de trabalho escravo, se apropriam da mídia para constituir suas representações sobre o assunto.

#### **4.2 O Centro de Defesa e o município de Açailândia (MA)**

Desde o primeiro contato com grupos de trabalhadores, tivemos o intermédio do CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascáran) na facilitação do nosso relacionamento com os sujeitos do campo empírico.

Dessa forma, entendemos que apresentar o Centro de Defesa e a sua importância junto aos trabalhadores egressos do trabalho escravo diz muito do contexto desta pesquisa. A entidade, fundada em 1996, possui reconhecimento tanto nacional como internacional em função da sua atuação nas denúncias e ações preventivas contra o trabalho escravo contemporâneo e suas derivações. Instituição focada na defesa dos direitos humanos - como o próprio nome já anuncia - e propagação da cidadania com o escopo de atingir uma finalidade, tornar ciente o trabalhador para que não (re)caia em situações de trabalho análogo ao de escravo.

É importante enfatizar que o Centro de Defesa está localizado no município de Açailândia<sup>41</sup>, localizado no Oeste Maranhense<sup>42</sup>, que possui localização estratégica<sup>43</sup> para os projetos de desenvolvimento que foram implantados desde os anos 60, quando o local (emancipado nos anos 80) ainda fazia parte do município de Imperatriz; a segunda maior cidade do Maranhão, depois da capital São Luís.

Açailândia começa a ser povoada principalmente por migrantes nordestinos, a partir dos 60. Esses migrantes<sup>44</sup> possuíam características diferentes, isso porque os primeiros eram agricultores advindos, em sua maioria, de Pernambuco, Piauí e Ceará. Os outros eram médios proprietários e naturais, em grande parte, de Minas Gerais e Bahia (CARNEIRO, 1995).

---

<sup>41</sup> Município ligado à capital maranhense, São Luís, através da BR-222.

<sup>42</sup> Classificação utilizada IBGE.

<sup>43</sup> Pelo município, cortam duas rodovias e duas ferrovias; e por isso é considerado um importante local para escoamento da produção econômica da Amazônia Brasileira, principalmente representado pelo minério de ferro (ou ferro gusa), exportado para Europa, Ásia e Estados Unidos.

<sup>44</sup> Grupo predominantemente formado por trabalhadores não agrícolas e de migrantes com algum recurso, que se instalaram em Açailândia como comerciantes ou montaram pequenas serrarias. (CARNEIRO, 1995).

Já na década de 1970, o que em sua gênese era uma área de pequenos produtores rurais, passa a se transformar em latifúndios agropecuários. Então, os pequenos produtores perdem espaço para a indústria agropecuária e madeireira. Assim, “coexistindo com estas, mas em condições de difícil reprodução, estará a agricultura camponesa assentada no trabalho familiar e ocupando ou arrendando pequenas parcelas de terra”. (CARNEIRO, 1997, p. 228).

No decorrer dos anos 1970 e início dos anos 1980, Carneiro (1995) faz um levantamento relativo aos conflitos de terra desencadeados entre fazendeiros e posseiros, no período que segue. Desse modo, houve a comercialização de terras ocupadas, movimentos para a “limpeza da área”, e passagem mediada através das rodovias.

Açailândia, no ano de 1985, foi incluída como zona industrial do Programa Grande Carajás, tomando-se assim, por definição institucional, área prioritária para a implantação de empreendimentos industriais sob os auspícios do programa. (CARNEIRO, 1995). Sabemos que o grande atrativo dos empreendimentos industriais em se instalarem na Região Amazônica se deu, entre tantos motivos, em função de inúmeros benefícios concedidos através do governo, como por exemplo, imunidade tributária, aquisição de terras públicas, financiamentos, incentivos fiscais, entre outros.

Foi uma gama tão grande de benefícios<sup>45</sup> o que tornaria quase impossível que os empreendimentos se instalassem em localidades diferentes. E acaba por cair em uma dinâmica especulatória das terras – na verdade, dos grandes latifúndios-, em função da Estrada de Ferro Carajás.

A partir da criação do Polo Siderúrgico de Carajás<sup>46</sup>, desencadearam-se processos ambientais e sociais com a implantação da atividade carvoeira na região. E são em carvoarias as primeiras denúncias de trabalho escravo em Açailândia, Maranhão, seguidas das fazendas de gado, principalmente na atividade econômica de limpeza do

---

<sup>45</sup>Licença para construção e operação de instalações portuárias; concessão de financiamentos para a exportação; autorização e registro de empréstimos externos; autorização e emissão de guia para importação de máquinas, equipamentos, aparelhos etc. (PINTO,1982 apud CARNEIRO, 1989, p.155). Além de incentivos tributários através da isenção do Imposto de Renda pelo prazo de 10 anos; isenção dos impostos de Importação sobre Produtos Industrializados, incidentes sobre produtos sem similar nacional; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). (SÁ,1987 apud CARNEIRO,1989, p.155).

<sup>46</sup>“Uma das regiões mais desmatadas e violentas da Amazônia, Carajás – que engloba partes do Pará, do Maranhão e do Tocantins -, teve um crescimento explosivo nas últimas décadas, desde que o governo decidiu, nos anos 80, transformar a região em polo de produção de ferro. (...) Daquela época em diante, as áreas desmatadas aumentaram significativamente, e a produção de ferro gusa – matéria - prima do aço – também, puxada por uma demanda do mercado externo.” Relatório Greenpeace, 2012, p.03.

pasto para a plantação do capim; atividade chamada pelos trabalhadores de *roço da juquira*<sup>47</sup>.

As primeiras denúncias de que havia carvoarias em Açailândia que escravizavam trabalhadores ocorreram no início dos anos 90 e foram feitas por missionários católicos que trabalhavam junto a pastorais sociais no município. O grupo, liderado pela missionária espanhola Carmen Bascáran<sup>48</sup>, ficou tão indignado com as condições que presenciaram que fundaram, em 1996, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia.

Dessa forma, a entidade inicia sua trajetória com a reunião de pessoas que participavam de movimentos eclesiais de base, padres combonianos<sup>49</sup> e lideranças de outros movimentos. Cerca de doze pessoas sentiram a necessidade de criar um órgão/instituição para tratar a questão dos trabalhadores que sobreviviam do trabalho em carvoaria. A proximidade da cidade de Açailândia com as carvoarias torna possível a formação de uma rede a partir da identificação de sujeitos coletivos e de situações sistêmicas antagônicas a serem combatidas e transformadas.

No tocante ao enfrentamento do trabalho escravo, o CDVDH/CB realiza suas ações com o apoio de vários órgãos, entre eles a CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Araguaína e Marabá e a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Com a visibilidade alcançada pelo trabalho realizado ao longo dos anos, outros vínculos se formaram como o Repórter Brasil, a SRT (Superintendência Regional do Trabalho), procuradores, juízes, promotores, Grupos Móveis de Fiscalização, PF (Polícia Federal), (MPT) Ministério Público do Trabalho e MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). O apoio internacional permitiu uma ampliação das redes de relações de apoio.

---

<sup>47</sup> *Juquira* é um tipo de mato alto e grosso, que apresenta dificuldades para o corte.

<sup>48</sup> Uma das fundadoras do Centro de Defesa de Açailândia; Carmen Bascáran atuou por mais de 15 anos no movimento social no Maranhão e voltou para a Espanha em 2009, quando a equipe da entidade, em reconhecimento ao seu trabalho, incluiu seu nome na nomenclatura, agora chamado oficialmente de Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia – Carmen Bascáran.

<sup>49</sup> Missionários Combonianos é uma comunidade missionária da Igreja Católica Romana fundada por São Daniel Comboni. No Brasil, os Missionários Combonianos chegaram em 1952. As primeiras missões foram abertas no Maranhão (município de Balsas) e no Espírito Santo, onde realizaram inúmeras obras: construindo escolas, igrejas e um grande seminário em Ibirapu (ES). Depois de 50 anos, os combonianos são cerca de 130 atuando em 20 dioceses no Brasil e organizados em dois grupos: um no Nordeste, com sede em São Luís, e outro no Sul, com sede em São Paulo. Dentre suas prioridades estão pastoral com os povos indígenas; pastoral com os povos afrodescendentes; promoção da justiça, paz e integração da criação; animação missionária e promoção vocacional. (Fonte: [www.combonianos.org.br](http://www.combonianos.org.br) acessado em 12/05/2012)

Com a criação do Centro e o início dos trabalhos em 1997, foram criadas equipes de trabalho, com quatro frentes: trabalho escravo, violência contra a mulher, registro de Crianças e Adolescentes, e conscientização dos direitos humanos na comunidade. O trabalho foi desenvolvido a partir de atendimentos e reuniões. As quatro equipes funcionaram de 1997 até junho de 1998. Depois permaneceram as de trabalho escravo e a de conscientização nos bairros. A parada nas outras equipes se deveu ao surgimento e/ou à atuação de outras instituições que ‘dividiram o trabalho’ com o CDVDH/CB, como por exemplo, os Conselhos Tutelares. E a percepção de que a equipe não teria condições de atender a extensa demanda de problemas.

O CDVDH/CB, em sua estrutura institucional, possui um modo de atuação voltado para as situações de repressão, prevenção e inserção. No caso da repressão, o atendimento é feito através da assessoria jurídica. O trabalhador se dirige ao Centro e realiza a denúncia, seja ela referente a questões do trabalho escravo ou a qualquer violação de direitos. Os atendentes do CDVDH/CB preenchem uma ficha/formulário com a denúncia, classificam a denúncia e encaminham-na para o órgão competente. A assessoria jurídica coordena as ações referentes à área da repressão. Concomitantemente, há o trabalho do Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia Maranhense, um projeto em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o objetivo de fortalecer os atendimentos com uma equipe de advogados e assistência social gratuita para vítimas ou vulneráveis à prática de trabalho escravo, tortura, conflitos trabalhistas, conflitos familiares, dentre outros .

A atuação passou a ocorrer na sede do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, nos Centros Comunitários da Vila Ildemar, da Vila Bom Jardim, da Vila Capelloza e através de atividades itinerantes de jornadas jurídicas populares, através da orientação e conscientização sobre os direitos e a conciliação, nos mesmos moldes do mesmo trabalho realizado pelo então denominado Balcão de Direitos<sup>50</sup>, havendo mudança somente na nomenclatura.

No eixo da repressão, também se inserem conferências, publicações e mobilizações: combate à corrupção política e administrativa; conferências

---

<sup>50</sup> O trabalho do Balcão de Direitos consistia na assessoria jurídica e social destinada às comunidades com advogados, assistentes sociais e estagiários. Financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ou seja, corrobora a informação da equidade das atividades exercidas entre o Balcão de Direitos e o Centro de Referência em Direitos Humanos da Amazônia Maranhense.

internacionais sobre o trabalho escravo; criação de novos Centros de Defesa – em Santa Luzia e Bom Jesus das Selvas, onde foram proferidas as primeiras sentenças judiciais contra crimes de trabalho escravo no Maranhão; participação na elaboração do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo; construção do FOREM (Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão); luta e obtenção da instalação da Defensoria Pública na cidade de Açailândia; publicação do Atlas Político Jurídico do Trabalho Escravo no Maranhão<sup>51</sup>.

O eixo da inserção é desenvolvido através de programas para os trabalhadores egressos do trabalho escravo, seja para o aprendizado de um novo ofício, como, por exemplo, o trabalho realizado pela Cooperativa para Dignidade do Maranhão (CODIGMA), seja para participação em processo de alfabetização, como ocorreu com um programa desenvolvido pela instituição no ano de 2007, denominado PROALFA, para alfabetizar jovens, adultos e idosos resgatados do trabalho escravo contemporâneo ou em risco de aliciamento. O atendimento social às famílias também é um componente da inserção, quando são realizados trabalhos de identificação das famílias e de suas dificuldades (saúde, alimentação), para depois serem encaminhadas pelo Centro.

A CODIGMA (Cooperativa para a Dignidade do Maranhão), baseada na economia solidária, inicia suas atividades no ano de 2005, contemplando o eixo da inserção, através da geração de emprego e renda. A Cooperativa surge com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, da Secretaria de Trabalho, da Cáritas, do Ministério Público do Trabalho e do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). O critério utilizado para a seleção dos trabalhadores é estar em situação de risco e/ou ter sido resgatado do trabalho análogo ao de escravo. Na época da realização da pesquisa (2010-2011), a cooperativa contava com sete trabalhadores e vinte cooperados.

O eixo da prevenção – trabalho realizado principalmente com crianças e adolescentes – realiza-se através de atividades culturais e socioculturais<sup>52</sup> como capoeira, dança, teatro, futebol de campo, atividades desenvolvidas visando à formação política. Com o passar do tempo, o Centro de Defesa percebeu a importância de um

---

<sup>51</sup> Publicação de 2011 do CDVDH/CB, financiada pela CRS- Brasil (Catholic Relief Services), com informações provenientes da jornada do Centro de Defesa.

<sup>52</sup> Atividades financiadas pela ADEPAL (Agência de Desenvolvimento Passos da Liberdade) e COMUCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Açailândia).

trabalho integrado de prevenção, repressão e inserção, por serem os fatores geradores do trabalho escravo.

Desde as primeiras denúncias encaminhadas ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), a equipe do Centro inicia um contato direto com os trabalhadores que estavam sendo explorados. Além de acompanhar toda a fiscalização do MTE e os seus desdobramentos, como o pagamento de verbas rescisórias e seguro desemprego, além de danos morais individuais e coletivos, os representantes do movimento social passam a promover atividades de sensibilização e prevenção junto aos trabalhadores rurais da região sobre a questão do trabalho escravo e, assim, começam a formar laços de reciprocidade e confiança junto a esses grupos, que se fortaleceram, se consolidaram e perduram até os dias atuais.

É a partir desta entidade, que se torna referência no combate ao trabalho escravo tanto localmente, junto aos trabalhadores residentes em Açailândia e em demais municípios maranhenses, quanto internacionalmente, atuando junto a organismos internacionais que combatem a violação dos direitos humanos, que iniciamos o nosso contato com esses trabalhadores, em 2004, como pesquisadora e também de forma militante, atuando como jornalista e colaboradora em projetos de combate ao trabalho escravo no Brasil.

Também por intermédio desta entidade, conseguimos chegar até os lares dos trabalhadores entrevistados e adentrar um pouco em sua rotina, observando suas relações com a televisão, a família, os vizinhos, bem como em sua sociabilidade nos locais de trabalho.

### **4.3 Critérios de escolha do *corpus* documental: o texto jornalístico televisivo**

Os critérios de escolha do período de veiculação das reportagens televisivas que compõe o nosso *corpus* documental estão relacionados ao tempo de envolvimento dos entrevistados com a situação de trabalho escravo, visto que, em sua maioria, eles possuem faixa etária entre 25 e 50 anos e têm, em geral, relação com a questão há pelo menos cinco anos.

Além disso, o período também está ligado, de alguma forma, com o tempo de inserção da pesquisadora no campo empírico, quando iniciamos as investigações sobre trabalho escravo e Comunicação, em dois projetos de pesquisa realizados em parceria

com professores e estudantes do Departamento de Comunicação Social da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e financiados pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico) no período de 2010-2012 e, posteriormente 2012-2014.

Para a escolha do *corpus* documental, realizamos um primeiro mapeamento<sup>53</sup> das reportagens veiculadas em quatro principais canais comerciais abertos de televisão no Brasil, no período de 2009 a 2013. São eles: Rede Globo, Rede Record, SBT e Rede Bandeirantes. Escolhemos essas emissoras de televisão porque, além de serem os principais canais comerciais abertos de televisão, apresentam-se com maior acesso nos municípios do interior do Maranhão, onde os trabalhadores entrevistados residem, de acordo com a Pesquisa de Audiência - Emissoras de TV Aberta no Estado do Maranhão, realizada pelo Instituto Ipsos Brasil Pesquisas de Mercado, em 2013<sup>54</sup>.

O mapeamento foi realizado a partir da disponibilidade das reportagens nos sites e portais das emissoras de TV. Algumas reportagens que não estavam mais disponíveis nos sites oficiais foram capturadas, na ocasião, pelo portal Youtube.com<sup>55</sup>. Vale destacar que o levantamento não contempla a totalidade de reportagens que foram exibidas pelas emissoras nesse período, posto que a ferramenta utilizada para a realização do mesmo foi o banco de dados *online*, que estava disponibilizado no período da coleta (entre novembro de 2012 e dezembro de 2013). De qualquer forma, não acreditamos que o fato de não atingirmos a totalidade dos materiais jornalísticos televisivos acarrete prejuízo para a pesquisa, uma vez que nosso objetivo é prioritariamente qualitativo. A necessidade desse primeiro levantamento, neste caso, foi principalmente de construir-se um universo de coleta para podermos delimitar uma amostra, que será apresentada a seguir.

---

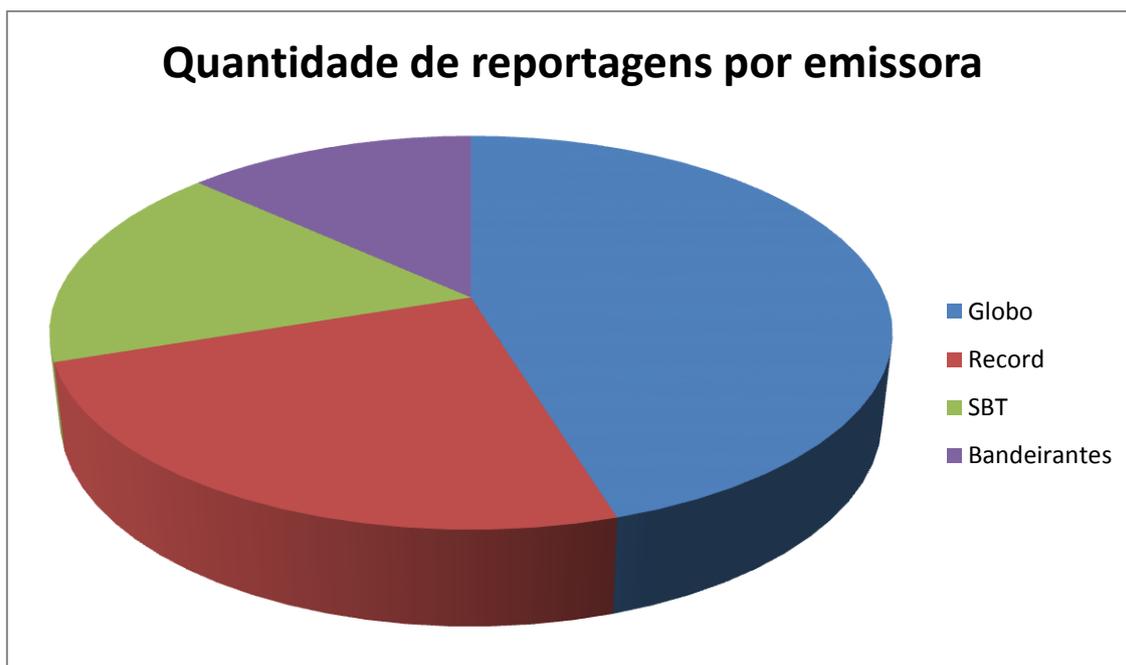
<sup>53</sup> O mapeamento das reportagens veiculadas nos quatro principais canais de televisão de sinal aberto no Brasil foi realizado junto às atividades do projeto de pesquisa *Representação do trabalho escravo na mídia brasileira*, financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Maranhão), coordenado pela autora e desenvolvido pelo Departamento de Comunicação Social da UFMA (Universidade Federal do Maranhão) entre 2012-2014. O mapeamento das reportagens foi o objetivo principal do plano de trabalho de iniciação científica do graduando em Jornalismo, Matheus Coimbra, durante o período de novembro de 2012 a dezembro de 2013.

<sup>54</sup> Tivemos acesso a este levantamento por intermédio de uma agência de publicidade de São Luís, capital do Maranhão, que contrata periodicamente estudos de audiência para fins de planejamento de mídia. Vale ressaltar que não incluímos reportagens da TV Brasil em nosso *corpus* tanto por não termos encontrado material relevante para a análise e também por esta pesquisa não apontar audiência significativa dessa emissora pública nos municípios maranhenses.

<sup>55</sup> Vale destacar que algumas reportagens que foram capturadas durante o período da realização do mapeamento não se encontram mais disponíveis na internet.

Como resultado deste levantamento, foram recolhidas 53 reportagens televisivas disponibilizadas pela internet que foram veiculadas no período de 2009 a 2013 pelos quatro canais abertos de televisão supracitados. Desse montante, a maioria das reportagens foi veiculada pela TV Globo (24), seguida pela TV Record (13), SBT (9) e TV Bandeirantes (7), conforme demonstramos no gráfico abaixo.

**Gráfico 2 – Mapeamento de reportagens televisivas sobre trabalho escravo (2009-2013)**



Fonte: pesquisa documental

Nota-se, no gráfico, que quase a metade das reportagens foi veiculada pela Rede Globo, e quase um quarto delas pela Rede Record, o que equivale praticamente à veiculação das outras duas emissoras juntas: SBT e Bandeirantes.

O principal critério de seleção das reportagens foi o de conter imagens e entrevistas que tratam do trabalho escravo. Neste sentido, foram excluídas todas as inserções encontradas sobre o assunto no período que apenas apresentava o tema em entrevistas de estúdio, boletins ou mesmo em comentários dos apresentadores, sem a cobertura de imagens.

A maioria das reportagens recolhidas (57%) trata de resultados de fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) em áreas rurais (fazendas de gado e

carvoarias localizadas nos estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso são os mais retratados) e, mais recentemente (principalmente a partir de 2011), em áreas urbanas, principalmente em pequenas fábricas têxteis clandestinas onde trabalham principalmente bolivianos em São Paulo (o que é caracterizado como trabalho escravo urbano).

Em segundo lugar (33%), são pautadas as precárias condições de alojamento e alimentação dos trabalhadores, além da “dívida” que eles acabam contraindo com os empregadores, que indevidamente descontam do pagamento as despesas com alimentação e materiais de trabalho, como botas, foices, entre outros. Em terceiro lugar (4%), as reportagens mapeadas tratam da relação entre o trabalho escravo e a violência no campo, principalmente nas regiões pré-amazônicas, como os estados do Pará e Maranhão, bem como o trabalho de mobilização do movimento social de combate às violações aos direitos humanos, como mostramos no gráfico abaixo:

**Gráfico 3 – Principais temas tratados nas reportagens**



Fonte: pesquisa documental

A partir do mapeamento, escolhemos como *corpus* de análise para este trabalho sete reportagens que tratam de forma mais detalhada esses assuntos, seja pelo tempo de duração das mesmas, seja pelas entrevistas com vários atores que compõe a rede de aliciamento e denúncia do trabalho escravo, seja pelas imagens que retratam os locais de trabalho bem como os trabalhadores. A escolha pela quantidade de reportagens é

justificada pela experiência que tivemos durante a pesquisa exploratória quando realizamos um grupo de discussão piloto, a fim de testar os nossos instrumentos. A descrição das etapas do trabalho de campo está apresentada e detalhada a seguir, neste Capítulo.

Dentre as sete reportagens, apenas uma delas é regional, tendo sido produzida e veiculada pelo jornal da manhã da afiliada da TV Globo no estado, Bom dia Maranhão. O restante do material foi veiculado em âmbito nacional. Três das reportagens foram exibidas em programas jornalísticos específicos das emissoras, como o SBT Realidade; A Liga, da TV Bandeirantes, que em 2011 destinou um programa para o assunto trabalho escravo, e o Fantástico, da TV Globo. E três das reportagens foram veiculadas em telejornais diários das emissoras Record (Jornal da Record) e Globo, sendo uma no Jornal Nacional e a outra no Bom dia Brasil.

#### **Quadro 2 – Apresentação das reportagens televisivas (*corpus documental*)**

<b>Reportagem</b>	<b>Data de exibição</b>	<b>Emissora</b>	<b>Programa</b>	<b>Tempo de duração</b>
Trabalho escravo no Maranhão - Açailândia (denúncia contra juiz do trabalho)	18/03/2009	TV Globo	Fantástico	9'10''
Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás	26/06/2009	SBT	SBT Realidade	3'7''
Pará lidera ranking de trabalho escravo seguido do MA, aponta lista suja	06/07/2010	Record	Jornal da Record	1'22''
Parte 1 – A Liga sobre Trabalho Escravo Rural e Urbano	16/08/2011	TV Bandeirantes	A Liga (Programa de reportagem)	8'24''
Sudoeste do Maranhão convive com a violência no campo	25/05/2012	TV Globo	Jornal Nacional	5'56''
Hoje é o Dia Nacional de	28/01/2013	TV Globo	Bom dia Maranhão (jornal da manhã)	3'35''

Combate ao Trabalho Escravo			regional)	
Trabalho escravo em pleno século 21 na selva (Sudeste do Pará)	11/05/2012	TV Globo	Bom dia Brasil	3'2''

Fonte: pesquisa documental

Em geral, as reportagens escolhidas retratam desde o processo de aliciamento dos trabalhadores para atividades consideradas de trabalho escravo, as condições precárias de trabalho, as características dos locais de trabalho (principalmente do alojamento e da alimentação dos trabalhadores), bem como o trabalho de denúncia do movimento social de combate às violações aos direitos humanos, seguido da fiscalização dos órgãos governamentais responsáveis.

As causas do trabalho escravo são pouco exploradas. Das 53 reportagens mapeadas, apenas uma, que compõe esse *corpus* documental, trata deste assunto; da falta de infraestrutura e políticas públicas que levam esses trabalhadores a se sujeitarem a condições degradantes de trabalho.

Outra abordagem percebida é a relação do trabalho escravo com a violência no campo. Uma das reportagens escolhidas retrata esta situação. Mas o tema mais abordado é a fiscalização e o resgate de trabalhadores, realizados pelo MTE e demais agentes públicos, como o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal.

### Quadro 3 – Características das reportagens televisivas (*corpus* documental)

Identificação	Reportagem	Imagens	Entrevistas	Temáticas
1	Trabalho escravo no Maranhão Açailândia (denúncia de juiz do trabalho)	Fiscalização Fazendas Acessos precários às fazendas Contratos com trabalhadores Alojamentos Carvoarias Inquérito	Ministro do Trabalho Trabalhadores Representantes de movimentos sociais Procuradora do Trabalho Proprietário de fazenda/juiz do Trabalho	Denúncia pautada por um inquérito policial cujo alvo era um juiz do Trabalho

2	Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás	Aliciadores Estrada de Ferro Carajás Carajás	Aliciadores (gatos) Procurador do Trabalho Trabalhadores	Possíveis motivos (causas) que levam uma pessoa a trabalhar como escravo
3	Pará lidera ranking de trabalho escravo seguido do MA, aponta lista suja	Locais de trabalho (fazendas de gado, extração de borracha) Lista suja do trabalho escravo Alojamentos Trabalhadores	Superintendente do Trabalho (MTE)	Divulgação da atualização da lista suja do trabalho escravo que coloca Pará no <i>ranking</i> de incidência, seguido do Maranhão
4	Parte 1 – A Liga sobre Trabalho Escravo Rural e Urbano	Fiscalização Carvoarias Alojamentos Trabalhadores	Auditora fiscal do Trabalho Trabalhadores Representantes de movimentos sociais	Principais características do trabalho escravo rural (em carvoarias) e urbanos; bem como a cadeia produtiva do carvão; Também as condições precárias de alojamento e de trabalho
5	Sudoeste do Maranhão convive com a violência no campo	Carvoarias ONGs e movimentos sociais em defesa dos direitos humanos	Família de trabalhador Trabalhador Representantes de movimentos sociais	Denúncia de violência no campo agravada com o alto índice de trabalhadores escravos
6	Hoje é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo	Municípios do Maranhão que tem incidência de trabalho escravo Fiscalização em fazendas ONGs e movimentos sociais em defesa	Representantes de movimentos sociais Procuradora do Trabalho (entrevista em estúdio seguida da reportagem)	Divulgação de altos índices de incidência de trabalho escravo no Maranhão; denúncia; fiscalização e condições e locais de trabalho

		dos direitos humanos		
7	Trabalho escravo em pleno século 21 na selva (Sudeste do Pará)	Fiscalização em locais de difícil acesso na floresta amazônica Trabalhadores Locais de trabalho Alojamentos	Empregador Aliciador Auditor fiscal do Trabalho Polícia Federal Trabalhadores	Resgate de trabalhadores em plena selva amazônica; demonstração de precárias condições de trabalho

Fonte: classificação elaborada pela autora.

A primeira reportagem trata de uma denúncia de que um juiz do trabalho estava mantendo trabalhadores em condições análogas a de escravidão no município de Bom Jardim, no Maranhão. O material rendeu mais de nove minutos no Fantástico e teve repercussão para o juiz, que ficou durante quase seis meses afastado do cargo, ao qual retornou e exerce até hoje no interior do Maranhão. Nela, são utilizadas imagens de fiscalizações que retratam as precárias condições nos alojamentos, bem como de trabalhadores no “serviço pesado”. Nosso principal objetivo ao exibir esta reportagem foi de buscar identificações junto aos trabalhadores sobre as condições de trabalho como as relações com os empregadores.

A reportagem destaca que a situação encontrada na fazenda do juiz do Trabalho no Maranhão foi caracterizada de trabalho escravo por representantes dos órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização, conforme trechos de *off*<sup>56</sup> abaixo:

Policiais, promotores e fiscais classificaram o que viram como trabalho escravo. Isso apesar de o dono da fazenda Por do Sol ser um conhecedor das leis. Nascido no interior de São Paulo, Marcelo Baldoc passou no concurso em 2003 e tomou posse como juiz do trabalho no Maranhão em 2006.(...) O juiz Baldoc foi incluído na mais recente lista nacional de fazendeiros acusados de usar trabalho escravo. Divulgada pelo Ministério do Trabalho, em dezembro passado<sup>57</sup>, a relação traz os nomes de 203 pessoas e empresas<sup>58</sup>.

<sup>56</sup> No contexto jornalístico televisivo, trata-se do texto que é lido pelo repórter, geralmente coberto por imagens referentes ao assunto tratado.

<sup>57</sup> Refere-se ao ano de 2009.

<sup>58</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo Fantástico, da Rede Globo, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE D – Reportagem 1: Trabalho escravo no Maranhão -Açailândia (denúncia contra juiz do trabalho).

Além de denunciar o caso do juiz de direito do Maranhão, acusado de promover trabalho escravo, a reportagem indica outros nomes de políticos maranhenses envolvidos com o crime, como é o caso do ex-prefeito do município de Santa Luzia, Antonio Braide que, na ocasião, não quis conceder entrevista ao Fantástico. A reportagem veiculou uma conversa telefônica entre o repórter e o político quando ele afirmava que não daria entrevista: “Eu não vou falar nada porque isso não vai me defender nem coisa nenhuma; então é melhor ficar mesmo calado e pronto”<sup>59</sup>.

O material jornalístico televisivo demonstra as condições precárias em que trabalhadores foram encontrados, conforme indicado em uma das passagens do repórter, que afirma que para beber água na fazenda, eles tinham que competir com os animais.

A mesma reportagem também traz uma entrevista com o então ministro do Trabalho, Carlos Luzzi, que afirma ser muito grave “em pleno século 21 ver os alojamentos que nem porco fica”. Ao final da matéria, Luzzi enfatiza: “Quem quer que seja que esteja fazendo isso hoje no Brasil, terá a dureza e o rigor da lei”<sup>60</sup>.

**Figura 2 – Imagem de reportagem exibida pela Rede Globo, Fantástico, em 2009**



Fonte: pesquisa documental

<sup>59</sup>Trecho extraído de reportagem exibida pelo Fantástico, da Rede Globo, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE D – Reportagem 1: Trabalho escravo no Maranhão -Açailândia (denúncia contra juiz do trabalho).

<sup>60</sup>Trechos extraídos de reportagem exibida pelo Fantástico, da Rede Globo, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE D – Reportagem 1: Trabalho escravo no Maranhão -Açailândia (denúncia contra juiz do trabalho).

A segunda reportagem escolhida trata o trabalho escravo sob o viés dos possíveis motivos deste, como a baixa escolaridade, a ausência de oportunidades nos lugares onde vivem e as promessas feitas pelos chamados “gatos” (aliciadores). Além disso, a repórter acompanha o trajeto de pessoas que viajam pela Estrada de Ferro Carajás, mostrando um pouco dessa realidade e os processos de recrutamento da mão de obra. É interessante perceber marcos históricos na narrativa jornalística ao comparar o trabalho escravo do período colonial com o trabalho escravo contemporâneo. Um exemplo disso está bem no início da matéria, quando a repórter afirma que “em pleno século 21, ainda existe trabalho escravo no Brasil”. Ao exibirmos esta reportagem para os trabalhadores, buscamos entender principalmente as representações deles próprios como escravos, o que chamamos neste estudo de autorrepresentação.

Com relação ao aliciamento, a reportagem consegue gravar uma conversa com câmera escondida entre a repórter e um dos recrutadores de mão de obra escrava em Açailândia.

**(...) Repórter:** E não precisa assinar a carteira?

**Entrevistado:** Não precisa não... só entrou, trabalhou e fez o serviço, e saiu fora, não é não? Não tem dessa não.<sup>61</sup>

A conversa gravada pela equipe de reportagem aconteceu nas proximidades da rodoviária do município de Açailândia. Durante a assistência do material pelos trabalhadores, alguns apontaram que conheciam aquelas pessoas e aquele lugar.

Outro ponto abordado trata da “dívida” que os trabalhadores sempre contraem com os empregadores que cobram alimentação, ferramentas de trabalho, entre outros produtos consumidos no interior dos estabelecimentos. A “dívida” é uma das principais características da escravidão contemporânea; uma vez que imobiliza a mão de obra, retendo os trabalhadores nos locais de trabalho com ameaças físicas e psicológicas em caso de não pagamento. Em geral, os intermediários anotam em cadernos todos os gastos dos trabalhadores durante o período trabalhado e, na hora do pagamento, descontam tudo o que foi consumido, sobrando pouco ou quase nada para o trabalhador, que acaba se endividando.

---

<sup>61</sup>Trecho extraído de reportagem exibida pelo programa SBT Realidade, do SBT, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APENDICE E – Reportagem 2: Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás.

**Entrevistado:** Eu não ganhei nada. Quando tava no fim, eles me davam essa mixaria e daí eu pagava os menino, pagava o comércio...

**Repórter:** ...E não sobrava nada?

Não sobrava nada...e sempre eu, quando eu comecei a trabalhar, eu todo o tempo ficando de graça...<sup>62</sup>

Vale destacar que, além da irregularidade da cobrança de alimentação e ferramentas de trabalho, os produtos consumidos são vendidos a preços bem acima do mercado, uma vez que eles não têm escolha de comprar em outros locais por estarem praticamente isolados e sem condições de se deslocarem até o comércio mais próximo<sup>63</sup>.

**Figura 3 – Imagem de reportagem exibida pelo SBT Realidade, em 2009**



Fonte: pesquisa documental

A terceira reportagem divulga a atualização da lista suja do trabalho escravo, um recurso que o MTE estabeleceu em 2003 para informar publicamente os estabelecimentos que praticam o crime de trabalho escravo e que não podem ser financiados por instituições financeiras (bancos) públicas no país até que a situação seja regularizada<sup>64</sup>. Na ocasião (2010), no *ranking* da lista estavam os empregadores do

<sup>62</sup>Trecho extraído de reportagem exibida pelo programa SBT Realidade, do SBT, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APENDICE E – Reportagem 2: Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás.

<sup>63</sup> No Capítulo 5, abordamos mais a questão da “dívida” como uma das características da escravidão contemporânea.

<sup>64</sup> A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) conseguiu suspender no Supremo Tribunal Federal (STF) a publicação do cadastro de empregadores flagrados com trabalho escravo em 27 de dezembro de 2014. A relação, mais conhecida como “lista suja” do trabalho escravo, seria atualizada no dia 30 do mesmo mês, mas acabou suspensa por liminar do presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski. A alegação da Abrainc é inconstitucionalidade e situação vexatosa para os empregadores

Pará, seguidos pelos do Maranhão, com vinte proprietários de terras que tinham tido suas fazendas fiscalizadas pelo MTE. Buscamos, ao exibir esta reportagem, o diálogo com os trabalhadores sobre o fato de o trabalho escravo ser crime e sobre os principais direitos e deveres de empregadores e empregados.

Na ocasião da exibição da reportagem para o grupo de trabalhadores, no dia 11 de dezembro de 2015, a lista suja havia sido suspensa por tempo indeterminado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Neste sentido, a suspensão deste instrumento de fiscalização e punição das empresas que praticarem o crime de trabalho escravo não repercutiu no grupo de discussão realizado após a exibição, embora o fato de o trabalho escravo ser crime tenha sido um ponto tocado pelos trabalhadores, o que está mais aprofundado neste trabalho no Capítulo 5, quando analisamos o material recolhido no campo empírico.

**Figura 4 – Imagem de reportagem exibida pelo Jornal da Record, em 2011**

	UF	EMPREGADOR	CPF/CNPJ/CEI
1.	PA	Abdon Lustosa Neto	191.608.011-15
2.	PA	Adalberto Dantas de Cerguano	091.111.193-97
3.	PA	Adelino Gomes de Freitas	026.336.631-68
4.	AM	Deimar Almeida Freitas	469.807.241-04
5.	PA	Adenilson Rodrigues da Silva	248.711.222-00
6.	ME	Admar Figueira Lino	001.200.700-00
7.	ME	Adolfo Rodrigues Lima	04.728.011.000-00

Fonte: pesquisa documental

A quarta reportagem escolhida é parte de um programa jornalístico (A Liga) inteiro destinado ao assunto trabalho escravo, que foi veiculado pela TV Bandeirantes, em 2011. A matéria acompanha uma equipe de fiscalização do MTE e retrata as condições em que foram encontrados os trabalhadores numa carvoaria no interior do Pará. No mesmo local, a equipe de reportagem entrevista trabalhadores e mostra o passo a passo da produção de carvão. A segunda parte do programa trata do trabalho escravo urbano, em pequenas fábricas têxteis, em São Paulo.

---

que tiverem seus nomes publicados em site do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Até o fechamento deste trabalho, em maio de 2015, a lista suja continuava suspensa pelo STF.

Escolhemos esta reportagem para compor o nosso *corpus* documental tanto pela busca de identificações sobre os modos como eles trabalham, bem como pelas condições dos locais em que realizam suas atividades.

Ao assistir a reportagem, alguns trabalhadores demonstraram interesse pelo material exibido, principalmente no processo de identificação das atividades praticadas em carvoarias quanto nas condições precárias dos locais de trabalho mostrados. Sobre este ponto, trabalhamos no Capítulo 5, mais propriamente no item que trata dos tópicos de identificação.

Um aspecto que nos chama a atenção para esta reportagem diz respeito à linguagem e ao formato jornalístico característico do programa A Liga. Destinado a um público jovem e urbano, o texto jornalístico traz comparações interessantes, mas que não atingem diretamente o grupo de trabalhadores entrevistados neste estudo, como no exemplo a seguir, extraído do texto de apresentação da reportagem.

Olá, bem-vindos à Liga. Eu e você aprendemos na escola que a escravidão é coisa de um passado distante, não é? Pois é, mas se eu te dissesse que enquanto você está assistindo televisão, mais de doze milhões de pessoas são vítimas do trabalho escravo no mundo (...) Apesar de ser uma das formas mais odiosas de exploração humana, pode estar na frente dos seus olhos. E basta você sair satisfeito da loja de uma importante marca de roupa<sup>65</sup>, pra se tornar o último responsável nesta cadeia de injustiças<sup>66</sup>.

Mesmo que a linguagem e o ritmo do programa estejam voltados mais propriamente para o público jovem e urbano, os trabalhadores rurais maranhenses entrevistados nesta pesquisa se interessaram pelo material uma vez que mesmo não falando diretamente para eles, fala deles e de um assunto que eles conhecem muito bem: o trabalho escravo contemporâneo. E sobre o assunto, os trabalhadores concordaram com a definição de Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil e um dos entrevistados na reportagem, quando afirmou: “Trabalho escravo de hoje tem muito a

---

<sup>65</sup> O programa A Liga, exibido pela Rede Bandeirantes em 2011, tratou da temática do trabalho escravo rural e urbano. No caso referenciado, tratava-se das condições de trabalho escravo encontradas em pequenas fábricas têxteis localizadas na capital paulista, que prestam serviços para marcas renomadas de roupas no Brasil, como é o caso da Zara, que foi autuada com a prática do crime de trabalho escravo.

<sup>66</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo programa A Liga, da Rede Bandeirantes, em 2011. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE G – Reportagem 4: Parte 1 – A Liga sobre Trabalho Escravo Rural e Urbano.

ver com a dignidade da pessoa. É quando a gente transforma trabalhadores em objetos de trabalho”<sup>67</sup>.

**Figura 5 - Imagem de reportagem exibida pela A Liga (TV Bandeirantes), em 2011**



Fonte: pesquisa documental

Já a quinta reportagem aborda o tema a partir de denúncias de violência no campo provocada pelo alto índice de fazendeiros que mantém trabalhadores em regime de escravidão. Desta forma, crimes tornam-se constantes nessa região. A matéria apresenta imagens de carvoarias e entrevistas com trabalhadores e de famílias de pessoas que foram vítimas da “ira” dos fazendeiros. Aqui há a remissão à figura do “feitor”, comparando-o com o atual “gerente da fazenda” ou mesmo com o “gato”, isto é, o aliciador ou empreiteiro, responsável pelo recrutamento dos trabalhadores.

Esta reportagem foi uma das incluídas após a realização da primeira etapa do trabalho de campo, descrita posteriormente, realizada em agosto de 2013, onde tivemos a oportunidade de testar nossos instrumentos para a coleta de dados. Nosso interesse ao exibi-la está relacionado principalmente ao fato de trazer a relação entre a violência no campo e o trabalho escravo. Desse modo, temos o objetivo de compreender como eles entendem essa relação, além da questão do aliciamento para a mão de obra escrava, que também é tratada no material midiático.

<sup>67</sup>Trecho extraído de reportagem exibida pelo programa SBT Realidade, do SBT, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada APENDICE E – Reportagem 2: Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás.

Logo na primeira passagem da repórter, ela relaciona a situação de trabalho escravo encontrada “num contexto muito mais amplo de violência no campo em que muitos trabalhadores rurais, pessoas vivem ameaçadas de morte, vivem amedrontadas”<sup>68</sup>.

Esta abordagem orienta toda a reportagem, que entrevista pessoas ameaçadas de morte na região tocantina, no Maranhão, onde está localizado o município de Açailândia e informa que esses sujeitos pedem para não serem identificados para não sofrerem mais perseguições e represálias.

Ao final, o texto jornalístico apresenta alguns caminhos possíveis para os trabalhadores refazerem suas vidas. Dentre os apontados, a equipe de reportagem entrevista trabalhadores da CODIGMA (Cooperativa para a Dignidade do Maranhão), uma iniciativa do Centro de Defesa de Açailândia, para empregar trabalhadores egressos do trabalho escravo em atividades de marcenaria e confecção de brinquedos pedagógicos, papel reciclado, entre outros. Durante a realização desta pesquisa, quase três anos após a exibição da reportagem, a cooperativa estava desativada. Segundo informações da diretoria do Centro de Defesa, por falta de recursos para mantê-la em funcionamento.

Para encerrar a matéria, a repórter informa que entrou em contato com o governo do Maranhão, que por intermédio de sua assessoria de comunicação, afirmou que repudia o trabalho escravo e tem feito ações para combater essa prática. Também afirmou que não tem conhecimento desta violência no campo narrada na reportagem, uma vez que não havia recebido nenhum pedido de proteção de trabalhadores nem tampouco de lideranças rurais ameaçadas de morte.

De acordo com nossas observações durante trabalho de campo, a denúncia do crime de trabalho escravo é muitas vezes inviabilizada principalmente pelo medo de represálias dos empregadores, que fazem ameaças de morte e de perseguição a trabalhadores e agentes do movimento social que defende os direitos humanos.

---

<sup>68</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo Jornal Nacional, na série intitulada JN no Ar, da Rede Globo, em 2012. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE H – Reportagem 5: Sudoeste do Maranhão convive com a violência no campo.

**Figura 6 - Imagem de reportagem exibida no Jornal Nacional, em 2012**



Fonte: pesquisa documental

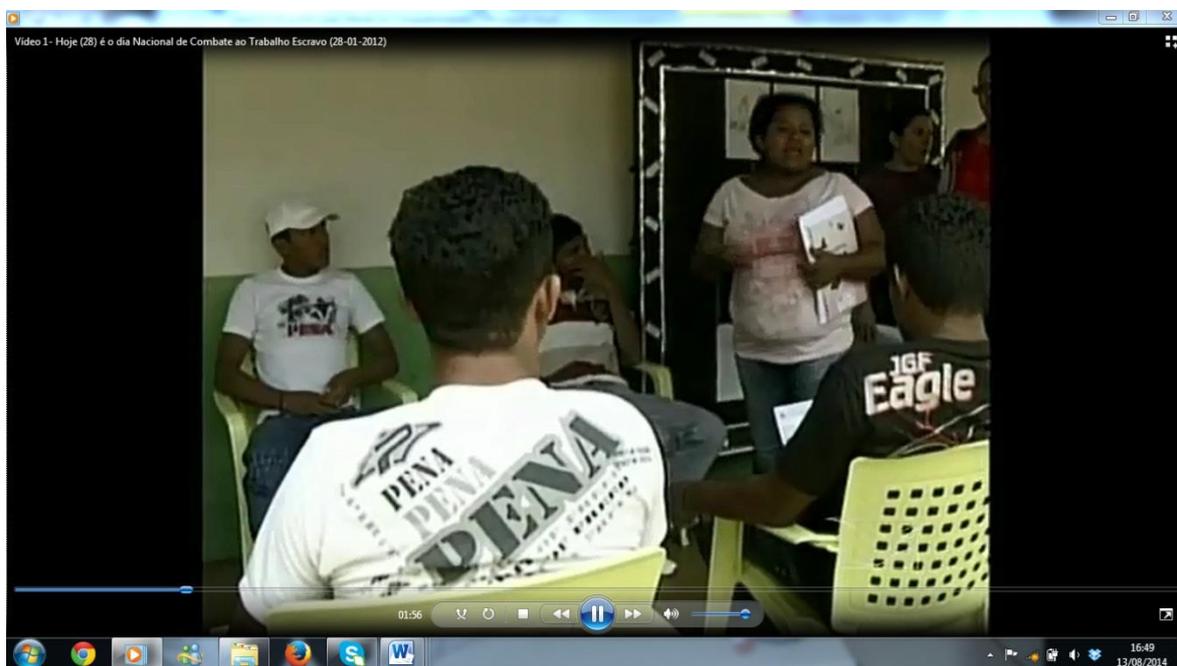
A sexta reportagem é a única do *corpus* documental que foi produzida e veiculada regionalmente, no estado do Maranhão, pela equipe de produção do jornal matinal Bom dia Maranhão, exibida em 28 de janeiro de 2013, na ocasião do dia nacional de combate ao trabalho escravo; data definida em 2010 pela CONATRAE (Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo). A escolha por este material se deu principalmente pela abordagem do trabalho de denúncia e acompanhamento dos trabalhadores realizado pelo movimento social de combate ao trabalho escravo em Açailândia, mais propriamente o Centro de Defesa, com o qual tivemos relacionamento na pesquisa empírica. Durante a pesquisa exploratória, também apareceram comentários sobre o trabalho de denúncia do trabalho escravo no Maranhão, do qual os trabalhadores sentiram falta, na exibição. Principalmente por este objetivo, incluímos esta reportagem no nosso *corpus* documental, exibida durante a segunda etapa do trabalho de campo junto aos entrevistados.

Entendemos que uma reportagem exibida no dia nacional de combate ao trabalho escravo apresenta uma abordagem específica, valorizando a denúncia e publicizando o problema, com uma linha editorial voltada para a data “comemorativa”. Mesmo assim, julgamos interessante incluí-la no material exibido aos trabalhadores no grupo de discussão, para suscitar o debate sobre o ato de denunciar. Uma espécie de

provocação porque já tínhamos o conhecimento de que muitos tinham medo e teriam histórias pra contar a este respeito, desde que fossem provocados para tal.

Em geral, a reportagem anuncia a data e afirma que no Maranhão há uma entidade de referência para o combate ao trabalho escravo, discorrendo então sobre o trabalho do Centro de Defesa de Açailândia. Ao final, o assunto continua com uma entrevista em estúdio com a então procuradora do Trabalho no Maranhão, Anya Gadelha Diógenes, que trata do contexto da exploração da mão de obra.

**Figura 7 – Imagem de reportagem exibida no Bom dia Maranhão, da TV Globo, em 2013**



Fonte: pesquisa documental

E por fim, a sétima reportagem escolhida para compor o nosso *corpus* documental trabalha, com ênfase, a questão que “em pleno século 21”, o trabalho escravo ainda existe no Brasil. Como nos interessamos por esta representação e autorrepresentação do escravo ou escravizado, entendemos interessante trazer para a análise essa construção do termo, relacionado ao período colonial.

A reportagem ainda trata das dificuldades de acesso aos locais em que as equipes de fiscalização do MTE precisam chegar para resgatar os trabalhadores. Neste sentido, retrata uma ação que precisou de helicóptero para resgatar trabalhadores em condições de escravidão em plena selva, na floresta amazônica.

Percebemos certa carga emocional no tratamento dado a esta reportagem, que inicia dessa forma:

Trabalho escravo. Coisa de antigamente? Não, não. No século 21, no tempo da riqueza no campo. No meio da floresta, no Pará, 38 trabalhadores eram mantidos em condições sub-humanas. Sem salário, sem alimentação. E eram intimidados por capangas armados. Nossa equipe acompanhou o resgate no meio da selva. Você vai ver depoimentos emocionados desses trabalhadores no momento da liberação<sup>69</sup>.

O tom de dramaticidade e emotividade continua durante toda a narrativa, que conta a fuga de um trabalhador a pé de um local muito distante, no meio da floresta amazônica, no estado do Pará. E completa que o resgate precisou do auxílio de um helicóptero da FAB (Força Aérea Brasileira). Ao final, o repórter conclui: “(...) alívio para os trabalhadores. É o fim de dois meses de escravidão na selva”. As imagens reforçam essa dramaticidade e proporcionam a identificação dos sujeitos desta pesquisa face ao material exibido durante trabalho de campo.

Um fator interessante abordado nesta reportagem trata da questão do tempo. Na verdade, da perda da noção do tempo por parte daqueles trabalhadores resgatados. Quando o repórter pergunta a um deles qual o dia em que chegou naquele local, ele diz que não lembra. Em contrapartida, o mesmo trabalhador afirma, em seguida, que aquele dia (do resgate) será “inesquecível”.

(...) Eu nunca vou esquecer; nunca. E agora eu vou ser um cidadão; vou tirar meus documentos; vou trabalhar em alguma fazenda, mas só se for de carteira assinada. Trabalhar como escravo nunca mais na minha vida<sup>70</sup>.

A reportagem ainda relata os casos de menores de idade encontrados em situações de trabalho escravo. Dentre os trabalhadores entrevistados para esta pesquisa, um deles foi resgatado quando tinha apenas 15 anos. Embora não seja a maior parte dos

---

<sup>69</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo Bom dia Brasil, da Rede Globo, em 2012. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE J – Reportagem 7: Trabalho escravo em pleno século 21 na selva (Sudeste do Pará).

<sup>70</sup> Trecho extraído de reportagem exibida pelo Bom dia Brasil, da Rede Globo, em 2012. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no APÊNDICE J – Reportagem 7: Trabalho escravo em pleno século 21 na selva (Sudeste do Pará).

trabalhadores, a prática de aliciar menores de idade para a mão de obra escrava é comum na região. Em contrapartida, os danos para os empregadores que forem flagrados com este tipo de exploração também são maiores.

**Figura 8 – Imagem de reportagem exibida no Bom dia Brasil, da TV Globo, em 2012**



Fonte: pesquisa documental

Ao escolhermos as reportagens, temos consciência de que conduzimos um discurso a partir desta assistência. Neste sentido, as representações que serão apreendidas a partir delas também são, de alguma forma, conduzidas pela pesquisadora, responsável tanto pela escolha do *corpus* quanto pela condução das entrevistas durante trabalho de campo. Acreditamos que todo trabalho parte de uma escolha e de uma orientação que direciona os resultados. No nosso caso, partimos do texto jornalístico televisivo para conversar com os entrevistados sobre suas representações acerca do trabalho escravo.

Dessa forma, os resultados deste estudo devem ser lidos, sempre, à luz do percurso de pesquisa, bem como das estratégias metodológicas utilizadas para o diálogo entre a pesquisadora e os “outros” sujeitos. Portanto, a descrição do trabalho de campo é uma fase importante, pois elucida como os dados foram sendo construídos a partir dessas escolhas.

#### 4.4 As etapas do campo empírico

Como já afirmado anteriormente, a principal estratégia metodológica utilizada para a realização desta pesquisa está centrada na assistência ao texto televisivo escolhido, com um grupo de trabalhadores rurais maranhenses, seguido de conversa em grupo de discussão e também por intermédio de entrevistas individuais.

Dividimos o trabalho empírico em duas principais etapas de campo. Durante a primeira, realizada em agosto de 2013, testamos nossos instrumentos e oportunizamos o contato com um grupo de trabalhadores. Chamamos esta etapa de piloto, uma vez que nos deu subsídios para construirmos os instrumentos utilizados no trabalho de campo. Todavia, não utilizamos os seus resultados como dados a serem analisados neste trabalho. O principal motivo de não misturarmos os dados recolhidos no campo durante as duas etapas justifica-se pela modificação do instrumental (Ver roteiros de entrevistas em Apêndices B e C). Modificadas as perguntas (ou a abordagem), conseqüentemente não daria para sistematizarmos as respostas com os mesmos critérios. Dessa forma, optamos por utilizar a primeira etapa para amadurecermos o contato com os sujeitos e com os instrumentos de pesquisa. E utilizamos apenas os dados primários recolhidos durante o segundo encontro, realizado em dezembro de 2014, para análise neste estudo.

Para a realização do trabalho de campo, os trabalhadores foram convidados e intermediados pela equipe do Centro de Defesa de Açailândia, que cedeu uma sala de suas instalações e deixou sempre um de seus integrantes à disposição para acompanhar o trabalho. Vale destacar que os trabalhadores egressos do trabalho escravo foram convidados, por telefone, e a partir de visitas em domicílios, posto que o Centro de Defesa tem os contatos, por acompanhar os desdobramentos de rescisões trabalhistas ou processos judiciais. Esses trabalhadores residem em Açailândia e em alguns outros municípios adjacentes. Tanto na etapa piloto quanto na principal, custeamos o transporte e foi também oferecido um lanche aos participantes. O critério de escolha de participação, portanto, foi ter sido submetido a condições de trabalho escravo e concordar em participar de uma pesquisa<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> Vale destacar que todos os entrevistados assinaram o Termo Livre e Esclarecido. O documento submetido à assinatura dos entrevistados pode ser encontrado em Apêndice A.

#### Quadro 4 – Etapas do trabalho de campo

	Período	Descrição/pontos principais
1ª ETAPA (PILOTO)	Agosto de 2013	Observação participante. Realização de grupo de discussão piloto. Teste dos instrumentais (roteiros de entrevistas e formas de abordagem junto aos entrevistados) Visitas a algumas residências de trabalhadores com conversas informais (preparação para entrevistas individuais) Participaram, ao todo, 10 trabalhadores. Pesquisadora estava acompanhada de integrantes do grupo de pesquisa da UFMA. Grupo de discussão teve duração de aproximadamente três horas.
2ª ETAPA	Dezembro de 2014	Observação participante. Realização de grupo de discussão com instrumentais reformulados (roteiros de entrevistas) Realização de entrevistas individuais. Participaram, ao todo, oito trabalhadores, sendo cinco presentes grupo de discussão na sede do CDVDH/CB e três entrevistados individualmente em suas residências, em Açailândia. Grupo de discussão teve duração de aproximadamente uma hora e meia e as entrevistas individuais, uma hora em média.

Fonte: A autora, 2015.

Em agosto de 2013, realizamos a etapa piloto do trabalho de campo, da qual participaram, ao todo, dez trabalhadores. Iniciamos com um grupo de discussão, realizado na sede do Centro de Defesa de Açailândia, que foi dividido em dois momentos. Inicialmente, o grupo de pesquisadores e os colaboradores do CDVDH/CB receberam os trabalhadores, apresentando os objetivos da pesquisa e o funcionamento do grupo de discussão. Participaram da realização do grupo de discussão eu e mais quatro alunos de iniciação científica do Departamento de Comunicação Social da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), que ajudaram a documentar as atividades desta etapa do campo empírico.<sup>72</sup>

<sup>72</sup> Este trabalho de campo fez parte de uma das etapas da pesquisa empírica do projeto de pesquisa “Representações do trabalhador escravo (e acerca dele) em instâncias midiáticas e estratégias de

Após as apresentações, foram feitas algumas perguntas aos trabalhadores, no intuito de se ter uma visão geral do perfil de cada um, bem como da percepção deles sobre o trabalho escravo. O objetivo era entender a representação deles como escravos. Num segundo momento, introduzimos a questão da mídia e as representações sobre o trabalho escravo em reportagens televisivas.

Após um breve intervalo, numa proposta de estimulá-los a falar sobre o assunto, foram exibidas cinco reportagens veiculadas em TV aberta brasileira no período de 2009 a 2013, que tratam de questões relacionadas ao trabalho escravo<sup>73</sup>. Logo em seguida, foi aberta a discussão sobre o que foi assistido. Na ocasião, foram realizadas algumas perguntas aos trabalhadores (ver Roteiro para entrevistas – Primeira etapa de trabalho de campo em Apêndice B), buscando identificar a percepção deles sobre o conteúdo das matérias, concluindo assim o grupo de discussão com os agradecimentos. A entrevista coletiva teve duração de aproximadamente três horas, com um intervalo para lanche.

Além do grupo de discussão, ainda durante o trabalho de campo piloto, realizamos algumas visitas em residências de trabalhadores no bairro da Vila Ildemar, em Açailândia, um dos principais locais de residência do grupo entrevistado. Na ocasião, realizamos conversas informais na tentativa de aprofundar algumas questões colocadas pelo grupo, em conjunto.

Em dezembro de 2014, retornamos a Açailândia, para a realização do trabalho de campo, a partir das reformulações do roteiro de entrevista, bem como para maior amadurecimento da pesquisadora sobre as questões levantadas pelos trabalhadores, durante o primeiro contato realizado em etapa piloto, no ano anterior (2013).

Na ocasião, participaram, ao todo, oito trabalhadores, sendo cinco do grupo de discussão, realizado na sede do Centro de Defesa de Açailândia, e três de entrevistas individuais em suas residências, no mesmo município. Estávamos sem o acompanhamento de alunos da UFMA, mas contamos com a presença de integrantes do Centro de Defesa, que acompanharam o trabalho. Vale destacar que nenhum trabalhador que participou da primeira etapa foi entrevistado durante a segunda; o que nos deu mais

---

comunicação em redes de denúncia no Maranhão” (2012-2014), financiado pela FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico no Maranhão) e coordenado pela pesquisadora, autora desta tese.

<sup>73</sup> As cinco reportagens compõe o *corpus* documental proposto para análise na tese, formado por sete ao todo. Na ocasião, não foram exibidas duas delas - uma veiculada no Bom Dia Maranhão e outra no Jornal da Record - a fim de não excedermos o tempo combinado com os participantes do grupo de discussão.

tranquilidade para mudar algumas estratégias de abordagem entre uma etapa e outra, como, por exemplo, não detalhar nossos objetivos de pesquisa logo no início e, dessa forma, tentarmos interferir o menos possível nas respostas dos participantes.

Iniciamos o grupo de discussão com a apresentação dos participantes e da pesquisadora, bem como o objetivo do trabalho de campo, de forma genérica, na tentativa de não conduzir as respostas logo de início. Ainda neste momento de apresentação, deixamos bem claro que a identidade dos trabalhadores seria preservada por questões de segurança e solicitamos a assinatura de todos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), documento a que eles tiveram acesso e ficaram com uma cópia.

O roteiro de perguntas que orientou nosso trabalho estava dividido em dois principais momentos. No primeiro, que durou aproximadamente quarenta minutos, continha questões relacionadas às trajetórias de vida e de trabalho, bem como as noções que eles tinham de trabalho, isto é, qual a concepção de trabalho para eles.

Após essa rodada de questões, fizemos um breve intervalo, para um lanche, de aproximadamente quinze minutos, e voltamos para o grupo de discussão, reiniciado com a exibição das sete reportagens escolhidas para a realização deste estudo.

Durante a exibição, que durou aproximadamente trinta minutos, retomamos algumas questões, no segundo momento do nosso roteiro de entrevista. As questões agora versavam sobre o que eles percebiam do material exibido, do que as reportagens abordavam, se eles se identificavam com alguns aspectos tratados e o que faltava para retratar a “realidade” deles e, finalmente, se eles fossem produzir essas reportagens, como fariam. Neste contexto, foi aparecendo, aos poucos, a questão do trabalho escravo sem precisarmos pautar, como feito na etapa piloto. Ao final, retomamos a apresentação dos objetivos da pesquisa.

Também na ocasião deste trabalho de campo (dezembro de 2014), realizamos entrevistas individuais com três trabalhadores, em suas residências, no município de Açailândia. Para tanto, seguimos o mesmo roteiro de entrevista do grupo de discussão e realizamos a exibição dos materiais jornalísticos televisivos, a partir do computador levado até as casas dos trabalhadores pela pesquisadora.

Os dados sistematizados no Capítulo 5 foram organizados a partir do grupo de discussão e das entrevistas individuais realizadas especificamente durante este trabalho de campo, realizado em dezembro de 2014. (ver Roteiro para entrevistas – Segunda etapa de trabalho de campo em Apêndice C),

A primeira experiência de campo (piloto/agosto de 2013) nos serviu para avaliarmos questões objetivas e subjetivas do campo empírico. No que tange às questões objetivas, avaliamos que o tempo de realização do primeiro grupo de discussão se alongou (quase três horas), o que gerou certo desconforto e cansaço por parte dos participantes. Dessa forma, elaboramos o roteiro de perguntas, para a segunda etapa do trabalho de campo de forma a objetivar mais as falas e também tivemos mais preocupação em mediar o debate, principalmente quando as questões começavam a fugir do foco de nosso interesse. Todavia, o lanche oferecido num intervalo de quinze minutos, entre o debate e a assistência das reportagens, foi mantido, uma vez que percebemos que ele reanimou o grupo. Dessa forma, o grupo de discussão realizado no trabalho de campo durou, aproximadamente, uma hora e meia e as entrevistas individuais em torno de uma hora.

Sobre as questões subjetivas, principalmente relacionadas ao roteiro de perguntas, avaliamos que, durante o trabalho de campo piloto, apressamo-nos em entrar logo na temática do trabalho escravo e, diante disso, utilizamos a estratégia de tratar as questões relacionadas ao trabalho, antes de pautar a escravidão contemporânea, durante a segunda etapa. Além disso, sentimos a necessidade de ouvir mais os trabalhadores sobre suas trajetórias de vida para melhor compreensão de seus contextos sociais, culturais e históricos, o que acrescentamos no roteiro da segunda etapa. Da mesma forma, deixamos os objetivos de pesquisa mais detalhados para o final do grupo de discussão, para não induzirmos o debate logo de início, como na primeira experiência. O ponto que avaliamos com o de maior dificuldade, durante a abordagem, está relacionado à questão da noção de trabalho. Quando questionamos os trabalhadores sobre qual a noção, mais ampla, que tinham de trabalho, eles tiveram um pouco de dificuldades para começar a responder, uma vez que a pergunta abria um campo de possibilidades, o que dificultou um pouco a interlocução. Fato que foi logo contornado com esclarecimentos e intervenções no ato da entrevista.

Outro ponto importante que serviu para tomarmos a decisão pelo acréscimo de entrevistas individuais, além do grupo de discussão, durante a segunda etapa do campo,

está relacionado à substituição de algumas falas de trabalhadores por outras, posto que aquelas deixavam a desejar no entendimento dos relatos, o que ficou explícito durante o trabalho de transcrição. Aliado a isso, percebemos pontos de diálogo interessantes que seriam mais produtivos na ocasião de entrevistas individuais, para aprofundamento de algumas questões colocadas.

A escolha por realizar entrevistas individuais e coletivas, no decorrer do trabalho de campo, está relacionada ao fato de cada tipo de entrevista ser particularmente importante como fonte de informação, e sua combinação resultar numa estratégia extremamente valiosa: a informação mais dirigida, a mais livre e associativa, a produzida individualmente e a de grupo, cada uma revelando ângulos específicos e que só uma longa convivência no campo permite aglutinar. (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002)

Dessa forma, a observação participante é uma das estratégias utilizadas durante todo o percurso do campo empírico, seguida das entrevistas individuais e coletivas, ambas semiestruturadas e temáticas (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002), sempre focalizadas no nosso objetivo de pesquisa. Vale destacar que tivemos a preocupação de não fazer nossas perguntas de pesquisa aos trabalhadores, mas sim adequar sempre a conversa ao ambiente e à linguagem adequada, favorecendo a interlocução e fortalecendo nossa relação com os sujeitos da pesquisa.

Durante todo o trabalho de campo, realizamos anotações em cadernos de campo, tanto do que observamos como de alguns aspectos tratados em conversas informais com os trabalhadores e também com os agentes do movimento social de combate ao trabalho escravo, no caso, os representantes do Centro de Defesa de Açailândia, que nos acompanharam durante a maior parte do tempo em que estivemos em contato com os trabalhadores.

Também tivemos a oportunidade de participar do 1º Encontro de Trabalhadores e Trabalhadoras Resgatados da Escravidão Contemporânea, que aconteceu em maio de 2014, no município de Santa Luzia (MA), próximo a Açailândia<sup>74</sup>, promovido pelo Centro de Defesa. O objetivo da reunião era discutir a melhor forma dos trabalhadores se organizarem em seus municípios para enfrentar as formas de aliciamento, identificar

---

<sup>74</sup> Na ocasião do encontro, participamos da relatoria como voluntária e ficamos responsáveis em editar o relatório final do evento, entregue ao Centro de Defesa para fins de documentação das atividades.

casos e fazer denúncias. Também foram discutidas as condições socioeconômicas atuais, os riscos de serem aliciados novamente, e os indicativos e as formas para fortalecimento do combate. Na ocasião, participamos do evento, mas não tivemos a oportunidade de realizar nenhuma entrevista. Mesmo assim, a mídia (e mais propriamente o telejornalismo) apareceu nas falas, principalmente como aliada da divulgação das condições precárias de trabalho, sendo eficaz, segundo os participantes, na divulgação das denúncias do crime de trabalho escravo e na pressão social junto aos órgãos competentes de fiscalização.

Descrito o trabalho de campo, traçamos, a seguir, um perfil dos sujeitos investigados nesta pesquisa. Para tanto, lançamos mão de dados primários, recolhidos no campo empírico, e de dados secundários, encontrados em relatórios e levantamentos, para contextualizar o grupo, no âmbito do trabalho escravo contemporâneo no Brasil e no Maranhão.

#### **4.5 Os sujeitos da pesquisa**

Para melhor esclarecermos e detalharmos as características do grupo social estudado, apresentamos, a seguir, um breve perfil geral dos trabalhadores que foram submetidos a condições de trabalho escravo no Estado do Maranhão nos últimos anos e, posteriormente, um perfil mais detalhado dos oito trabalhadores entrevistados especificamente para a realização deste estudo (trabalho de campo dezembro/2014).

Para compor as características gerais, utilizamos fontes secundárias, como estudos e levantamentos publicados, tanto pela OIT (Organização Internacional para o Trabalho), quanto pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), órgão ligado ao governo federal, responsável pela fiscalização.

Já para a construção do perfil dos entrevistados para esta pesquisa, utilizamos dados primários, coletados durante as duas etapas do trabalho de campo, realizadas em Açailândia, em agosto de 2013, e em dezembro de 2014, respectivamente. Lembramos que não identificamos os trabalhadores por questões éticas<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Durante trabalho de campo, solicitamos que todos os entrevistados assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos ficaram com uma cópia do documento. O modelo do termo submetido aos entrevistados desta pesquisa encontra-se no Apêndice A.

Vale destacar que temos contato com trabalhadores resgatados em regimes de trabalho escravo desde 2004, quando iniciamos os estudos acerca desta temática em algumas regiões do estado do Maranhão. Este fator colabora na construção desses perfis, embora não tenhamos a pretensão, aqui, de generalizar as condições de vida desses sujeitos que, como dito anteriormente, compõem um grupo heterogêneo, com especificidades que variam de acordo com cada trajetória individual.

#### **4.5.1 Características gerais**

O perfil apresentado, nesta seção, traz características gerais do universo de trabalhadores entrevistados, neste estudo. Trata-se de trabalhadores rurais maranhenses que foram submetidos a regimes de trabalho escravo nos últimos anos no Brasil; e mais propriamente na região em que pesquisamos (Nordeste do Brasil, estado do Maranhão, município de Açailândia e região).

De acordo com o relatório da OIT intitulado “Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil” (2011), os trabalhadores que foram submetidos a condições de trabalho escravo no Brasil, nos últimos anos, são predominantemente homens adultos, negros (81%)<sup>76</sup> e com idade média de 31,4 anos.

A idade média dos trabalhadores, segundo o banco de dados do MTE (2014)<sup>77</sup>, é de 32,5 anos; bastante próxima da encontrada no relatório anterior. Em pesquisas anteriores, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas fiscalizações realizadas pelo Grupo Móvel do MTE nos municípios de Codó e Açailândia (MA), durante os anos de 2005 e 2007 e, naquela ocasião, a faixa etária média dos trabalhadores variava entre 29 e 34 anos; também se aproximando dos dados supracitados.

O gênero masculino lidera todos os levantamentos consultados. Segundo banco de dados do MTE (2003-2012), 95,3% dos resgatados do trabalho escravo eram homens. A pouca proporção de mulheres que aparece está relacionada às atividades de cozinheira e, geralmente, são esposas dos próprios trabalhadores que os acompanham. Já no caso do corte de cana em São Paulo, também há incidência de mulheres na

---

<sup>76</sup>A categoria “negros”, apontada no estudo, refere-se à soma dos que se declaram pretos e pardos, segundo as categorias de cor/raça do IBGE. (OIT, 2011, p. 104)

<sup>77</sup> As informações trazidas aqui sobre o banco de dados do MTE foram retiradas do infográfico interativo digital, construído pela equipe da ONG Repórter Brasil. O infográfico interativo digital pode ser acessado pelo portal da ONG Repórter Brasil (Disponível em: [www.reporterbrasil.com.br](http://www.reporterbrasil.com.br): Acesso em 01 de agosto de 2014).

atividade, embora seja em pouca quantidade. Na nossa pesquisa, onde os locais de trabalho são prioritariamente fazendas de gado e carvoarias, as mulheres pouco aparecem e, quando são resgatadas, geralmente estavam trabalhando como cozinheira.

Outro dado importante está relacionado à escolaridade. Segundo relatório da OIT (2011) supracitado, pelo menos 18,3% dos trabalhadores são analfabetos e nunca frequentaram a escola; e 45% são analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que possuem menos de 4 anos de estudos completos, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados também são próximos aos do último levantamento que o CDVDH/CB realizou junto aos trabalhadores participantes do 1º Encontro de Trabalhadores e Trabalhadoras Resgatados do Trabalho Escravo, ocorrido em maio de 2014, em Santa Luzia (MA). Dos 44 trabalhadores entrevistados, 17 são analfabetos e 27 alfabetizados mas, em sua maioria, não chegaram ao 5º ano devido à falta de condições de acesso à escola.

Embora esteja em crescimento, o número de denúncias relativo ao trabalho escravo urbano, no Brasil, principalmente na base da cadeia produtiva da indústria têxtil paulista, os trabalhadores de que tratamos neste estudo são rurais e possuem naturalidade maranhense, tendo nascido em vários municípios do estado, mas encontrados em situações de trabalho escravo nas proximidades do município de Açailândia, onde realizamos nossa pesquisa empírica.

Em grande maioria, não são empregados formais e vivem de ‘bicos’ entre atividades de limpeza de pasto para a plantação do capim em fazendas de gado ou em carvoarias, como enchedores de forno ou cortadores de madeira com motosserra, no caso de desmatamento, também muito comum na região. Quando não são encontrados nessas atividades, fazem suas pequenas roças de subsistência e também sobrevivem dos recursos de programas sociais, como é o caso do Programa Bolsa Família<sup>78</sup>.

Um dado interessante trazido no relatório da OIT (2011) nos motiva para a realização desta investigação. Trata-se da relação dos trabalhadores com a mídia. De acordo com o estudo, pelo menos 79% dos trabalhadores entrevistados já tinham ouvido falar sobre o trabalho escravo em espaços midiáticos, sendo que, deste universo, pelo menos 44% por meio de TV e 35% pelo rádio.

---

<sup>78</sup> A maioria dos levantamentos que tratam dos trabalhadores submetidos a condições de trabalho escravo no Brasil aponta que esses sujeitos são beneficiários do Programa Bolsa Família, do governo federal. (OIT, 2011)

Ainda, 11,7% tinham tido acesso à Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo pela *sanfoninha*<sup>79</sup> da CPT (Comissão Pastoral da Terra); 11%, por amigos; 10%, por cartazes; 5%, pelos sindicatos e 4%, por meio da programação de comunicação interna de TV da Estrada de Ferro Carajás, conhecida como “Trem da Vale”<sup>80</sup>.

#### 4.5.2 O grupo entrevistado

Durante o trabalho de campo, realizado em dezembro de 2014, participaram, ao todo, oito trabalhadores, sendo cinco deles presentes no grupo de discussão e três entrevistados individualmente, em suas residências.

Dos 12 convidados para participar do grupo de discussão, cinco compareceram, sendo que três justificaram ausência por motivos de saúde ou ocupação com trabalho e o restante não se manifestou. Entre os participantes, a média de idade variou de 29 a 61 anos. Os trabalhadores foram resgatados entre 2007 e 2012.

#### Quadro 5 - Perfil dos participantes – grupo de discussão (dezembro/2014)

Nome	Idade	Local de origem	Local de moradia	Envolvimento com o trabalho escravo
Entrevistado 1 João <sup>81</sup>	56	João Lisboa (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou durante cinco meses em fazenda de gado em 2011.
Entrevistado 2 Pedro	29	Açailândia (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou em fazenda de gado 2009 a 2012, quando foi resgatado.
Entrevistado 3 Paulo	31	Buriti Bravo (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou em carvoarias e em fazenda de gado entre 2007 e 2012, quando foi resgatado.

<sup>79</sup> As chamadas *sanfoninhas* são folhetos com histórias em quadrinhos produzidos pela Campanha Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) intitulada “De olho aberto para não virar escravo” (1997) que são impressos em grande quantidade e distribuídos a entidades de classe e movimentos sociais, espalhados pelo Brasil, que têm como público principal os trabalhadores rurais.

<sup>80</sup> A Estrada de Ferro Carajás, gerenciada pela empresa Vale, veicula, pela rede interna de televisão, vídeos institucionais e demais documentários aos passageiros durante o percurso de viagem originada na capital São Luís (MA) com destino a Parauapebas (PA). O trecho desta viagem tem duração média de 18 horas.

<sup>81</sup> Os nomes dos entrevistados são fictícios por questões de preservação de suas identidades.

Entrevistado 4 Lucas	44	Lago da Pedra (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou em fazenda de gado entre 2009 e 2012, quando foi resgatado.
Entrevistado 5 Mateus	61	Vargem Grande (MA)	Bom Jesus das Selvas (MA)	Trabalhou em fazenda de gado durante quatro meses, em 2007, quando foi resgatado.

Fonte: trabalho de campo

Outra característica em comum entre eles é a de terem trabalhado em fazendas de gado ou em carvoarias na região de Açailândia e, nessas atividades econômicas, terem sido resgatados em regime de trabalho escravo.

Embora eles residam atualmente em Açailândia, alguns têm origem em outros municípios maranhenses, como Lago da Pedra e Buriti Bravo, localizados em regiões do estado distantes de Açailândia. O município de João Lisboa fica mais próximo.

Vale destacar que todos os entrevistados são homens<sup>82</sup>, mas estavam constantemente acompanhados por mulheres, sendo esposas ou familiares, tanto na ocasião do grupo de discussão, na qual um dos trabalhadores foi acompanhado pela esposa; e também nas residências, onde os familiares presentes assistiram às entrevistas<sup>83</sup>.

<sup>82</sup> Vale destacar que segundo as estatísticas da fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), os trabalhadores submetidos a essas condições são, em grande maioria, do sexo masculino, apresentando algumas exceções, como no corte de cana ou em outras atividades que não estão diretamente relacionadas à realidade do Maranhão, cujas principais atividades econômicas envolvidas são o chamado *roço da juquirá* (limpeza de pasto para criação de gados) e atividades relacionadas ao carvoejamento (processo produtivo do carvão).

<sup>83</sup> O acompanhamento das mulheres no ato das entrevistas nas residências, bem como no grupo de discussão pode ser observada nas imagens que trazemos do trabalho de campo.

**Figura 9 – Grupo de discussão – trabalho de campo dezembro/2014<sup>84</sup>**



Também durante a segunda etapa do trabalho de campo, tivemos a oportunidade de entrevistar individualmente três trabalhadores, em suas residências, o que possibilitou maior aprofundamento de algumas questões que estão detalhadas no Capítulo 5.

**Quadro 6 - Perfil dos participantes – entrevistas individuais (dezembro/2014)**

Nome	Idade	Local de origem	Local de moradia	Envolvimento com o trabalho escravo
Entrevistado 6 Tiago	54	Passagem Franca (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou durante seis meses na quebra do milho na Fazenda Rio do Ouro, em Açailândia. Foi resgatado em 2012.
Entrevistado 7	17	Açailândia (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou durante três meses na quebra de milho na Fazenda Rio do Ouro,

<sup>84</sup> As imagens são de Lucimar Oliveira, agente do Centro de Defesa de Açailândia, e Sávio Rodrigues, professor e pesquisador da UFMA, que me acompanharam durante o trabalho de campo e, gentilmente, fizeram o registro fotográfico. Nesta foto, em específico, o pesquisador Sávio encontra-se sentado na roda (do lado direito da foto, de blusa listrada), junto aos cinco trabalhadores e a esposa de um deles.

Sebastião				em Açailândia. Foi resgatado em 2012.
Entrevistado 8 Eduardo	84	Ceará (CE)	Açailândia (MA)	Foi resgatado do trabalho escravo em fazenda de gado em Açailândia, em 1996. Trata-se de um dos primeiros trabalhadores a denunciar ao Centro de Defesa.

Fonte: trabalho de campo

**Figura 10 – Entrevista individual – trabalho de campo dezembro/2014**



Dos três entrevistados, um deles é o primeiro trabalhador que teve contato com o Centro de Defesa de Açailândia, entre os anos de 1996 e 1997, no período de fundação da entidade. Por esta e outras razões, a entrevista deste trabalhador configura uma espécie de memória de um idoso de 84 anos, que conta sua história vivida há pelo menos 18 anos. Ele reside atualmente em Açailândia, mas é um migrante do Ceará (CE).

Embora tenhamos clareza da distinção que devemos fazer acerca da fala deste trabalhador em relação as dos outros entrevistados, mais jovens, o relato enriquece a

pesquisa, uma vez que preconiza e historiciza a problemática do trabalho escravo, da qual tratamos, a todo o momento, neste trabalho.

Interessante ressaltar que, por outro lado, outro entrevistado em sua residência, tem 17 anos e traz uma fala da “juventude”, que oportuniza nossas discussões acerca da esperança e da transição do rural para o urbano, bem como suas aspirações da cidade. Este entrevistado nasceu em Açailândia (MA).

Por último, o terceiro entrevistado individualmente em sua residência, de 54 anos, é de um trabalhador rural assentado, há dois anos, por intermédio do MST (Movimento dos Sem-Terra) em Açailândia, e que foi surpreendido, juntamente conosco, em se ver em uma das reportagens que exibimos durante o encontro, na qual ele concedeu entrevista. Este entrevistado nasceu em Passagem Franca (MA), região distante de Açailândia.

**Figura 11 – Entrevista individual – trabalho de campo dezembro/2014**

Tanto no grupo de discussão, ocorrido na sede do Centro de Defesa de Açailândia, quanto nas entrevistas individuais, realizadas nas residências dos trabalhadores, tivemos o acompanhamento de agentes do movimento social. Embora eles não se posicionassem com comentários durante as entrevistas, temos o entendimento de que a presença desses sujeitos no campo empírico pode ter influenciado, de alguma forma, as falas dos entrevistados. Para o bem ou para o mal, a presença deles também nos assegurou certa tranquilidade e segurança durante o trabalho de campo.

Diante dessa situação, deixamos claro nossas condições de pesquisa, principalmente explicitando o ambiente do campo empírico, e nos esforçamos para tentar interpretar essas influências no ato da análise.

#### **4.6 Caminho metodológico proposto**

A principal estratégia metodológica desta pesquisa está centrada na assistência de um conjunto de reportagens apresentadas anteriormente ao grupo estudado. A partir daí, deflagramos o diálogo com os sujeitos investigados sobre as representações acerca do trabalho escravo contemporâneo a partir da mídia (mais precisamente no texto jornalístico televisivo), levando em consideração os contextos de suas falas.

Reafirmamos que a identidade pela qual olhamos esses sujeitos é a de trabalhadores rurais maranhenses. Partimos do pressuposto de que o trabalho seja um elemento determinante na vida desses sujeitos, ao ponto de não separarem o trabalho da vida. Neste contexto, entendemos o trabalho como “fato social total” (MASS, 1981), capaz de caracterizar esse grupo e dinamizar as sociabilidades dos sujeitos em outras instâncias da vida, como a família ou mesmo nas relações mais próximas de amizade, vizinhança e compadrio.

É pelo viés do trabalho que nos interessa conversar com eles. Um dos principais pressupostos que nos leva a esse entendimento está relacionado ao lugar, bem como ao tempo do trabalho na vida dessas pessoas. A divisão entre o tempo do trabalho e o tempo de lazer, por exemplo, não é definida como, em geral, se percebe em centros urbanos. No mundo rural, as possibilidades do trabalho e do lazer estarem relacionadas aumentam, por exemplo, nas roças de subsistência, em que os integrantes da família se reúnem para trabalhar, e que, ao mesmo tempo, a presença de crianças (filhos) torna as atividades mais lúdicas, confundindo-se, muitas vezes, com o lazer. Trabalhar na terra, parar para descansar e aproveitar para colher e comer uma fruta debaixo da árvore e ainda se refrescar no riacho próximo fazem parte da cotidianidade dessas pessoas. No caso das atividades relacionadas ao trabalho escravo, essas relações tendem a se apresentar de formas mais definidas, principalmente se há um gerente ou um fiscal controlando as atividades dos trabalhadores.

De todo modo, acreditamos que as relações com o trabalho descritas anteriormente, bem como o significado dele para esses sujeitos ainda tende a prevalecer,

mesmo para os trabalhadores rurais que foram submetidos a regimes de escravidão contemporânea. Não identificamos esses sujeitos como trabalhadores escravos, mas sim como trabalhadores rurais maranhenses que foram submetidos a regimes de trabalho escravo. Acreditamos que essa identidade define melhor o grupo estudado.

A conversa com os trabalhadores, dessa forma, é dividida em dois momentos: um antes da assistência das reportagens, e outro depois. No primeiro momento, nossas perguntas giram em torno das trajetórias de vida e do significado do trabalho para a vida dessas pessoas; e no segundo momento, pautamos a questão das representações do trabalho escravo a partir de materiais midiáticos.

Neste sentido, o texto jornalístico televisivo deflagra um diálogo sobre as representações do trabalho escravo para esses trabalhadores, que já foram submetidos a essa condição. Escolhemos um caminho metodológico para acessar essas representações a partir da busca do entendimento dos processos de identificação e apropriação desses sujeitos com relação à mídia.

Assim, a construção do roteiro de entrevistas a ser aplicado durante trabalho de campo é pautada por esta orientação. O primeiro bloco de questões versa sobre as trajetórias de vida dos trabalhadores e com o envolvimento deles com o trabalho. Queremos saber as principais concepções deles sobre o trabalho (O que é trabalho? Existem diferentes tipos de trabalho? Quais?). Ainda nesta etapa, abordamos o trabalho rural e pedimos para eles falarem sobre o seu significado.

Já na segunda etapa do roteiro de entrevistas, introduzimos a mídia (com a exibição das reportagens escolhidas) e uma conversa posterior que busca compreender em que medida esses sujeitos se apropriam de materiais midiáticos para constituir suas representações sobre o trabalho escravo.

O caminho escolhido para tentarmos acessar essas representações passa pelos processos de identificação dos materiais jornalísticos televisivos assistidos e comentados pelos entrevistados a partir de uma série de perguntas que seguem a linha de investigação sobre os níveis de aproximação ou distanciamento das representações midiáticas na constituição das representações dos sujeitos sobre o trabalho escravo.

Além dos processos de identificação que levam à constituição das representações dos sujeitos, o roteiro de entrevistas ainda relaciona questões ligadas aos processos de apropriação dos materiais midiáticos pelos entrevistados, ou seja, traz questões do tipo: se você pudesse escolher uma reportagem que melhor representasse o assunto ou a sua história, qual escolheria? Por quê? E também, se você pudesse produzir

uma reportagem que melhor representasse o assunto ou a sua história, como ela seria? Por quê?

Acreditamos que ao questionarmos os sujeitos sobre como eles construiriam uma reportagem sobre o assunto, caso fossem os produtores da notícia, deslocamos o seu lugar de fala e, assim, oportunizamos aos entrevistados falarem sobre como se apropriam desses textos midiáticos televisivos na constituição de suas representações sobre a temática.

O roteiro de entrevistas foi construído para nortear tanto o grupo de discussão quanto as entrevistas individuais. Trata-se de um instrumento de pesquisa que sugere um caminho a ser percorrido, mas que pode ser modificado de acordo com as respostas dos sujeitos no ato das entrevistas.

Também partimos deste roteiro para a sistematização dos dados recolhidos no campo empírico. Dessa forma, dividimos os resultados em três blocos principais de análise. O primeiro, que traz as discussões sobre trajetórias de vida e concepções sobre o trabalho; o segundo, que traz as noções dos sujeitos sobre o trabalho escravo e o terceiro, que relaciona essas representações sobre o trabalho escravo a partir da mídia, identificando os principais pontos de aproximação e afastamento dessas representações com relação ao texto jornalístico televisivo.

Buscamos, dessa forma, responder à principal questão da pesquisa: em que medidas um grupo de trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo contemporâneo se apropria da mídia para construir suas representações sobre o trabalho escravo? No próximo Capítulo, trazemos a análise dos materiais recolhidos no campo à luz do nosso percurso teórico-metodológico apresentado no decorrer do trabalho.

## 5. ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO A PARTIR DA MÍDIA

Este capítulo concentra as principais interpretações e análises que desenvolvemos sobre as representações de trabalhadores rurais maranhenses do trabalho escravo a partir da mídia. Utilizamos como base para a sua realização extratos de falas dos sujeitos investigados, retiradas das transcrições das entrevistas individuais e do grupo de discussão, realizados durante trabalho de campo, em dezembro de 2014, conforme descrito no Capítulo 4. A transcrição completa pode ser consultada no Apêndice K.

Dividimos o capítulo pelas categorias de análise principais. Inicialmente, trazemos as trajetórias de vida e de trabalho, bem como as noções de trabalho escravo. Em seguida, tratamos do trabalho escravo a partir da mídia, apresentando os resultados do diálogo que tivemos com os sujeitos a partir da assistência do material midiático escolhido e construindo nossas interpretações à luz da escolha teórico-metodológica percorrida durante o estudo a partir dos processos de identificação e apropriação. E finalmente, num terceiro tópico, apresentamos o processo de constituição das representações sobre o trabalho escravo na busca de responder ao problema do trabalho: em que medidas os sujeitos se apropriam da mídia para constituir suas representações?

Entendemos que o estudo não fecha as interpretações, mas indica alguns caminhos de análise e, dessa forma, damos nossa contribuição para os estudos de Comunicação, que envolvem mídia, sujeitos e representações, a partir de uma experiência concreta de assistência de materiais jornalísticos televisivos junto a um grupo social específico: os trabalhadores rurais maranhenses; sobre um tema específico: o trabalho escravo.

### 5.1 Trajetórias de vida e de trabalho

“Sempre mexi com trabalho na roça. Na *precisão*<sup>85</sup>, fui trabalhar pros outros; daí deu no que deu...”<sup>86</sup>. A afirmativa de um dos trabalhadores entrevistados sintetiza um

---

<sup>85</sup> Termo comumente utilizado pelos trabalhadores entrevistados. Refere-se a uma condição de extrema precariedade financeira e também é relacionado, de alguma forma, com falta de dignidade humana. Trabalhamos essa categoria nativa de forma analítica durante desenvolvimento da dissertação de mestrado, realizada junto a trabalhadores rurais do município de Codó (MA), intitulada *Escravos da*

pouco a concepção de trabalho para a maior parte do grupo pesquisado, bem como a trajetória de vida que representa a maioria deles.

De origem rural, a história é comum à maioria. Com dificuldades em manter a família com as roças de subsistências, por conta do cercamento das terras para a implantação de projetos de desenvolvimento, no caso da região de Açailândia, como já tratado anteriormente, a partir da implantação de grandes empresas agropecuárias a partir dos anos 60, bem como da implantação do Polo Siderúrgico de Carajás, nos anos 70, muitas famílias foram expulsas de suas pequenas porções de terra e, gradativamente, se deslocaram para periferias dos centros urbanos mais próximos, como é o caso do município de Açailândia, onde são submetidos a subempregos e sofrem dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. A falta de escolaridade e de profissionalização são as principais causas dessa precarização da mão de obra na região estudada.

Embora a origem do povoamento mais recente da região seja de migrantes de outras localidades do nordeste brasileiro, como os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, sete dos oito trabalhadores entrevistados são de origem maranhense. Somente o mais velho, de 84 anos, é natural do estado do Ceará (CE). Em conversas, percebemos que os pais ou avós são de outros estados do nordeste, como estes citados. Os mais velhos, como um dos trabalhadores, de 84 anos, um dos primeiros a denunciar casos de trabalho escravo ao Centro de Defesa de Açailândia, contam um pouco da origem de suas famílias que tiveram de migrar de outros estados nordestinos para fugir da seca no início do século passado.

Sou de família pobre, de lavrador; sou de um interiorzinho do Ceará. Minha família veio pro Maranhão quando eu ainda era pequeno e nem me entendia. Mais tarde, fui entendendo que era pela precisão que eles passava lá na casa da vó por causa da seca e da fome. Tudo sempre foi muito difícil pra nós. Comecei a trabalha na roça cedo, com minha família. E nunca parei de trabalha...<sup>87</sup>

Essa migração também aconteceu mais recentemente, entre os anos 60 e 70, de outros municípios maranhenses para a região de Açailândia. Em geral, os trabalhadores

---

*precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*, publicada pela EDUFMA, em 2009.

<sup>86</sup> Extrato de fala do Entrevistado João, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>87</sup> Extrato de fala do Entrevistado Eduardo, conforme indicado em Apêndice K.

foram atraídos pelas ofertas de trabalho dos projetos de desenvolvimento. Essa é a principal característica do grupo entrevistado.

Dos oito trabalhadores, somente dois nasceram em Açailândia. O restante tem os seus locais de origem em outras regiões do estado que, com a falta de oportunidade de trabalho, tiveram de sair de seus municípios em busca de sustento. Na região de Açailândia, foram submetidos a regimes de trabalho escravo, embora, pelos relatos, também percebamos deslocamentos constantes desses trabalhadores, chamados de “peões de trecho”, para trabalhos temporários nos estados do Pará e Tocantins, devido à localização da região maranhense, que faz divisa com esses dois outros estados da federação.

Ah, eu trabalho desde que me entendo. Já trabalhei de muita coisa, senhora. Mas adoeci muito com esse trabalho de garimpo e carvoeira. Agora to quieto em casa, *encostado*<sup>88</sup>. Mas já me aventurei muito pelo Pará e fui mais longe... Hoje eu luto com minha saúde e fico em casa porque é o jeito<sup>89</sup>.

As atividades principais desenvolvidas pelos trabalhadores que foram encontrados em regimes de trabalho escravo estão ligadas à área rural, tanto de colheita em plantações de monocultura em grandes fazendas, como é o caso de batata, cebola, milho, entre outras, quanto da limpeza do pasto para fazendas de gado, o chamado *roço da juquira*, quanto para cercamento de grandes áreas para implementação de projetos de desenvolvimento, como é o caso da plantação de eucalipto para fins de papel, celulose ou carvão bem como grandes áreas da região sul maranhense com extensas plantações de soja.<sup>90</sup>

Uma questão interessante ligada ao trabalho tem relações com a propriedade da terra. O trabalho na lavoura, reconhecido pelos entrevistados, é o trabalho da roça de subsistência, que pode ser comum a uma ou mais famílias ou até mesmo a uma comunidade, sempre com a noção de coletividade. Portanto, a ideia de trabalho também, em geral, está ligada ao coletivo. O trabalho individual é menos valorizado por eles, ou melhor, não é totalmente reconhecido como “trabalho”.

<sup>88</sup> É a forma com que eles chamam o afastamento do trabalho com recebimento de benefício de seguro doença, junto ao INSS (Instituto Nacional de Serviço Social).

<sup>89</sup> Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>90</sup> Vale destacar que, devido à mecanização em quase todo o processo da cadeia produtiva da soja, os trabalhadores, que são contratados para trabalhar nessas empresas e que acabam sendo submetidos a regimes de trabalho escravo, praticam uma atividade específica, a limpeza da terra com a retirada de tocos entre uma safra e outra.

Trabalho na roça, eu e mais minha mulher, para ter o pão de cada dia... gradeamo no campo dois hectar, já tá quase tudo plantado (...) O trabalho na roça é bom. Trabalhar é bom. Isso vem de Deus. É coisa de Deus. Quem trabalha, é dom de Deus. (...) Eu só sei falar do trabalho da lavoura. Só isso. Trabalhar; plantar, colher, cuidar da terra; trabalho no campo há muitos anos. Cada vez que gradeia, aduba e vai melhorando (...) Trabalhei muito de servente em Brasília, de eletrícista, na construção da capital do Brasil. Mas eu não aprendi nenhuma profissão. Eu só sei trabalhar mesmo é na roça. O dom que Deus me deu é esse mesmo<sup>91</sup>.

Também percebemos a relação, por parte de alguns entrevistados, como no relato acima, entre trabalho e religiosidade. Essa ideia de que o “trabalho enobrece o homem” ou de que “é coisa de Deus”, e que está muito presente nos discursos religiosos, é recorrente nas falas dos entrevistados.

Nas respostas sobre as noções de trabalho, os entrevistados não explicaram necessariamente a concepção deles, mas qualificaram alguns tipos de trabalho. Dentre as qualificações apresentadas, apareceu uma classificação de “trabalho bom” e “trabalho ruim”, incluindo nesta última a condição de trabalho escravo como “piores trabalho”.

Em geral, os trabalhadores não relacionam o trabalho na roça como um “trabalho ruim”. O esforço físico ou a falta de infraestrutura nas localidades da zona rural não são os principais fatores que o caracterizam. Por outro lado, está mais relacionado à questão do respeito e da dignidade, como pode ser observado na fala de um dos entrevistados:

Trabalhar é bom. Eu não acho que pegar no machado seja trabalho ruim ou escravo. Trabalho é digno. A dificuldade maior é o patrão receber a custas da exploração do trabalhador, sem respeito<sup>92</sup>.

Nesta perspectiva, as representações atribuídas ao “trabalho ruim” estão mais relacionadas às questões da subjugação, do mando, da violência simbólica do patrão sobre o empregado do que propriamente da atividade realizada na lavoura.

Dessa forma, a ideia do “trabalho bom” para os trabalhadores entrevistados é ser dono do seu próprio negócio, no caso, da sua própria terra para plantar, e não passar por assédio moral nem físico por parte dos empregadores; seja o latifundiário, o grande empresário; seja, na maioria dos casos, o mandatário do trabalho, isto é, o *gerente da*

<sup>91</sup>Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>92</sup> Extrato de fala do Entrevistado João, conforme indicado em Apêndice K.

*fazenda* ou o *empreiteiro* ou o *gato*, como são chamados na região os aliciadores ou os intermediários, responsáveis por arregimentar mão de obra, caracterizada posteriormente de trabalho escravo ou irregularidade trabalhista<sup>93</sup>.

Qualquer um de nós que tiver saúde, pode trabalhar. Um emprego melhor é na rua (na cidade); porque trabalhar em fazenda é duro; até porque fica escondido e é mais fácil de explorar a gente. Lá a gente não dorme numa casa boa; não come bem (...) Mas é diferente de ter uma roça própria, perto de casa... Trabalho bom é quando a gente é dono do nosso negócio (no caso, da roça). Trabalho ruim é quando a gente trabalha pros outros e eles exploram a gente<sup>94</sup>.

Ainda sobre “trabalho bom”, apareceram falas que relacionam o trabalho na cidade com escolaridade, isto é, quando há uma capacitação profissional e então o trabalhador passa a ser valorizado, reconhecido, respeitado. Encontramos esse relato em vários entrevistados, como apresentamos a seguir, sistematizado na fala de dois deles:

Trabalho na cidade é melhor; é mais digno. Eu saí do trabalho escravo; fui resgatado, tive a oportunidade de fazer um curso e hoje sou eletricitista na cidade. Hoje eu sou dono do meu ofício (...) é muito bom assim. Eu agradeço a Deus por isso<sup>95</sup>.

Trabalho bom é ser capacitado; é ter respeito com a gente. Quando a gente tem mais estudo; a gente pode ter um trabalho mais digno. Mas a gente que não teve muita oportunidade; vive assim mesmo, do jeito que dá...<sup>96</sup>

Embora tenham aparecido falas na perspectiva de trabalho urbano com profissionalização, a maioria dos entrevistados que já tiveram a oportunidade de trabalhar na cidade, fizeram-no de forma temporária e sem capacitação profissional em funções, principalmente, de serviços gerais e na construção civil. A ocupação com esses serviços temporários e de baixa qualificação está relacionada aos índices de analfabetismo ou baixa escolaridade característica do grupo estudado.

---

<sup>93</sup> Como já tratado no Capítulo 4, o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 149, caracteriza a condição análoga à de escravo. É com esse instrumento que as fiscalizações do MTE resgatam trabalhadores. Mas mesmo que não seja caracterizado como trabalho escravo, há muitas formas de precarização do trabalho na região, como as irregularidades trabalhistas, a não assinatura de carteira de trabalho ou mesmo os contratos verbais, que acabam sempre prejudicando os trabalhadores envolvidos, não pagando o valor combinado ou ainda explorando em jornadas exaustivas de trabalho.

<sup>94</sup> Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>95</sup> Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>96</sup> Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

Em contraponto com o “trabalho bom”, as condições do trabalho escravo são apontadas pelos trabalhadores entrevistados como a pior experiência de trabalho que já tiveram como o “pior trabalho”.

As condições precárias de alojamento, má alimentação e péssimas condições de higiene, além da vigilância armada e violência física, são apontadas como características do trabalho escravo, embora a subjugação e a humilhação ainda sejam os principais fatores, ou os mais fortes apontados pelos trabalhadores quando se trata da temática, responsáveis pelo medo e pela desonra.

Entrei na situação através de fazenda, onde a gente entrou pra trabalhar no processo de vaqueiro e, quando a gente chegou lá, era totalmente diferente. A história era que a gente ia roçar juquirá e a gente ficou numa situação que não podia voltar, não tinha como voltar e a gente trabalhou; eu e mais umas dezoito pessoas que nós tavamos. Trabalhamo cinco meses, quase seis, quase seis mês. É uma situação precária, o nosso alimento era só feijão e arroz, quando tinha alguma carne nós assávamos, o que encontrava na roça, matava depois. A nossa água, que nós bebía, era precária também, era de brejo, onde o gado bebia e assim também toda a água da chuva jogava as fezes do gado lá dentro. A alimentação, muitas vezes a gente desmaiou de fome também, igual o rapaz tava falando, no serviço também. Aonde os lugares são meio acidentados, a gente quando chegava no alto, às vezes ficava sem coragem de descer, sem força. E eu decidi então procurar ajuda, só que a gente era vigiado, tinha dois capangas que nos vigiava; e num certo domingo, eu consegui escapar e vim fazer a denúncia aqui no Centro de Defesa<sup>97</sup>.

O relato acima detalha as condições encontradas numa fazenda onde um dos entrevistados foi submetido a regime de trabalho escravo e conseguiu fugir para denunciar, mesmo sendo vigiado. A fala é representativa da condição em que os trabalhadores são submetidos. O cerceamento da liberdade, as más condições de alimentação e higiene, bem como a falta de infraestrutura básica para os trabalhadores são recorrentes nos depoimentos.

Em geral, a noção de trabalho para os sujeitos entrevistados é representativa da própria identidade deles: de origem rural e com necessidades de migração para as periferias das cidades devido ao processo de expulsão de terras para a implantação de

---

<sup>97</sup>Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

projetos de desenvolvimento; com entendimento do trabalho aliado à propriedade da terra para as roças de subsistência; além da ideia da liberdade de produção, independente da relação patrão-empregado; isto é, uma distinção entre trabalho e emprego.

Durante as entrevistas individuais e nos grupos de discussão realizados para a coleta dos depoimentos, tentamos oportunizar falas mais livres dos entrevistados sobre o trabalho escravo, antes de introduzirmos o discurso midiático sobre o tema ao exibirmos, em seguida, as reportagens escolhidas para compor o presente estudo. As principais representações sobre trabalho escravo para o grupo de trabalhadores entrevistados estão organizadas a seguir.

### 5.1.1 Noções sobre trabalho escravo

Quando questionados se identificam-se como escravos, a resposta inicial é negativa. A primeira representação presente nos relatos, portanto, está ligada ao imaginário social e coletivo de escravidão no Brasil, do período colonial, relacionada ao tráfico negreiro. “Eu não sou escravo daquela forma que era antigamente, mas o serviço que eu saí era de escravo sim; mas um escravidão diferente”<sup>98</sup>.

Percebemos na fala acima uma negativa “àquela forma que era antigamente”, à da escravidão colonial no Brasil, embora exista uma assertiva na questão da exploração do trabalho, “como se fosse escravo; mas um escravo diferente”. Ao continuarmos as conversas sobre suas trajetórias de vida e de trabalho, logo aparecem outros relatos de vitimização e exploração do trabalho, chamado por eles de “escravo moderno”, ou “atual”, contemporâneo. “A gente não vive acorrentado nesta escravidão atual, mas é pior que o escravo negro dos tempos antigo...”<sup>99</sup>. A relação com correntes e grilhões, utilizados durante a escravidão colonial, também demonstra uma forma de distinção por parte dos entrevistados entre a escravidão antiga e a atual. As principais correntes da escravidão contemporânea são representadas pela “dívida” que o trabalhador contrai com o empregador num ciclo de exploração que tende a se estender por muito tempo e envolve questões de honra e dignidade.

---

<sup>98</sup>Extrato de fala do Entrevistado Sebastião, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>99</sup>Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

Neste sentido, as narrativas perpassam condições e vivências passadas que vão constituindo representações sobre escravidão, ou essa “escravidão atual”, como eles dizem. Desde que iniciamos as pesquisas sobre esta temática, quando da realização da dissertação do mestrado<sup>100</sup> (2004-2006), percebemos que a escravidão ou a escravização não é entendida pelos trabalhadores como uma condição encontrada apenas nos locais onde são resgatados trabalhadores por equipes coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, eles não se reconhecem enquanto escravos somente no ato da fiscalização.

A gente não vira escravo quando é resgatado pela Federal. Lutamo de sol a sol e somo explorado mais que animal. Pode não ser aquela escravidão dos africano, dos preto que vieram da África; mas é tão dura quanto. E às vez até pior, porque eles ainda eram vendido, valiam dinheiro. A gente não. Eles (os fazendeiros) não valoriza a gente<sup>101</sup>.

O problema apontado pelos entrevistados é estrutural e tem início bem antes, com a falta de políticas públicas básicas para as famílias e de oportunidade de desenvolverem trabalhos mais dignos, principalmente ligados à agricultura, já que é a atividade na qual a maioria deles tem origem.

Em geral, os trabalhadores apontam a *precisão*; termo regional que identifica períodos de maior necessidade econômica no contexto da economia familiar, como a principal causa da ocorrência de regimes de trabalho escravo, uma vez que os trabalhadores ficam vulneráveis à exploração da mão de obra por falta de oportunidades dignas de trabalho.

Também identificamos que, na atualidade, a maior parte dos trabalhadores que são encontrados em regimes de trabalho escravo foi para essa condição sabendo que poderia não receber salário ou ainda ser explorado. Portanto, a ideia de que eles são enganados pelos aliciadores sobre uma “boa oferta de trabalho” pode ainda ocorrer em algumas localidades, com alguns trabalhadores, embora, em geral, eles já tenham informações sobre as condições e continuam reincidindo nas atividades que escravizam por falta de outras opções; de outras oportunidades de trabalho digno; por conta da *precisão*.

---

<sup>100</sup> A dissertação, intitulada *Escravos da previsão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*, realizada entre 2004 e 2006, foi publicada em 2009, pela EDUFMA.

<sup>101</sup> Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

(...) Aí o cara chegou e contratou e disse, rapaz, você é o mais velho daqui; eu disse sou eu. Ele disse dá de nós arrumar uns trabalhador pra nós, eu digo, dá. O cara morava lá no cabaré e já inté mataram ele (...) Daí o que acontece? Eu fui e arranjei 42 comigo. *O cara que não sabe a lei, quer é trabalhar pra dar de comer a família.* Aí nós fomo, e quando chegemos lá...era tudo diferente....<sup>102</sup> (grifos nossos)

Pelo relato acima, identificamos tanto a questão da *precisão*, quanto a falta de outras oportunidades de trabalho digno, mas também o desconhecimento da lei, o que resulta, muitas vezes, no envolvimento de alguns trabalhadores no processo de aliciamento da mão de obra escrava, mesmo sem ter a noção do que estão fazendo, levando outros trabalhadores para as condições de exploração do trabalho. É comum alguns trabalhadores relatarem que já ajudaram a arregimentar outros companheiros para a mesma empreitada. Eles narram este fato no sentido de ajuda aos outros trabalhadores que estão na sua mesma condição, mas não imaginam que podem prejudicá-los, até porque as relações são de proximidade, sendo familiares, vizinhos ou compadrios.

A dívida para com o patrão e a ausência de formalização da mão de obra, seja prevista em carteira de trabalho, seja em qualquer outro tipo de contrato formal, documentado, também são características comuns nos relatos dos entrevistados, conforme podemos observar em detalhes abaixo:

Eu acredito que a tristeza maior de um trabalhador trabalhando no período do trabalho escravo é quando você tá trabalhando, que você acha que vai receber alguma coisa e quando você chega pra acertar as contas, você é que tá devendo pro patrão, sabendo que suas mãos estão calejadas de tanto trabalhar, você ainda se encontra devendo para o patrão. Aí que é a tristeza grande do trabalhador, sem saber como é que vai conseguir voltar pra casa, você está numa situação que não pode sair, você tá vigiado. Aí que a angústia é grande, sabendo que a sua família tá passando necessidade em casa e você sem poder ajudar de alguma forma, se sente prisioneiro do próprio trabalho.<sup>103</sup>

Uma das principais diferenças apontadas pelos operadores do Direito entre “condição análoga à de escravo”, reconhecida pelo Código Penal Brasileiro, no Artigo

<sup>102</sup>Extrato de fala do Entrevistado Eduardo, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>103</sup>Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

149, como crime de lesa-humanidade com relação a simples irregularidades trabalhistas, como o caso de não formalização do contrato de trabalho, está centrada na questão da “dívida” do trabalhador para com o empregador, juntamente com a humilhação e a superexploração da mão de obra. Essas características, basicamente, são atribuídas como principais critérios de distinção entre as duas situações.

Num sistema em que o empregador cobra do trabalhador todos os equipamentos utilizados para o trabalho, como a foice e a bota, além de todo o consumo do trabalhador na cantina da fazenda, desde alimentação até bebidas alcoólicas, fumo, entre outros, os trabalhadores saem sempre devendo, uma vez que os contratos são verbais e a caderneta de anotação de todo o consumo é de total domínio dos empregadores, e ficam sob a responsabilidade, na maioria das vezes, dos encarregados pelo serviço: os “gerentes” das fazendas.

Vale destacar que além de estarem cobrando indevidamente do trabalhador, no caso dos materiais de trabalho, uma vez que está previsto por lei que este seja de responsabilidade do empregador, mesmo no caso de gastos pessoais, como produtos de higiene (escova, pasta dental e sabonete, por exemplo), os preços praticados são exorbitantes. Um trabalhador nos contou que na caderneta de descontos ele tinha uma “dívida” para com o patrão acarretada principalmente por comprar produtos de higiene e bebida alcóolica, mais propriamente, aguardente, conhecida na região como “cachaça”. Na ocasião, a pasta dental que ele comprou na fazenda custava R\$ 12, sendo que a mesma marca, no comércio em Açailândia, não passava de R\$ 2,50. Com este exemplo, podemos ter uma ideia da forma arbitrária com que são contraídas essas “dívidas”.

Em conversas informais durante trabalho de campo em Açailândia, ouvimos vários relatos de trabalhadores sobre o alto índice de consumo de bebida alcóolica nos locais de trabalho, principalmente a “cachaça”. Mas quando estávamos gravando as entrevistas individuais ou os grupos de discussão, este assunto não apareceu. Numa primeira impressão, pareceu-nos que o álcool também pode ser apontado como um dos componentes presentes dentre os mais descontados pelo consumo dos trabalhadores no ato do pagamento, mas não conseguimos essas evidências nas entrevistas documentadas neste estudo<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup>Como esta informação não foi confirmada pelos entrevistados em registro (áudio) que temos das entrevistas, não nos sentimos no direito de explorá-la neste momento.

Escravo, eu acredito que é, além de ser um trabalho de graça, é uma coisa que você tá trabalhando vigiado, com muita falta de equipamento, que você tem que pagar por aquilo que você tá usando, é você trabalhar e não receber. Então são uma série de trabalho escravo, que envolve, são várias coisas que, juntas, que formam o trabalho escravo<sup>105</sup>.

Ao tentar caracterizar o trabalho escravo, um dos trabalhadores entrevistados em grupo de discussão, segue uma linha similar à do discurso jurídico, isto é, de que o crime do trabalho escravo apresenta-se como uma soma de violações que, se isoladas, podem não caracterizá-lo. Ao dizer que “são várias coisas juntas que formam o trabalho escravo”, o entrevistado apresenta uma noção de que há uma soma de arbitrariedades que constituem essa condição, embora não saiba explicar exatamente quais são elas.

A dívida é uma das principais características do que atualmente se denomina trabalho escravo contemporâneo no Brasil. A imobilização da mão de obra, neste caso, ocasiona uma série de consequências que acabam compondo um cenário desta condição, narrada pelos trabalhadores. Apresentamos, a seguir, algumas dessas consequências apontadas nas falas dos sujeitos entrevistados, que ajudam a constituir a noção de trabalho escravo para eles.

#### **5.1.1.1 A humilhação e o medo**

A humilhação e o medo são fatores subjetivos encontrados nas falas dos entrevistados como constituintes da situação de exploração e vão além das questões de falta de infraestrutura ou ainda da ausência de pagamentos de salários, abordados anteriormente como características do trabalho escravo contemporâneo. Talvez esses fatores possam ser apontados como os principais pontos de distinção no campo do Direito entre irregularidades trabalhista e condição análoga à de trabalho escravo, este último já caracterizado como crime lesa-humanidade.

No relato abaixo, um dos trabalhadores entrevistados se refere ao trato por parte dos empregadores parecido com o do gado, quando é tocado no pasto. O fato marcou o trabalhador a tal ponto de ele não gostar de presenciar na rua a cena de homens tocando animais em carroças, afirmando lembrar de algumas situações vivenciadas nas fazendas.

Trabalho escravo é uma coisa muito perigosa, você tá entendendo? Eu já falei isso pra uma reportagem uma

---

<sup>105</sup>Extrato de fala do Entrevistado Mateus, conforme indicado em Apêndice K.

vez aqui, pra um pessoal dos Estados Unidos, que veio pra cá. O trabalho escravo comete muitos casos e eu vou tirar por mim e por esses companheiros que tão aqui, que também já foram vigiado, eu imagino. Agora o trabalho escravo, até uma comida, quando o trabalho é escravo, é cobrada da gente, você tá entendendo? (...) *Você é trabalhador escravo, você é tocado, igualmente se toca um animal de carroça*, quando eu vejo uma pessoa maltratando um animal de carroça, eu não gosto. Eu me lembro igualmente eu já fui, eu já fui tocado, eu já fui atirado debaixo de rede, várias, muitas pessoas, junto comigo; os companheiros da empreita<sup>106</sup>. (grifos nossos)

Além dos trabalhadores serem humilhados nos locais de trabalho, o medo, muitas vezes, é recorrente ainda após as denúncias e os resgates. Um dos entrevistados, que se viu em uma das reportagens<sup>107</sup> exibidas durante o trabalho de campo e que compõe o *corpus* documental desta pesquisa, relatou a insegurança e o medo que o acometeram após a veiculação da mesma em rede nacional.

Dei entrevista, mas não tive segurança. Daí é correr o risco...Já morreu muitos, nem se fala...só Deus mesmo. Mas ninguém nem fica sabendo.(...) O que eu passei, só Jesus sabe. Como já falei, nem minha mulher mesmo ficou sabendo...eu passei sobressaltado dias depois dessa reportagem...medo de sair à noite, de ser pego no meio da rua pelos capanga dos home<sup>108</sup>.

Além do medo, a humilhação é outro fator apontado como característico da condição de subordinação em regimes de trabalho escravo. E ela aparece nas falas dos entrevistados, em alguns momentos, com certa sutileza, como o caso de empregadores se aproveitarem das condições culturais dos trabalhadores para explorá-los. Aqui nos referimos ao contrato de trabalho verbal (em geral, não são documentados em contratos formais nem tampouco em carteiras de trabalho). Já ouvimos relatos de trabalhadores que, no ato da fiscalização, quando a equipe do Ministério do Trabalho e Emprego estava no local de trabalho, autuando o empreendimento, negaram-se a serem resgatados e, naquele momento, abandonarem a fazenda, uma vez que haviam “dado a sua palavra” ao empreiteiro, que roçariam tantos alqueires. A alegação, na ocasião, era de que ainda não haviam terminado o trabalho e que só sairiam dali com a palavra cumprida. Neste sentido, entendemos que o acordo verbal tem peso e respeito por parte dos trabalhadores (que, em geral são analfabetos e operam em relações de oralidade:

<sup>106</sup> Extrato de fala do Entrevistado Mateus, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>107</sup> Trata-se de reportagem exibida pelo Jornal Nacional, em 25 de maio de 2012, da série JN no Ar.

<sup>108</sup> Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

contexto em que a palavra tem força), que não são respeitados pelos empregadores. E ainda mais, eles se aproveitam dessa seriedade com que a maioria dos trabalhadores rurais tem com relação ao valor da “palavra”, relacionado com a honra, como pode ser percebido pela fala a seguir: “Eu não tenho nada na vida; mas ainda tenho a minha palavra; portanto tenho honra e dignidade<sup>109</sup>”.

No contexto do grupo de entrevistados, também apareceu essa questão de o patrão não assumir os acordos firmados anteriormente e até mentir no ato da fiscalização, o que se apresentou como outro fator de humilhação e até mesmo de desonra para os trabalhadores diante dos mediadores.

Tudo o que passou aí é a realidade, coisa que acontece desse jeito aí. Acontece mais coisa, mas tudo o que passou aí é a realidade, não é de outra forma não. Não tem nada inventado. Só uma coisinha que vi; só tem do patrão. Chegam pro patrão se identificar e dizer aquilo ali, o que ele diz ali só é a pura mentira. Ele falou de banheiro, isso aí é coisa que não existe. (se referindo a uma entrevista com fazendeiro). Falar a verdade a gente tem que falar. Você faz um erro, o cara fica: “Ah, não foi eu”. Se você fez, você assume. Agora patrão só é bom quando ele tá na Polícia Federal, não sabe nem onde bota a gente quando a Federal chega pra fiscalizar. Porque no PA, onde eu fui resgatado, o cara; ele chegava numa “hilux” prata e fazia era baixar só um pouquinho do vidro assim do carro, ele olhava assim e passava sem reconhecer a gente; sem respeito com a gente<sup>110</sup>.

Além do fato de o empregador não assumir a violação de direitos básicos, outro ponto que podemos destacar na fala acima se refere à prática deles esconderem os trabalhadores no mato quando ficam sabendo que há equipe de fiscalização na região, e que podem aparecer a qualquer momento na fazenda. Por este motivo, agentes do MTE e demais órgãos públicos que participam das equipes de fiscalização, em geral, ficam hospedados em municípios vizinhos dos alvos de resgate para tentarem, ao máximo, inibir essa prática do esconderijo dos trabalhadores a mando dos patrões.

A humilhação também pode ser observada no depoimento anterior com relação à postura do fazendeiro junto aos trabalhadores. Na experiência vivenciada pelo trabalhador no estado do Pará, ele relata que o empregador chegava com uma caminhonete imponente em sua propriedade e os olhava com desdém; o que gerava uma

<sup>109</sup>Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>110</sup>Extrato de fala do Entrevistado Mateus, conforme indicado em Apêndice K.

situação de menosprezo e desrespeito a esses sujeitos, que eram tratados como “inferiores”.

Além da postura, também conversas de intimidação são apontadas como outros aspectos humilhantes vividos pelos entrevistados nos locais de trabalho. Neste caso, eles se referiam ao “papo furado” que os intermediários (conhecidos como gatos), mandatários dos patrões, tinham com eles, demonstrando poder e força física, uma vez que estão hierarquicamente em condição superior e, em geral, andam armados.

Dentre os entrevistados, encontramos um trabalhador que havia sido submetido a regime de trabalho escravo em fazenda do juiz de direito no Maranhão, Marcelo Baldoc. O caso foi relatado em reportagem exibida no Fantástico, em 18 de março de 2009, que também compõem o nosso *corpus* documental. O juiz ficou afastado de suas funções por, aproximadamente, seis meses, tendo retornado ao trabalho após este período, em 2011. Ao assistir a reportagem durante trabalho de campo, o trabalhador se sentiu no direito de desabafar:

Isso aqui tem que repensar, o que a gente ganhou foi espanto, a gente trabalha de “sol a sol”, “chuva a chuva”. Eles (empregadores) deviam pagar o suor do cidadão bem direitinho, porque o serviço dele é feito, eles acham bom que a gente faça isso pra ele; então, na hora do pagamento, ele não acha bom pagar o cidadão. Eu acho que a norma era essa, é o direito. Até porque, eu trabalhei com um juiz de direito e com o pouco de ensinamento que eu tenho, esse juiz, ele não é juiz de direito, ele é um juiz do erro, da bandidagem. Quem é um juiz de direito, rapaz? É uma autoridade, ele devia fazer o trabalho dele correto, normal e na hora não faz. Então, eu reconheci que já fiz o trabalho escravo, eles fazem trabalho escravo porque se aproveitam dos fraco, eles se acham poderoso na frente da gente que é pobre, fraco, eles querem fazer o que eles bem entende. Pra eles, se pagar tudo bem, se não pagar tudo bem também<sup>111</sup>.

A indignação do trabalhador é com o desrespeito à lei por parte de um juiz de direito, que como ele afirmou, “de direito não tem nada”. A relação de exploração da mão de obra, neste caso, mantém uma situação de desigualdade social, comum na região, às custas dos mais “fracos”, com os quais, segundo o relato, “eles querem fazer o que bem entendem”.

---

<sup>111</sup>Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

### 5.1.1.2 A violência dentro e fora dos locais de trabalho

O medo de denunciar as formas de exploração do trabalho escravo é recorrente entre os trabalhadores submetidos a esses regimes. Embora o movimento social tenha uma atuação significativa em relação à violação de direitos humanos, na região de Açailândia e, portanto, a denúncia aconteça; a violência dentro e fora dos locais de trabalho é o maior empecilho à publicização do problema, segundo os entrevistados.

Muitos trabalhadores relataram que ficaram sabendo do Centro de Defesa de Açailândia com os demais companheiros de trabalho, mas que não tinham coragem de denunciar com medo de represálias e intimidação quando saíssem daquela situação. O caso também acontece quando esses trabalhadores concedem entrevistas tanto para pesquisadores quanto para equipes de reportagem. Em geral, eles têm medo de aparecer e de serem perseguidos. Alguns se negam a dar entrevistas. Outros pedem que não sejam identificados. Outros ainda colocam o seu rosto a público, entendendo que a divulgação de sua história pode inibir outras parecidas e que esta pode ser a sua contribuição para inibir o problema.

Foi o caso de um dos trabalhadores que entrevistamos para esta pesquisa, que havia concedido entrevista para a equipe de reportagem do Fantástico, em 2012. Ele contou que achou uma oportunidade de denunciar o problema que acontece com muitos trabalhadores da região, mas confessou que se arrependeu, pois sofreu intimidações e teve até de mudar de endereço para conseguir “dormir tranquilo”.

A todo o tempo de minha vida daqui pra frente da reportagem, a minha casa na Vila Ildemar tá presente nos caminhos trilhoso...eu encontrei uma pessoa na rua que me questionou o porquê de dar entrevista pra televisão; se eu não tinha medo de morrer; desde esse dia, fiquei pensando no risco que eu e minha família tava correndo...só eu sei o que passei, quieto, em casa, nas minhas orações. Nunca nem comentei isso com a minha mulher (ela estava presente acompanhando a entrevista). Não queria preocupar ela...mas passei uns maus bocado com essa história...até hoje quando chega alguém pra falar desse assunto, meu coração bate mais forte...sabe como é né, a gente fica sobressaltado...<sup>112</sup>

A Vila Ildemar, a qual ele se refere, é um dos bairros mais novos e também mais populosos de Açailândia, com aproximadamente 30 mil famílias. É considerada um dos

---

<sup>112</sup>Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

principais locais de moradia de trabalhadores que foram resgatados do trabalho escravo no município. No caso deste trabalhador, teve de deixar a casa que havia construído na cidade (neste bairro) para voltar à zona rural, agora residindo num assentamento do MST (Movimento dos Sem Terra), também localizado no mesmo município. Ele conta que ficou mais tranquilo, mais longe dos “capangas” do fazendeiro que o ameaçaram e também mais perto da terra, onde ele voltou a plantar roça de subsistência.

A intimidação que o trabalhador se refere é comum nos relatos dos entrevistados e também acontece entre os agentes do movimento social, como é o caso de membros da equipe do Centro de Defesa de Açailândia. Alguns deles já foram ameaçados de morte e incluídos em programas de proteção às vítimas de violência e testemunhas ameaçadas, como é o caso do PROVITA<sup>113</sup>.

Quem sai de fazenda, recebeu seus direitos, tem que ficar quieto. Senão a gente morre. Eu já vim dar entrevista aqui mesmo no Centro de Defesa pra imprensa, mas pedi pra moça não me mostrar na televisão não. Até porque eu ia ficar visado e poderia ser perseguido. Infelizmente é assim... mesmo a gente tendo razão...<sup>114</sup>

A violência apontada pelos trabalhadores se dá de formas diversas; das mais veladas às mais diretas; das físicas às simbólicas. Um dos entrevistados contou sobre o tratamento dado a quem vai denunciar dentro do próprio órgão do MTE em Açailândia. A falta de respeito e o descaso com quem denuncia são características apontadas por ele:

(...) Tu sabe quando que o trabalho escravo termina? Nunca! O Ministério do Trabalho daqui, ele não recorre mais, porque quem deveria tomar conta disso aí é o Ministério do Trabalho mesmo. E aqui não funciona...só fora daqui, porque aqui todo mundo conhece todo mundo e não sobra nada pra gente. Só os “peixe grande” mesmo... E, às vezes também, a vítima não recorre pra denunciar com medo. Aqui acontece é muito, as vítimas não recorrem.<sup>115</sup>

O depoimento do trabalhador toca, mais uma vez, na questão relacionada à violência simbólica, que perpassa os agentes do poder público, sejam os fiscais, sejam os responsáveis pela implementação de políticas públicas básicas, neste caso, os

<sup>113</sup> O PROVITA (Programa de Proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas) está ligado ao governo federal e tem a mediação dos estados da federação, em geral, via Secretarias de Direitos Humanos.

<sup>114</sup> Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>115</sup> Extrato de fala do Entrevistado João, conforme indicado em Apêndice K.

políticos da região, que segundo os trabalhadores, omitem-se ou até, em última instância, se negam a atendê-los.

Mas o aspecto mais violento narrado pelos entrevistados refere-se aos mandatários de morte, como são os conhecidos, na região, os “capangas” dos fazendeiros, como está descrito no relato abaixo:

Às vezes, acontece até de mandar matar pra não pagar, tudo isso acontece nessas fazenda. (...) Você trabalhou, ganhou e agora é pagar o suor alheio, centavo por centavo. Mas eles não fazem isso não, é preciso a gente ir pra justiça pra poder receber uma “mixaria”, é preciso ir pra justiça e a gente já cansou disso aí, mas eles não pagam porque é só os grande que tem bastante dinheiro...<sup>116</sup>

Percebemos nos relatos dos trabalhadores certa banalização da morte por parte dos empregadores que se revoltam com os “peões” que denunciam ou que, orientados por agentes do movimento social, vão atrás de seus direitos. É muito comum ouvir relatos dos entrevistados sobre ameaças de morte dentro e fora dos locais de trabalho, na região estudada. Eles chegaram a fazer piadas com esse fato durante o trabalho de campo. Na ocasião, antes de iniciarmos o grupo de discussão, um deles brincou: “Mas aqui não tem nenhum espião que depois vai pegar nós lá fora, né?”.

Em conversas com os agentes do Centro de Defesa e mesmo com alguns trabalhadores, ficamos sabendo de alguns cemitérios clandestinos que já foram encontrados na região de Açailândia, principalmente em áreas de reserva ambiental, próximas às fazendas de gado, onde trabalhadores foram escravizados e depois sumiram. Este tipo de crime é comumente encontrado em processos judiciais que envolvem trabalho escravo os quais equipes do Centro de Defesa acompanham junto às famílias de trabalhadores sumidos.

O entrevistado 8 nos contou a sua fuga de uma fazenda localizada no município de Açailândia após ter sofrido durante 22 dias violência física e psicológica, além da truculência por parte dos encarregados e/ou mandatários do fazendeiro.

(...) Levamo 6 dias pra chegar em casa, escutando os andar deles pro meio das ruas e nós por meio das mata. (...) Até que nóssaímo ali no sindicato. Cheguemola, eles levaram a gente pra farmácia, pra gente tomar

---

<sup>116</sup>Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

remédio. Isso era em Senador La Roque. O presidente do Sindicato botou nós no carro; a polícia já tava atrás. Sabe o que a gente comia nessas viagem? Mamão verde, mandioca descacada comendo quem porco....e os cabra iam ensinando nós..o caminho. (...) Quando chegamo na cidade, já tinha 10 soldado esperando nós. Passei 16 dias internado depois que cheguei em casa....todo inchado, minha cara toda quebrada, eu tava todo quebrado.. E a mulher chorando com medo dos home descobrir a gente e matar<sup>117</sup>.

Dos cinco entrevistados no grupo de discussão, pelo menos três apresentam sequelas físicas e psicológicas decorrentes do trabalho escravo. Um deles perdeu um braço em acidente de trabalho na derrubada da mata (desmatamento de eucalipto); outro apresenta dificuldades de locomoção por ter queimado as pernas em forno de carvão vegetal quando trabalhou em carvoarias no Pará e também em atividades de mineração, no Amapá. Por último, identificamos um trabalhador com sequelas psicológicas, em tratamento psiquiátrico, decorrente da pressão que sofreu quando de sua fuga de uma fazenda. Segundo sua esposa, ele apresenta “mania de perseguição” e toma remédio controlado desde que foi resgatado.

Minha história de vida é de muito trabalho e sofrimento. Por causa dele mesmo que hoje eu to assim, doente. Fico sobressaltado e com medo de tudo depois que eu fugi da fazenda que eu trabalhava pra denunciar<sup>118</sup>.

Também entre as entrevistas individuais realizadas, percebemos as sequelas psicológicas em dois dos três trabalhadores que tivemos a oportunidade de conversar de forma mais demorada, em suas residências, sobre suas vivências. Um deles é um trabalhador, já apresentado anteriormente, que concedeu entrevista a uma rede nacional de televisão e sofreu intimidações, ficando sobressaltado com a situação e em condições de insegurança, junto à sua família.

O outro trabalhador é o mais velho do nosso grupo de entrevistados, que tem 84 anos. Durante o seu relato emocionado sobre a fuga de uma fazenda de gado na região, nos anos 90, ele demonstrou o quanto sua experiência vivida há quase 20 anos ainda mexe com seu lado psicológico, com sua memória e até mesmo com o seu imaginário, tamanha a riqueza de detalhes. O depoimento deste trabalhador assemelha-se a uma epopeia ou mesmo a um roteiro cinematográfico.

---

<sup>117</sup>Extrato de fala do Entrevistado Eduardo, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>118</sup>Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

(...) Fugimo da fazenda. Eu e mais dois companheiro. Quando resolvemo tudinho e chegemo em casa, a Federal chegou e disse simbora! Era pra informar pros cara (da fiscalização) onde ficava a fazenda...fomo dentro do helicóptero e eles perguntaram, você sabe chegar lá, de noite, no escuro? Eu disse, sei. Quando chegemo lá, nósarriemo, abaixaram, cercaram o boi preto (alojamento) e libertaram nossos companheiros todinho... pegaram um bucado de capanga, bateram, amarraram...Eles diziam, nós queria pegar aqui era o fazendeiro, mas já que ele não tá... Eu tava encapuzado, com a roupa que a federal me deu pra ninguém me conhecer...e também foi junto o pessoal do Centro de Defesa, que começaram esse trabalho de denúncia nesses tempo<sup>119</sup>.

O relato aponta para outra situação comum nos momentos de fiscalização. Em geral, a equipe coordenada pelo MTE pede para algum trabalhador denunciante ou membro do movimento social acompanhá-los e preservam suas identidades (geralmente ficando encapuzados e não saindo de dentro das viaturas da Polícia Federal durante todo o tempo da ação). Neste caso, o trabalhador que nos relatou sua fuga, denunciou a agentes do Centro de Defesa, que acompanharam a fiscalização com ele, que acompanhou principalmente para indicar o caminho, tendo em vista que os endereços em áreas rurais, em geral, não são precisos e de difícil acesso.

O fato é que em contato com os entrevistados, percebemos que são sujeitos com trajetórias progressas ao trabalho escravo e que, mesmo cerceados de tantos direitos básicos, em geral, ainda possuem sonhos; são gente de “carne e osso” e não apenas números de resgatados em cadastro de seguro desemprego do MTE. Ou seja, embora a situação de escravidão contemporânea tenha deixado sequelas físicas e psicológicas e marcas forte da subjugação e humilhação na maioria dos trabalhadores entrevistados neste estudo, ainda conseguimos ouvir relatos, como este:

(...) Por enquanto, fico aqui mesmo e vou fazendo os bicos que aparece...Ajudo meus familiar na roça aqui, mas é pela precisão mesmo. Este não é o meu negócio. Não que eu não ache bom, mas não é o que eu gosto mesmo (...) Eu tenho várias profissões. Sou desenhista e também dou aula de capoeira. Agora, me alistei no exército. Daí, indo pra lá, vamo ver o que vem pra mim...Eu gostaria mesmo era de sair pra trabalhar fora, de desenhista. Quem sabe no exército eu possa ter

---

<sup>119</sup>Extrato de fala do Entrevistado Eduardo, conforme indicado em Apêndice K.

algum contato, conhecer alguém e ter essa oportunidade<sup>120</sup>.

O depoimento é do trabalhador mais novo que entrevistamos para a pesquisa, com 17 anos. Ele contou que ajuda sua família na roça desde sete anos e, nessa de acompanhar os familiares, foi submetido a regime de trabalho escravo numa fazenda na região juntamente com o tio, em 2012, quando tinha apenas 15 anos. A atividade era quebra de milho. Ele afirmou que não sofreu muito no local de trabalho e atribui isso à proteção do tio com relação aos empreiteiros. “Ele não deixava ninguém mexer comigo”.

Diferente dos demais entrevistados, em sua fala, percebemos o sonho e as aspirações de vida ainda vivos. Talvez por ser jovem e ter algumas habilidades distintas da média de seus companheiros (é desenhista e professor de capoeira), sonha sair da roça para a cidade e ganhar a vida fazendo o que gosta e o que sabe fazer; o que é “o seu negócio”, como destacou.

Ao buscarmos as trajetórias de vida e de trabalho junto aos sujeitos entrevistados, percebemos que o trabalho escravo aparece nos relatos antes mesmo de pautarmos a temática de forma direta, durante o primeiro momento das entrevistas (Ver roteiro de entrevistas em Apêndice C). Dessa forma, entendemos que o trabalho escravo perpassa e constitui as concepções sobre trabalho do grupo investigado e está marcado nas trajetórias de vida dos trabalhadores.

Neste contexto, a mídia aparece nas falas como constituinte dessas representações, conforme pode ser observado nos próximos itens. Apresentamos a seguir uma sistematização dos dados empíricos interpretados a partir do segundo momento das entrevistas, no qual introduzimos os textos midiáticos televisivos para conversar com os trabalhadores sobre suas representações acerca do trabalho escravo.

## **5.2 O trabalho escravo a partir da mídia**

Após conversas com os trabalhadores sobre suas trajetórias de vida, bem como sobre suas representações sobre trabalho e trabalho escravo, inserimos o discurso

---

<sup>120</sup>Extrato de fala do Entrevistado Sebastião, conforme indicado em Apêndice K.

mediático para propiciarmos um diálogo a partir dele, com o objetivo de analisar em que medidas os sujeitos se apropriam da mídia para constituir suas representações sobre o trabalho escravo. A estratégia de campo foi fazer uma primeira roda de conversa mais livre sobre as vivências dos trabalhadores e depois exibir as reportagens televisivas, já apresentadas no Capítulo 4, que tratam da temática e foram veiculadas em canais abertos da televisão brasileira entre 2009 e 2013.

Escolhemos um caminho para analisar as representações dos sujeitos sobre o trabalho escravo a partir da busca do entendimento dos processos de identificação e apropriação deles em relação à mídia. Dessa forma, classificamos e apresentamos os extratos de falas do grupo de trabalhadores organizadas em dois blocos, que denominados (1) tópicos de identificação, quando tratamos das representações da “realidade” nos materiais midiáticos trabalhados; e (2) tópicos de apropriação, quando tratamos dos relatos sobre a edição das reportagens, bem como sobre como os entrevistados, se estivessem na condição de produtores das notícias, contariam essas histórias. Ao colocá-los na condição de produtores dos materiais midiáticos, buscamos extrair também suas representações sobre a temática, em comparação ao que assistiram. Antes de adentrarmos nesses subitens, apresentamos a seguir alguns aspectos mais gerais que foram apontados nas falas dos entrevistados que se relacionam com a mídia.

Após a assistência dos materiais midiáticos pelos entrevistados, deflagramos um diálogo, iniciado com a seguinte questão: do que tratavam as reportagens?

A reportagem fala da gente sim. Mostra as condições, a água que a gente bebe, a comida que a gente come...mas tem coisas lá dentro da fazenda, o tratamento que fazem com a gente, que nunca vai sair em lugar nenhum...até porque não dá pra ser representado. Só vivido mesmo...e é muito triste<sup>121</sup>.

É interessante a fala do trabalhador ao afirmar que o que eles passam dentro dos locais de trabalho não pode ser “representado”, “mas só vivido mesmo”. Neste sentido, a ideia da representação para este sujeito apresenta-se de forma deslocada da “realidade” vivida por ele.

Neste contexto, percebemos que há identificação com os materiais midiáticos assistidos nos aspectos físicos, ou seja, nas precárias condições de infraestrutura apontadas. Mas que existe algo simbólico, essas “coisas que tem na fazenda”,

---

<sup>121</sup>Extrato de fala do Entrevistado Sebastião, conforme indicado em Apêndice K.

relacionado à violência psicológica, que não é tratada nas reportagens assistidas, e que estão presentes também em depoimentos de outros trabalhadores, como podemos observar a seguir:

Eu acho que elas falam pouco ou quase nada do que nós passemos aqui. Dessa dificuldade, desse medo, dessa pressão tanto dentro dos mato quanto na rua mesmo, quando a gente tá solto. Disso eles não falam não<sup>122</sup>.

Além do medo, da humilhação, e da violência física e psicológica que eles apontaram que sofrem dentro dos locais de trabalho, essas condições também se apresentam nos depoimentos como vivenciadas pelos sujeitos do lado de fora dos locais de trabalho, em contextos de aliciamento para o trabalho escravo e de intimidações para que não haja denúncia.

Um exemplo disso está no relato do Entrevistado 6, trazido em item anterior, que foi surpreendido ao assistir uma reportagem durante trabalho de campo em que concedia entrevista para uma emissora de televisão. Este trabalhador nos relatou o medo e a insegurança pelos quais passou após a veiculação de sua entrevista em rede nacional. Contou que foi intimidado na rua, em Açailândia, por conhecidos dos mandatários da fazenda. Durante o trabalho de campo, foi a primeira vez que ele assistiu àquela reportagem, aquele produto final de um trabalho de que participou; acompanhou a equipe de uma rede nacional de televisão que esteve em Açailândia em 2011, logo após o seu resgate do trabalho escravo. Ele nos contou que não havia tido a oportunidade de assistir na ocasião, quando foi veiculada na televisão, mas que seus familiares e amigos assistiram e comentaram com ele, na época.

Na ocasião da exibição dessa reportagem durante trabalho de campo, outro trabalhador fez um comentário sobre as formas de divulgação da temática pela mídia ao justificar os principais motivos relacionados ao medo de denunciar por parte dos trabalhadores que são submetidos ao trabalho escravo.

(...) Essa divulgação aí ajuda parar um pouco. Mas aqui tem ainda muita gente sofrendo pra esses mato aí e ninguém fica sabendo. Embora as reportagem já tenha ajudado, ainda falta mostrar muita coisa (...) Falta falar mais da forma com que isso acontece; da ganância desses fazendeiro; e da justiça que não acontece porque

---

<sup>122</sup>Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

tem muita gente de “rabo preso” e que não tem coragem de denunciar ou mesmo de cumprir com os direito e dever<sup>123</sup>.

Ao fazer este comentário, o trabalhador acrescentou que, quando passa uma reportagem deste tipo, o empregador “é capaz de dar risada da cara da gente e de quem defende nós”. Aqui, ele se referia à equipe do Centro de Defesa de Açailândia. Pelo depoimento, percebemos o nível de dissimulação dos empregadores para com os trabalhadores, e a conseqüente situação de humilhação pela qual eles passam, dentro e fora dos locais de trabalho. Portanto, o medo de falar é comum entre os trabalhadores, com raras exceções, uma vez que falar sobre o que eles passam; falar sobre a exploração da mão de obra e sobre a humilhação que eles sofrem, acaba sendo um ato muito perigoso.

Estudiosos da questão do trabalho escravo no Brasil, como Martins (1994), Esterici (1994) e Figueira (2004) já apontaram aspectos relacionados ao medo e à humilhação de trabalhadores que se submetem a essas condições de trabalho. Figueira (2004) dispõe de um capítulo inteiro de sua tese para falar do medo. Ele afirma que o medo, para esses trabalhadores, é mais que um dado acidental; é como uma argamassa do sistema de subjugação e controle; elementos muitas vezes imprescindíveis para que o trabalho escravo aconteça.

Talvez a manutenção das estruturas que permitem que ocorra a prática do trabalho escravo na atualidade seja calcada nessas questões mais subjetivas, colocadas pelos trabalhadores; que perpassam as esferas culturais e de costumes muito arraigadas e, dessa forma, conseguem consolidar uma forma de exploração consolidada e até naturalizada por muitos. Um exemplo é dizer que “o trabalho na roça é duro mesmo” ou que “os trabalhadores não comem carne todos os dias no local de trabalho, mas se estivessem em casa, também não comeriam”. Esses argumentos não se sustentam se pensarmos que nos locais de trabalho existe uma prática de relação patrão-empregado em atividades econômica rentáveis, que geram muito lucro para a o patrão, às custas da exploração da mão de obra barata ou quase de graça para o empregador.

O entrevistado 8, de 84 anos, conta de um passado que está presente em sua memória e faz algumas comparações interessantes com o antes (foi resgatado do trabalho escravo nos anos 90, quando da criação do Centro de Defesa) e o depois, ou

---

<sup>123</sup>Extrato de fala do Entrevistado Eduardo, conforme indicado em Apêndice K.

seja, o tempo presente, após 18 anos desde que saiu do regime de trabalho escravo, já tendo concedido muitas entrevistas para equipes de jornalistas e de pesquisadores do Brasil e do mundo. Quando questionado sobre as questões de violência na época em que foi resgatado (anos 90) e na atualidade (2015), ele afirmou:

Pela data que estava (anos 90) pra hoje, acho que já melhorou uns 50% do que eles faziam para os trabalhadores...eles (patrões e mandantes) estão mais leves, mas ainda são muito ousado. Tratam os peão como bicho, sem respeito. (...) Está com mais de sete anos que eu ganhei uma última parada de trabalho escravo (indenização), mas até hoje eu tenho medo ainda desses home daí. Eles são traçoeiro. Os policiais da federal me deram guarnição na época, mas depois eles esquecem de nós....tem outros, né? Mas a gente vai vivendo por aqui, nessa pressão; o que eu acho difícil de acabar, enquanto tiver fazendeiro e peão, vai ter essas coisas ruim<sup>124</sup>.

Este trabalhador relata a sua fuga em detalhes e com emotividade (Ver relato completo em Apêndice K). Sua fala nos proporciona reflexões sobre aspectos psicológicos envolvidos nas representações dos entrevistados sobre o trabalho escravo.

Para além desses aspectos, os trabalhadores entrevistados também fizeram comentários sobre o tratamento do patrão ou de seus encarregados (empreiteiros, gerentes de fazenda) para com os “peões”. Em contato com as reportagens, eles afirmaram que sentiram falta desta abordagem mais detalhada, que para eles está relacionada com a honra. Eles afirmaram, em geral, que se identificaram com os materiais exibidos, embora tivessem a sensação de “algo mais” que estava faltando.

(...) Sim, o "algo mais" também que faltou ali é aquele assédio moral, quando o patrão tá ali e o gato que quer se mostrar também. Tipo, alguns armados pra intimidar o trabalhador, algum tipo de história também que ele diz pra intimidar o trabalhador<sup>125</sup>.

Os maus tratos, tanto nas relações entre patrão e empregado, quanto entre os subordinados e os peões, portanto, são aspectos identificados pelos entrevistados que poderiam ser melhor trabalhados nas reportagens ao retratar os casos de trabalho escravo.

<sup>124</sup>Extrato de fala do Entrevistado Eduardo, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>125</sup>Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

A impunidade é outro fator que, segundo os entrevistados, não ganha destaque nas reportagens. Talvez porque a questão ainda seja tratada de forma tímida por parte dos órgãos responsáveis e, conseqüentemente, esse trabalho não ganhe força na mídia. No caso, as fiscalizações acontecem e, portanto os trâmites administrativos são encaminhados: resgate dos trabalhadores, multa aos empregadores, seguidos de pagamentos de indenizações, seguro-desemprego e até mesmo inquéritos administrativos para apurar danos morais individuais e coletivos. Mas a questão penal ainda é muito incipiente. Embora já tenham ocorrido casos de fazendeiros presos por crime de trabalho escravo no Brasil, as penalidades não são cumpridas como determina a legislação penal tanto que os empregadores não permanecem presos, pois há uma prática de pagamento de altos valores para cumprirem suas penas em liberdade. Essa brecha faz com que a impunidade se mantenha e até aumente, em alguns casos, e os empresários não deixem de explorar a mão de obra, uma vez que se trata de um negócio de alta rentabilidade e “pouco” risco.

Os advogados também falam de um jeito que às vezes não é bem assim não...a justiça pode estar começando a olhar pra gente, mas a gente ainda pelega muito pra receber nossos direitos. O que não aparece também é como os contratados lá trata a gente. É muita simulação; muita arrogância. Parece que a gente não é gente; precisa de ver. Sobre a punição dos responsáveis, isso nem se fala...a impunidade é total. Parece que a Justiça só olha o direito deles e o dever da gente...<sup>126</sup>

A punição dos responsáveis, ou a ausência dela, pelo crime de trabalho escravo, é apontada como um assunto pouco tratado nas reportagens, na visão dos entrevistados. Mas além dessa forma de impunidade, eles também relataram outros modos, relacionados aos poderes políticos locais, que dificultam o seu acesso quando vão buscar seus direitos. Um exemplo narrado trata de uma situação vivenciada por um dos trabalhadores, quando foi ameaçado de morte e, por este motivo, foi até a delegacia de polícia em Açailândia fazer um boletim de ocorrência, e qual não foi sua surpresa quando o escrivão se negou a fazê-lo.

Eu mesmo já fui pra delegacia de polícia denunciar um fazendeiro que tava me ameaçando de morte...mas o escrivão não quis registrar a ocorrência porque o cara era bacana e tal....eles manda matar mesmo; não aliviam não.... Eu só consegui registrar a ocorrência quando eu

---

<sup>126</sup>Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

fui junto com uma pessoa do Centro de Defesa. Quando eles viram que tinha gente dos direitos humanos, daí não tiveram como negar que ia ficar<sup>127</sup>

O relato acima demonstra as relações de poder no município de Açailândia e região, onde a política e a polícia estão intimamente relacionadas aos mandatários do trabalho escravo, os latifundiários e grandes empresários da região. Em terras onde ainda vale a lei de talião “Olho por olho, dente por dente”, é comum a prática da Justiça com as próprias mãos, sempre feita em moldes opressores com relação ao jogo de forças. Neste contexto, dificultando o lado mais fraco; representado aqui pelos trabalhadores, em detrimento dos mais fortes, representados pelos latifundiários e chefes políticos locais.

Após a exibição das reportagens e, dessa forma, a participação do discurso midiático sobre o trabalho escravo durante trabalho de campo, percebemos uma riqueza nos depoimentos a partir da mídia. São essas representações dos sujeitos que perseguimos durante a realização deste estudo. E como estratégia metodológica, trabalhamos os processos de identificação (HALL, 2013) e apropriação (THOMPSON, 2013) como caminhos possíveis para acessarmos essas representações dos sujeitos sobre o trabalho escravo a partir da mídia.

Mas antes de seguir esse caminho, deixamos os trabalhadores falarem a partir do que eles haviam assistido, ao responder a pergunta: do que tratavam as reportagens? Antes mesmo de adentrarem em questões de identificação com os materiais midiáticos, os trabalhadores já indicaram os caminhos de possíveis aproximações, sempre a partir de algum aspecto que lhes tenha chamado atenção nas reportagens. Como comentado anteriormente, a questão da “vida vivida” e da “representada” aparece em algumas falas como coisas diferentes e, às vezes, até mesmo opostas, dicotômicas. Mas no decorrer dos depoimentos no grupo de discussão, essa dicotomia perde força para um entendimento de que: somos representados pela mídia, embora alguns aspectos sejam pouco explorados nas reportagens. Esses aspectos, intangíveis, estão apresentados no decorrer deste Capítulo, sempre embasados nos relatos dos sujeitos.

### **5.2.1 Tópicos de identificação**

---

<sup>127</sup>Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

Partimos do entendimento de Hall (2013) sobre a identificação como um processo de articulação, uma suturação sujeita ao jogo da diferença. Percebemos este movimento nas conversas com os entrevistados. Em vários momentos das falas, algo que lhes chamava a atenção nas reportagens tinha relação ou com alguma “falta” ou algum “excesso” nas representações percebidas por eles durante a assistência do material midiático exibido.

Às vezes a situação é mais precária do que as que passa aí. Eu mesmo já passei por essa situação e é difícil. Eu mesmo já fiz foi desmaiar de fome lá em carvoaria que eu fui parar em hospital. Essa situação é difícil de fazenda, carvoaria, um monte de lugar que às vezes a pessoa conta pra pessoa e quando chega naquela cidade, é outra. Oferece um valor pra pessoa e quando chega lá no serviço é outro valor. Aí te deixa sem água, sem comida, às vezes diz pro cara que vai dormir na rua, quando chega, dorme no meio do mato coberto de palha mesmo. É uma situação difícil, difícil demais o trabalho escravo<sup>128</sup>.

No relato acima, o trabalhador se identificou com o que foi mostrado nas reportagens com relação à falta de infraestrutura nos locais de trabalho, mas afirmou que sua experiência foi ainda pior, com condições “mais precárias” do que as visualizadas. Esta afirmativa se referia à reportagem exibida pelo Fantástico, em 18 de março de 2009, e principalmente, ao trecho em que o repórter descreve as situações encontradas nas fazendas fiscalizadas, mostrando imagens e conversas com alguns trabalhadores, como podemos acompanhar a seguir alguns trechos das entrevistas:

**Repórter:** Tem banheiro aqui?

O banheiro é aquele que vocês podem filmar. (Imagens de banheiro improvisado com palhas de buriti, palmeira encontrada na região) (...)

**Repórter:** E o que vocês comem?

A gente comia um feijãozinho meio-dia. À tarde, arroz branco e aí misturava com molho de pimenta... (Imagens da alimentação)<sup>129</sup>

Notamos aqui a identificação operando por meio da diferença e envolvendo um trabalho discursivo ao retratar o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, o que Hall (2013) chama de produção de “efeitos de fronteira”. Identificamos em vários

<sup>128</sup>Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K..

<sup>129</sup>Trecho extraído de reportagem exibida pelo Fantástico, da Rede Globo, em 2009. A transcrição completa da reportagem pode ser encontrada no Apêndice D.

momentos das entrevistas esses “efeitos de fronteira”, situações chamadas pelos trabalhadores de representações da “realidade”.

(...) acho que a reportagem mostra sim bastante a nossa realidade. Primeiro, o reconhecimento da gente. Eu não tinha assistido essa matéria, mas o Brasil todo assistiu. Foi um espanto pra mim. Eu cheguei onde me criei, dia 14 de dezembro de 2012, 33 anos depois que eu tinha saído de lá, num povoadinho do município de Grajaú (MA). Lá, todos os amigos, os compadre, primo, a família toda me reconheceram na televisão. Eles perguntaram o que eu tava fazendo lá... “eu conheci você no Jornal Nacional...o que foi aquilo?” Aí eu anunciei pra eles (...) e eles botaram fé<sup>130</sup>.

Neste caso, houve o reconhecimento do discurso midiático como algo que legitimou a experiência vivida pelo trabalhador, que foi submetido ao trabalho escravo e concedeu entrevista à mídia, sendo reconhecido pelos seus familiares e amigos como alguém que passou por aquilo mesmo, tanto que “saiu na televisão”; é “verdade”, é “real”. Mas mesmo os demais trabalhadores, que não tiveram a experiência de se ver em uma das reportagens exibidas durante o trabalho de campo, sentiram-se identificados com os materiais, embora sempre apresentando algum aspecto de sua “realidade”, que não foi retratado na tela.

No caso abaixo, o entrevistado reconheceu o trabalho como similar ao que ele já havia feito, mas questionou alguns detalhes exibidos na reportagem acerca do processo de produção do carvão vegetal mostrado na reportagem numa carvoaria do estado do Pará.

Com certeza, ali mostra todo o trabalho escravo que a pessoa, numa situação de trabalho escravo, passa. O serviço que você...eu também já fiz muito esse serviço ali, encher forno, tirar forno. Só que assim, eu trabalhava um pouco diferente dessas fase aí que ela (a repórter) mostrou... aliás, era trabalho escravo, mas eu sabia que era trabalho escravo, trabalhava porque precisava. É diferente desse outro que foi pra fazer um serviço (se referindo ao trabalhador entrevistado na reportagem), chegando lá era outro serviço. Eu me considerava como trabalho escravo porque eu não podia sair e não tinha a liberdade pra sair pra lado nenhum porque a gente é vigiado. Então a gente se sente como

---

<sup>130</sup>Extrato de fala do Entrevistado Sebastião, conforme indicado em Apêndice K..

se tivesse lembrando todo aquele tempo que não é bom, eu, pelo menos não gosto de lembrar tempo de escravidão, é como se eu tivesse sofrendo duas vezes. Eu acho muito ruim, mas foi uma realidade que aconteceu e infelizmente a gente lembra e pede a Deus pra que nunca mais passe por isso de novo.<sup>131</sup>

O comentário refere-se à reportagem exibida no programa A Liga, que foi ao ar no dia 16 de agosto de 2011, pela Rede Bandeirantes. Na ocasião, a equipe de reportagem acompanhou uma fiscalização numa carvoaria no município de Goianésia, no Pará. O trecho ao qual o trabalhador se referiu narrava o passo a passo do trabalho para a feitura do carvão – cortar a madeira, colocar no forno para queimar, lacrar o forno e após algum tempo, abrir para retirar o carvão. Como o entrevistado já havia trabalhado de forma similar em carvoaria, no Maranhão, fez comentários sobre algumas diferenças entre o que ele fazia e o que viu relatado na reportagem. A seguir, um trecho da conversa entre a repórter e o trabalhador entrevistado em Guaianésia (PA).

**Repórter:** O senhor é o que aqui?

Eu sou o carbonizador.

**Repórter:** O que é o carbonizador?

É o que coloca a lenha no forno e queima...pra formar o carvão.

**Repórter:** O senhor que queima mesmo?

E usa alguma ferramenta?

A ferramenta que nós usa é isso aqui...de proteção nenhuma.

**Repórter:** Máscara não?

Não.

**Repórter:** Faz tempo que o senhor trabalha com isso?

Dona, tem seis anos.(Após abrir o forno)

**Repórter:** O senhor que lacra mesmo com esse tijolo?

É sim senhora. A porta daqui, aí passa o barro.

**Repórter:** (Cheiro já bem forte) Quanto tempo ficou queimando aí?

Passa de quatro a seis dias quanto tá no inverno, né? Quando tá no verão, dá uns três dias.

---

<sup>131</sup> Extrato de fala do Entrevistado João, conforme indicado em Apêndice K.

**Repórter:** Trabalho duro, hein?

Um pouquinho...(Esvaziando o forno)

**Repórter:** O senhor não se incomoda com esse cheiro não?

A gente já se acostumou né?

**Repórter:** Mas deve fazer um mal, hein?

Um pouco. Aqui tem vez que tá tirando e é obrigado a estar se molhando pra aguentar...

Quando tá muito quente o camarada não pode entrar em pé. Assim que nem se entra aqui, né?

Tem que se abaixar porque a quentura ela evapora tudo aqui...<sup>132</sup>

Ao assistir o material, o trabalhador identificou-se com a falta de equipamentos de segurança, bem como a facilidade de acontecer um acidente. No grupo de discussão, também estava presente outro trabalhador que já havia sofrido acidente em carvoaria e, por isso, tem dificuldades de andar, sentindo dores constantes nas pernas. Os trabalhadores também questionaram o tempo de queima do carvão mostrado pela televisão (de quatro a seis dias no inverno e numa média de três dias no verão), mas afirmaram que realmente, neste caso, varia de região e também em cada época do ano, no caso “se é inverno ou verão”<sup>133</sup>, ficando mais úmido ou seco, interferindo diretamente na queima.

A consolidação do processo de identificação requer dos sujeitos, na maioria das vezes, aquilo o que é deixado de fora, isto é, o exterior que a constitui. Percebemos este fato no relato que segue:

(...) Onde eu trabalhava teve um caso que devia ser tratado aí nas reportagens. Teve algum que falou que ia denunciar, aí ele soube, quando ele chegou com um 38 assim no punhal e disse assim: aqui eu tô sabendo que vão "dar parte", mas se sair pra "dar parte" não passa um ali pela cancela. Aí ficou com ameaça, aí um bocado de gente ficou logo com medo. Aí foi a vez que o menino saiu, eles procuram todo meio de intimidar a pessoa<sup>134</sup>.

<sup>132</sup> Trecho extraído da reportagem A Liga, da TV Bandeirantes, exibida em 2011. A transcrição completa desta reportagem pode ser encontrada no Apêndice G.

<sup>133</sup> Vale destacar que em regiões do Maranhão e do Pará, as estações do ano são definidas praticamente pela chuva. O chamado tempo do inverno, que vai de dezembro a junho aproximadamente, é quando chove; e o tempo do verão, de julho a novembro, dificilmente chove e é caracterizado como tempo da seca. O que os trabalhadores contam é que esses tempos, de chuva e seca, eram mais definidos até os anos 90; quando as mudanças climáticas começaram a ocorrer mais frequentemente, ocasionando alguns períodos de chuva no verão e seca no tempo do inverno, por exemplo.

<sup>134</sup> Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

O relato acima traduz mais um aspecto da “falta” que os entrevistados, em geral, sentiram nas reportagens por não tratarem como deveriam, segundo eles, da questão da violência dentro e fora das fazendas, envolvendo os atores que compõe a rede de aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo.

Mas o que queremos chamar a atenção e trazer para a reflexão é o fato de um trabalhador, ao assistir a um conjunto de reportagens selecionadas sobre a temática, ter lembrado de um fato ocorrido quando ele estava envolvido na questão do trabalho escravo, que é muito grave e sério, na sua concepção, e que não é tratado, em geral, em materiais midiáticos do seu conhecimento: o medo de denunciar em decorrência de ameaças nos locais de trabalho, bem como nas regiões onde ocorre o aliciamento para o trabalho escravo, como é o caso estudado de Açailândia (MA).

É este estranhamento, a partir da diferença, que constitui um dos elementos importantes para a constituição da noção de identificação da qual nos apropriamos neste estudo. E neste caso, um dos entrevistados recorreu à sua memória e trouxe aspectos de experiências vivenciadas no passado para ajudar a constituir suas representações a partir de sua assistência das reportagens.

Notamos também que os processos de identificação entre sujeitos e mídia perpassam, em alguns casos, a presença de outros mediadores, como é o caso dos agentes do movimento social. Esta presença está marcada na fala de um dos entrevistados, como podemos observar a seguir:

Acredito sim, que a gente já foi escravo. Hoje, graças a Deus, eu tenho o privilégio em dizer que não me encaro mais em uma situação daquela, totalmente, desde esse período que eu vim do resgate pra Açailândia. Eu fui várias vezes na minha cidade e voltei porque eu me adaptei com a cidade através do pessoal, eu sou muito agradecido ao pessoal do Centro de Defesa e, desse dia em diante, eu resolvi morar em Açailândia. Hoje, eu tenho família, tenho casa, graças a Deus e o que eu vejo assim, através da sua primeira pergunta sobre o que a gente vê, quando fala sobre a reportagem. A gente se sente triste por saber que ainda existe gente que comete esse tipo de infração, de trabalho escravo. A gente se sente triste por isso e por ter passado pelo Centro de Defesa a gente se sente alegre, porque o nosso

depoimento é um reforço para que isso possa ter um basta, sobre esse trabalho escravo<sup>135</sup>.

O contexto social das representações, neste caso, se dá principalmente pelo contato dos trabalhadores com os mediadores tanto da equipe de fiscalização (órgãos governamentais) quanto das entidades sociais responsáveis pela denúncia e pelo acompanhamento dos processos administrativos e até mesmo judiciais (no caso estudado, representados pelos agentes do Centro de Defesa de Açailândia).

As relações de mediação perpassam as identificações que os sujeitos investigados apontam com relação ao material midiático exibido durante trabalho de campo. No texto jornalístico televisivo escolhido, as falas dos mediadores também compõem o conjunto de fatores de identificação apontados pelos trabalhadores. Um exemplo disso é quando, no ato da assistência das reportagens, os trabalhadores reconhecem alguns agentes do movimento social ou mesmo governamentais (no caso, auditores fiscais do trabalho) e depois conversam, entre si, sobre a familiaridade despertada durante este reconhecimento com comentários do tipo: “Viu fulano de tal lá? Ele defende nós em qualquer lugar mesmo...” ou ainda “Esse cabra foi longe atrás de peão”<sup>136</sup>, quando se referia a um auditor fiscal do trabalho acompanhado por uma equipe de reportagem numa carvoaria, no Pará.

Dessa forma, entendemos que além do estranhamento com o outro; com o diferente, os sujeitos também constituem suas identificações no reconhecimento de algo familiar, comum, portanto, com algo com que eles se identificam pelas similaridades. Assim, este jogo entre as representações da “realidade” dos entrevistados; da “vida vivida”, e as representações do trabalho escravo apresentadas pela mídia (no caso pelas reportagens televisivas) nos ajuda a compreender os processos de identificação dos sujeitos com a mídia, na busca de suas apropriações do texto midiático para a constituição de suas representações.

Portanto, entendemos que os processos de identificação, seja pelo estranhamento ou pela diferença; seja pelas similaridades ou familiaridade dos sujeitos com o que percebem da mídia, nos levam a algumas apropriações dos entrevistados junto ao texto midiático trabalhado. A partir da mídia, eles fazem uma reflexão acerca de suas próprias

---

<sup>135</sup>Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>136</sup> Estes comentários, informais e sem identificação, foram extraídos de anotações gerais do caderno de campo que utilizamos durante observação participante, no decorrer das visitas a Açailândia.

autorepresentações e apresentam seus pontos de vista utilizando ora elementos presentes nas narrativas televisivas jornalísticas assistidas durante trabalho de campo, ora acrescentando outros elementos de suas sociabilidades, como é o caso da presença dos mediadores do movimento social, indicada anteriormente.

O fato é que o exercício da assistência do material midiático traz elementos para o nosso diálogo sobre as representações do trabalho escravo junto ao grupo de entrevistados. Além disso, também percebemos durante o desenvolvimento da pesquisa, que os sujeitos se apropriam e ressignificam as mensagens midiáticas, fazendo uma leitura interessante dos processos de produção, como podem ser observados no item a seguir.

### **5.2.2 Tópicos de apropriação**

Ao classificarmos as entrevistas individuais e os dados obtidos a partir do grupo de discussão, identificamos alguns aspectos de apropriação dos entrevistados tanto relacionados a questões mais técnicas (e até mesmo políticas editoriais) do jornalismo, como é o caso da edição das reportagens televisivas, quanto relacionadas ao imaginário do grupo social, que com seu repertório próprio, afirmaram que poderiam contar as histórias que haviam acabado de assistir de outras formas, com outros pontos de vista.

Interessamo-nos por essas histórias, em perceber como esses sujeitos recebem essas informações e ressignificam-nas em suas vivências cotidianas. Em última instância, buscamos as apropriações desses trabalhadores sobre aspectos da mídia que participam da constituição de suas representações acerca do trabalho escravo.

Um dos entrevistados, quando questionado sobre como construiria essas histórias se estivesse na produção da reportagem, afirmou que em vez de falar, preferia desenhar, para representar como ele contaria. Ele ficou de desenhar e nos enviar o desenho por intermédio do Centro de Defesa de Açailândia, que faria chegar até nossas mãos, mas infelizmente não o fez. Ligamos algumas vezes, mas não tivemos condições de voltar à sua residência para verificar, *in loco*, se ele realmente havia cumprido o prometido. De qualquer forma, na ocasião da entrevista, realizada em dezembro de 2014, ele descreveu como seria este desenho:

Eu poderia desenhar ...uma família desestruturada, cada um para um lado, sem esperança e com medo. Esta seria a representação, pra mim, do trabalho escravo. O

inverso disso, eu desenharia o homem, a mulher e os filhos junto em casa, sem precisar de trabalho escravo. A família reunida e, mesmo com dificuldades, mas vivendo em paz e sem medo de ser intimidado na rua, com a gente vive...<sup>137</sup>

Interessante observar que, segundo a trajetória de vida deste indivíduo, o trabalho escravo representa, entre outras coisas, a desestruturação familiar. Em conversas informais com uma agente do Centro de Defesa, ficamos sabendo que o trabalhador, de 17 anos, o mais jovem do grupo que entrevistamos, teve uma experiência de o pai ter sido escravizado no Pará e, depois disso, não ter mais voltado para a casa, tornando-se “peão de trecho”, como eles chamam os trabalhadores que pulam de trabalho em trabalho e, assim, perdem a referência de moradia.

O relato do Entrevistado 7 também nos faz refletir sobre como as questões mais subjetivas, neste caso, pesam mais do que as objetivas; estruturais, sobre o trabalho escravo. Em nenhum momento este entrevistado falou de condições de infraestrutura dos locais de trabalho nem tampouco da comida ou falta de banheiros. Mas ele enfatizou a consequência dessa exploração em sua vida familiar; do afastamento do pai em busca de trabalho digno e do medo que as pessoas que se envolvem nessas situações ficam mesmo depois de terem sido resgatadas.

Os demais entrevistados também falaram sobre como contariam essas histórias caso fossem produtores de notícias. Estes relatos nos ajudam a compreender as apropriações dos sujeitos em relação ao material midiático exposto durante trabalho de campo. Neste sentido, recuperamos o conceito de apropriação de Thompson (2013) principalmente quando o autor se refere à propagação do processo de recepção das mensagens para analisarmos essas falas. Neste caso, notamos que os trabalhadores se apropriam das representações apresentadas pela mídia e, a partir delas, constroem suas próprias.

Eles tratam da nossa realidade sim. Mas tem algumas reportagem que é correto e outras que não. Tem fazendeiro que marca funcionário com ferro; a Justiça não funciona direitinho não...só pra quem tem dinheiro, sabe?...<sup>138</sup>

<sup>137</sup>Extrato de fala do Entrevistado Sebastião, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>138</sup>Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

Pelo relato acima, o trabalhador nos dá pistas de que o material jornalístico selecionado retrata a “realidade” do grupo social envolvido, embora apresente algumas interpretações das quais eles discordam, como o exemplo apontado sobre o “funcionamento da Justiça”, isto é, sobre os trâmites legais que ocorrem após as fiscalizações, como a abertura de inquéritos administrativos e até judiciais, dependendo dos casos encontrados, já que o trabalho escravo é considerado crime pela legislação brasileira<sup>139</sup>.

Partimos do pressuposto de que os indivíduos se valem dos próprios conhecimentos, de suas habilidades adquiridas e dos recursos que lhe são disponíveis durante o processo de apropriação, que pode se iniciar com a recepção das mensagens midiáticas, mas se estende muito além dela, “envolvendo outros contextos, outros indivíduos, outras mensagens entrelaçadas com aquelas inicialmente recebidas”. (THOMPSON, 2013, p.149).

No caso do relato anterior, o trabalhador também apontou outra prática conhecida por ele, pela sua experiência no local de trabalho, da qual sentiu falta nas reportagens exibidas. Trata-se de o empregador ou, com mais frequência, seus encarregados marcarem os trabalhadores com ferro, da mesma forma que fazem com o gado marcado no pasto. Esta violência física foi reconhecida pelos demais trabalhadores durante o grupo de discussão, mostrando que a prática é recorrente e reconhecida pelo grupo, conforme já trazemos em itens anteriores neste Capítulo.

Durante a exibição das reportagens em grupo de discussão com os trabalhadores, notamos algumas percepções dos entrevistados com relação ao contexto de assistência do material midiático interessantes de serem apresentadas e pontuadas. Neste sentido, acreditamos que a recepção dos produtos de mídia acontece em particulares contextos espaço-temporais. Em geral, alguns entrevistados demonstraram um estranhamento em relação ao material exibido e as reportagens que eles costumam assistir na televisão, geralmente em contextos familiares, como em suas residências ou nas casas vizinhas. Abaixo, segue um trecho em que alguns trabalhadores tratam deste assunto no grupo de discussão:

**Entrevistado João:** Porque é assim olha: quando sai no Jornal Nacional, não sai assim não, do jeito que você botou pra gente assistir. Lá passa muito rápido...

---

<sup>139</sup> A condição análoga à de escravo está descrita no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

**Entrevistado Pedro:** E não sai a pessoa se identificando não!

**Pesquisadora:** Mas a gente exibiu do mesmo jeito que sai na televisão...

**Entrevistado João:** Pois é, mais tem muita coisa que eles cortam...

**Entrevistado Paulo:** É, passa cortado.

**Entrevistado Mateus:** É, agora eu nunca tinha visto assim não. Longa assim? Não tinha visto não...

**Entrevistado Pedro:** É, assim a gente vendo mesmo a pessoa falar, eu nunca tinha visto não. Eu já tinha visto falarem da gente, mas não trabalhador falando...

**Pesquisadora:** É mais as pessoas falando de vocês?

**Entrevistado Pedro:** É assim, é mais falando. Mostra algum trabalhador, mas o resto é só falando mesmo.<sup>140</sup>

Entendemos que o contexto da assistência interfere na percepção, assim como na interpretação dos materiais midiáticos. Como demonstrado acima, exibimos as mesmas reportagens que foram veiculadas pela televisão, mas em contextos diferentes (fora da grade de programação e em horários diferenciados) e eles tiveram a sensação de que os formatos ou até mesmo os conteúdos eram diferentes.

Como não temos a pretensão aqui de realizar um estudo de recepção, mas sim usamos a recepção como estratégia metodológica para deflagrar nosso diálogo com os trabalhadores sobre suas representações acerca do trabalho escravo, não acreditamos que o fato de termos criado uma condição de assistência no grupo de discussão, fora de suas residências, e num lugar carregado de significados, como é o Centro de Defesa de Açailândia, tenha acarretado algum prejuízo para os resultados da pesquisa. Acreditamos que ao deixarmos claro como seu deu o trabalho de campo bem como o ambiente em que os sujeitos tiveram contato com os materiais midiáticos escolhidos para a realização deste estudo, contextualizamos as condições dessa assistência e levamos isso em consideração em nossas interpretações dos dados recolhidos no campo empírico.

Outro ponto que nos chamou a atenção durante a assistência do material midiático foi o fato deles pontuarem aspectos técnicos de edição jornalística, demonstrando conhecedores da realidade tratada, como podemos acompanhar a seguir:

---

<sup>140</sup> Trecho de entrevista concedida à autora durante grupo de discussão realizado em dezembro de 2014, em Açailândia (MA). Os nomes dos entrevistados são fictícios para a preservação de suas identidades.

(...) Eu não sei de onde eles acham aquelas fotos que aparecem nas reportagens. Às vezes falam de um local e mostram outro. Aconteceu isso com uma reportagem de uma fazenda daqui de Açailândia. Eu não reconheci aquele lugar que mostraram não... Quando eles vão dar entrevistas; tanto os fiscais do Ministério do Trabalho quanto os fazendeiros, eles falam diferente; falam bonito, nem parece aquela mesma pessoa que trata com a gente, que trata a gente igual bicho<sup>141</sup>.

No trecho acima, o entrevistado percebeu que as imagens mostradas não se referiam necessariamente aos locais indicados pela narração do repórter. Ou seja, as fotos que foram cedidas pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), tiradas no ato da fiscalização, não eram da fazenda que eles indicavam no contexto da reportagem.

Neste aspecto, a lógica da edição para a equipe de reportagem, de demonstrar a “realidade” através de imagens retiradas no ato da fiscalização, não funcionou para os “personagens” daquela história, conhecedores da região. Neste caso, houve uma falta de credibilidade por parte do entrevistado, ao indicar que eles “mostram um local e falam de outro”.

Fato parecido ocorreu com relação às falas dos entrevistados nas reportagens que, para o trabalhador, apresentaram-se de modo muito diferente de como eles tratam os “peões”. Aqui ele se referiu tanto aos empregadores quanto aos fiscais do MTE.

Ainda em outro relato, é recorrente o comentário com relação à edição e à “versão” que a reportagem aponta. Neste caso, o trabalhador diz ter ficado confuso já que as imagens que foram colocadas na sequência, mais uma vez, não dizia respeito ao mesmo local que, no caso, era uma carvoaria que ele conhecia na região. Mais uma vez também foi apontado que o local que “eles filmam” não necessariamente é o mesmo local onde os trabalhadores ficam “entocados no mato”.

Aqui tem muita fazenda que não tem isso mesmo não. Sai a carvoaria prum lado, curral pra outro, já com outra versão, aí a gente mesmo é que fica naquela dúvida. Que nem aquela fazenda lá que outra ora já tá ali ...ele já deve ter levado o Ministério Público na casa dele, na sede da fazenda. Aí já fez aquele relatório todinho, filmaram, tudo, mas deve ter deixado aonde os funcionários tavam entocado, guardado. Aí depois ficou só naquele pátio da fazenda. Isso é o que acontece<sup>142</sup>.

<sup>141</sup>Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>142</sup>Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

Mas o mesmo trabalhador que indicou essas fragilidades na construção das reportagens (e aqui ele não indicava uma em específico, mas falava em geral do material exibido), tinha uma explicação sobre o porquê desta ocorrência, indicando mais uma vez sua noção acerca da edição e mesmo das práticas de produção jornalística:

Tem muitas coisas que não dá tempo da filmagem deles lá porque não dá de eles filmar, aí eles filmam o que tá próximo e aí só fazem parte do alojamento, da sede, e pronto. Não dá mais tempo de nada (...) eles passam muito rápido<sup>143</sup>.

O pouco tempo para a filmagem e a apuração das condições em que os trabalhadores resgatados viviam nos locais de trabalho foram as principais explicações do trabalhador, relativas ao fato de a reportagem não mostrar todos os aspectos da “realidade” vivida por ele, durante o tempo em que foi submetido a regime de trabalho escravo.

Outros entrevistados no grupo de discussão também comentaram alguns aspectos que foram mostrados pelas reportagens mas que, segundo eles, não condizem com a “realidade”. Sobre infraestrutura nos locais de trabalho, segue um relato:

Muitas coisas passam e não é verdade, eles colocam ali que tinha o banheiro, pras pessoa usar e lá não tinha, nada. Isso aí eles botaram outra parte lá da fazenda, que tinha banheiro, essas coisa. Acho que eles fazem é montagem...<sup>144</sup>

Neste caso, o trabalhador, que havia sido submetido a regime de trabalho escravo em uma das fazendas reportadas, explicou que o banheiro que aparece na reportagem, fica localizado na sede da fazenda, ao qual os trabalhadores não tinham acesso. Daí a conclusão que ele chegou: “acho que eles fazem é montagem”; se referindo à equipe de reportagem induzindo certa “realidade” que, para ele, não existiu.

Outro aspecto identificado refere-se às falas dos empregadores se retratando nos materiais midiáticos assistidos quando questionados pelo repórter sobre o porquê de submeter trabalhadores àquelas condições. Segundo ele, o modo de falar dos empregadores dá a entender que eles fazem tudo certo e que, quando autuados, pagam

---

<sup>143</sup>Extrato de fala do Entrevistado Lucas, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>144</sup>Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

todos os direitos no tempo certo a que a legislação os obriga. Mas que na experiência vivida por ele não tinha sido assim.

As empresas que falam nas reportagens parece estão todas certas, mas na verdade não é assim não. Pra gente receber os nossos direito não é tão fácil como parece...demora muito, a gente vai e vem e passa tempo pra conseguir receber<sup>145</sup>.

Thompson (2013) chama de “elaboração discursiva” as formas de interação dos sujeitos junto às mensagens da mídia. Pelo relato acima, reconhecemos que o entrevistado constrói um discurso a partir do que assistiu na reportagem, confrontando com a sua experiência vivenciada.

O processo de elaboração discursiva pode envolver indivíduos que não necessariamente consumiram os produtos midiáticos diretamente (o que ele chama de quase-interação mediada), mas que fazem parte de grupos sociais que consomem diretamente e, por sua vez, comentam o que assistem (no caso da televisão), participando das representações midiáticas de forma coletiva.

No nosso caso, a maioria dos entrevistados afirmou que assiste à televisão periodicamente, embora essa periodicidade apresente sazonalidades diferenciadas, de acordo com as atividades que eles desenvolvem nos períodos do ano. Os trabalhadores informaram, por exemplo, que quando realizam algum trabalho temporário em áreas rurais (como é o caso das atividades que caracterizam trabalho escravo ou mesmo de atividades de plantio de roças de subsistência), dificilmente apresentam a mesma periodicidade de assistência de quando estão em casa, “na rua”; como eles se referem à zona urbana; ou seja, quando estão na cidade, nas residências de suas famílias.

Eu não, ainda não tinha assistido nenhuma (reportagem) não. Eu só fico dentro dos mato, nessas carvoaria, dentro dos mato e não tinha televisão. Aí a maior parte da minha mocidade foi escravizado. Mas posso falar do que eu to vendo agora...<sup>146</sup>

O comentário feito por um dos entrevistados durante o grupo de discussão, logo após a exibição das reportagens, não reflete o da maioria, que afirmou assistir à televisão (e mais especificamente telejornalismo) periodicamente. De todo modo, a

<sup>145</sup>Extrato de fala do Entrevistado João, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>146</sup>Extrato de fala do Entrevistado Mateus, conforme indicado em Apêndice K.

provocação que fizemos sobre como eles contariam essas histórias foi, aos poucos, gerando algumas falas, como a que segue:

Eu montava diferente. Porque eles mostram tudinho, as condições, o alojamento, o banheiro que não tem, mas depois sempre fecha a reportagem com os “peixe grande” falando; daí parece que tudo aquilo já acabou ou vai acabar...mas isso não acaba assim fácil não; isso é praga<sup>147</sup>.

Um aspecto interessante sobre edição jornalística que o trabalhador abordou trata da hierarquia das falas numa reportagem. No caso, ele identificou que, em geral, os empregadores, ou mesmo algum mediador relacionado a um órgão público, são as últimas vozes, que fecham as reportagens ou que apresentam um peso maior, com relação às falas dos trabalhadores ou de agentes do movimento social, que falam por eles. Aqui, o entrevistado se referia a duas reportagens especificamente: uma exibida em 2009, pelo Fantástico, da Rede Globo, que trazia uma entrevista com um juiz do trabalho, no Maranhão, acusado de trabalho escravo e fechava com uma entrevista do então Ministro do Trabalho falando sobre a repressão ao trabalho escravo; e outra exibida em 2012, pelo telejornal diário Bom dia Brasil, também da Rede Globo, a qual encerrava com uma entrevista de um agente da Polícia Federal.

Segundo relato do trabalhador, essas falas davam a impressão de que o problema está resolvido, ou em vias de ser resolvido, o que pra ele não é verdade. Ele afirmou que os “peixes grandes”, isto é, as autoridades no assunto, falam e abafam uma realidade difícil de ser combatida. Por fim, o trabalhador rural comparou o trabalho escravo com uma “praga”, tipo de erva daninha que dá na terra, alastra-se, destrói a plantação e é difícil de ser combatida.

Percebemos nesta fala e em outras conversas com os trabalhadores o quanto eles não acreditam na erradicação do trabalho escravo. Quando apareciam alguns relatos durante a exibição do material midiático durante trabalho de campo sobre erradicação, geralmente na voz de representantes governamentais, como o caso da entrevista do então ministro do Trabalho, Carlos Luppri, em reportagem de 2009, alguns se olhavam e riam, como se dissessem que esta situação não acaba dessa forma ou não é simples de ser erradicada. Atribuimos essa descrença na erradicação do problema pelo conhecimento dos trabalhadores sobre a estrutura econômica e política que estão por

---

<sup>147</sup>Extrato de fala do Entrevistado João, conforme indicado em Apêndice K.

trás dessas condições. Eles conhecem os fazendeiros e sabem que são grandes latifundiários e empresários que geralmente apadrinham ou são apadrinhados políticos da região e, portanto, tem muita força mesmo diante dos órgãos governamentais.

Neste sentido, outro relato aponta para uma questão mais estrutural, isto é, o trabalhador afirmou que se fosse contar essa história, não seria focada somente na vida deles, nos locais onde foram escravizados, mas que trataria de suas trajetórias de vida, antes e depois do trabalho escravo.

Eu acho que precisa falar mais do antes e do depois. Do porque nós chegamos até o trabalho escravo; e também da nossa vida depois de resgatado da fazenda. Porque fica um negócio que parece que a gente virou escravo e depois ninguém é mais escravo. Mas a necessidade, a precisão, continua na vida da gente...isso eles não mostram<sup>148</sup>.

A *precisão* aparece mais uma vez como uma das causas da escravidão contemporânea, ou seja, a falta de infraestrutura e políticas públicas básicas para as famílias dos trabalhadores que acabam se submetendo a regimes de trabalho escravo por falta de outras opções ou de ofertas de trabalho digno.

Outro entrevistado também tocou neste assunto, uma vez que contou ter sido resgatado em 2011 e, mesmo após três anos, ele vivia em dificuldades; não as mesmas vivenciadas na fazenda onde foi escravizado, mas dificuldades de infraestrutura, com falta de assistência técnica para conseguir obter êxito em sua plantação de subsistência e também sem acesso à rede pública de saúde, já que o trabalho “duro” lhe rendia dores no corpo e cansaço físico. Na ocasião do trabalho de campo, entrevistamos o trabalhador em sua casa, que fica num assentamento do MST, fundado em 2012, no município de Açailândia, no qual ele tem plantado roça de subsistência, após mais de cinco anos sem terra para plantar. Encontramos o trabalhador na estrada, caminhando de volta para casa, por volta das 11h da manhã, após o trabalho matutino. Ele contou que caminha aproximadamente 10 quilômetros diários para cuidar da roça.

(...) De onde eu vinha, aquela hora que vocês me viram e me apanharam, me deram a carona na estrada; eu tinha saído de casa às 5h da manhã, com um gole de café e umas bolachas... eu saio arrastando a bota pra roçar um pouco... Essa realidade dura da gente, de falta de assistência no trabalho e na saúde, no alimento que

---

<sup>148</sup>Extrato de fala do Entrevistado Paulo, conforme indicado em Apêndice K.

não é saudável, como é mesmo, de sol a sol, não é demonstrado na reportagem. Mas não porque eles não quer mostrar não. É que eles não convive com a gente...não tem como saber; como a gente passa os dias...as dificuldades que a gente passa...escondido aqui no meio do mato. E olha que eu estou aqui com trabalho bom; não é escravo, é o meu negócio, mas é difícil também... Disso eles não fala...que gente é essa, trabalhadora, que cai no trabalho escravo...<sup>149</sup>

O relato acima recupera questões já tratadas neste Capítulo, relacionadas ao pouco tempo (tanto de produção quanto de edição) que uma equipe de reportagem tem para retratar o assunto. Este é um dos motivos, segundo os entrevistados, pelos quais as reportagens, em geral, não representam todos os aspectos da “realidade” vivida por eles, antes e depois de serem submetidos ao trabalho escravo. Mas também há um questionamento geral dos trabalhadores sobre certa falta de interesse também em adentrar nas questões mais profundas que atravessam o trabalho escravo. Ou seja, eles identificam a falta de tempo, mas acreditam que este fator não justifica o tratamento dado às reportagens, sem tocar na vida cotidiana dessas famílias antes e depois o trabalho escravo, que está ligada diretamente ao contexto econômico e político da região, que possui grandes projetos de desenvolvimento, mas que traz poucos benefícios para a população local, como é o caso da oportunidade de trabalho digno.

A “elaboração discursiva” (THOMPSON, 2013) dos entrevistados também perpassa a questão da insegurança que eles vivem tanto dentro dos locais onde são escravizados (mais propriamente fazendas de gado e carvoarias) quanto fora, “na rua”, como eles dizem, isto é, nos locais de aliciamento, nos bairros e mesmo dentro de suas próprias residências.

Se eu fosse construir essas reportagem, falaria mais da insegurança que a gente vive (...) a segurança tem que andar na minha casa de vez em quando porque os fazendeiros não tão de brincadeira não. Eles não alivia a gente...<sup>150</sup>

O trabalhador do relato acima (Entrevistado 6), que se viu numa das reportagens exibidas, nos perguntou se aquele material que ele tinha acabado de assistir iria passar na televisão, no “jornal da noite”, naquele mesmo dia. Explicamos a ele que era gravado, que tinha sido veiculado em 2012, quando do ato da fiscalização, pelo qual ele

<sup>149</sup>Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>150</sup>Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

foi resgatado. Ele agradeceu, disse que estava aliviado, pois já tinha sofrido muito com a exibição de sua entrevista pela televisão. Percebemos na fala deste trabalhador o quanto as ameaças e a falta de segurança, dentro e fora dos locais de trabalho, são questões que o preocupam e que também são recorrentes nos depoimentos dos demais entrevistados.

A seguir, recuperamos alguns fatores já trabalhados anteriormente, relacionando com outros, apresentados agora, na perspectiva de caracterizar as representações do trabalho escravo a partir da mídia para os sujeitos entrevistados. O intuito é amarrar os vários pontos tratados até aqui, neste Capítulo, e relacioná-los com o nosso olhar sobre a temática, trazendo à luz de nossas escolhas teóricas e metodológicas reflexões capazes de indicar caminhos para responder ao nosso problema de pesquisa.

### **5.3 Constituindo as representações**

Partimos do pressuposto de que a mídia participa da constituição das representações sobre trabalho escravo contemporâneo junto aos trabalhadores entrevistados. Acreditamos que as narrativas midiáticas podem construir ou legitimar representações já construídas pelo próprio grupo a partir de outras instâncias sociais; ou seja, outros mediadores, como a família, os movimentos sociais, os órgãos de fiscalização ou mesmo as redes de vizinhança desses trabalhadores.

Entendemos a mídia como espaço de repercussão e criação de acontecimentos que “incide na configuração e dinâmica da realidade de nossa vida cotidiana, e na forma de convivência e atravessamento entre as múltiplas realidades que compõem o mundo da vida” (FRANÇA, 2012, p. 11). Neste sentido, a mídia é uma das instituições da sociedade que congrega os múltiplos dispositivos através dos quais essa sociedade produz e faz circular suas informações e representações. Talvez por isso seja a instituição que melhor caracteriza o cenário contemporâneo.

Partindo dessa orientação, organizamos nossa estratégia de pesquisa. Primeiramente, nos aproximamos dos entrevistados, buscando conhecer suas realidades; conversamos com eles, num primeiro momento, sobre suas trajetórias de vida e de trabalho, para tentar apreender suas representações e, após, lançamos mão da estratégia de recepção dos materiais midiáticos na busca da compreensão de suas representações

sobre o trabalho escravo a partir da mídia. Feito isso, resgatamos aspectos de suas sociabilidades, a partir do contato desses sujeitos com os mediadores, identificados pelos agentes do movimento social, responsáveis pela denúncia e acompanhamento dos casos; bem como os agentes do poder público, responsáveis pela fiscalização do trabalho escravo. Além desses mediadores mais diretos, outras esferas de mediação também foram identificadas, durante o estudo, a partir dos discursos jurídico, governamental e não governamental sobre trabalho escravo, que também participam da constituição das representações desses sujeitos e estão presentes na mídia.

Quando os entrevistados nos afirmam que são trabalhadores rurais e não trabalhadores escravos, compreendemos que a escravidão contemporânea não é determinante em suas trajetórias, mas passa por eles e transforma realidades. Neste sentido, acreditamos que as representações deles sobre o trabalho escravo contemporâneo devam ser analisadas a partir deste lugar, de identificação e diferença (HALL, 2013) e de apropriação (THOMPSON, 2013) de outras instâncias que participam de suas representações, e principalmente da mídia, caminho escolhido para construir nosso objeto de pesquisa.

Após apresentar as principais falas dos entrevistados, de classificá-las e sistematizá-las, trazemos agora à tona a constituição das representações do trabalho escravo a partir da mídia, segundo olhares de trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo.

Quando questionados sobre “o que é trabalho para você?”, os oito trabalhadores entrevistados ficaram reticentes no início, mas logo formularam algumas ideias acerca do assunto. A dificuldade de uma resposta rápida, dada prontamente, pode estar relacionada à própria falta de hábito de refletirem sobre o trabalho. Um dos motivos pode ser o fato de, muitas vezes, a atividade ser naturalizada por eles, uma vez que, em geral, não se preparam por intermédio de ensino formal para o trabalho, mas aprendem fazendo, desde criança, no saber-fazer, acompanhando os pais e familiares.

As representações que aparecem nas falas dos entrevistados sobre trabalho, apresentadas no primeiro item deste Capítulo, traduzem muito bem a trajetória de vida dessas pessoas, de origem rural e que, portanto, tem no trabalho no campo a referência sobre o trabalho, em geral. É como se o trabalho “verdadeiro”, “real”, fosse o praticado no campo. Em contraponto com o da cidade, que na visão da maioria deles, é “menos

duro”, e “mais valorizado”, e que eles buscam realizar, caso não possuam terra ou condições para plantar, já que o trabalho na cidade, para eles, tem a possibilidade de ser mais digno. Esse desejo está presente nos relatos dos trabalhadores mais jovens, que vislumbram, muitas vezes, o trabalho na cidade relacionando-o com uma melhor qualidade de vida.

Trabalho desde cedo no que dá, na roça e na cidade. Mas depois que cai no trabalho escravo não quero mais saber de trabalho na roça não; na roça, assim, não digo na roça que é da gente; mas no campo, nas fazenda. Agora sou eletricitista e trabalho na cidade. Aprendi um ofício e assim vou ficar trabalhando<sup>151</sup>.

Assim, quando falamos em trabalho, o que está no imaginário da maioria dos entrevistados é o trabalho na lavoura. Trata-se do “trabalho de roça”, como eles dizem, realizado desde os seus ancestrais, com o cuidado e a dedicação que eles demandam e, geralmente, em terra própria. Quando eles dizem “trabalho de roça” não se referem à prestação de serviços para terceiros, como é o caso das atividades econômicas onde se encontram os principais casos de regimes de trabalho escravo contemporâneo, no Maranhão, como fazendas de gado e carvoarias<sup>152</sup>.

Eu fui resgatado do trabalho escravo, mas eu sou escravo do trabalho desde 10 anos de idade. Comecei a trabalhar na roça com dez anos (...) Mas agradeço a Deus e a meus pais por ter me colocado no trabalho logo cedo, sempre na roça, meu pai me ensinou a trabalhar (...) Hoje eu sou “técnico” da minha própria roça; pra tratar do feijão, do milho, do arroz, do amendoim<sup>153</sup>.

Interessante perceber no relato acima como esses trabalhadores começam a trabalhar precocemente, quando crianças, e vão aprendendo com os pais ou avós a “ciência” da terra, ou seja, todas as etapas de uma plantação de subsistência, passado de pai para filho, a partir da experiência de levar as crianças desde cedo para plantar.

Embora essa necessidade do trabalho desde cedo, também chamada por muitos de *precisão*, seja um dos fatores apontados como um tipo de violação de direitos,

<sup>151</sup> Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>152</sup> Como tratado anteriormente, nestes locais, os trabalhadores realizam atividades de *roço da juquirá*, isto é, limpeza do pasto para plantação de gado, ou ainda desmatamento, retiradas de toco, colocação de cercas, ou as atividades relacionadas ao carvoejamento, ou seja, a cadeia produtiva do carvão vegetal, feito com madeira retirada de matas nativas ou plantação de eucalipto.

<sup>153</sup> Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

atrapalhando a chamada “infância”, uma vez que seria idade para brincar<sup>154</sup>, há uma discussão interessante sobre a qual não há consenso entre os próprios trabalhadores, bem como os mediadores ligados ao movimento social em defesa dos direitos humanos sobre até que ponto esse tipo de trabalho pode ser caracterizado como trabalho infantil, conforme indicado pela legislação brasileira.

Os que defendem que esse tipo de trabalho não deve ser caracterizado como trabalho infantil argumentam que há diferenças entre acompanhar os pais ou responsáveis na lavoura e trabalhar para um terceiro, neste caso, um empregador, que lucra em cima do trabalho realizado por crianças, como ocorre em carvoarias em Açailândia<sup>155</sup>. Neste contexto, também temos de levar em consideração que a divisão social do trabalho em roças de subsistência nada tem a ver com o trabalho praticado na zona urbana, por exemplo, que tem horário estabelecido para entrar e sair, no qual a questão do lazer é totalmente separada do trabalho.

No caso dos trabalhadores que nos contaram sobre suas experiências de trabalho quando criança, esse fator fica bem claro, como no trecho a seguir.

A gente acompanhava desde cedo, ajudava na colheita; fazia o servicinho mais maneiro e ficava subindo em pé de manga ou banhando no riacho enquanto minha mãe quebrava coco<sup>156</sup> e meu pai botava roça. Era um divertimento só<sup>157</sup>.

Assim como ocorreu com a noção de trabalho, quando questionamos os entrevistados sobre a noção de escravidão, uma vez que o assunto apareceu nas falas, após a assistência do material midiático, a referência ainda era do contexto histórico colonial; prova de que eles não se autorrepresentam como escravos. Mas quando questionados sobre suas trajetórias de vida e trabalho, as condições indignas de trabalho

<sup>154</sup>O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; incluindo aqui o direito à brincar, praticar esportes e divertir-se. (Capítulo II, Artigo 16, inciso IV; 1990).

<sup>155</sup> Em uma das oportunidades de conversa, certa vez, com um proprietário de carvoaria em Açailândia, questionamos qual era o motivo principal deles empregarem crianças, uma vez que a lei é bem clara sobre trabalho infantil. A resposta, na ocasião (2008) foi porque os fornos que queimam a madeira para fazer carvão eram, em geral, pequenos e que a baixa estatura das crianças tornava o serviço mais rápido e fácil.

<sup>156</sup> Neste trecho, o entrevistado se refere à quebra do coco babaçu, muito comum no Maranhão pela incidência de longas extensões deste tipo de palmeira no estado. Em geral, as mulheres da zona rural quebram o coco e extraem o óleo, muito utilizado para a alimentação e também para a indústria cosmética. Da amêndoa do babaçu, também se prepara uma espécie de farinha, que combate a subnutrição em crianças. Da palha da palmeira, constroem-se telhados para casas (em geral feitas de barro) e demais utensílios doméstico, além do artesanato.

<sup>157</sup> Extrato de fala do Entrevistado Sebastião, conforme indicado em Apêndice K.

apareceram nessa nova configuração, da chamada escravidão “moderna”, “atual”<sup>158</sup>, ou contemporânea.

“(…) Sou trabalhador de roça mesmo. Esse é o meu negócio. Caí nessa história de trabalho escravo na fazenda de um juiz de direito, que de direito não tem nada (...) Mas hoje boto minha roça e luto contra a *precisão*”<sup>159</sup>. O depoimento representa os principais relatos que ouvimos dos entrevistados para a realização deste estudo. Primeiro, a identidade de trabalhador rural e não de trabalhador escravo, como já discutimos anteriormente. Depois a questão da *precisão*, isto é, da situação de necessidade extrema apontada por eles como uma das principais causas de serem submetidos a regimes de trabalho escravo por não terem oportunidades de trabalho digno, também já discutida neste trabalho.

A impunidade, outro assunto já levantado em outros depoimentos, também é recorrente nas falas dos entrevistados. Principalmente dos que tiveram contato com os mediadores e começaram a se apropriar de suas condições de cidadania, com direitos e deveres, como é o caso do trabalhador mais velho que entrevistamos, de 84 anos, um dos primeiros a denunciar a situação no Centro de Defesa.

Desse horror de entrevista que eu já dei pra gente de fora, acho que tá faltando mais justiça com o pequeno agricultor, o pequeno peão. Hoje esse negócio de gato praticamente acabou; mas eles pegam o trabalhador direto. (...) Ninguém tenta se esconder não, porque a justiça não acontece mesmo. Eles estão mal acostumados...<sup>160</sup>

Compreendemos que esses sujeitos passam pelo trabalho escravo e, por isso, identificam-se com ele, mas apresentam identidades próprias antes e depois de vivenciarem esta situação que, no caso estudado, é de trabalhador rural. Eles não se autoidentificam como trabalhadores escravos ou escravizados, mas sim trabalhadores rurais que foram, em determinada ocasião da vida, submetidos à superexploração da mão de obra devido à vulnerabilidade em que vivem.

Embora o trabalho escravo contemporâneo tenha, cada vez mais, ocupado a área urbana dos grandes centros, as situações levantadas neste estudo ainda estão muito

---

<sup>158</sup> Durante as entrevistas, os trabalhadores denominaram, em geral, as condições de escravidão contemporânea como “atual” ou “moderna”.

<sup>159</sup> Extrato de fala do Entrevistado Pedro, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>160</sup> Extrato de fala do Entrevistado Eduardo, conforme indicado em Apêndice K.

arraigadas ao latifúndio e a uma espécie de industrialização rural, como é o caso das plantações de soja, altamente mecanizadas, ou mesmo à cadeia produtiva do ferro gusa<sup>161</sup>, que tem sua origem no carvão vegetal, atividade que ainda escraviza em regiões do Maranhão e estados próximos, como Pará e Tocantins.

Para Hall (2010), a contribuição de Michel Foucault para o estudo das representações advém da força de seu conceito de discurso, entendido como um sistema de representação num determinado momento histórico. Esse “tempo do discurso” foi identificado durante as conversas com os trabalhadores no decorrer da pesquisa, principalmente quando eles fizeram a distinção entre o trabalho escravo colonial e o moderno. Concebemos neste estudo as representações intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade, uma vez que são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade. Desta forma, as representações não apenas variam dentro das diferentes épocas e culturas, mas também espelham vivências específicas dentro de determinadas sociedades. (FRANÇA, 2004). No caso estudado, as noções de escravidão colonial também se apresentam de forma predominante nas narrativas midiáticas escolhidas para a assistência dos entrevistados, uma vez que os discursos se referem a essa noção do tempo presente e do tempo passado, deixando claro que, em pleno século 21, ainda existe trabalho escravo, entendido como algo do passado, portanto, referente ao período colonial.

Na busca de compreendermos as representações do grupo social estudado, tentamos não tomar partido das representações dos trabalhadores como algo que temos condições de apreender em sua totalidade de sentidos e contradições. Também nos esforçamos para não produzir “crenças” (BOURDIEU, 2000) do que seria a representação “real” dos trabalhadores. Entendemos, em última instância, que não há como separar essas representações, uma vez que os sentidos, em ambos os contextos (grupo social e mídia), entrelaçam-se, reforçam-se e estão em contínuo movimento e, por conseguinte, são contraditórios e dinâmicos.

Para Hall (2010), representação significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre o mundo ou para representá-lo de maneira significativa para as outras pessoas. Dessa forma, a representação é entendida como uma parte essencial do

---

<sup>161</sup> Matéria-prima para fabricação de peças de aço, utilizada em veículos e demais maquinários e exportados para países da Europa, da Ásia e os Estados Unidos.

processo mediante o qual se produz e troca sentidos entre os membros de uma mesma cultura. Representar, portanto, implica o uso da linguagem, dos signos e das imagens que estão no lugar das coisas, que as representam. Mas entendemos que não se trata de um processo direto e simples.

Utilizamos neste estudo a linguagem como um meio de chegarmos até os sentidos que buscamos das representações do grupo social investigado sobre trabalho escravo a partir da mídia. Dessa forma, trabalhamos basicamente com dois textos: o midiático, contido nas narrativas jornalísticas televisivas escolhidas para compor nosso *corpus* documental; e o texto dos sujeitos, recolhido em entrevistas individuais e no grupo de discussão, e organizado em extratos de falas, trabalhados na análise do material empírico.

Também entendemos que a constituição de representações acerca das coisas no mundo não se restringe à racionalidade, ou ao entendimento racional sobre ela; mas está além dele; envolve questões relacionadas aos sentidos, que são construídos socialmente e, portanto, têm relações significativas também com elementos culturais de cada sociedade ou grupo social. Neste caso, ao estudarmos as representações construídas a partir da mídia levamos em consideração os sentidos criados e partilhados pela sociedade, que estão presentes na mídia. Esses sentidos apareceram neste estudo de formas sutis, na “figuratividade da imagem” (SOARES, 2007, p. 51) ou mesmo na dramaticidade e conseqüente identificação com ela, por parte dos receptores.

Percebemos, durante trabalho de campo, que as “narrativas dramatizadas” do telejornalismo possibilitaram maior aproximação junto ao grupo investigado, pela própria natureza relacionada com a identificação dos sujeitos com os “personagens” das reportagens. Este fato ficou claro no ato da assistência, quando alguns trabalhadores se manifestaram apontando alguém conhecido (geralmente um agente do movimento social, um auditor fiscal do trabalho ou mesmo um trabalhador), ou ainda alguma situação familiar, como o caso de falta de infraestrutura nos locais de trabalho. Como já exposto neste Capítulo, tivemos até a possibilidade de entrevistar um trabalhador que havia sido entrevistado em uma das reportagens exibidas durante o trabalho de campo, fato que possibilitou uma identificação direta do sujeito com a tela. Dessa forma, as mediações (MARTÍN-BARBERO, 2001) presentes neste estudo perpassam os significados sociais das representações para o grupo de trabalhadores investigados.

Em contrapartida, o campo empírico também nos possibilitou algumas observações de estranhamentos por parte de alguns entrevistados sobre o que estavam assistindo nas reportagens. Isso ficou claro, por exemplo, em reportagem exibida pelo Programa A Liga, da TV Bandeirantes, ao acompanhar o passo a passo da produção do carvão vegetal. A atenção dos trabalhadores que assistiam ao material era total. Logo ouviram-se alguns risos e comentários de que não seria daquela forma; de que não era daquele modo que alguns haviam vivenciado ao trabalharem em carvoarias, no Maranhão. Quando fomos conversar sobre o que tínhamos acabado de assistir, eles pontuaram alguns procedimentos que não se relacionavam a suas experiências, mas logo outro trabalhador defendeu sua identificação com o material midiático, embora apresentando algumas especificidades explicadas por ele, decorrentes tanto das regiões do país quanto das condições da repórter de recolher as informações e contar uma história, que segundo ele, nunca vai representar “o que eles vivem na realidade”.

Esse esforço na busca dos processos de identificação e apropriação dos sujeitos no texto jornalístico televisivo exibido para o grupo estudado faz todo o sentido quando tratamos as representações com seus sentidos imbricados; quando pensamos na intersecção entre as representações mentais, mediáticas e os determinantes sociais das representações (SOARES, 2007).

Entendemos, assim, que as representações são dinâmicas e sofrem permanentes transformações tanto em suas dimensões simbólicas quanto em suas formas concretas. Quando tratamos de representações, tanto com orientações de Hall (2013) quanto de França (2004), não operamos com processos simples e objetivos, mas sim com um fenômeno complexo que, em geral, deve ser encarado em sua dupla natureza: sentidos e inscrição material, ou seja, linguagem. Portanto, nosso entendimento sobre a noção de representações perpassa a produção de sentidos dos sujeitos investigados sobre o trabalho escravo a partir da mídia.

Neste ponto, os processos de identificação e de apropriação dos sujeitos junto a esses textos midiáticos nos ajudam a aproximá-los ou afastá-los das cenas (quando há estranhamentos) e nos proporcionam elementos de análise, principalmente quando eles acrescentam algo de que “sentem falta”; ou seja, o que não aparece nas reportagens, mas faz parte da “realidade” deles.

Ao estruturarmos a análise em tópicos de identificação e apropriação, organizamos os relatos a partir do que aproxima, do que afasta e do que os entrevistados acrescentam e/ou ressignificam a partir das representações midiáticas sobre o trabalho escravo. O resultado desse movimento de sentidos se traduz nas representações do trabalho escravo para esses sujeitos a partir da mídia.

Em geral, percebemos a participação da mídia na constituição das representações dos trabalhadores, muitas vezes intermediada por outras instituições sociais, pelas quais a mídia se debruça para construir, no caso estudado, suas narrativas jornalísticas sobre a temática. São principalmente os órgãos governamentais e não governamentais responsáveis pelo trabalho de prevenção e repressão ao trabalho escravo contemporâneo. Esses órgãos têm contato direto com os sujeitos investigados, seja no ato da denúncia, seja no ato das fiscalizações; ou ainda em atividades de prevenção, promovidas pelo movimento social em prol dos direitos humanos. E esses mesmos órgãos são também as principais fontes de informação da mídia na construção dos textos jornalísticos que tratam do assunto. Portanto, encontramos nas representações midiáticas um conjunto de representações de outras instituições sociais que ajudam a constituir as representações dos trabalhadores, uma vez que estão próximas deles.

Ao analisarmos os processos de identificação dos sujeitos com a mídia, encontramos alguns aspectos recorrentes nas falas, como as condições precárias de alojamento, má alimentação e péssimas condições de higiene, além da vigilância armada e violência física que eles sofrem dentro dos locais de trabalho.

França (2004) questiona qual o objeto devemos olhar quando falamos de representação midiática. Que produtos midiáticos nos são disponibilizados? Que mundo, bem ou mal, nos é mostrado? “Ou antes as imagens remetem a nós, sujeitos que experimentamos e formatamos imagens mentais, e que somos, em última instância, os produtores/portadores dessas imagens e representações?” (FRANÇA, 2004, p. 19).

Embora haja identificação com vários aspectos tratados nas reportagens assistidas, os trabalhadores entrevistados também apontaram certo estranhamento em aspectos intangíveis e simbólicos que, segundo eles, ficam mais difíceis de serem acessados e, conseqüentemente, representados pela mídia, devido à falta de convívio dos produtores da notícia com as suas rotinas de trabalho e que também, segundo eles, “não estão à vista”; pouco óbvios para quem chega e passa pouco tempo com eles.

Neste contexto, a subjugação e a humilhação são os principais fatores que foram apontados pelos trabalhadores como pouco tratados nas reportagens. Observamos que essa sensação de insegurança por parte deles está ligada a aspectos objetivos e subjetivos como é o caso da violência física aplicada tanto por empregadores quanto por seus encarregados (empreiteiros, gatos, gerentes de fazenda, fiscais) e mesmo da violência psicológica ou simbólica, que se materializa em assédio moral e demais formas de humilhação, como por exemplo, o ato de subjugar esses sujeitos na hora do pagamento, se aproveitando da baixa escolaridade e da consequente dificuldade de fazer contas e, portanto, contabilizar suas produções, por exemplo.<sup>162</sup>

É recorrente encontrarmos relatos em que os trabalhadores encontrados em regimes de trabalho escravo em fazendas de gado, em geral, são menos valorizados e respeitados do que os próprios animais, com os quais os empregadores aplicam tratamento diferenciado, uma vez que representam a lucratividade de seus negócios e, portanto, precisam ser bem cuidados para terem valor de mercado.

Neste sentido, a humilhação chega ao ponto de já termos conhecimento de trabalhadores em fazendas do Mato Grosso (MT) se esconderem junto aos gados quando estavam sendo perseguidos por capangas armados, mandatários dos fazendeiros, em tentativas de fuga. É comum a incidência de trabalho escravo, por exemplo, em fazendas de gado que apresentam altos investimentos em tecnologias na área da genética e reprodução animal, como é o caso da prática de inseminação artificial.

Outro ponto que notamos incomodar a alguns durante a assistência foi em relação à voz que as reportagens dão aos empregadores, dando a entender, segundo os entrevistados, que a problemática do trabalho escravo estaria sendo resolvida com a fiscalização, bem como o resgate dos trabalhadores. Como se essas ações representassem o ponto final do problema.

Segundo os entrevistados, a vida deles antes e depois de terem sido submetidos às condições de trabalho escravo praticamente não é retratada pelo texto televisivo; o que denota que eles se tornam escravos momentaneamente, somente no ato de fiscalização; e logo deixam esse *status*, no momento em que o patrão faz o acerto das

---

<sup>162</sup> Vale destacar que, em geral, os contratos são verbais e os empregadores, quando pagam alguma quantia aos trabalhadores, descontam os itens consumidos e anotados em cadernetas; sempre deixando esses sujeitos em prejuízo com relação ao recebimento da quantia acertada anteriormente alegando “dívida”.

contas. O fato é que os entrevistados nos apresentaram relatos que traduzem causas e consequências do trabalho escravo que, segundo eles, são pouco tratados nas reportagens televisivas. A sensação que eles têm é de que a mídia visibiliza apenas a condição de trabalho escravo, mas não trata o assunto de forma estrutural, como eles apontam.

As condições em que foram encontrados os trabalhadores entrevistados em Açailândia (MA), em 2013-2014, são similares às dos trabalhadores rurais de Codó (MA), acompanhamos durante um ano (entre 2005 e 2006) para a realização da dissertação. Chamamos esses últimos de *escravos da precisão*, uma vez que foram expulsos de suas terras e, na luta do dia a dia para conseguir garantir o sustento de suas famílias, submetem-se a condições precárias de trabalho, classificada pelos mediadores<sup>163</sup> de *trabalho escravo*, mas o fazem dentro de uma lógica e de uma estratégia de complementação de renda, e não somente porque são enganados pelos agenciadores da força de trabalho.

Embora em situação similar, percebemos algumas especificidades em cada localidade estudada. Enquanto o município de Codó (MA) se encontra numa região central do estado do Maranhão, caracterizada por grandes latifúndios e por uma atividade econômica prioritariamente rural, a região de Açailândia (MA) é mais urbanizada e industrializada. Portanto, as condições dos trabalhadores submetidos ao trabalho escravo são diferentes, uma vez que esses, embora sejam trabalhadores rurais, encontrem mais dificuldades de plantar roças de subsistência e acabam fazendo *bicos* em subempregos na área urbana; diferente dos trabalhadores de Codó, que apresentam forte característica de pequenos produtores, mesmo com dificuldades de acesso à terra.

(...) Eu vou falar, eu posso falar? O trabalho escravo, ele nasce pelo meio de uma necessidade, a necessidade pode até obrigar a pessoa a roubar, a pessoa só não rouba porque ela é honesta. E através do gato, que ele chama a gente, ele tem umas proposta boa de trabalho e na hora não é nada disso. Lá fora é uma história, quando tá lá dentro das fazenda, é outra. Então, isso é uma humilhação pro trabalhador, a gente vai trabalhar até porque a gente tem a necessidade. E aí a gente pensa que tá trabalhando como cidadão, cidadão de respeito, cidadão de bem e tá trabalhando é pra bandido. Isso é o

---

<sup>163</sup> Aqui nos referimos principalmente aos agentes fiscais do trabalho bem como aos operadores do Direito, que classificam e caracterizam o crime de trabalho escravo, previsto no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro como “condição análoga à de trabalho escravo”.

que mais tem hoje, nesse estado do Maranhão (...) quando a gente faz o serviço bem, na hora de pagar não era bem isso o “combinado”...<sup>164</sup>

Conforme percebemos no relato acima, a questão da *precisão*, apontada pelo trabalhador aqui como “necessidade”, é recorrente nas falas sobre as principais causas que os levam ao regime de trabalho escravo. Outro ponto interessante é a questão da humilhação, uma vez que o trabalhador se submete a mandos e a condições precárias de trabalho e quando vai receber o salário, este não se refere à quantia acordada verbalmente, isto é, o montante é sempre inferior ao valor esperado pelo trabalhador, por causa da “dívida”, conforme podemos observar neste outro depoimento.

Eu, pelo menos, assim que cheguei na fazenda, eu achei que era trabalho escravo. Porque assim, quando a gente vai, que é num caminhão pau-de-arara, o patrão nunca se encontra presente, sempre tem aquela pessoa que é encarregado, que a gente chama de “gato”. Isso é uma alegria, uma animação, quando você parte do portão da fazenda pra dentro, ele já não é aquela pessoa alegre, a feição dele já muda completamente, já não fala mais com você, se você faz uma pergunta, ele já responde com um tipo de ignorância e quando você vai trabalhar, tudo o que você pega é anotado. Aí já começa o trabalho escravo, já lhe manda; você já não tem mais aquela vez de perguntar se tá bom, se tá ruim. Não, tudo é mandado, você vai, você não tem aquele: não, quanto eu vou ganhar? Quanto é essa empreita aqui? Não! Só é tocando, você vai trabalhando aí e depois a gente vai acertando. Com esse acerto, você sempre está devendo o patrão. Aí é uma situação que é muito constrangedora<sup>165</sup>.

Neste sentido, ao relatarem suas vivências de exploração do trabalho, percebemos nas falas dos entrevistados que o trabalho escravo aparece sempre de fora para dentro, isto é, alguém falou para eles que aquela situação de exploração se caracterizava “condição análoga à de escravo”. Esse “alguém” é, em geral, ou o próprio auditor fiscal do trabalho ou os agentes do movimento social que denunciavam essas condições.

Antes do contato com a Federal, eu não me entendia como escravo. Mas quando eles chegaram na fazenda, ficamos com medo (...) depois de tudo mais calmo, eles

<sup>164</sup>Extrato de fala do Entrevistado João, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>165</sup>Extrato de fala do Entrevistado Mateus, conforme indicado em Apêndice K.

explicaram pra gente que não távamos fazendo nada de errado e que a gente ia ganhar nossos direito. Que a gente estava sendo explorado como escravos. A partir dali, entendi esse negócio de escravo moderno que eles diz...<sup>166</sup>

Notamos que a maioria dos trabalhadores entrevistados se apropria do discurso de “escravos” ou “escravizados” quando passa a ter contato com esses mediadores (seja do movimento social, no ato da denúncia; seja dos auditores fiscais do trabalho, no momento da fiscalização; seja da mídia, em assistência de reportagens) e entendem que essa identificação permite a eles alguns acessos, como às verbas rescisórias, bem como aos danos morais individuais e coletivos, que são desdobramentos das fiscalizações, além de acessos a programas sociais do governo federal, como é o caso do Bolsa Família, por exemplo.<sup>167</sup>

“A gente acredita no pessoal do Centro de Defesa. Eles esclarecem a gente dos nossos direito e isso é bom pra gente. Além disso, eles lutam pra gente receber os nossos direitos. Por isso estamos hoje aqui, por causa deles (...) Sempre que eles me chamam, eu venho. Sei que é bom pra mim<sup>168</sup>”.

Este relato representa a forma com que a maioria dos sujeitos que conversamos durante trabalho de campo se relaciona com o Centro de Defesa de Açailândia, principalmente quando a entidade intermedia questões relacionadas aos direitos trabalhistas, bem como o recebimento dos danos morais individuais e/ou coletivos. Muitas vezes, esta mediação ou mesmo o pagamento de multas e rescisões trabalhistas ocorrem nas próprias dependências da entidade. Percebemos, neste sentido, uma credibilidade da entidade com relação aos sujeitos entrevistados.

Esse fato nos leva a refletir que há uma construção sobre o que se caracteriza trabalho escravo contemporâneo que, em geral, não se inicia pelos próprios trabalhadores vitimados, e sim pelos mediadores. Mas, no decorrer do contato deles com esses agentes (seja governamental, seja não-governamental), os trabalhadores também se apropriam deste discurso e passam a constituí-lo, ou seja, a contribuir para a sua construção.

<sup>166</sup>Extrato de fala do Entrevistado Mateus, conforme indicado em Apêndice K.

<sup>167</sup> Dentre as políticas nacionais de combate ao trabalho escravo, está previsto o acesso aos programas sociais, como é o caso do Programa Bolsa Família, a todos os trabalhadores que forem resgatados em regime de trabalho escravo pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

<sup>168</sup>Extrato de fala do Entrevistado Tiago, conforme indicado em Apêndice K.

Neste contexto, entendemos que a mídia tem um papel importante na constituição das representações sobre o trabalho escravo para os sujeitos e, principalmente, na legitimação dos discursos vigentes (principalmente o jurídico, o do movimento social e o do Ministério do Trabalho e Emprego) seja em suas próprias contribuições e interpretações do que caracteriza como “condições de trabalho escravo”, e que passam a constituir também, as próprias representações desses sujeitos sobre a temática.

Ao analisarmos os processos de apropriação dos sujeitos com relação à mídia, notamos que eles, em contato com os materiais midiáticos, utilizam-no para constituir suas representações sobre o trabalho escravo, muitas vezes acrescentando algo ou interpretando e ressignificando os sentidos das mensagens. Interessante observar que os entrevistados apresentaram noções sobre edição jornalística e mesmo a percepção de orientações políticas e editoriais das emissoras. Atribuímos este fato ao contato deles com os agentes do movimento social, que fazem um trabalho de sensibilização e prevenção das questões referentes ao trabalho escravo, discutindo junto a grupos de base (como é o caso de trabalhadores rurais) o contexto em que essa exploração se dá, no âmbito da economia e da política, onde estão envolvidos grandes empresários e políticos ou apadrinhados políticos locais; muitos deles ocupam cargos na administração municipal de Açailândia, em outros municípios adjacentes e até mesmo no governo estadual do Maranhão. Também é interessante perceber que esses sujeitos não devem ser tratados como “vítimas”, no sentido de não entenderem as situações de exploração. Pelo contrário, a maioria demonstrou entender os mecanismos de subjugação, alegando fazer parte deste contexto por uma questão de necessidade, de *precisão*; e não por falta de informação ou de terem sido enganados pelos aliciadores. Vale destacar aqui que não temos pretensão de generalizar e afirmar que todos os trabalhadores egressos do trabalho escravo apresentam essas características. Entendemos que a pesquisa é qualitativa e, portanto, tem como objetivo interpretar aspectos do grupo pesquisado, sem inferências macroestruturais, nem tampouco conclusões apressadas de que esta situação também ocorra em contextos maiores. Preferimos sempre pensar que se trata de um recorte, de um ponto de vista, que está relacionado tanto a nossas escolhas teóricas e metodológicas quanto a nosso percurso de pesquisa, bem como às condições em que realizamos o campo empírico.

Acreditamos, dessa forma, que o contexto da assistência durante o trabalho de campo possibilitou outro nível de apreensão, se compararmos com o da assistência cotidiana, em contextos familiares, na qual outros aspectos da residência podem dividir a atenção dos telespectadores junto à televisão; como o caso de ruídos e mesmo mudança de comportamento no ato da assistência, com a descontração típica do ambiente doméstico. Neste sentido, ainda que os diversos contextos de recepção tenham certas características comuns, é importante enfatizar que os atributos sociais que os indivíduos trazem para estes contextos não são os mesmos em todos os lugares.

Neste sentido, podemos afirmar que a recepção e a apropriação das mensagens da mídia são maneiras de responder aos outros, espacial e temporariamente distantes. Ao exibir os materiais selecionados aos entrevistados, na ocasião do grupo de discussão, possibilitamos outra experiência de assistência, que talvez tenha demandado deles maior concentração, o que gerou a sensação de que as reportagens estavam mais completas ou até mesmo de que eles (trabalhadores) eram mais representados, ou até mesmo contemplados nelas.

Mesmo assim, os relatos apresentaram características de interesse para a pesquisa, uma vez que traduzem parte das experiências vivenciadas pelos entrevistados nos locais de trabalho onde, geralmente, não há aparelhos de televisão ou, em caso de haver, não são disponibilizados para os trabalhadores assistirem. Desta forma, identificamos que a condição de “escravo” também pode se referir ao cerceamento de acesso à informação, neste caso.

Percebemos “elaborações discursivas” (THOMPSON, 2013) por parte dos entrevistados nos comentários sobre as reportagens assistidas, indicando o que faltava e o que tinha de excesso e também quando perguntamos a eles se fossem produtores das notícias, como contariam essas histórias. Neste sentido, os relatos vão além do que é mostrado na televisão.

O exercício de mudar o lugar de fala desses sujeitos colocou o grupo entrevistado numa posição de produtores das notícias e, conseqüentemente, trouxe aspectos interessantes de serem analisados. No início, após lançado o desafio a eles no grupo de discussão, percebemos que houve um estranhamento momentâneo; como se eles não tivessem habilidades para a construção de uma reportagem. Passado pouco

tempo, alguns começaram a se lançar para tentar responder como eles “montariam” essas histórias que, na verdade, eram suas próprias histórias.

Questões relacionadas à edição jornalística apareceram no contexto de hierarquização das falas/vozes dos entrevistados nas reportagens televisivas. Alguns trabalhadores apontaram que como a fala final, em geral, é do empregador ou de um agente do governo para dar explicações sobre a exploração do trabalho, fica uma sensação de que eles são capazes de resolver o problema, o que para os sujeitos soa como algo passível de ser “manipulado” pela mídia.

Na ocasião, eles se referiam a uma reportagem exibida durante o trabalho de campo que finalizava com a voz do então ministro do Trabalho, afirmando que o combate ao trabalho escravo seria uma ação de governo e que os culpados seriam punidos. “Quem quer que seja que esteja fazendo isso hoje no Brasil, terá a dureza e o rigor da lei”<sup>169</sup> foi a frase final desta reportagem, proferida pelo então ministro do Trabalho, Carlos Luppi (2009).

A partir dos resultados da análise dos processos de identificação e apropriação do texto midiático, podemos afirmar, portanto, que a mídia participa da constituição das representações acerca do trabalho escravo para o grupo de trabalhadores rurais maranhenses entrevistados neste estudo. E que esta participação ocorre principalmente com relação a fatores objetivos, construídos histórica e socialmente principalmente pelos mediadores, tanto do movimento social quanto dos organismos governamentais, como já apontados neste estudo, quando tratamos da contextualização acerca do trabalho escravo no Brasil, no Capítulo 4. A pressão social, bem como as políticas públicas nacionais, pressionadas pelos organismos internacionais que militam na causa dos direitos humanos, são os principais fatores responsáveis pela constituição das representações que esses mediadores operam atualmente sobre o trabalho escravo, e que são reproduzidas e legitimadas pela mídia.

Dentre os fatores, incluímos a precariedade dos locais de trabalho, as condições subhumanas de trabalho, o cerceamento da liberdade e a constituição da “dívida”.

---

<sup>169</sup> Ver reportagem completa em APÊNDICE D – Reportagem 1: Trabalho escravo no Maranhão - Açailândia (denúncia contra juiz do trabalho)

Mas para além dos fatores objetivos, encontramos nos relatos dos trabalhadores fatores subjetivos, que não aparecem na mídia ou se apresentam com pouca visibilidade. Dentre eles, destacamos o medo, a humilhação, a falta de segurança dentro e fora dos locais de trabalho, a violência psicológica e simbólica a que eles são submetidos, mecanismos de um micro poder que não ganham destaque nas narrativas midiáticas ou por serem intangíveis e dificilmente relatados pelas vítimas e por agentes do movimento social, com receio de ameaças e retaliações, ou porque fazem parte do processo de dominação em que a mídia está inserida e, portanto, não se prestaria a denunciar a si própria<sup>170</sup>.

Neste sentido, podemos afirmar que os trabalhadores se apropriam das representações apresentadas pela mídia e, a partir delas, constroem suas próprias. Interessante percebermos que, embora a mídia participe da constituição das representações do trabalho escravo, isso nem sempre estava claro para eles. Ao fazerem o exercício proposto durante o trabalho de campo, muitos deles tomaram conhecimento de quanto de suas representações sobre a escravidão perpassam a mídia. Notamos esse fato em relatos conclusivos em que eles comentavam: “é assim mesmo que acontece” ou “é assim que eu entendo”.

Para Thompson (2013), ao responder às ações e expressões dos produtores, os receptores geralmente o fazem como uma contribuição às outras formas de interação das quais eles participam. Segundo o autor, é pela linguagem que essa interação se dá. No caso do presente estudo, tivemos acesso a essas formas de interação a partir do contato direto com trabalhadores que foram submetidos a condições de trabalho escravo, confrontando-os com os materiais midiáticos escolhidos.

Dessa forma, acreditamos que os processos de identificação e apropriação que suscitamos junto ao grupo de trabalhadores ao conversar sobre a temática e depois ao exibir representações midiáticas sobre ela contribuiu, em última instância, para eles repensarem suas posições e até mesmo suas identidades. As reflexões sobre autoidentificação como escravos e sobre as múltiplas representações que permeiam o trabalho escravo contemporâneo (seja midiática, seja do discurso jurídico, seja do

---

<sup>170</sup> Aqui mais propriamente nos referimos aos oligopólios, em que se estruturam relações políticas partidárias com políticas editoriais praticadas entre os meios de comunicação, ligados a políticos locais, comumente praticadas no Maranhão.

discurso dos movimentos sociais) contribuíram para entendermos melhor como se constituem essas representações para os trabalhadores.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de responder, ou ao menos problematizar, nossa principal pergunta de pesquisa: em que medidas um grupo de trabalhadores rurais maranhenses se apropria da mídia para constituir suas representações sobre o trabalho escravo contemporâneo, encontramos caminhos interessantes para analisar os olhares desses sujeitos.

Como pontuamos na Introdução deste trabalho, antes mesmo do processo de doutoramento, já havíamos iniciado um percurso de pesquisa neste campo empírico e, principalmente, junto aos sujeitos investigados. Este fato facilitou o trabalho de campo e inspirou nossas estratégias metodológicas utilizadas no decorrer do desenvolvimento do estudo. Em 2014, ano em que realizamos o trabalho de campo para esta tese, completávamos 10 anos de presença no campo empírico, isto é, acompanhando trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo e também o trabalho dos agentes do movimento social, desenvolvido, principalmente no Centro de Defesa de Açailândia.

O esforço deste estudo nos deu acesso a diversos olhares dos trabalhadores sobre o trabalho escravo a partir da mídia. A investigação de trajetórias de vida e de trabalho dos sujeitos entrevistados foi fundante para compreendermos as formas de participação de materiais midiáticos na constituição de suas representações sobre a temática.

O grupo de trabalhadores entrevistados tem uma origem comum, que é rural. Em geral, são filhos ou netos de pequenos produtores rurais que sofreram processos históricos de expulsão dos seus locais de origem por conta de projetos de desenvolvimento (principalmente a partir dos anos 60), o que acarretou uma consequência comum: migração do campo para a cidade com precarização da mão de obra, uma vez que não há formação profissional para o trabalho urbano. Em geral, os trabalhadores são rurais, com baixa escolaridade e residem nas periferias da cidade, tendo de se submeter aos chamados “bicos”, ou subempregos, sempre intercalados com o “serviço na roça”, seja o de subsistência da família, seja em demais atividades rurais em grandes propriedades, como é o caso de fazendas de gado e carvoarias, principais atividades econômicas onde é caracterizado o trabalho escravo contemporâneo.

A origem rural dos trabalhadores foi levada em consideração durante o desenvolvimento do estudo, uma vez que a relação entre este grupo social e a mídia (e

aqui mais propriamente a televisão), apresenta-se com algumas especificidades. Neste sentido, levamos em consideração que não há uma periodicidade definida de assistência de televisão pelo grupo de trabalhadores devido à sazonalidade de suas atividades laborais. Quando estão em período intenso de trabalho na zona rural, por exemplo, é possível que esses sujeitos recebam as informações da mídia de forma indireta, ou seja, relatada para eles por intermédio de outros membros da família (em geral, esposas ou filhos) ou ainda de amigos ou vizinhos.

Concordamos com Orozco (1991)<sup>171</sup>, quando trata da importância de se reconhecer que a “recepção televisiva é um ‘processo mediado’ que antecede e prossegue ao mero momento de estar frente à televisão (...) Um processo que se mescla com a vida cotidiana e no qual intervêm distintos agentes e instituições sociais”.

O fato é que quando o assunto trabalho escravo aparece na televisão, tendo ou não assistência direta, os trabalhadores em geral acabam tendo acesso às informações que foram veiculadas a partir de comentários do próprio grupo social. E aí, compreendemos que já estão em jogo a pluralidade de interpretações e as produções de sentido acerca das representações sobre o tema.

Entendemos que esses sujeitos que vivem nesta transitoriedade entre o mundo rural (de origem e do qual eles buscam a sobrevivência) e o mundo urbano (onde residem e, de alguma forma, apresentam uma sociabilidade) têm apropriações distintas em relação à temporalidade e à cotidianidade, o que vai refletir diretamente em suas relações de consumo do fluxo midiático, deste *continuum* de imagens e de narrativas, característico da televisão. Desta forma, as trajetórias de vida de cada sujeito demarcam lugares distintos de fala, no que diz respeito as suas relações com a televisão.

Uma vez que compreendemos a televisão como parte de um processo histórico, social, econômico e tecnológico próprio da cidade (mundo urbano), encontramos algumas especificidades na relação entre esses sujeitos (que são oriundos da zona rural e trazem marcas significativas deste universo, mas residem e transitam na zona urbana) com a mídia, que opera prioritariamente pelas lógicas da cidade e, sobretudo, fala com os sujeitos da cidade, nesta temporalidade e neste fluxo, próprios da televisão.

---

<sup>171</sup> A ideia do autor supracitado está na obra *Recepcion Televisiva, tres aproximaciones y una razón para su estudio* (1991).

Para Martín-Barbero & Rey (2001), o fluxo televisivo constitui a metáfora mais “real” do fim dos grandes relatos pela equivalência de todos os discursos, como informação, drama, publicidade, entre outros.

(...) a mediação estratégica introduzida pelo fluxo televisivo remete, acima da experiência estética, aos novos “modos de estar juntos” na cidade; às sociabilidades cotidianas que o caos urbano suscita, uma vez que, ao mesmo tempo em que desagrega a experiência coletiva, impossibilitando o encontro e dissolvendo o indivíduo no mais opaco dos anonimatos, introduz uma nova continuidade (...) dos circuitos. (MARTÍN-BARBERO & REY, 2001, p. 36).

Embora não haja consenso entre os sujeitos entrevistados sobre as escolhas de viver a vida rural ou a vida urbana<sup>172</sup> (e isso se revela no trabalho na roça passado de pais para filhos, por um lado; paralelamente ao consumo de elementos que constituem as lógicas da cidade, como por exemplo, aparelhos de som e de televisão, motocicletas, roupas e sapatos de marcas, celulares e demais produtos da chamada indústria cultural), partimos do pressuposto de que a televisão ocupa um lugar na vida desses sujeitos e, neste sentido, participa de suas representações. E durante o contato com eles, durante o trabalho de campo, e posteriormente, na análise do material empírico, tivemos a confirmação desta hipótese.

A origem rural dos entrevistados demarca uma noção sobre trabalho arraigada à lavoura. Segundo eles, a primeira noção de trabalho é a do “trabalho de roça”, em plantações de subsistência. Neste sentido, eles qualificam como “trabalho bom” aquele em que são donos do seu próprio negócio e, por isso, não precisam se submeter a mandos de patrões. Em contrapartida, o “trabalho ruim” é aquele em que são empregados em situações precárias e, portanto, estão vulneráveis ao desrespeito e à humilhação.

Neste contexto é que a noção de trabalho escravo se apresenta para o grupo entrevistado; no qual os indivíduos são subjugados e submetidos à violência (física e psicológica) e à desonra. Quando se posicionaram sobre o que significa o trabalho

---

<sup>172</sup> Esta afirmativa diz respeito às aspirações do grupo. Eles, e principalmente os mais jovens, divergem entre querer continuar o trabalho dos avós e dos pais, na roça, isto é, viverem do trabalho rural, e o de assumir o trabalho na cidade, bem como os modos de vida urbano, traduzidos principalmente pelo consumo das “coisas” da cidade.

escravo para eles, em geral, apareceu a violação da dignidade humana como um fator preponderante.

Quando introduzimos os materiais midiáticos, a fim de compreendermos a sua participação nas representações sobre o trabalho escravo junto a esses sujeitos, apareceram fatores interessantes de serem observados e analisados. Primeiramente, a identificação junto às reportagens se dá sempre de forma relacional. Ao mesmo tempo em que algumas características do texto jornalístico televisivo chamam a atenção dos sujeitos e demonstram a “realidade” da “vida vivida”; eles apontam ausências e excessos desta representação midiática acerca da temática. E, neste sentido, encontramos pontos relevantes de nossa análise, que nos ajudam a compor esses olhares aos quais nos propomos problematizar e entender neste estudo.

Em geral, há identificação dos sujeitos investigados referente a aspectos de infraestrutura precária como, por exemplo, a falta de dormitório adequado nos locais de trabalho como questões de higiene e alimentação, levantadas em algumas reportagens. Quando os entrevistados se posicionaram sobre este aspecto, concordaram com as precariedades apontadas e, em alguns casos, acrescentaram outros fatores que não haviam sido levantados, como foi o caso de um comentário de um entrevistado que contou que só comeu carne em uma fazenda quando o gado morreu no pasto, doente. Questões relacionadas à ausência de sanitários e de água potável também foram recorrentes nas falas.

Mas para além da precariedade na infraestrutura dos locais de trabalho, os trabalhadores entrevistados levantaram outras questões, das quais eles sentiram falta ao assistirem às reportagens e que, para eles, determinam as condições de trabalho escravo na atualidade. E estes aspectos fazem parte de nossas descobertas de pesquisa. São eles: (1) a questão da violência (física e psicológica) dentro e fora dos locais de trabalho; (2) o medo e a humilhação e (3) as causas e consequências do trabalho escravo.

Identificamos essas questões como norteadoras das representações dos sujeitos sobre o trabalho escravo, uma vez que extrapola o âmbito midiático; isto é, vai além da mídia, embora tenham sido discursos que partiram da assistência das reportagens escolhidas. Sabemos que essas questões se relacionam e têm como base a violação da dignidade humana. Dessa forma, mais do que falta de infraestrutura, precárias condições de higiene e alimentação ou jornadas exaustivas de trabalho sem o pagamento devido, o

trabalho escravo para esses sujeitos está relacionado à violação de sua dignidade humana, antes de qualquer outra situação.

Recuperando Hall (2013), o processo de identificação se dá em aspectos que ficam de fora; na diferença, no estranhamento do outro. A partir das reportagens exibidas, os entrevistados apontaram aspectos intangíveis que compõem as suas próprias representações sobre o trabalho escravo e que eles não encontram nas representações midiáticas, como as questões de honra e dignidade. Entendemos que esta ausência, ou esse apagamento desses fatores apontados pelos sujeitos na mídia, suscitou uma produção de sentidos para os entrevistados durante nossa interlocução com eles que nos ajudou a compreender melhor o processo de constituição de suas representações sobre o trabalho escravo. Um exemplo desta compreensão pode ser percebido no caso da violência, que eles apontaram como um dos fatores pouco explorados nas reportagens.

A violência aparece em uma das reportagens exibidas<sup>173</sup>, mas relacionada a conflitos agrários e à violência no campo; situações em que o trabalho escravo acaba sendo mais uma variável. Não era disso que os trabalhadores estavam falando. Eles tocaram em pontos relacionados à insegurança que sentem dentro e fora dos locais de trabalho, sendo vigiados e coagidos ou por capangas armados ou por pessoas de confiança dos empregadores e/ou aliciadores (intermediários, gatos), que não praticam violência física, mas psicológica, fazendo ameaças de várias naturezas e até mesmo de não conseguirem mais trabalho na região, isto é, de ficarem “marcados”. Também falaram do medo recorrente dessa insegurança e de experiências de humilhação que ultrapassam as relações patrão-empregado, como o caso de um comentário durante conversas com os trabalhadores sobre a tentativa de se fazer um boletim de ocorrência para denunciar ameaças de morte e a negativa do escrivão, alegando que a pessoa denunciada teria “muitas influências” no município, ferindo um direito básico do cidadão.

Também casos de humilhação dentro dos locais de trabalho, como o narrado por outro trabalhador, que relatou ter sido “tocado como gado no pasto”, compõem este

---

<sup>173</sup> A reportagem completa está transcrita em APÊNDICE H – Reportagem 5: Sudoeste do Maranhão convive com a violência no campo.

cenário de representações, construído pelos sujeitos investigados a partir da assistência das reportagens televisivas.

Outro fator apontado por eles que dificilmente é tratado nas reportagens diz respeito às suas trajetórias de vida e de trabalho que, em geral, só aparecem “em partes” nas narrativas midiáticas, quando são resgatados do trabalho escravo. A vida antes e depois de terem sido submetidos a essas condições, segundo eles, não aparece na tela. A falta de políticas públicas básicas como o acúmulo das terras em latifúndios não são explicações recorrentes nas reportagens, segundo eles, para justificar as causas do trabalho escravo. Eles também apontaram a ausência de abordagens sobre suas vidas, após terem sido submetidos a essas condições, isto é, o que acontece com os trabalhadores após receberem as verbas rescisórias e o seguro-desemprego?

Ao apontarem essas ausências no tratamento das reportagens sobre suas trajetórias de vida, antes e depois do trabalho escravo, reforçamos mais uma vez nosso entendimento, já exposto desde o início deste estudo, de que a identidade que os une não está ligada à escravidão, mas sim ao trabalho rural. Portanto, eles sentem falta de serem tratados dessa maneira e reafirmam em vários momentos das falas que a vida antes e depois do resgate das condições de trabalho escravo também apresenta outros níveis de dificuldades que, segundo eles, são pouco abordadas pela mídia.

Ao tratarmos dos tópicos de apropriação (THOMPSON, 2013), apresentamos algumas impressões dos trabalhadores sobre os materiais midiáticos exibidos durante trabalho de campo. Até mesmo questões técnicas de edição jornalística foram levantadas numa tentativa de explicar a hierarquização das falas nas reportagens.

Também o exercício que fizemos de mudar o lugar de fala desses sujeitos e colocá-los numa posição de produtores das notícias (quando perguntamos se fossem construir as reportagens, como fariam?) trouxe aspectos interessantes para nossa análise. Um dos levantados, neste caso, foi o de encadeamento das vozes que compõem o discurso jornalístico sobre o trabalho escravo. Quem fala? Ou quem mais fala? De onde falam? Com quais objetivos? E como constituem essas representações? Esses e outros questionamentos foram sendo apontados por eles durante grupo de discussão.

Todavia, um dos aspectos que mais nos chamou a atenção, tanto nas falas quanto no contato que tivemos com esses sujeitos, foi com relação às sequelas físicas e

psicológicas decorrentes do trabalho escravo, que são muito pouco tratadas ou até mesmo invisibilizadas pelo corpo de reportagens trabalhadas neste estudo. Pelo menos, três dos cinco trabalhadores que participaram do grupo de discussão apresentavam essas sequelas. E dos três entrevistados individualmente, pelo menos dois apresentavam consequências psicológicas decorrentes da pressão que sofreram nos locais de trabalho.

Um dos trabalhadores que mais nos chamou a atenção participou do grupo de discussão. Ele apresentava uma desconfiança com relação ao que iríamos fazer com as informações que estávamos recolhendo nas entrevistas. Foi insistente neste assunto. Passada a ocasião do grupo de discussão, fizemos uma visita à casa daquele trabalhador, no dia seguinte, quando pudemos entender o ocorrido. Sua esposa nos narrou o drama que passa com o marido desde que fugiu da fazenda onde estava sendo escravizado, em Açailândia, e denunciou o caso ao Centro de Defesa. Atualmente, o trabalhador tem acompanhamento psiquiátrico e toma remédio controlado. Segundo a esposa, ele tem mania de perseguição e foi diagnosticado com síndrome do pânico há quase três anos, mesmo período em que ocorreu sua fuga.

Outro trabalhador, o mais velho entrevistado individualmente (84 anos), demonstrou-se muito emocionado ao narrar sua fuga de uma fazenda há 18 anos. Percebemos, em sua fala, o quanto este assunto ainda o mobiliza emocionalmente, mesmo passado tanto tempo. Interessante perceber a questão da memória e da imaginação entremeadas na narrativa quase épica do seu relato<sup>174</sup>. Em conversas informais com a neta, em sua residência, ela nos contou sobre o quadro de depressão que o avô passa desde o ocorrido e, segundo ela, apresentando desequilíbrios emocionais constantes.

Dos cinco trabalhadores entrevistados no grupo de discussão, pelo menos dois deles apresentaram-se com sequelas físicas: um com deficiência em uma das pernas, decorrente de um acidente de trabalho numa carvoaria; e outro que perdeu o braço direito após trabalhar numa empreitada de desmatamento de eucalipto utilizado como matéria-prima para uma indústria de papel e celulose instalada na região.

Essas consequências tanto físicas quanto psicológicas do trabalho escravo não estão presentes nas narrativas midiáticas escolhidas para a realização deste estudo. Não podemos, apenas com esta amostra, generalizar e afirmar que a mídia, e mais

---

<sup>174</sup> A transcrição completa das entrevistas feitas para este estudo pode ser encontrada no Apêndice K.

propriamente o telejornalismo, não trata ou nunca tratou deste assunto, embora os relatos dos entrevistados nesta pesquisa também nos indiquem essa ausência.

No entanto, podemos afirmar que a mídia participa da constituição das representações dos trabalhadores rurais maranhenses entrevistados neste estudo sobre o trabalho escravo. E esta participação produz sentidos para esses sujeitos, que buscam confirmar e/ou legitimar ou confrontar suas próprias representações. O “não dito” na mídia provoca uma produção de sentidos para esses sujeitos, que foi explicitada pelos processos de identificação e apropriação do discurso midiático, descritos no Capítulo 5. Percebemos que não há identificação, em geral, com o termo “trabalho escravo”, uma vez que os trabalhadores não se autoidentificam como “escravos”. Mas, ao expor o conjunto de situações que o caracteriza, a mídia participa da constituição das representações sobre o trabalho escravo junto aos sujeitos.

Entendemos que os olhares possíveis que conseguimos apreender dos sujeitos investigados sobre as representações do trabalho escravo a partir da mídia estão intimamente relacionados às formas pelas quais possibilitamos nosso encontro com eles. Na verdade, foi o encontro possível. Acreditamos, neste sentido, que também temos participação na constituição das representações dos trabalhadores entrevistados sobre o trabalho escravo a partir do momento em que pautamos nossas conversas, nos posicionamos no campo, construímos critérios de escolhas do *corpus* documental e decidimos pela exibição do mesmo ao grupo. Dessa forma, construímos, junto com eles, um caminho de reflexão sobre suas trajetórias de vida e de trabalho.

Além desta alteridade construída, entre nós e eles (trabalhadores), também entendemos que outros atores envolvidos ajudaram a constituir e ressignificar esses olhares sobre as representações do trabalho escravo: agentes do movimento social, e aqui mais propriamente do Centro de Defesa de Açailândia, que acompanhamos há mais de 10 anos e que estiveram presentes durante o trabalho de campo para este estudo, além de serem nossos principais interlocutores acerca da temática do trabalho escravo.

Durante a realização do grupo de discussão, percebemos em algumas falas dos trabalhadores o reconhecimento do trabalho do Centro de Defesa, bem como a cumplicidade construída entre eles e os agentes, além da esperança de que seus relatos possam contribuir para a divulgação do problema e, conseqüentemente, o combate ao mesmo. Temos consciência, portanto, de que a presença desses agentes no campo

empírico também contribuiu para o resultado final deste trabalho. Como também temos consciência do ato político de construção deste estudo, que se propõe a adentrar no universo desses sujeitos que nem sempre está visibilizado no contexto midiático e, conseqüentemente, no contexto social.

Com este entendimento, fechamos aqui um ciclo de investigação, apontando caminhos possíveis de continuidade dos estudos com foco na participação desses agentes sociais, representantes do movimento social que compõem a rede de combate ao trabalho escravo no Brasil, formado por entidades como o Centro de Defesa de Açailândia, a CPT, a ONG Repórter Brasil, na constituição das representações do trabalho escravo, a partir da mídia. Também os agentes governamentais, como os auditores fiscais do trabalho, e demais representantes da rede governamental de repressão ao trabalho escravo, contribuem para a constituição dessas representações, principalmente, a partir do contato com os sujeitos investigados, no ato da fiscalização ou mesmo no acompanhamento dos casos após os resgates.

Durante a realização deste estudo, nos perguntamos algumas vezes como esses agentes percebiam as representações midiáticas sobre o trabalho escravo e, assim, repassavam aos trabalhadores, durante contatos diretos tanto nos atos de denúncia quanto em acompanhamentos de questões trabalhistas e jurídicas.

Em conversas informais com agentes do Centro de Defesa, em geral, eles afirmaram que as reportagens dão visibilidade ao problema e, de alguma forma, legitimam o trabalho de denúncia realizado pelo movimento social. Na ocasião, eles relataram o caso de um trabalhador que, após ter assistido a uma reportagem na televisão sobre trabalho escravo, tomou coragem e denunciou as condições similares em que viveu em fazenda de gado em Açailândia.

A principal crítica dos representantes do movimento social feita em relação às representações midiáticas sobre o trabalho escravo está na superficialidade com que são tratados os casos, em geral, de forma pontual, nos momentos de fiscalização. Segundo eles, não há discussão de questões estruturais, como as fundiárias e judiciais, isto é, as causas e as conseqüências do problema, que para eles centram-se na ausência de políticas públicas básicas para os trabalhadores e na impunidade dos que cometem o crime de trabalho escravo, no caso do Maranhão, principalmente, os latifundiários. Como já apontado anteriormente, identificamos esse discurso nas falas dos

trabalhadores, quando afirmaram que sentiram falta do tratamento pela mídia sobre suas trajetórias de vida antes e depois do trabalho escravo. Eles se referiam a essa estrutura econômica de concentração de terras, que não dá condições de trabalho digno e nem sequer oportunidade de subsistência aos pequenos produtores.

Como os trabalhadores entrevistados para este estudo, os agentes do movimento social também apontaram recortes feitos na edição das reportagens. Neste sentido, segundo eles, as informações tendem a ser “genéricas”. Como eles já foram muito entrevistados, afirmaram que sempre ficam com a sensação de que a “imprensa não aborda os fatos como eles são”; principalmente porque “recolhem um grande número de informações que depois não são aproveitadas”. Um exemplo recorrente é com relação à vida dos trabalhadores após o resgate, bem como seus anseios e sonhos em dar continuidade a uma trajetória de trabalho de forma digna, enfrentando problemas de (re)inserção no mercado de trabalho devido tanto a questões estruturais como a falta de políticas públicas; como pessoais, como é o caso dos sujeitos que sofrem sequelas físicas e psicológicas decorrentes do trabalho escravo e que, muitas vezes, não são indenizados por isso.

De todo o modo, entendemos que o lugar de fala desses agentes é outro e, por isso, não aprofundamos essa discussão neste trabalho, que objetivou ouvir e compreender as representações dos trabalhadores sobre o trabalho escravo a partir da mídia. Mas apontamos aqui possibilidades de continuidade desta investigação, agora pelo viés desses agentes, tanto do movimento social quanto dos órgãos governamentais, que compõem a rede de prevenção e combate ao trabalho escravo no Brasil que, além de terem um relacionamento com os trabalhadores denunciadores, também fazem muitas vezes a mediação entre estes e a mídia e, portanto, também participam da constituição de suas representações.

## 7 REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BASTOS, Marcos Toledo de Assis. **Do sentido da mediação: às margens do pensamento de Jesús Martín-Barbero**. In Revista FAMECOS, nº 35, Porto Alegre, abril de 2008.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 11ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código penal. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la Modernidade**. México: Grijalbo, 1990.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia: políticas públicas e poder local na Amazônia**. In: CASTRO, Edna; MAIA, Maria Lúcia S.; MOURA, Edila A. F. (Org). Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço. Editora Universitária UFPA, 187-219, 1995.

\_\_\_\_\_. **Do Latifúndio Agropecuário à Empresa Latifundiária Carvoeira: A EFCarajás e a Propriedade da Terra no Oeste Maranhense**. In: COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia (Org). Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém, UFPA/NAEA, 223-250, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 18. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **Dramaturgia do Telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de Televisão de Juiz de Fora (MG). Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.

DORNELES, Luciana Bochi. **Revisitando o modelo das múltiplas mediações**. Trabalho apresentado no Núcleo de Teorias da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Editora Forense, São Paulo, 1970.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Notas para um estado da arte sobre os estudos brasileiros de recepção nos anos 90**. In MACHADO, J; LEMOS, A; SÁ, S (orgs) *Mídia.BR*, Porto Alegre: Sulinas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estudos culturais: uma introdução**. In SILVA, T.T. O que é afinal estudos culturais? Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cartografia dos Estudos Culturais**. Uma versão latino-americana. [ed. on-line]. Belo Horizonte: Autêntica, 2010a. FRANÇA, V. V. **O acontecimento e a mídia**. Revista Galáxia. São Paulo: n. 24, dez. 2012, p. 10-21.

\_\_\_\_\_. **Representações, mediações e práticas comunicativas** In PEREIRA, GOMES, FIGUEIREDO, Comunicação, representação e práticas sociais. RJ, PUC-Rio, Aparecida, Ideias e Letras, 2004, p 13-26.

\_\_\_\_\_. **Melodrama e heroização: a mídia no relato biográfico**. Revista Matrizes. São Paulo: Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013, p. 143-159.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1920- 1922.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2004.

FISKE, John. *Television Culture*. London: Routledge, 1991.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e Recepção: A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media.** Rio de Janeiro, E-papers Serviços Editoriais. 2004.

\_\_\_\_\_. **Gênero televisivo como categoria cultural: um lugar no centro do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero.** In Revista FAMECOS, v. 18, nº 1, Porto Alegre, jan/abril 2011, p. 111-130.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **El trabajo de la representación.** In Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Perú/Colômbia/Ecuador, 2010.

\_\_\_\_\_. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura.** Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

JACKS, Nilda. (org) **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil.** Porto Alegre: Sulinas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Tendências latino-americanas nos estudos da recepção.** In Revista FAMECOS, nº 5, Porto Alegre, 1996.

JOHNSON, Richard. **O que é afinal, estudos culturais?** In SILVA, Tomaz Tadeu da. (org e trad) O que é afinal, estudos culturais? Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha (org). **Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade.** São Paulo: Summus, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para uma revisão das identidades coletivas em tempo de globalização.** In: (Org.). Telenovela. Internacionalização e Interculturalidade. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em Comunicação.** 9ª edição. São Paulo: Loyola, 2005.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério.** São Paulo, Editora SENAC, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

\_\_\_\_\_. **América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social.** In SOUSA, M. W. (org) *Sujeito, o lado oculto do receptor.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século.** In: MORAES, Dênis (org.). *Sociedade midiaticizada.* Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pistas para entre-ver meios e mediações. Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia.** Prefácio à 5ª edição castelhana incluída na reimpressão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.** In *Tempo Social, Revista de Sociologia.* São Paulo: USP. Vol6, nº 1-2, 1994.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia.** São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** In GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org). *Textos em representações sociais.* Petrópolis, Vozes, 2013.

MORLEY, David. **Televisión, Audiencias y estudios culturales.** Buenos Aires, Amorrortu editores, 1996.

MORIN, Edgard. **O método 3: a consciência da consciência.** 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA), São Luís: EDUFMA, 2009.

\_\_\_\_\_. OIT, **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília, 2011.

OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **O telespectador frente à televisão: uma exploração do processo de recepção televisiva**. In *Communicare*. Comunicação: teorias e metodologias. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mídia, recepção e educação**. In Entrevista para Revista FAMECOS, nº 26, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. *Recepcion Televisiva, tres aproximaciones y una razón para su estudio*. Cuadernos de Comunicación y practicas sociales nº2. México: Universidad Iberoamericana, 1991.

ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia - Bourdieu**. Editora Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marcos (org.). **História da televisão no Brasil**. Do início aos dias de hoje. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

RONSINI, Veneza V. Mayora. **A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção)**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Recepção, Usos e Consumo Midiáticos”, do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2010.

SAKAMOTO, Leonardo. **Repórter Brasil: 10 anos do lado dos que ficaram de fora**. Repórter Brasil, São Paulo, 9 out. 2011. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2011/10/reporter-brasil-10-anos-ao-lado-dos-que-ficaram-de-fora/>>. Acesso em: 05/02/ 2014.

\_\_\_\_\_. **PEC do trabalho escravo é aprovada no Congresso**. Repórter Brasil. São Paulo, 28/05/2014.

SIFUENTES, Lírian. **“Todo mundo fala mal, mas todo mundo vê”**: estudo comparativo do consumo de telenovela por mulheres de diferentes classes. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação da FAMECOS, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal da Globo entre trabalhadores.** São Paulo: Summus, 1985.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOARES, Murilo César. **Representações e comunicação: uma relação em crise.** *Líbero*, Ano X, nº 20, Dezembro 2007.

SOARES Gislene; SILVA, Rosa de Lima. **O método *Análise de Cobertura Jornalística* e o acontecimento noticioso da doença do presidente Lula.** *Revista Rumores*, Nº 14, V7, São Paulo, julho-dezembro 2013.

SOUSA, Mauro Wilton de. **Recepção e comunicação: a busca do sujeito.** In SOUSA, M. W. (org) *Sujeito, o lado oculto do receptor.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, 14ª ed., RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

#### **Sites consultados:**

[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)

[www.combonianos.org.br](http://www.combonianos.org.br)

[www.donosdamidia.com.br](http://www.donosdamidia.com.br)

[www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br).

[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de Pós-graduação na Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Juliana Tonin, cujo objetivo é analisar a constituição das representações do trabalho escravo contemporâneo junto a um grupo de trabalhadores rurais maranhenses a partir da mídia (mais propriamente reportagens jornalísticas televisivas).

Sua participação envolve entrevista que será gravada, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 1 hora. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) pelo telefone (98) 3227-5401, em São Luís (MA), ou pela entidade responsável, Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone (51) 3320 3345.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) estudante

Matrícula:

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)

Matrícula:

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

Nome e assinatura do participante

---

Local e data

---

Testemunha alfabetizada (nome e assinatura)

## **APÊNDICE B – Roteiro para entrevista coletiva (grupo de discussão) – trabalho de campo piloto agosto 2013**

Apresentação dos pesquisadores

Apresentação dos objetivos da pesquisa

Explicação do funcionamento do grupo de discussão (preservação da identidade dos entrevistados, fala franqueada, intervalo, exibição etc)

Agradecimentos

### **Primeira etapa**

Apresentação dos trabalhadores falando um pouco da trajetória da sua vida até aquele momento da entrevista. (quem são eles:)

Quando e como o trabalho passou a fazer parte da sua vida? (idade, tipo e local de trabalho, a condição do trabalho, etc)

O que é trabalho escravo?

Vocês se consideram escravos? Por quê?

O que é ser escravo?

Vocês já tiveram oportunidade de assistir a alguma reportagem televisiva sobre o trabalho escravo, sobre trabalhadores resgatados ou algo do tipo? Descreva este momento. (qual canal, que horas, aonde, com quem, em que contexto, etc)

Intervalo

Exibição das reportagens

### **Segunda etapa**

#### **Após exibição das reportagens**

As reportagens assistidas descrevem bem a realidade que já viveram ou vivem?

Vocês se identificaram em algum momento com o que foi dito ou visto nas reportagens assistidas? (em quê, como, por quê)

Aconteceu alguma coisa com vocês, nos seus respectivos locais de trabalho, que não foi transmitido na reportagem? (em caso positivo) O quê? Por que você acha que isso não é tratado nas reportagens?

As reportagens assistidas representam vocês? Por quê? De que formas?

### **Roteiro para entrevistas individuais**

#### ***1) Identificação e representação***

Trajetória de vida e de trabalho: Quando e como o trabalho passou fazer parte da sua vida? (idade, tipo e local de trabalho, condição do trabalho, etc)

O que é trabalho escravo pra você?

Você se considera que é ou já foi escravo? Por quê?

## **2) *Mídia e trabalho escravo***

(Para trabalhadores entrevistados pela primeira vez) Você já teve oportunidade de assistir a alguma reportagem televisiva sobre o trabalho escravo, sobre trabalhadores resgatados ou algo do tipo? Descreva este momento. (qual canal, que horas, aonde, com quem, em que contexto, etc)

(trabalhadores já entrevistados) Comente sobre as reportagens que já assistiu na TV que tratam do trabalho escravo. (qual canal, que horas, aonde, com quem, em que contexto, etc)

(em caso de resposta afirmativa) Diante da sua experiência vivida no seu local de trabalho e a experiência dos trabalhadores tratados nas reportagens, é possível dizer que há semelhança entre o tipo (forma) de trabalho praticado por vocês?

Como você se define diante das reportagens? Você concorda sobre a forma em que os trabalhadores são expostos? Por quê?

As reportagens assistidas por você descrevem a realidade? Por quê?

O que já aconteceu com você no local de trabalho que não foi transmitido na reportagem?

(em caso de resposta afirmativa) Por que você acha que isso não foi tratado nas reportagens?

Você se identifica com as reportagens que denunciam trabalhadores em condição de escravidão? Por quê?

As reportagens te representam? Por quê? De que formas?

O que você percebe que não é tratado nas reportagens e que acontece na realidade?

Mais alguma coisa que você acha interessante acrescentar que eu não perguntei?

## **APÊNDICE C – Roteiro para entrevistas (individuais e grupo de discussão) – trabalho de campo dezembro 2014**

Breve apresentação da pesquisadora

(No caso do grupo de discussão): explicação do funcionamento (preservação da identidade dos entrevistados, fala franqueada, intervalo, exibição etc)

### **Primeira etapa**

Apresentação falando um pouco da trajetória da sua vida até aquele momento da entrevista. (quem são eles)

Quando e como o trabalho passou fazer parte da sua vida? (idade, tipo e local de trabalho, a condição do trabalho, etc)

O que é trabalho? Existem diferentes tipos de trabalho? Quais?

O que é trabalho rural?

Tem alguma preferência por algum tipo de trabalho?

Tem algum tipo que não gostaria(m) de fazer?

### ***Intervalo***

### ***Exibição das reportagens***

### **Segunda etapa**

O que podemos perceber nessas reportagens?

Que tipo de trabalho está sendo representado?

Essas reportagens podem ser uma forma de representação?

Por quê?

É possível se identificar com o que está sendo representado?

De que formas?

É possível dizer que essas reportagens não estejam transmitindo alguma coisa?

(em caso positivo) O quê?

Por que acha que isso não é tratado nas reportagens?

Se você pudesse escolher uma reportagem que melhor representasse o assunto ou a sua história, qual escolheria? Por quê?

Se você pudesse produzir uma reportagem que melhor representasse o assunto ou a sua história, como ela seria? Por quê?

### ***Apresentação da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa***

### ***Agradecimentos***

**APÊNDICE D – Reportagem 1: Trabalho escravo no Maranhão -Açailândia  
(denúncia contra juiz do trabalho)**

<b>CABEÇA/CHAMADA DE ESTÚDIO</b>	
Você imagina que em pleno 2009 ainda temos em nosso país trabalhando como escravos? Por incrível que pareça, sim. Pessoas que trabalham de sol a sol, praticamente sem banheiro e a água que bebem é a mesma que lavam o corpo.	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Nas imagens, um cenário de extrema precariedade.	Alojamentos, dormitórios, cozinha,
<b>ENTREVISTA 2 – trabalhador não identificado</b>	
<b>Repórter:</b> Tem banheiro aqui? <b>Entrevistado:</b> O banheiro é aquele que vocês podem filmar.	banheiro improvisado...
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Os alojamentos são de duas fazendas do interior do Maranhão.	
	<b>ENTREVISTA 3 – trabalhador não identificado</b>
	A gente comia um feijãozinho meio-dia. À tarde, arroz branco e aí misturava com molho de pimenta...
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
De acordo com a fiscalização coordenada pelo Ministério do Trabalho, durante 3 meses, em 2007, 25 pessoas trabalharam na Fazenda Por do Sol, na cidade de Bom Jardim, sem as mínimas condições de segurança e de higiene.	Fotos cedidas pelo MTE, de fiscalização
	<b>ENTREVISTA 4 – trabalhador não identificado</b>
	<b>Repórter:</b> E a água que vocês bebiam, era limpa? <b>Entrevistado:</b> Era suja.
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Policiais, promotores e fiscais classificaram o que viram como trabalho escravo. Isso apesar de o dono da fazenda Por do Sol ser um conhecedor das leis. Nascido no interior de São Paulo, Marcelo Baldoc passou no concurso em 2003 e tomou posse como juiz do trabalho no Maranhão em 2006.	Marcelo Baldoc
	<b>ENTREVISTA 5 – trabalhador não identificado</b>

	<p><b>Repórter:</b> O juiz aparecia sempre lá na fazenda?</p> <p><b>Entrevistado:</b> De quinze em quinze dias ele tava lá.</p>
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>O juiz Baldoc foi incluído na mais recente lista nacional de fazendeiros acusados de usar trabalho escravo.</p> <p>Divulgada pelo Ministério do Trabalho, em dezembro passado, a relação traz os nomes de 203 pessoas e empresas.</p>	<p>Cont. imagens de alojamentos nas fazendas e da lista suja</p> <p>Foto do Juiz, mapas...</p>
<b>ENTREVISTA 6 – Ministro do Trabalho – Carlos Luppi</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>É dado todo o processo de direito de defesa e quando ela (empresa) vai pra essa lista, chamada lista suja, ela não consegue mais nenhum tipo de recurso de financiamento público.</p>	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>A lista do Ministério do Trabalho é atualizada de 6 em 6 meses. Nesta apresentada agora, a maioria dos fazendeiros é dos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás.</p>	<p>Mapa com os estados</p>
<b>Cont ENTREVISTA 6 – Ministro do Trabalho – Carlos Luppi</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>É muito grave você estar em pleno século 21 e ver os alojamentos que nem porco fica.</p>	
<b>ENTREVISTA 7 – trabalhador não identificado</b>	<b>IMAGENS</b>
<p><b>Repórter:</b> Isso é esterco?</p> <p><b>Entrevistado:</b> É.</p>	<p>Imagem de chiqueiro de porcos.</p>
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>Para registrar de perto essa realidade, fizemos uma longa viagem pelo interior do Maranhão. Mais de 2 mil quilômetros em 10 dias.</p> <p>Em Açailândia, esta organização não-governamental encaminha as denúncias de trabalho escravo da região centro-oeste do Estado.</p>	<p>Carro da reportagem em estradas com difícil acesso, muita lama, muito barro...</p> <p>Imagens do Centro de Defesa e de Milton Teixeira juntamente com repórter</p>
	<b>ENTREVISTA 8 – Milton Teixeira – agente do movimento social (CDVDH/CB)</b>
	<p>Quase todas as semanas recebemos 10 trabalhadores reclamando principalmente de carvoarias e fazendas</p>
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>Na ONG, encontramos esse trabalhador ferido ao cortar capim com uma foice. Ele diz não ter recebido equipamentos de segurança e conta que para beber água na fazenda onde</p>	<p>Imagens sem identificação (distorcidas) do trabalhador entrevistado.</p>

estava, na região de Açailândia, tinha que competir com os animais.	
	<b>ENTREVISTA 9 – trabalhador não identificado.</b>
	Tem que pegar antes que o gado que sai lá do curral que vai pra dentro da água, né? Pra poder pegar água mais limpa.
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Foi também o Centro de Defesa de Açailândia que recebeu as denúncias a respeito da fazenda do juiz do Trabalho Marcelo Baldoc.	Geral nas instalações da ONG
	<b>ENTREVISTA 10 – Paula de Ávila e Silva, procuradora do trabalho</b>
	Não tem instalação sanitária no alojamento. Inclusive a mesma água que eles bebiam; eles tomam banho e usavam pra cozinhar.
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Fomos em busca das pessoas que trabalhavam na fazenda. Entre elas, um adolescente que tinha 15 anos na época. Mas no interior maranhense, há muitas estradas ruins e, quando chove, pequenos povoados ficam praticamente isolados.	Imagens gerais de povoados com casas de barro e palha.
<b>PASSAGEM REPORTER</b>	<b>IMAGENS</b>
Agora vamos seguir 8 quilômetros por uma estrada de terra com muita lama para tentar encontrar o jovem que trabalhava para o juiz. ... Localizamos o adolescente na casa da família. Aqui moram 19 pessoas sem TV,  Rádio e energia elétrica. O jovem explica que aceitou trabalhar na fazenda do juiz porque o filho tinha acabado de nascer.	Estrada de lama
	<b>ENTREVISTA 9 – trabalhador não identificado</b>
	Não tinha ganho de nada. Fui me virar. Nóstava trabalhando na diária de 15 real. <b>Repórter:</b> Mas não pagavam? Não pagavam não...
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Conversamos com dois homens que dizem ter passado pelo mesmo sofrimento. Eles alegam que o juiz Marcelo Baldoc sabia de tudo.	Repórter andando dentre casas de taipa
	<b>ENTREVISTA 10 – trabalhador não identificado</b>
	Teve um dia lá que ele conversou. Era para os trabalhadores dizer pra fiscalização que nós era posseiro e tava trabalhando na roça <b>Repórter:</b> Que era posseiro?

	Era. <b>Repórter:</b> Que não era funcionário dele? É, que não era funcionário dele.
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Essa estradinha de terra é um dos acessos para a fazenda do juiz. A atividade principal é a pecuária. No meio do caminho, nosso carro parou na lama. Ficamos mais de 4 horas a espera de socorro.	Carro da reportagem andando na lama e depois atolando
<b>PASSAGEM DO REPÓRTER</b>	<b>IMAGENS</b>
Por causa da chuva há vários pontos de alagamentos e é impossível seguir viagem.	Pessoas tentando desatolar o carro ao fundo do repórter.
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Logo depois da fiscalização, em 2007, o juiz assinou um termo de ajustamento de conduta em que se compromete a não maltratar empregados. Além disso, o juiz pagou mais de 38 mil reais de direitos trabalhistas.  Ao Fantástico, ele negou as acusações de trabalho escravo.	Documentos  O juiz conversando com o repórter
<b>ENTREVISTA 11- Marcelo Baldoc, juiz de direito acusado de trabalho escravo</b>	<b>IMAGENS</b>
Os pagamentos eram todos feitos quinzenalmente. <b>Repórter:</b> E por que que teve a rescisão já que o senhor fazia os pagamentos? Achei melhor acertar essa situação do jeito que foi fabulada do que comprar uma briga; o que poderia me causar maiores exposições.	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
O juiz apresentou cópias de fotos e documentos que serão usados em sua defesa, como este contrato com trabalhadores. Segundo ele, a água era filtrada e havia sanitários.	Documentos e fotos
<b>Cont. ENTREVISTADO 11 – Marcelo Baldoc</b>	<b>IMAGENS</b>
A fazenda é dotada de casa com 2 banheiros, com instalações mógicas, mas que acomodam satisfatoriamente. <b>Repórter:</b> O que eles comiam? Arroz, feijão, macarrão, carne, ovos... Creio que se eu não fosse juiz, não teria essa especulação no caso, como em tantos outros casos não há.	Fotos da fiscalização cedidas pelo MTE
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Sobre o adolescente de 15 anos, Marcelo Baldoc disse que nunca o viu na fazenda. O juiz também alega que não pediu aos trabalhadores que mentissem em caso de	Imagem distorcida do adolescente em sua residência

fiscalização.	
<b>Cont. ENTREVISTADO 11 – Marcelo Baldoc</b>	<b>IMAGENS</b>
Conto com a verdade e sempre peço a eles que digam a verdade.	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Marcelo Baldoc aguarda julgamento no Tribunal de Justiça do Maranhão.	Pessoas trabalhando no TJ-MA
<b>ENTREVISTA 12 – Fátima Travassos, procuradora-geral da Justiça – MA</b>	<b>IMAGENS</b>
<b>Repórter:</b> O que o Ministério Público apurou até agora no caso do juiz? Apurou a existência de crime de trabalho escravo.	Entrevistada  Documentos, como a lista suja e demais do inquérito
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Além do juiz Marcelo Baldoc, a lista do trabalho escravo inclui o nome de mais 33 pessoas acusadas com o envolvimento de trabalho escravo no Maranhão. AntonioBraide é uma delas. Por duas vezes foi prefeito de Santa Luzia, uma cidade com 70 mil habitantes. Essas imagens obtidas com exclusividade pelo Fantástico são fazenda dele, também em Santa Luzia. A fiscalização foi em outubro de 2007	Documentos  Mapas e gráficos  Imagens de cinegrafista amador de fazendas
<b>ENTREVISTA 13 – trabalhador não identificado</b>	<b>IMAGENS</b>
Na cidade da gente não tem outro serviço então a gente se obriga a vir pra cá.	Trabalhadores em fazendas de Santa Luzia (MA).
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Os trabalhadores disseram que recebiam cerca de 100 reais por mês e que quase tudo voltava para o bolso do ex-prefeito.	
<b>ENTREVISTA 14 – trabalhador não identificado</b>	<b>IMAGENS</b>
Tudo é vendido; tudo é comprado. Pasta, sabão, foice.	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Segundo o Ministério do Trabalho, a Justiça mandou AntonioBraide pagar quase 78 mil para 46 empregados. Entre eles, 6 adolescentes. Não encontramos o ex-prefeito na fazenda onde ele mora. Por telefone, AntonioBraide disse que não daria entrevista: <i>“Eu não vou falar nada porque isso não vai me defender nem coisa nenhuma; então é melhor ficar mesmo calado e pronto”</i> . (áudio) ... Além do isolamento, da dificuldade de acesso e da pobreza, quem resolve combater o trabalho escravo e denunciar na região, enfrenta mais um problema.	Documentos e gráficos com dados do OFF  Carro da reportagem em estrada de terra; foto de AntonioBraide

<b>ENTREVISTA 15 – Nonato Masson, advogado do Centro de Defesa de Açaílândia</b>	<b>IMAGENS</b>
Mais da metade dos municípios do Maranhão não tem delegado.	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Isso quando a delegacia não está assim, como em Buriticupu. Há um ano, várias pessoas invadiram o prédio, soltaram os presos e atearam fogo nos equipamentos. Até agora, os responsáveis não foram punidos. Já em Santa Luzia, outro grupo destruiu no começo deste ano a Câmara, a Prefeitura e o Fórum. 74 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público.	Delegacia depredada  Mapa, gráficos
<b>Cont ENTREVISTA 15 – Nonato Masson, advogado do Centro de Defesa de Açaílândia</b>	<b>IMAGENS</b>
É uma falta de presença do Estado mesmo. São fiscalizadas de 30 a 40% só das denúncias.	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Segundo o Ministério do Trabalho, nos últimos 4 anos, pelo menos 8 mil brasileiros foram libertados de fazendas onde trabalhavam como se fossem escravos. A promessa do Ministro é de que onde o problema é mais crônico, como nas regiões do Maranhão e do Pará, as fiscalizações se tornem mais rigorosas.	Fazendas e fiscalização.
	<b>Cont ENTREVISTA Ministro do Trabalho, Carlos Luzzi</b>
	Quem quer que seja que esteja fazendo isso hoje no Brasil, terá a dureza e o rigor da lei.

## APENDICE E – Reportagem 2: Trabalho escravo no corredor da Estrada de Ferro Carajás

<p><b>CABEÇA/CHAMADA DE ESTÚDIO</b></p> <p>Você vai embarcar conosco numa viagem de quase mil quilômetros pela Amazônia. Vamos de trem. O mesmo trem que leva trabalhadores cheios de esperança que acabam virando escravos na floresta. É a Estrada de Ferro Carajás. Você vai ver agora a história de pessoas desta parte esquecida do Brasil que ainda guarda a mancha da escravidão.</p>	
<p><b>PASSAGEM DA REPÓRTER</b></p> <p>A fiscalização ainda é insuficiente, mas de fato já inibiu um pouco o comércio de trabalhadores escravos aqui em Açailândia. Mas como a situação econômica não ajuda e a população precisa de empregos, os aliciadores continuam na região. Nós vamos usar agora uma câmera escondida pra conversar com um desses intermediários, conhecidos aqui na região como “gatos”.</p>	
	<p><b>ENTREVISTA 1 – (intermediário/gato não identificado)</b></p>
	<p><b>Repórter:</b> E não precisa assinar a carteira?  <b>Entrevistado:</b> Não precisa não... só entrou, trabalhou e fez o serviço, e saiu fora, não é não? Não tem dessa não...</p>
<p><b>OFF</b></p> <p>É por causa de comportamentos assim que o Ministério Público do Trabalho, apesar de presente, não consegue mudar a situação...</p>	<p><b>IMAGENS</b></p> <p>Repórter andando juntamente com procurador do Trabalho nas dependências do órgão público, em Açailândia (MA)</p>
<p><b>ENTREVISTA 2 – Procurador do Trabalho, José Pedro dos Reis</b></p> <p>Existem aqui fatores políticos; muitos dos políticos locais são empresários; são fazendeiros, e que muitos deles acham que submeter as pessoas dentro de barracos de lona sem alimentação adequada, sem equipamentos de segurança, crianças até, acham que isso é normal e que não se constitui como trabalho escravo.</p>	<p><b>IMAGENS</b></p> <p>Entrevistado  Trabalhadores derrubando madeira e em atividades nas carvoarias</p>
<p><b>OFF</b></p> <p>O Pará é destino final de muitos brasileiros</p>	<p><b>IMAGENS</b></p> <p>Trabalhadores em carvoarias, fazendas, casas</p>

<p>que procuram uma vida melhor e acabam virando escravos. Nós conhecemos muitos deles. Conversamos com trabalhadores que tinham acabado de serem libertados por fiscais do Ministério do Trabalho.</p>	<p>de palha... Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego</p>
	<p><b>ENTREVISTA 3 – Genival da Silva (trabalhador)</b></p>
	<p>O dormitório era nós mesmo que fazia. Lá dentro dos matos, pra lá. Levava umas lona, cortava umas palha, armava os barraco e cobria...</p>
	<p><b>ENTREVISTA 4 – Francisco Marques de Souza (trabalhador)</b></p>
	<p>Eu não ganhei nada. Quando tava no fim, eles me davam essa mixaria e daí eu pagava os menino, pagava o comércio... <b>Repórter:</b> ...E não sobrava nada? Não sobrava nada...e sempre eu, quando eu comecei a trabalhar, eu todo o tempo ficando de graça...</p>
<p><b>OFF</b></p>	<p><b>IMAGENS</b></p>
<p>Chegamos em Carajás. A maior mina de minério a céu aberto do mundo. Pra muitos, o fim da linha; para outros a esperança de partilhar desta riqueza que brota do chão.  (...) som do trem em movimento  Fim de linha. Parauapebas é o ponto final para os vagões de passageiros. É aqui que o Maranhão e o Pará se encontram e se despedem. O trem bate e volta. Ficam os que ainda tentam. Vão embora os que não conseguiram.</p>	<p>Trem em movimento na linha de ferro Carajás  Movimentação de passageiros em estações do terminal ferroviário; trabalhadores com bagagens...</p>
	<p><b>ENTREVISTA 5 – trabalhador não identificado.</b></p>
	<p>Eu vim atrás de serviço. <b>Repórter:</b> Arrumou? Não, não arrumei não senhora. Eu tô voltando pra casa.</p>

**APENDICE F – Reportagem 3: Pará lidera ranking de trabalho escravo seguido do MA, aponta lista suja**

<b>CABEÇA/CHAMADA DE ESTÚDIO</b>	
Saiu a nova lista de trabalho escravo no país. A região norte continua no topo. O Pará em primeiro lugar.	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
A lista é atualizada a cada 6 meses pelo Ministério do Trabalho. Os novos nomes incluem o Pará mais uma vez na liderança do trabalho escravo. Dos 152 nomes de 15 estados brasileiros, 40 são de fazendeiros do Pará. Em seguida vem o Maranhão, com 20 nomes.	Rios, comunidades ribeirinhas do interior do Pará, extração de borracha  Documentos, lista suja
	<b>PASSAGEM DA REPÓRTER</b>
	A dimensão continental do Pará, o segundo maior estado do país, é uma das explicações para o difícil deslocamento das equipes de fiscalização. Por isso a Superintendência Regional do Trabalho diz que, na maioria das vezes, só tem conhecimento dos casos por meio de denúncias.
	<b>ENTREVISTA 1 – Ribamar Cruz, Superintendente Regional do Trabalho no Pará.</b>
	O empregado que conseguiu escapar da fazenda e procurou os órgãos ao longo do Estado, polícia federal, polícia civil e o próprio Ministério de Trabalho...
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Os donos de fazendas flagrados empregando no regime escravo perdem qualquer financiamento de instituições públicas e privadas e pagam multas em valores diferentes para cada infração cometida. Nos últimos 15 anos, quase 38 mil trabalhadores que viviam sem as mínimas condições sanitárias, sem água potável e habitação precária, foram resgatados em todo o Brasil. As indenizações já passam 55 milhões de reais.	Trabalhadores em atividades de extração de borracha e desmatamento.

## APÊNDICE G – Reportagem 4: Parte 1 – A Liga sobre Trabalho Escravo Rural e Urbano

<b>CABEÇA/CHAMADA DE ESTÚDIO</b>	
<p>Olá, bem-vindos à Liga. Eu e você aprendemos na escola que a escravidão é coisa de um passado distante, não é? Pois é, mas se eu te dissesse que enquanto você está assistindo televisão, mais de doze milhões de pessoas são vítimas do trabalho escravo no mundo...</p> <p>O conceito é outro, mas as situações são as mesmas. Pessoas expostas ao trabalho degradante contra a vontade, sofrendo a todo o instante intimidações físicas e psicológicas.</p> <p>No Brasil, lamentavelmente o trabalho escravo é tão típico como arroz com feijão. No último ano, foram registradas 11 denúncias diárias. 80% delas relacionadas a atividades rurais, como pecuária, cana de açúcar, carvão. E 20% ao trabalho de nacionais e bolivianos nas grandes cidades.</p> <p>Apesar de ser uma das formas mais odiosas de exploração humana, pode estar na frente dos seus olhos. E basta você sair satisfeito da loja de uma importante marca de roupa, pra se tornar o último responsável nesta cadeia de injustiças.</p> <p>Hoje na Liga nós vamos conhecer essa realidade que dói no nosso orgulho e entender porque a escravidão de hoje é mais lucrativa do que no Brasil colonial e Império.</p>	<p>Apresentadores (leitura em jogral)</p> <p>Gráficos</p> <p>Números</p> <p>Trilhas sonoras</p>
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>Eu estou no interior do Pará e vou acompanhar o grupo especial de fiscalização móvel que vai apurar um denúncia de trabalho análogo ao de escravo.</p>	
<b>ENTREVISTA 1 – auditora fiscal do trabalho, Fabíola Oliveira</b>	<b>IMAGENS</b>
<p><b>Repórter:</b> Como vai ser a operação hoje? A gente tem hoje uma denúncia a ser apurada aqui na região de Goianésia, no Pará, na atividade de carvoejamento, produção de carvão vegetal. <b>Repórter:</b> E o que a gente pode esperar encontrar lá hoje? A gente vai encontrar uma situação degradante de trabalho. O relato que a gente</p>	<p>Conversa da repórter com a auditora fiscal in loco, no ato da fiscalização</p> <p>Divisão da tela com, de um lado a entrevista e o outro, imagens de carvoarias.</p> <p>De da fiscalização</p>

tem é que estavam instalados em barracos de lona; que não havia distribuição de EPI, pagamentos irregulares de salário... Então a intenção é apurar essa situação que está relatada lá.	
<b>OFF</b>	
Estamos em Goinésia do Pará. Estado com grande produção de carvão e campeão histórico de resgates de trabalhadores escravos. De 1995 a 2011, foram mais de doze mil casos, mais do que o dobro do segundo colocado, o Estado Mato Grosso. Hoje, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal, vamos mata adentro verificar mais uma denúncia desta atividade criminosa.	Imagens do município, da fiscalização se deslocando, gráficos, mapas, números
<b>PASSAGEM</b>	<b>IMAGENS</b>
Depois de rodar por horas aqui nas estradas de terra aqui da fazenda, a gente encontra os primeiros sinais de fumaça. Encontramos um forno. Vamos lá que os policiais já estão fazendo a primeira abordagem.	Repórter acompanhando a equipe de fiscalização
<b>ENTREVISTA 2- trabalhador (carvoeiro) não identificado</b>	<b>IMAGENS</b>
<b>Auditora fiscal:</b> Faz quanto tempo que você trabalha aqui? Uns 18 dias por aí. <b>Auditora fiscal:</b> Daí você trabalha como forneiro. Você enche e tira ou só enche? Encho e tiro. <b>Auditora fiscal:</b> Você já tirou quantos fornos? Eu tirei só dois. <b>Auditora fiscal:</b> E quanto vc acertou por forno pra encher e pra tirar? Vinte e cinco pra encher e dez pra tirar. <b>Auditora fiscal:</b> Quem é o responsável aqui? Quem é o gerente de vocês? Não tem gerente não. <b>Auditora fiscal:</b> E o Carlinhos? É o dono.	Entrevista feita na porteira do alojamento; durante a fiscalização
<b>PASSAGEM</b>	<b>IMAGENS</b>
Então, esse cara que está sendo entrevistado aqui, ele é um dos trabalhadores. Ele tá contando como é o trabalho dele aqui na fazenda. Primeiro um grupo vai até a mata virgem pra cortar toda essa madeira com motosserra. Aí eles pegam toda essas madeiras; essas toras pesadíssimas, colocam dentro de um caminhão e transportam até aqui. Aí o carbonizador pega essa madeira, enche o	Repórter relata e mostra processo produtivo do carvão

forno, coloca fogo, e depois de uns dias ele volta pra retirar essa madeira que já virou carvão.	
<b>ENTREVISTA 3 – trabalhador não identificado</b>	<b>IMAGENS</b>
<p><b>Auditora fiscal:</b> E equipamentos de proteção, eles dão pra vocês trabalharem? A gente compra.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> E o dinheiro era seu ou ele que deu pra comprar; o Carlinhos? Ele dá mais quando for no dia de acertos de contas.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> E você trabalha com luva? Não.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> Máscara? Também não.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> E onde é que o senhor dorme? A rede é de vocês mesmo ou foi o Carlinhos que deu? Não, é minha mesmo.</p> <p><b>Auditora:</b> O senhor dorme aqui junto com quem? O outro menino que tá pra li.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> Papel higiênico tem aqui? Não tem nada.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> E aí vocês limpam como quando defecam? Papelão, o que tiver.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> E onde vocês costumam fazer as necessidades de vocês? Lá pra dentro dos mato.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> E à noite, se tiver de ir, como faz? Pega a lanterna e vai.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> Se tiver chovendo também? Sim.</p> <p><b>Auditora fiscal:</b> Do jeito que tiver...</p>	<p>Entrevista feita dentro de um alojamento</p> <p>Imagens das condições do alojamento</p>
<b>PASSAGEM/OFF</b>	
<p>Ele vai mostrar de onde ele tira a água que eles bebe aqui.</p> <p>...</p> <p>Essa água aqui é a água que eles bebem, que eles tomam banho, que eles cozinham. Essa água, na verdade, não tem nenhum tipo de análise. A gente nem sabe se é potável, na verdade... Essa água dali é essa água daqui...Não dá, né?</p>	
<b>ENTREVISTA 4 – Leonardo Sakamoto, coordenador ONG Repórter Brasil</b>	<b>IMAGENS</b>
<b>Repórter:</b> Quando a gente fala de trabalho escravo, as pessoas imaginam o trabalho escravo do Brasil colonial. Qual a diferença	Repórter andando com entrevistado em ruas da cidade...

<p>desse trabalho escravo para o trabalho escravo que a gente tem hoje no Brasil? Primeiro o pessoal tem que lembrar que o trabalho escravo de hoje não tem correntes, tronco, não tem a ver com a cor de pele, né? As pessoas não tem mais direitos de possuir uma outra pessoa. Não se compra, não se vende gente desse tipo... O trabalho escravo de hoje tem muito a ver com a dignidade da pessoa. É quando a gente transforma trabalhadores em objetos de trabalho.</p>	
<p><b>OFF</b></p>	
<p>O escravo moderno não está mais preso por correntes. De acordo com o artigo 149 do Código Penal, outras coisas o prendem. Como uma dúvida com o patrão que ele nunca consegue pagar; o recolhimento de seus documentos ou até mesmo ter de pedir a permissão para ir a qualquer lugar. Além disso, quase sempre encontramos também um ambiente degradante de trabalho e jornadas exaustivas. A produção de carvão é a segunda maior ocorrência de trabalho escravo no Brasil. E a maior parte não vai para o churrasco do final de semana, e sim para a produção do aço. E assim o ônibus que você pega todos os dias pode ter sido feito por material produzido pelos trabalhadores de Goianésia.</p>	
<p><b>ENTREVISTA 5 – trabalhador não identificado</b></p>	<p><b>IMAGENS</b></p>
<p><b>Repórter:</b> O senhor é o que aqui? Eu sou o carbonizador. <b>Repórter:</b> O que é o carbonizador? É o que coloca a lenha no forno e queima...pra formar o carvão. <b>Repórter:</b> O senhor que queima mesmo? E usa alguma ferramenta? A ferramenta que nós usa é isso aqui...de proteção nenhuma. <b>Repórter:</b> Máscara não? Não. <b>Repórter:</b> Faz tempo que o senhor trabalha com isso? Dona, tem seis anos.  (Agora ele vai abrir o forno pra gente)  <b>Repórter:</b> O senhor que lacra mesmo com esse tijolo? É sim senhora. A porta daqui, aí passa o barro. <b>Repórter:</b> (Cheiro já bem forte) Quanto tempo ficou queimando aí?</p>	<p>Ambiente da carvoaria, atividades no forno</p>

<p>Passa de quatro a seis dias quanto tá no inverno, né? Quando tá no verão, dá uns três dias.</p> <p><b>Repórter:</b> Trabalho duro, hein? Um pouquinho...</p> <p>(Agora ele vai começar a esvaziar o forno todo, e dá-lhe fumaça...)</p> <p><b>Repórter:</b> O senhor não se incomoda com esse cheiro não? A gente já se acostumou né?</p> <p><b>Repórter:</b> Mas deve fazer um mal, hein? Um pouco. Aqui tem vez que tá tirando e é obrigado a estar se molhando pra aguentar... Quando tá muito quente o camarada não pode entrar em pé. Assim que nem se entra aqui, né? Tem que se abaixar porque a quentura ela evapora tudo aqui...</p> <p><b>Repórter:</b> E aí é danado pra pegar na visão, né? Olha, cuidado...</p>	
<b>PASSAGEM DA REPÓRTER</b>	
<p>O trabalho do cara é muito arriscado. Fora todo o pó que ele respira quando trabalha, tem o calor. Ele molha o corpo todo antes de entrar ali dentro porque o vapor que sai dali é suficiente pra queimar a vista dele. Agora, pensa comigo: se enquanto ele tiver ali dentro, bate um vento, pega fogo... Mas mesmo assim ele continua aí porque ele tem que sustentar a família dele...</p>	
<p><b>Cont. ENTREVISTA 4 Leonardo Sakamoto</b></p>	<b>IMAGENS</b>
<p><b>Repórter:</b> Quais são os tipos mais comuns de trabalho escravo? Você pode ter trabalho escravo urbano e rural. O trabalho escravo rural no Brasil você tem trabalho escravo na produção de gado bovino, produção de carvão, que é matéria prima para o ferro gusa e de lá pro aço, trabalho escravo na soja, no algodão, na produção de café, nas frutas, na produção de pastos, na retirada de madeira. Agora, você também tem trabalho escravo urbano na construção civil, em pequenas tecelagens, nas oficinas de costura, que produzem pra grandes magazines. E você tem trabalho escravo pra exploração sexual e pra exploração econômica. Pra exploração econômica, esses casos que eu dei são exemplo.</p>	<p>Repórter e entrevistado caminhando pelas ruas da cidade</p>

## APÊNDICE H – Reportagem 5: Sudoeste do Maranhão convive com a violência no campo

<p><b>CABEÇA/CHAMADA DE ESTÚDIO</b></p> <p>Uma região do Brasil traumatizada pela violência no campo recebeu hoje a visita da equipe do JN no Ar. O Sudoeste do Maranhão tem os mais preocupantes índices de conflitos agrários no país. A repórter Cristina Serra fala agora ao vivo com a gente direto da cidade de Imperatriz, Maranhão. Boa noite pra você, Cristina, o que foi que vocês encontraram aí?</p>	
<p><b>PASSAGEM DA REPÓRTER</b></p> <p>Boa noite, Patrícia; boa noite Bonner. Olha, Patrícia, o que mais chocou a nossa equipe aqui foi constatar que muitos trabalhadores ainda são explorados como se realmente fossem escravos. Isso choca porque nós estamos em pleno século 21 e a gente sabe que a abolição da escravatura foi lá atrás, no século 19. Essa situação do trabalho escravo aqui no MA se insere num contexto muito mais amplo de violência no campo em que muitos trabalhadores rurais, pessoas vivem ameaçadas de morte, vivem amedrontadas. Pra mostrar tudo isso, nós tivemos o apoio da TV Mirante, afiliada de Rede Globo, aqui no Maranhão. Vamos ver a reportagem.</p>	
<p><b>OFF</b></p> <p>A primeira parada do JN no Ar foi em Imperatriz, no sul do Maranhão. De manhã cedo, partimos para uma das regiões mais afetadas pela violência no campo. Em Buriticupu, no começo de abril, o sindicalista Raimundo Alves Borges foi executado a tiros por pistoleiros. Raimundo havia denunciado a ação de grileiros de terras. Seis suspeitos de envolvimento no crime estão presos. Um deles confessou que o bando receberia cinco mil reais pela morte de Raimundo. A viúva dele teme agora pela vida dos filhos...</p>	<p><b>IMAGENS</b></p> <p>Equipe de reportagem saindo do avião no aeroporto de Imperatriz, MA.</p> <p>Imagens gerais da cidade de Buriticupu</p> <p>Fotos do sindicalista assassinado</p> <p>Imagens da reportagem conversando com a viúva</p>
	<p><b>ENTREVISTA 1 – Raimunda dos Santos (viúva de sindicalista assassinado)</b></p>
	<p>Já levaram o meu marido, agora não quero que levem meus filhos...de jeito nenhum...</p>

<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>Segundo a Comissão Pastoral da Terra, o Maranhão é hoje o estado com o maior índice de violência no campo.</p> <p>São 286 áreas de conflitos pela posse da terra. Sete pessoas foram assassinadas no ano passado, e três neste ano. 106 estão ameaçadas de morte. A Pastoral afirma que nenhuma tem proteção policial.</p> <p>Flávio, coordenador de uma ONG que luta contra crimes ambientais, é um dos marcados para morrer.</p>	<p>Município de Buriticupu</p> <p>Mapas, quadros, gráficos com números</p>
	<b>ENTREVISTA 2 – Flávio Pereira, ONG ambiental Buriticupu</b>
	A gente não consegue dormir tranquilo. A gente não consegue ficar tranquilo na cidade porque a sensação que a gente tem é mesmo de impunidade.
	<b>ENTREVISTA 3 – Diogo Cabral – advogado da CPT –MA</b>
	Os fazendeiros são mandatários, são donos do poder político local. É uma relação muito próxima com os aparelhos de estado; com o poder judiciário, executivo e com o poder legislativo. O que dificulta e muito a apuração desses crimes, não é?
<b>PASSAGEM DE REPÓRTER</b>	
<p>A violência no campo é agravada por outro problema. Açailândia é um foco de aliciamento de mão de obra para o trabalho escravo.</p> <p>Na maioria das vezes, a fiscalização encontra os trabalhadores em fazendas de gado, áreas de desmatamento e carvoarias clandestinas. Os trabalhadores são submetidos a jornadas exaustivas; ficam presos a dívidas com os patrões porque são obrigados a comprar equipamentos e remédios nas próprias fazendas.</p> <p>Muitos nem recebem o pagamento e são ameaçados por vigilantes armados.</p> <p>Ou seja, são trabalhadores vivendo praticamente em regime de escravidão.</p>	<p>Imagens gerais de Açailândia.</p> <p>Quadros, mapas e gráficos</p> <p>Carvoarias e fazendas de gado, desmatamento</p>
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Este rapaz que pede para não ser identificado com medo de represálias conta a história de um parente assassinado há quatro anos quando foi pedir a um fazendeiro para receber um pagamento atrasado.	Repórter com entrevistado sem identificação
	<b>ENTREVISTA 4 – sem identificação</b>

	<b>(parente de vítima)</b>
	Uma das maiores dificuldades que ele tinha era a questão na hora de receber...entendeu? Que foi o momento que ele foi falar com o fazendeiro e foi assassinado. Tanto ele quanto o seu colega de trabalho.
<b>OFF</b>	<b>IMAGEM</b>
Seu Bento conhece a realidade do trabalho escravo desde muito jovem. Caiu na conversa de uma aliciador...	Imagem de trabalhador entrando no Centro de Defesa de Açailândia
	<b>ENTREVISTA 5 – Bento, trabalhador</b>
	Quando chegava lá, minha irmã, aí era outra coisa... aínóis caia no escravo... se trabalhava 60, 90 dias...
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Ele conseguiu escapar, mas por necessidade voltou a trabalhar nessas condições até ser resgatado pela fiscalização do Ministério do Trabalho quatro anos atrás. No Maranhão, de 95 até hoje, a fiscalização conseguiu libertar quase 3 mil trabalhadores. Mas é difícil punir os responsáveis por este crime.	Imagem de trabalhador  Mapas, quadros e gráfico com números
	<b>ENTREVISTA 5 – Nonato Masson, advogado do CDVDH</b>
	Não é fácil sequer ingressar com ação em juízo (...) Muitas vezes os trabalhadores tem medo.
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Apesar das dificuldades, os trabalhadores resgatados conseguem encontrar caminhos para refazer a vida. O Centro de Defesa de Açailândia formou uma cooperativa para dar a eles a possibilidade de trabalho digno. Elenilde foi vítima de trabalho escravo. Acumulou dívidas com o patrão.	Trabalhadores em cooperativa do Centro de Defesa de Açailândia
	<b>ENTREVISTA 6 – Elenilde Fernandes, trabalhadora</b>
	Quando a gente ia acertar no final do mês não tinha como acertar, porque a gente sempre estava devendo...
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Hoje ela é marceneira na cooperativa que fabrica móveis e brinquedos	Imagens da entrevistada trabalhando
	<b>Cont ENTREVISTA 6 – Elenilde Fernandes</b>
	Eu acredito que vai melhorar cada vez mais; hoje eu me acho no céu.
<b>PASSAGEM DA REPÓRTER</b>	

<p>Nós falamos com o governo do Estado do Maranhão e a informação é a seguinte: o governo disse, por meio de assessoria, que repudia o trabalho escravo e que tem feito ações para combater essa prática. Disse também que criou há 3 anos uma Delegacia Agrária especializada para investigar crimes no campo e que desde então os casos de violência tem sido investigados. Por fim, disse que desde o ano passado não recebeu nenhum pedido para proteção de trabalhadores e lideranças rurais ameaçadas de morte. Essas são nossas últimas informações; a equipe do JN no Ar se despede por aqui. A gente volta daqui a pouco para Brasília...</p>	
<p><b>PÉ DE MATÉRIA - ESTÚDIO</b></p>	
<p>Boa viagem pra você e para toda a equipe. Cristina, a equipe do JN no Ar registrando uma vergonha brasileira em pleno século 21, com ela própria mesma destacou.</p>	

## APÊNDICE I – Reportagem 6: Hoje é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

<p><b>CABEÇA/CHAMADA DE ESTÚDIO</b></p> <p>Hoje, dia 28 de janeiro, é o Dia Nacional de combate ao trabalho escravo. Um dos órgãos responsáveis pelo combate a esse mal que ainda assola a sociedade brasileira é o Ministério Público do Trabalho no Maranhão. Em Açailândia, município que está em segundo lugar no Maranhão como exportador da mão de obra escrava, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos é o órgão que também atua combatendo essa irregularidade.</p>	
<p><b>OFF</b></p> <p>A atualização do cadastro de empregadores brasileiros flagrados utilizando mão de obra escrava mostra o Maranhão como o quarto estado com maior número de escravistas; 30 ao todo.</p> <p>Em dezembro de 2011, o Maranhão aparecia na lista suja do trabalho escravo com 22 empregadores. Houve, portanto, um crescimento de oito nomes.</p> <p>Apesar desse crescimento, a coordenadora de ações contra o trabalho escravo afirma que já houve alguns avanços depois da criação do Plano Estadual.</p>	<p><b>IMAGENS</b></p> <p>Imagens de Açailândia</p> <p>Mapas, gráficos, números</p> <p>Imagens das entrevistada</p>
	<p><b>ENTREVISTA 1 – Brígida Rocha – coordenadora de ações contra o trabalho escravo – Centro de Defesa de Açailândia</b></p>
	<p>O combate ao trabalho escravo no Maranhão tem avançado a partir também da articulação da COETRAE e do lançamento do Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. Algumas instituições que estão postas com algumas responsabilidades estão se articulando, fazendo reuniões, discutindo melhor como atuar...</p>
<p><b>OFF</b></p> <p>Açailândia é o segundo município da lista com sete empregadores. Ficando atrás apenas do município de Santa Luzia do Tide, com oito ocorrências.</p>	<p><b>IMAGENS</b></p> <p>Imagens de fazendas</p>
	<p><b>Cont ENTREVISTA 1 – Brígida Rocha</b></p> <p>Atualmente a gente tem mais de 30 empregadores do Maranhão, e de Açailândia são sete pessoas. Então foram pessoas que escravizaram; foram flagradas situações de trabalho escravo e inclusive dentro de suas fazendas também tinham situações de trabalho infantil.</p>

<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>No ano passado, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia recebeu cerca de 20 denúncias. A maior parte de fazendas de criação de bovinos para corte e produção de leite.</p> <p>Em situação análoga à escravidão, os trabalhadores perdem os seus direitos, não recebem pagamento e ficam sempre endividados com o patrão.</p> <p>Por meio das fiscalizações, os trabalhadores resgatados tem seus vínculos empregatícios regularizados e são libertados da condição de escravidão.</p> <p>Ainda segundo a coordenadora, a população tem um papel importante na hora de denunciar essas irregularidades.</p>	<p>Imagens do Centro de Defesa</p> <p>Imagens de fiscalização e trabalhadores</p>
	<p><b>Cont ENTREVISTA 1 – Brígida Rocha</b></p> <p>A sociedade pode estar contribuindo nesse processo de denúncia, de observação; observando se as formas de aliciamento que acontecem na cidade; conversando com os trabalhadores, se você percebe que a situação que ele está vivendo, se tem uma relação parecida, você pode vir consultar a gente pra gente analisar se é possível aquela condição ser de trabalho escravo ou não.</p>
<b>PÉ DE MATÉRIA – ESTÚDIO</b>	
<p>E para falar sobre o combate ao trabalho escravo no Maranhão, convidamos a procuradora do trabalho, Anya Gadelha Diógenes...</p>	
	<p><b>CONTINUA COM ENTREVISTA EM ESTÚDIO - Procuradora do Trabalho no Maranhão, Anya Gadelha Diógenes.</b></p>

**APÊNDICE J – Reportagem 7: Trabalho escravo em pleno século 21 na selva (Sudeste do Pará)**

<b>CABEÇA/CHAMADA DE ESTÚDIO</b>	
<p>Trabalho escravo. Coisa de antigamente?          Não, não. No século 21, no tempo da riqueza no campo.          No meio da floresta, no Pará, 38 trabalhadores eram mantidos em condições sub-humanas. Sem salário, sem alimentação. E eram intimidados por capangas armados.          Nossa equipe acompanhou o resgate no meio da selva. Você vai ver depoimentos emocionados desses trabalhadores no momento da liberação.          A reportagem é de Roberto Paiva e Jorge Ladimar.</p>	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>O trabalho escravo numa fazenda em São Félix do Xingu, no sudeste do Pará, só foi descoberto porque o empregado fugiu a pé e avisou a Comissão Pastoral da Terra.          Uma força tarefa do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho foi até a fazenda e concluiu que não seria possível retirar os trabalhadores por terra.          Estavam isolados no meio da selva.          Um helicóptero da força aérea foi fazer o resgate. Alívio para os trabalhadores.</p>	<p>Imagens aéreas de área verde, derrubada de mata</p> <p>Imagem de avião com equipe de fiscalização</p>
	<b>ENTREVISTA 1 – trabalhador não identificado</b>
	Tô muito feliz, muito feliz...
<b>PASSAGEM DO REPÓRTER</b>	
<p>É o fim de dois meses de escravidão na selva. Todos foram trazidos para São Félix do Xingu.          Agora o patrão será chamado para pagar os salários atrasados e os direitos trabalhistas.</p>	
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Ernoel Rodrigues Junior se apresentou como empregador.	Imagens do empregador durante fiscalização
	<b>ENTREVISTA 2- empregador</b>
	<p><b>Repórter:</b> O senhor se considera ou não um bom patrão?          Sou bom; sou bom...</p> <p><b>Repórter:</b> E por que tem trabalho escravo?          (Silêncio)</p>
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
<p>Eles viviam em barracos de lona e palha. Se alimentavam mal e bebiam água de um igarapé.          Não havia banheiros nem higiene.</p>	Fotos de fiscalização do MTE com imagens de condições de alojamento e higiene na fazenda

Muitos trabalhavam preparando a área para a derrubada da mata.	
	<b>ENTREVISTA 2 – trabalhador não identificado</b>
	Eles tratam a gente como um animal, né? Sem alojamento, sem uma comida adequada, sem água boa pra beber e sem salário...
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Quase tudo que os empregados usavam ou comiam tinham que ser comprado do patrão e depois descontado do salário.	Imagens de fiscalização do MTE
	<b>ENTREVISTA 3 – auditor fiscal do trabalho,</b>
	Eles simplesmente dizem: “olha, vocês estão me devendo tanto e produziram tanto”. Então eles fazem um jogo de números que sempre o trabalhador fica no final endividado.
<b>OFF</b>	<b>IMAGENS</b>
Alguns perderam a noção do tempo.	Dentro de avião
	<b>ENTREVISTA 4 – trabalhador sem identificação</b>
	<b>Repórter:</b> Quando o senhor chegou aqui? Eu não lembro o dia que eu cheguei aqui...
	<b>ENTREVISTA 4 – trabalhador sem identificação</b>
	Esse dia pra mim vai ser um dia inesquecível. Eu nunca vou esquecer; nunca. E agora eu vou ser um cidadão; vou tirar meus documentos; vou trabalhar em alguma fazenda, mas só se for de carteira assinada. Trabalhar como escravo nunca mais na minha vida.
<b>OFF</b>	<b>IMAGEM</b>
Vinte e oito empregados não tinham carteira de trabalho e receberam o documento. Entre os libertados, três menores. Um adolescente contou que quando faltava comida, a saída era caçar na mata.	Trabalhadores recebendo documentos
	<b>ENTREVISTA 5 – trabalhador não identificado</b>
	Ia caçar pra ver se matava alguma coisa pra gente comer, né?
<b>OFF</b>	<b>IMAGEM</b>
A polícia investiga se ele é um “laranja” de algum fazendeiro e vai abrir inquérito para apurar vários crimes.	Imagem do empregador durante fiscalização
	<b>ENTREVISTA 6 – agente da DPF (Delegacia de Polícia Federal)</b>
	A redução à condição análoga a de trabalho escravo, a supressão de direitos garantidos em

	<p>leis trabalhistas; em consequência desses também a sonegação de contribuição previdenciária. E nós temos a informação que aqui é uma reserva ambiental; então possivelmente teremos também crimes ambientais.</p>
--	--

## APÊNDICE K - Transcrição de trabalho de campo Açailândia – MA

### Grupo de discussão

#### Identificação dos participantes

Nome	Idade	Local de origem	Local de moradia	Envolvimento com o trabalho escravo
Entrevistado 1 João	56	João Lisboa (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou durante 5 meses em fazenda de gado em 2011.
Entrevistado 2 Pedro	29	Açailândia (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou em fazenda de gado 2009 a 2012, quando foi resgatado.
Entrevistado 3 Paulo	31	Buriti Bravo (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou em carvoarias e em fazenda de gado entre 2007 e 2012, quando foi resgatado.
Entrevistado 4 Lucas	44	Lago da Pedra (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou em fazenda de gado entre 2009 e 2012, quando foi resgatado.
Entrevistado 5 Mateus	61	Vargem Grande (MA)	Bom Jesus das Selvas (MA)	Trabalhou em fazenda de gado durante 4 meses, em 2007, quando foi resgatado.

Fonte: trabalho de campo

#### Breve relato – trajetória de vida

**E 1** – Nasci em João Lisboa (MA), num interiorzinho. Sempre mexi com trabalho na roça. Na precisão, fui trabalhar pros outros; daí deu no que deu...

**E 2** – Nascido em criado em Açailândia. Trabalho desde cedo no que dá, na roça e na cidade. Mas depois que cai no trabalho escravo não quero mais saber de trabalho na roça não; na roça, assim, não digo na roça que é da gente, mas no campo, nas fazendas. Agora sou eletricitista e trabalho na cidade. Aprendi um ofício e assim vou ficar trabalhando...

**E 3** – Ah, eu trabalho desde que me entendo. Já trabalhei de muita coisa, senhora. Mas adoeci muito com esse trabalho de garimpo e carvoeira. Agora to quieto em casa,

encostado. Mas já me aventurei muito pelo Pará e fui mais longe... Hoje eu luto com minha saúde e fico em casa porque é o jeito...

**E 4** – Minha história de vida é de muito trabalho e sofrimento. Por causa dele mesmo que hoje eu to assim, doente. Fico sobressaltado e com medo de tudo depois que eu fugi da fazenda que eu trabalhava pra denunciar...

**E 5** – Eu já to velho. Se eu for falar aqui de tudinho da minha vida não sobra pros outros. Mas eu sou trabalhador da roça mesmo. Esse é o meu negócio. Cai nessa história de trabalho escravo na fazenda do juiz de direito, que de direito não tem nada...Mas hoje boto minha roça e luto contra a precisão.

### **Concepções sobre trabalho**

**E 1:** Trabalhar é bom. Eu não acho que pegar no machado seja trabalho ruim ou escravo. Trabalho é digno. A dificuldade maior é o patrão receber às custas da exploração dos trabalhadores, sem respeito.

**E 2:** Qualquer um de nós tem tiver saúde, pode trabalhar. Um emprego melhor é na rua (na cidade); porque trabalhar em fazenda é duro; até porque fica escondido e mais fácil de explorar a gente. Lá a gente não dorme numa casa boa; não come bem...Mas é diferente de ter uma roça própria, perto de casa... Trabalho bom é quando a gente é dono do nosso negócio (no caso, da roça). Trabalho ruim é quando a gente trabalha pros outros e eles exploram a gente...

**E 3:** Trabalho na cidade é melhor; é mais digno. Eu sai do trabalho escravo; fui resgatado, tive a oportunidade de fazer um curso e hoje sou eletricitista na cidade. Hoje eu sou dono do meu ofício...e é muito bom assim. Eu agradeço a Deus por isso.

**E 4:** Trabalho bom é ser capacitado; é ter respeito com a gente. Quando a gente tem mais estudo; a gente pode ter um trabalho mais digno. Mas a gente que não teve muita oportunidade, vive assim mesmo, do jeito que dá...

**E 5:** (Não falou sobre isso no grupo de discussão).

### **Concepções sobre trabalho escravo**

**E 1** - Eu vou falar, eu posso falar? O trabalho escravo, ele nasce pelo meio de uma necessidade, a necessidade pode até obrigar a pessoa a roubar, a pessoa só não rouba porque ela é honesta. E através do gato, que ele chama as pessoas, ele tem umas propostas boas de trabalho e na hora não é nada disso. Lá fora é uma história, quando tá lá dentro das fazendas, é outra. Então, isso é uma humilhação pro trabalhador, a gente vai trabalhar até porque a gente tem a necessidade. E aí a gente pensa que tá trabalhando como cidadão, cidadão de respeito, cidadão de bem e tá trabalhando é pra bandido. Isso é o que mais tem hoje, nesse estado do Maranhão (...) quando a gente faz o serviço bem, na hora de pagar não era bem isso o “combinado”...

**E 2** - Isso aqui tem que repensar, o que a gente ganhou foi espanto, a gente trabalha “sol a sol”, “chuva a chuva”. Eles (empregadores) deviam pagar o suor do cidadão bem direitinho, porque o serviço dele é feito, eles acham bom que a gente faça isso pra ele; então, na hora do pagamento, ele não acha bom pagar o cidadão. Eu acho que a norma era essa, é o direito. Até porque, eu trabalhei com um juiz de direito e com o pouco de ensinamento que eu tenho, esse juiz, ele não é juiz de direito, ele é um juiz do erro, da bandidagem. Quem é um juiz de direito, rapaz? É uma autoridade, ele devia fazer o trabalho dele correto, normal e na hora não faz. Então, eu reconheci que já fiz o trabalho escravo, eles fazem trabalho escravo porque se aproveitam dos fraco, eles se acham poderoso na frente da gente que é pobre, fraco, eles querem fazer o que eles bem entende. Pra eles, se pagar tudo bem, se não pagar tudo bem também. Às vezes, acontece até de mandar matar pra não pagar, tudo isso acontece nessas fazenda. Matam o cliente pra não pagar o suor dele e eu acho que isso aí já é sério tem o direito de pagar o cidadão centavo por centavo. Você trabalhou, ganhou e agora é pagar o suor alheio, centavo por centavo. Mas eles não fazem isso não, é preciso a gente ir pra justiça pra poder receber uma “mixaria”, é preciso ir pra justiça e a gente já cansou disso aí, mas eles não pagam porque é só os grande que têm bastante dinheiro...

**E 3** - Entrei na situação através de fazenda, onde a gente entrou pra trabalhar no processo de vaqueiro e, quando a gente chegou lá, era totalmente diferente. A história era que a gente ia roçar juquirá e a gente ficou numa situação que não podia voltar, não tinha como voltar e a gente trabalhou, eu e mais umas dezoito pessoas que nós tavamos. Trabalhamos cinco meses, quase seis, quase seis meses. É uma situação precária, o nosso alimento era só feijão e arroz, quando tinha alguma carnenós assávamos, o que encontrava na roça, matava depois. A nossa água, que nós bebíamos, era precária também, era de brejo, onde o gado bebia e assim também toda a água da chuva jogava as fezes do gado lá dentro. A alimentação, muitas vezes a gente desmaiou de fome também, igual o rapaz tava falando, no serviço também. Aonde os lugares são meio acidentados, a gente quando chegava no alto, às vezes ficava sem coragem de descer, sem força. E eu decidi então procurar ajuda, só que a gente era vigiado, tinha dois capangas que nos vigiava; e num certo domingo, eu consegui escapar e vim fazer a denúncia aqui no Centro de Defesa.

**E 2** - Acredito sim, que a gente já foi escravo. Hoje, graças a Deus, eu tenho o privilégio em dizer que não me encaro mais em uma situação daquela, totalmente, desde esse período que eu vim pro resgate aqui, em Açailândia. Eu fui várias vezes na minha cidade e voltei porque eu me adaptei com a cidade através do pessoal, eu sou muito agradecido ao pessoal do Centro de Defesa e, desse dia em diante, eu resolvi morar em Açailândia. Hoje, eu tenho família, tenho casa, graças a Deus e o que eu vejo assim, através da sua primeira pergunta sobre o que a gente vê, quando fala sobre a reportagem. A gente se sente triste por saber que ainda existe gente que comete esse tipo de infração, de trabalho escravo. A gente se sente triste por isso e por ter passado pelo Centro de Defesa a gente se sente alegre, porque o nosso depoimento é um reforço para

que isso possa ter um basta, sobre esse trabalho escravo. (...) A gente não vive acorrentado nesta escravidão atual, mas é pior que o escravo negro dos tempos antigo.

**E 5** - Escravo, eu acredito que é, além de ser um trabalho de graça, é uma coisa que você tá trabalhando vigiado, com muita falta de equipamento, que você tem que pagar por aquilo que você tá usando, é você trabalhar e não receber. Então são uma série de trabalho escravo, que envolve, são várias coisas que, juntas, que formam o trabalho escravo. Trabalho escravo é uma coisa muito perigosa, você tá entendendo? Eu já falei isso pra uma reportagem uma vez aqui, pra um pessoal dos Estados Unidos, que veio pra cá. O trabalho escravo comete muitos casos e eu vou tirar por mim e por esses companheiros que tão aqui, que também já foram vigiados, eu imagino. Agora o trabalho escravo, até uma comida, quando o trabalho é escravo, é cobrada da gente, você tá entendendo? (...) Você é trabalhador escravo, você é tocado, igualmente se toca um animal de carroça, quando eu vejo uma pessoa maltratando um animal de carroça, eu não gosto. Eu me lembro igualmente eu já fui, eu já fui tocado, eu já fui atirado debaixo de rede, várias, muitas pessoas, junto comigo; os companheiros da empreita.

Antes do contato com a Federal, eu não me entendia como escravo. Mas quando eles chegaram na fazenda, ficamos com medo (...) depois de tudo mais calmo, eles explicaram pra gente que não távamos fazendo nada de errado e que a gente ia ganhar nossos direito. Que a gente estava sendo explorado como escravos. A partir dali, entendi esse negócio de escravo moderno que eles diz... Entrevistado 5

**E 4:** Eu acredito que a tristeza maior de um trabalhador trabalhando no período do trabalho escravo é quando você tá trabalhando, que você acha que vai receber alguma coisa e quando você chega pra acertar as contas, você é que tá devendo pro patrão, sabendo que suas mãos estão calejadas de tanto trabalhar, você ainda se encontra devendo para o patrão. Aí que é a tristeza grande do trabalhador, sem saber como é que vai conseguir voltar pra casa, você está numa situação que não pode sair, você tá vigiado. Aí que a angústia é grande, sabendo que a sua família tá passando necessidade em casa e você sem poder ajudar de alguma forma, se sente prisioneiro do próprio trabalho.

A gente não vira escravo quando é resgatado pela Federal. Lutamo de sol a sol e somo explorado mais que animal. Pode não ser aquela escravidão dos africano, dos preto que vieram da África; mas é tão dura quanto. E às vez até pior, porque eles ainda eram vendido, valiam dinheiro. A gente não. Eles (os fazendeiros) não valoriza a gente.

**E 5:** Eu, pelo menos, assim que cheguei na fazenda, eu achei que era trabalho escravo. Porque assim, quando a gente vai, que é num caminhão pau-de-arara, o patrão nunca se encontra presente, sempre tem aquela pessoa que é encarregado, que a gente chama de gato. Isso é uma alegria, uma animação, quando você parte do portão da fazenda pra dentro, ele já não é aquela pessoa alegre, a feição dele já muda completamente, já não fala mais com você, se você faz uma pergunta, ele já responde com um tipo de ignorância e quando você vai trabalhar, tudo o que você pega é anotado. Aí já começa o trabalho escravo, já lhe manda; você já não tem mais aquela vez de perguntar se tá bom,

se tá ruim. Não, tudo é mandado, você vai, você não tem aquele: não, quanto eu vou ganhar? Quanto é essa empreita aqui? Não! Só é tocando, você vai trabalhando aí e depois a gente vai acertando. Com esse acerto, você sempre está devendo o patrão. Aí é uma situação que é muito constrangedora.

**E 3:** Quem sai de fazenda, recebeu seus direitos, tem que ficar quieto. Senão a gente morre. Eu já vim dar entrevista aqui mesmo no Centro pra imprensa, mas pedi pra moça não me mostrar na televisão não. Até porque eu ia ficar visado e poderia ser perseguido. Infelizmente é assim... mesmo a gente tendo razão...

**E 1:** Tu sabe quando que o trabalho escravo termina? Nunca! O Ministério do Trabalho daqui, ele não recorre mais, porque quem deveria tomar conta disso aí é o Ministério do Trabalho mesmo. E aqui não funciona...só fora daqui, porque aqui todo mundo conhece todo mundo e não sobra nada pra gente. Só os peixe grande mesmo... E, às vezes também, a vítima não recorre pra denunciar com medo. Aqui acontece é muito, as vítimas não recorrem.

### **Do que tratam as reportagens/ identificação com elas?**

**E 2:** Eles tratam da nossa realidade sim. Mas tem algumas reportagem que é correto e outras que não. Tem fazendeiro que marca funcionário com ferro; a justiça não funciona direitinho não...só pra quem tem dinheiro, sabe?...

**E 1:** Com certeza, ali mostra todo o trabalho escravo que a pessoa, numa situação de trabalho escravo, passa. O serviço que você...eu também já fiz muito esse serviço ali, encher forno, tirar forno. Só que assim, eu trabalhava por questão... aliás, era trabalho escravo, mas eu sabia que era trabalho escravo, trabalhava porque precisava. É diferente desse outro que eu foi pra fazer um serviço, chegando lá era outro serviço. Esse eu me considerava como trabalho escravo porque eu não podia sair e não tinha a liberdade pra sair pra lado nenhum porque a gente é vigiado. Então a gente se sente como se tivesse relembrando todo aquele tempo que não é bom, eu, pelo menos não gosto de lembrar tempo de escravidão, é como se eu tivesse sofrendo duas vezes. Eu acho muito ruim, mas foi uma realidade que aconteceu e infelizmente a gente lembra e pede a Deus pra que nunca mais passe por isso de novo. É por isso que a gente tá aqui e agradece o Centro de Defesa, o apoio de vocês também por esse trabalho maravilhoso que vocês fazem. Eu acredito que tem muitas pessoas que precisam ainda desse trabalho pra se livrar do trabalho escravo.

**E 2:** Às vezes a situação é mais precária do que as que passa aí. Eu mesmo já passei por essa situação e é difícil. Eu mesmo já fiz foi desmaiar de fome lá em carvoaria que eu fui parar em hospital. Essa situação é difícil de fazenda, carvoaria, um monte de lugar que às vezes a pessoa conta pra pessoa e quando chega naquela cidade, é outra. Oferece um valor pra pessoa e quando chega lá no serviço é outro valor. Aí te deixa sem água, sem comida, às vezes diz pro cara que vai dormir na rua, quando chega, dorme no meio do mato coberto de palha mesmo. É uma situação difícil, difícil demais o trabalho escravo.

**E 3:** Eu já passei um momento parecido com aqueles ali, muitas vezes.

**E 4:** Tem muitas coisas que não dá tempo da filmagem deles lá porque não dá de eles filmar, aí eles filmam o que tá próximo e aí só fazem parte do alojamento, da sede, como é que é o modo de tentar as pessoas.

**E 5:** Tudo o que passou aí é a realidade, coisa que acontece desse jeito aí. Acontece mais coisa, mas tudo o que passou aí é a realidade, não é de outra forma não. Não tem nada inventado. Só uma coisinha que vi; só tem do patrão. Chegam pro patrão se identificar e dizer aquilo ali, o que ele diz ali só é a pura mentira. Ele falou de banheiro, isso aí é coisa que não existe. (sobre a entrevista com fazendeiro) Falar a verdade a gente tem que falar. Você faz um erro, o cara fica: Ah, não foi eu. Se você fez, você assume. Agora patrão só é bom quando ele tá na Polícia Federal, não sabe nem onde bota a gente quando a Federal chega pra fiscalizar. Porque no PA, onde eu fui resgatado, o cara; ele chegava numa hilux prata e fazia era baixar só um pouquinho do vidro assim do carro, ele olhava assim e passava sem reconhecer a gente; sem respeito com a gente.

**E 3:** Sim, o "algo mais" também que faltou ali é aquele assédio moral, quando o patrão tá ali e o gato que quer se mostrar também. Tipo, alguns armados pra intimidar o trabalhador, algum tipo de história também que ele diz pra intimidar o trabalhador.

**E 1:** Elas nos representam, muitas delas sim.

### **O que não tratam as reportagens?**

**E 2:** Muitas coisas passam e não é verdade, eles colocam ali que tinha o banheiro, pras pessoa usar e lá não tinha, nada. Isso aí eles botaram outra parte lá da fazenda, que tinha banheiro, essas coisa. Acho que eles fazem é montagem...

**E 1:** As empresas que falam nas reportagens parece estão todas certas, mas na verdade não é assim não. Pra gente receber os nossos direito não é tão fácil como parece...demora muito, a gente vai e vem e passa tempo pra conseguir receber.

**E 4:** Os fiscais também são corrupto. Isso não sai nas reportagem. Eles recebe as propinas dos fazendeiros pra abafar o caso. Quando eu fui na primeira audiência, não funcionou; mandaram a gente embora e voltar depois; ligaram para Brasília e então eles foram confirmar a fiscalização. Eu não sei de onde eles acham aquelas fotos que aparecem nas reportagens. Às vezes falam de um local e mostram outro. Aconteceu isso com uma reportagem de uma fazenda daqui de Açailândia. Eu não reconheci aquele lugar que mostraram não... Quando eles vão dar entrevistas; tanto os fiscais do Ministério do Trabalho quanto os fazendeiros, eles falam diferente; falam bonito, nem parece aquela mesma pessoa que trata com a gente, que trata a gente igual bicho.

**E 4:** Os advogados também falam de um jeito que às vezes não é bem assim não...a justiça pode estar começando a olhar pra gente, mas a gente ainda peleja muito pra receber nossos direitos. O que não aparece também é como os contratados lá tratam a

gente. É muita simulação; muita arrogância. Parece que a gente não é gente; precisa de ver.

**E 3:** Eu mesmo já fui pra delegacia de polícia denunciar um fazendeiro que tava me ameaçando de morte...mas o escrivão não quis registrar a ocorrência porque o cara era bacana e tal....eles manda matar mesmo; não aliviam não.... Eu só consegui registrar a ocorrência quando eu fui junto com uma pessoa do Centro de Defesa. Quando eles viram que tinha gente dos direitos humanos, daí não tiveram como negar que ia ficar

**E 1:** Com certeza, ali mostra todo o trabalho escravo que a pessoa, numa situação de trabalho escravo, passa. O serviço que você...eu também já fiz muito esse serviço ali, encher forno, tirar forno. Só que assim, eu trabalhava por questão... aliás, era trabalho escravo, mas eu sabia que era trabalho escravo, trabalhava porque precisava. É diferente desse outro que eu foi pra fazer um serviço, chegando lá era outro serviço. Esse eu me considerava como trabalho escravo porque eu não podia sair e não tinha a liberdade pra sair pra lado nenhum porque a gente é vigiado. Então a gente se sente como se tivesse relembrando todo aquele tempo que não é bom, eu, pelo menos não gosto de lembrar tempo de escravidão, é como se eu tivesse sofrendo duas vezes. Eu acho muito ruim, mas foi uma realidade que aconteceu e infelizmente a gente lembra e pede a Deus pra que nunca mais passe por isso de novo. É por isso que a gente tá aqui e agradece o Centro de Defesa, o apoio de vocês também por esse trabalho maravilhoso que vocês fazem. Eu acredito que tem muitas pessoas que precisam ainda desse trabalho pra se livrar do trabalho escravo.

**E 4:** Onde eu trabalhava teve um caso que devia ser tratado aí nas reportagens. Teve algum que falou que ia denunciar, aí ele soube, quando ele chegou com um 38 assim no punhal e disse assim: aqui eu tô sabendo que vão "dar parte", mas se sair pra "dar parte" não passa um ali pela cancela. Aí ficou com ameaça, aí um bocado de gente ficou logo com medo. Aí foi a vez que o menino saiu, eles procuram todo meio de intimidar a pessoa.

### **Algumas impressões (comentários) sobre as reportagens**

**E 4:** Eu não, ainda não tinha assistido nenhuma não. Eu só fico dentro dos mato, nessas carvoaria, dentro dos mato e não tinha televisão. Aí a maior parte da minha mocidade foi escravizado. Mas posso falar do que eu to vendo agora...

**E 3:** Aqui tem muita fazenda que não tem isso mesmo não. Sai a carvoaria prum lado, curral pra outro, já com outra versão, aí a gente mesmo é que fica naquela dúvida. Que nem aquela fazenda lá que outra ora já tá ali ...ele já deve ter levado o Ministério Público na casa dele, na sede da fazenda. Aí já fez aquele relatório todinho, filmaram, tudo, mas deve ter deixado aonde os funcionários tavam entocado, guardado. Aí depois ficou só naquele pátio da fazenda. Isso é o que acontece. (sobre edição)

**E 1:** Porque é assim olha: quando sai no Jornal Nacional, mas não sai assim não, do jeito que você botou pra gente assistir. Lá passa muito rápido. (sobre assistência)

**E 2:** Mas não sai a pessoa se identificando não!

**Pesquisadora:** Mas a gente exibiu do mesmo jeito que sai na televisão...

**E 1:** Pois é, mais tem muita coisa que eles cortam...

**E 3:** É, passa cortado.

**P 5:** É, agora eu nunca tinha visto assim não. Longa assim? Não tinha visto não...

**E 2:** É, assim a gente vendo mesmo a pessoa falar, eu nunca tinha visto não. Eu já tinha visto falarem da gente, mas não trabalhador falando...

**Pesquisadora:** É mais as pessoas falando de vocês?

**E 2:** É assim, é mais falando. Mostra algum trabalhador, mas o resto é só falando mesmo.

### **Como construiriam as reportagens?**

**E 1:** Eu montava diferente. Porque eles mostram tudinho, as condições, o alojamento, o banheiro que não tem, mas depois sempre fecha a reportagem com os “peixe grande” falando; daí parece que tudo aquilo já acabou ou vai acabar...mas isso não acaba assim fácil não; isso é praga.

**E 3:** Eu acho que precisa falar mais do antes e do depois. Do porque nós chegamos até o trabalho escravo; e também da nossa vida depois de resgatado da fazenda. Porque fica um negócio que parece que a gente virou escravo e depois ninguém é mais escravo. Mas a necessidade, a precisão, continua na vida da gente...isso eles não mostram.

**E 4:** Eu acho que elas falam pouco ou quase não fala do que nós passamos aqui. Dessa dificuldade, desse medo, dessa pressão na rua mesmo quando a gente tá solto. Disso eles não falam não...

## **Entrevistas individuais**

### **Identificação dos participantes**

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Local de origem</b>	<b>Local de moradia</b>	<b>Envolvimento com o trabalho escravo</b>
Entrevistado 6 Tiago	54	Passagem Franca (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou durante seis meses na quebra do milho na Fazenda Rio do Ouro, em Açailândia. Foi resgatado em 2012.
Entrevistado 7	17	Açailândia (MA)	Açailândia (MA)	Trabalhou durante três meses na quebra de milho na

Sebastião				Fazenda Rio do Ouro, em Açailândia. Foi resgatado em 2012.
Entrevistado 8 Eduardo	84	Ceará (CE)	Açailândia (MA)	Foi resgatado do trabalho escravo em fazenda de gado em Açailândia, em 1996. Trata-se de um dos primeiros trabalhadores a denunciar ao Centro de Defesa.

Fonte: trabalho de campo

## Entrevistado 6

Entrevista na residência/Trabalhador é entrevistado em reportagem do JN no ar

### **Gostaria que o senhor falasse um pouco do trabalho; da relação do senhor com o trabalho...**

Trabalho na roça, eu e minha mulher, para ter o pão de cada dia... gradeamo no campo dois hectar, já tá quase tudo plantado...Eu agradeço a Deus por ter me dado esse fogo de vida; essa força, essa boa idade pra trabalhar...

O trabalho na roça é bom. Trabalhar é bom. Isso vem de Deus. É coisa de Deus. Quem trabalha, é dom de Deus.

Eu só sei falar do trabalho da lavoura. Só isso. Trabalhar; plantar, colher, cuidar da terra; trabalho no campo há muitos anos. Cada vez que gradeia, aduba e vai melhorando...

Trabalhei muito de servente em Brasília, de eletricitista, na construção da capital do Brasil. Mas eu não aprendi nenhuma profissão... Mas eu só sei trabalhar mesmo é na roça. O dom que Deus me deu é esse mesmo...

Eu trabalho... Eu fui resgatado em trabalho escravo, mas eu sou escravo do trabalho desde 10 anos de idade....comecei a trabalhar na roça com 10 anos...Mas agradeço a Deus e a meus pais por ter me colocado no trabalho logo cedo, sempre na roça, meu pai me ensinou a trabalhar...Hoje eu sou “técnico” da minha própria roça; pra tratar no feijão, no milho, no arroz, amendoim...

### **(Após a assistência do material)**

#### **Do que trata essas reportagens?**

Pra mim, é uma palavra de honra; é uma vida digna, uma vida favorável...é triste o homem trabalhar sendo escravizado. Eu hoje to livre dessa escravidão. Eu agradeço a Deus primeiro e a autoridade federal que apanhou nós nesse trabalho escravo; nos

resgatou e mostrou pra nós um caminho mais aberto. Agradeço muito mesmo e tem muita coisa nesse trabalho maravilhoso que eles (equipe de fiscalização) tem feito. (fala emocionado)

A todo o tempo de minha vida daqui pra frente da reportagem, a minha casa na Vila Ildemar tá presente nos caminhos trilhoso...eu encontrei uma pessoa na rua que me questionou o porquê de dar entrevista pra televisão; se eu não tinha medo de morrer; desde esse dia, fiquei pensando no risco que eu e minha família tava correndo...só eu sei o que passei, quieto, em casa, nas minhas orações. Nunca nem comentei isso com a minha mulher (ela estava presente acompanhando a entrevista). Não queria preocupar ela...mas passei uns maus bocado com essa história...até hoje quando chega alguém pra falar desse assunto, meu coração bate mais forte...sabe como é né, a gente fica sobressaltado...

De onde eu vinha, aquela hora que vocês me viram e me apanharam, me deram a carona na estrada; eu tinha saído de casa às 5h da manhã, com um gole de café e umas bolachinhas... eu saio arrastando a bota pra roçar um pouco... Essa realidade dura da gente, de falta de assistência no trabalho e na saúde, no alimento que não é saudável, como é mesmo, de sol a sol, não é demonstrado na reportagem. Mas não porque eles não quer mostrar não. É que eles não convive com a gente...não tem como saber; como a gente passa os dias...as dificuldades que a gente passa...escondido aqui no meio do mato. E olha que eu estou aqui com trabalho bom; não é escravo, e o meu negócio, mas é difícil também... Disso eles não fala...que gente é essa, trabalhadora, que cai no trabalho escravo...

Mas acho que a reportagem mostra sim bastante a nossa realidade. Primeiro, o reconhecimento da gente. Eu não tinha assistido essa matéria, mas o Brasil todo assistiu. Foi um espanto pra mim. Eu cheguei onde me criei, dia 14 de dezembro de 2012, 33 anos depois que eu tinha saído de lá, num povoadinho do município de Grajaú (MA). Lá, todos os amigos, os compadre, primo, a família toda me reconheceram na televisão. Eles perguntaram o que eu tava fazendo lá... “eu conheci você no Jornal Nacional...o que foi aquilo?” Aí eu anunciei pra eles, mas eu sei que corre risco demais...O que eu passei, só Jesus sabe. Como já falei, nem minha mulher mesmo ficou sabendo...eu passei sobressaltado dias depois dessa reportagem...medo de sair à noite, de ser pego no meio da rua pelos capanga dos home...

Dei entrevista, mas não tive segurança. Daí é correr o risco...Já morreu muitos, nem se fala...só Deus mesmo. Mas ninguém nem fica sabendo...

Mas a gente acredita no pessoal do Centro de Defesa. Eles esclarecem a gente dos nossos direito e isso é bom pra gente. Além disso, eles lutam pra gente receber os nossos direitos. Por isso estamos hoje aqui, por causa deles (...) Sempre que eles me chamam, eu venho. Sei que é bom pra mim.

**Se fosse construir uma reportagem, como contaria essa história?**

Falaria mais da insegurança que a gente vive...a segurança tem que andar na minha casa de vez em quando...porque os fazendeiros não estão de brincadeira não...

(Ele perguntou ao final da entrevista: hoje ainda sai essa reportagem à noite? Não, seu Bento, já passou, em 2012... Ah, tá...a gente fica mais aliviado...)

## **Entrevistado 7**

### **Fala um pouco da sua relação com o trabalho...**

Sempre trabalhei na roça. Comecei a trabalhar com 9 ou 10 anos. Comecei a ajudar a família; em roça da família mesmo... Também já fui ajudante de pedreiro...mas tenho pouca experiência...

Por enquanto, fico aqui mesmo e vou fazendo os bicos que aparece...Ajudo meus familiar na roça aqui, mas é pela precisão mesmo. Este não é o meu negócio. Não que eu não ache bom, mas não é o que eu gosto mesmo...

Eu tenho várias profissões. Sou desenhista e também dou aula de capoeira. Agora, me alistei no exército. Daí, indo pra lá, vamo ver o que vem pra mim...Eu gostaria mesmo era de sair pra trabalhar fora, de desenhista. Quem sabe no exército eu possa ter algum contato, conhecer alguém e ter essa oportunidade.

Fui convidado pelos familiares para ir trabalhar colhendo milho numa fazenda aqui em Açailândia. Foi lá que fui resgatado do trabalho escravo junto com outros companheiro. Fiquei uns 5 meses lá. Eles tratavam a gente mal, mas a mim mesmo ninguém fez nada muito grave. A gente ouvia dizer lá, ficava com medo, mas nunca vi coisa muito feia como eles conta...Também, acho que eu sou novo, né?...(risos)

Eu não sou escravo daquela forma que era antigamente; mas o serviço que eu sai era de escravo sim; mas um escravo diferente.

### **(Após a assistência do material)**

#### **Do que trata essas reportagens?**

A reportagem fala da gente sim. Mostra as condições, a água que a gente bebe, a comida que a gente come...mas tem coisas lá dentro da fazenda, o tratamento que fazem com a gente, que nunca vai sair em lugar nenhum...até porque não dá pra ser representado. Só vivido mesmo...e é muito triste.

#### **Como faria a reportagem?**

Eu poderia desenhar ...uma família desestruturada, cada um para um lado, sem esperança e com medo. Esta seria a representação, pra mim, do trabalho escravo. O inverso disso, eu desenharia o homem, a mulher e os filhos junto em casa, sem precisar

de trabalho escravo. A família reunida e, mesmo com dificuldades, mas vivendo em paz e sem medo de ser intimidado na rua, com a gente vive...

## **Entrevistado 8**

### **Fala um pouco da trajetória de vida do senhor...**

Sou de família pobre, de lavrador; sou de um interiorzinho do Ceará. Minha família veio pro Maranhão quando eu ainda era pequeno e nem me entendia. Mais tarde, fui entendendo que era pela precisão que eles passava lá na casa da vó por causa da seca e da fome. Tudo sempre foi muito difícil pra nós. Comecei a trabalhar na roça cedo, com minha família. E nunca parei de trabalhar...

### **Gostaria que o senhor falasse um pouco do trabalho; da relação do senhor com o trabalho...**

Aí o cara chegou e contratou e disse, rapaz, você é o mais velho daqui; eu disse sou eu. Ele disse dá de nós arrumar uns trabalhador pra nós, eu digo, dá. O cara morava lá no cabaré e já intématarem ele...

Era nome de Oliveira. Daí o que acontece? Eu fui e arranjei 42 comigo. O cara que não sabe a lei, quer é trabalhar pra dar de comer a família. Aí nós fomo, e quando chegemos lá...era tudo diferente....ele disse, aqui tudo era por minha conta; a bebida, a comida é por minha conta...tudo que tem aqui dentro é por minha conta...só não a mulher, que aqui só tem a minha, a empregada e minhas filha....mas o resto vocês fica a vontade... O que tá aí no buteco vocês podem comer e fazer o que quiser...eu disse: tá bom!

Eu convidei os menino rapaz, vamo dar um tombo nesse cara aí...mas ninguém quis me acompanhar....Era de domingo pra segunda e já tava tudo com a cara cheia. Nós chegemo lá quando eu olhei pra trás do carro, placa de Miguel Rezende, eu disse vambora... Aí eu peguei uma pecheira boa, escondi, botei dentro dos meus trem e saí. Toda a vida eu fui trabalhar... aínóissaímo. Quando chegemo lá em Imperatriz...o cara disse arranjei 42 trabalhadores. Aí o cara que chamou nós que chamava Barroso disse trabalhador não, é peão. O nome disso é peão; disse o vagabundo, pistoleiro, matador de gente...que recebeu nós. Aí os outros ficaram tudo no mutirão e daí eu saí com a pecheira na cintura. Quando eu chego lá eu escutei ele falando: quanto você paga por cabeça, aí o outro disse, eu pago 50 por cabeça. Daí o outro falou se não for 80 eu não vendo, e levo os home tudinho de volta. Daí eu escutei Miguel Rezende dizendo: tá feito. Pago 80 reais por cabeça desses peão e entrego pro menino aí tocar...

Ele recebeu o dinheiro dele e ó, caiu fora, foi embora. Aí nósfiquemo. Quando deu 10 horas, Miguel Rezende chamou o Barroso e disse óia, todo mundo entrando pra dentro

do ônibus e aqui não se mexe ninguém..aqui não é a casa de vocês não, aqui não é a casa das rapariga de vocês que vocês mora com elas não. Um segurança numa porta, outro na outra, um motorista lá, tudo armado. Daí eu pensei: aqui já sei que é o inferno. Tinha 3 companheiros e mais eu, comigo 4. Deusdete e mais dois pernambucano. Mas ninguém não era home não...eram frouxo.

Aí nós descemos e quando chegou em Senador La Roque ele disse tomo mundo descendo, desapiano, pra carregar as mercadoria, pra carregar o ônibus pra chegar na fazenda. Quando deu negócio de 2 pra 3, nós tudo com fome carregando bagulho pra lá e pra cá. Eu disse, rapaz, Barroso, dá pra tu pegar um refrigerante pra nós e descontar depois? Não, aqui não tem nada pra vocês não. Aqui tem sabe o que é? Taca! É taca que tem pra vocês. E aí eu fui pro ouvido dos pernambucano e fui pro ouvido de Deusdete...nóis era 4. Eu disse eu pego o home, encosto a faca nele e vocês partem pra cima e vamo fazer um salseiro e matamo logo o home e fugimo disso. Eles disseram: rapaz, não sei o que, não dá não.... Ninguém topou e aí ficou só eu, o que eu ia fazer?

No meio de 5 tudo armado, só eu de espingarda na bolsa e a pecheira na cintura. O dono do supermercado disse: Baroso, esses home merecem merendar... Já é 3 hora. Daqui pra fazenda vocês vão chegar 9h da noite e esses home ainda não comeram nada; o que que é isso?

Aí o dono do comércio colocou 3 refrigerantes e um bucado de bolacha doce pros 42 peão comer....Todo mundo armado e Barosotranzando no meio.... Eu com vontade de matar o cara, mas meus companheiro, como diz aqui, quebraram água...daí eu disse, só eu; o que eu vou fazer? Com 5 segurança...

Daí entramo no ônibus e chegemo na fazenda era 9horas da noite, como o cara do supermercado falou. Aí fomo descarregar as mercadoria todinha e quando nósacabemo de descarregar o Barroso disse, agora todo mundo tomar banho. Quando nósdescemo no Rio Codozinho, Pindaré, olhei prum lado e pro outro e tinha um horror de segurança, todo mundo com as arma assim na mão. Digo aqui o negócio vai ser um inferno mesmo.

Quando me espanto, Barroso fala, todo mundo peãozada, vestir a roupa e bora... Aí subimo. Quando nóscheguemo lá um feijão veio gelado e já era 10 horas da noite. E botaram no meu prato um osso desse tamanho limpo, limpo, acho que tava uns 100 anos cozinhado naquele feijão... aí eu peguei, taquei o mão chega que voou feijão do meu prato. Aí Barroso veio em riba deu; e disse não adianta não cara, porque se tu vem me bater morre eu e tu agora. Ele perguntou: tá armado? Eu disse: não to não, mas não encosta neu não... Ah, tu é brabo, mas eu vou te dar um jeito quando nós atravessar pro lado de lá... Aí quando acabemo tudo lá, (eles comeram aquele feijão, mas eu dormi enfezado quenem um bicho). Aí eles comeram aquele feijão e disse agora todo mundo indo pro curral pra armar rede... Ainda no inverno, senhora, naquele curral com bezerro fedendo mijo, aquela lamona....muitos dormiu, mas eu não. Passei a noite todinha,e nego ressonando num canto e outro e eu armado numa redinha com as perna escanchada assim, sem poder fazer nada. Aí peguei minha espingarda, meti um cartucho; peguei a

faca e disse vou matar um segurança desse... Mais aí tinha muito, eu não ia dar conta e a ordem lá era pra matar mesmo, não tinha disso não....

Aí quando o dia amanheceu ele disse todo mundo pra carregar o jerico pra gente ir pro outro lado. Nósivamo tirar madeira, tirar tudo, pra fazer o boi preto (alojamento, barracão com lona preta). Aí fomo nós carregar pau quemem bicho; pau pesado, mas tinha de trazer só de um por vez. E o Barroso com a galera atrás, tudo armado. Nósacabemo de armar o barracão todinho daí ele disse agora vai carregar mercadoria, e era pelo rio bem aqui óia (mostrando a cintura). Vai botar tudo lá dentro.

Já era 1 e meia da tarde e ninguém tinha comido nada. O cuca lá com os panelão, mas ele disse que nós só ia comer depois de descarregar tudinho... Daí e acolá eu chamava um e dizia,vamo matar os segurança; os caras dizia rapaz, aqui é perigoso demais...

Carregamo a mercadoria todinha e daí todo mundo foi banhar no rio e o Barroso andando na beira do rio com o revólver na cintura. Daí todo mundo banhou e ele disse agora todo mundo subindo que vocês vão comer um bucado de porco vagabundo, bora...

Cheguemo lá e o homem botou toucinho com feijão preto. Daí comi bem, tava com fome...Comi e fui pedir mais um pouquinho e o bicho falou assim já chega, peão, aqui tem que comer é na regra. Daí o cuca falou não, bota mais um pouco pra esse véio, que ele já trabalhou muito... Botou, eu acabei de comer, bebemo a água dada nos copinho....na fila, bem regrado mesmo.

Nóisfiquemo por ali e quando for de noite, quando armado a rende, ficou assim de arma e segurança. Trabalhei assim 22 dias. E falava, Barroso, mas você falou que na primeira semana tu dava o dinheiro pra nós mandar pra nossas mulher... ele disse nenhum de vocês e de suas rapariga vão ver dinheiro. Vocês vão morrer é de fome. Enquanto não terminar o serviço ninguém sai daqui... Ou com 1 mês, ou com 2 mês, ou com 90 dias, mas ninguém sai daqui...

Aí eu chamei os menino e disse, vamo matar esse cara à noite....mas ninguém queria...

Se a gente fizer isso, o véio Miguel (fazendeiro) manda rastrear tudo até pegar a gente...eu disse, tá bom;

Quando o dia amanheceu, ele disse esse véio é o mais desesperado....não para de andar à noite no barracão....daqui uns dia a gente vai ter que cortar a guela dele.. aí ele foi primeiro pra mim e disse quantos arqueiros você quer? Eu disse, quero 12. Naquela época, era 80 reais por alqueire. Mas ele só ia pagar os 70, mas o dinheiro que ia pras mulheres, mas nunca foi....

Quando foi com 22 dias, pra eu ir deixar pra minha mulher ou então tu vai. Ele disse negativo. Rapariga nenhuma de vocês vai ganhar dinheiro. E isso com a arma já na mão, rodando a pistola. E eu fiquei olhando assim pra ele...isso era dia de sábado e eles foram prum jogo ali perto, no Jaboti, 3 quilômetros dali.... Nessas altura, um companheiro

nosso já tinha achado uma cabeça no rio e outro pedaço da perna do peão. Não era brincadeira não...

Eu disse, tá bom. Mandaram de volta pra dentro d'água....Aí, dona menina, quando eles chegaram de noite, à 6h, já vieram com vontade de bater na gente, já tudo cachaçado do jogo.....chegaram tudo amontado nos animais e já meteram a pecheira em Deusdete e bateram muito nele....A gente não podia fazer nada, ficamo olhando...os home não tinham coragem. Deram muito nele que ficou lá o pobre no chão quem morto.

E você, veio? Eu disse, não tenho nada a dizer não. Barroso disse esse aqui é meu, vou matar o véio. Ele veio pra cima de mim com o revólver e eu encostei a faca nele e disse mata. Coloquei a faca bem nabarriga e então eu disse, tu mata, mas nós dois vamo.

Aí escutemo os animais chegando com outros cabra que chegaram e viram a cena e disseram pra Barroso, não mata. São 42 home. Se você matar algum, amanhã mesmo a Federal vai estar na fazenda... Não mexe não, tira as armas dele. Mas ele me furou, ele disse, meteu a faca na minha barriga, eu quero matar ele....E daí os home disse não, se ele meteu a faca na sua barriga é porque ele é macho. Nessas altura, o cara já veio com 3 cachorrão dele preto, de raça.

Quando todo mundo foi dormir, eu disse pra Deusdete, que tava doente de tanto apanhar, essa noite nós foge. Quando andemo uns 200 metros, escutemos os cachorro atrás. Aí abaixamos e ficamo esperando. Eles só cheiraram a gente e saíram....

Os pernambucano ficaram chorando todo os dois...e Deusdete lá atirado. Eu peguei ele nas costa e ganhei carreira. Chegando perto do Jabuti, achamo uma taperinha lá e pedimo abrigo, mas o cara disse que não podia, que eles iam encontrar nós lá e iam matar todo mundo... Aí um velhinho saiu e disse vocês querem que eles não achem vocês, vai por esse caminho aqui que eles não pegam vocês.

Nóis saímos e quando deu 2 e meia, quase às 3h, saimo numa casa de farinhada. Pedimo comida, o veio disse que não tinha não...Mas eu tinha pegado um bocado de peixe seco lá do barracão e coloquei na minha bolsa. Aí o velhinho deixou a gente lá na casa de farinha. Menina, era frio que a gente batia os queixos. Deusdete gemendo; peguei uma água de sal, lavei ele todo, pedi um vidro de água, banhei ele todinho e quando amanhecemo cedinho ele tava mais desinchado e eu disse, bora.

O veio ensinou o caminho pra gente. Levamo6 dias pra chegar em casa, escutando os andar deles pro meio das ruas e nós por meio das mata. Aqui e acolá o nego fracassava com uma febre danada e eu carregava ele. Eu, Deusdete e os dois pernambucano. Os outro tudo frouxo, ficaram lá. Até que nóissaímo ali no sindicato. Chegemola, eles levaram a gente pra farmácia, pra gente tomar remédio. Isso era em Senador La Roque.

O presidente do Sindicato botou nós no carro; a polícia já tava atrás. Sabe o que a gente comia nessas viagem? Mamão verde, mandioca descacada comendo quem porco....e os cabra iam ensinando nós..o caminho.

Quando chegamo na cidade, já tinha 10 soldado esperando nós. Pegamo uma van e fomo pro sindicato, em Imperatriz....Quando chegemo lá, já tinha polícia pra dentro da fazenda caçando nós. Passei 16 dias internado depois que cheguei em casa....todo inchado, minha cara toda quebrada, eu tava todo quebrado.. E a mulher chorando com medo dos home descobrir a gente e matar. Quando resolvemo tudinho, a Federal chegou em casa e disse embora! Senhora acha que os outros vieram? Ninguém quis vir comigo, mas eu fui. Era pra informar pros cara onde ficava a fazenda....fomo dentro do helicóptero e eles perguntaram, você sabe chegar lá, de noite, no escuro? Eu disse, sei.

Quando chegemo lá, nós arriemo, abaixaram, cercaram o boi preto e libertaram nossos companheiros todinho... pegaram um bucado, pegaram Barroso, bateram, amarraram...Eles diziam, nós queria pegar aqui era Seu Miguel, mas já que ele não tá... Eu tava encapuzado, com a roupa que a federal me deu pra ninguém me conhecer...e também foi junto o pessoal do Centro de Defesa, a Carmen e os menino, que começaram esse trabalho de denúncia nesses tempo.

Sabe quantas armas eles acharam lá? Só fuzil R15 acharam 3. E arma pesada tinha muita. 162 armas tinha lá na sede. (...) Esse home (Barroso) ainda tá na cidade até hoje, vivendo quemem um mendigo, pedindo de 50 (centavos) pra tomar cachaça. Já mataram os dois filhos dele que eram perigoso. Já mataram...O que restou dele? Mas nada... Eu tive foi vontade de matar quando eu vi, mas quando vi mesmo a condição dele, deixei quieto, já tá pagando todos os pecado com essa vida desgraçada...

Após a exibição das reportagens:

### **Do que tratam as reportagens?**

(O que falta mais aí é a presidente ter mais força tarefa pra resgatar esse povo. Mas ainda tem muitas fazendas que não vai ninguém....Lá os coitado banha; os de menor e tudo...Ainda tem muita gente no trabalho escravo...)

Essa divulgação aí ajuda a parar um pouco. Mas aqui tem ainda muita gente ainda sofrendo pra esses mato aí e ninguém fica sabendo...

### **Certo, mas as reportagens representam a realidade?**

Sim, mas ainda falta... Falta falar mais da forma com que isso acontece; da ganância desses fazendeiros; e da justiça que não acontece porque tem muita gente de rabo preso e que não tem coragem de denunciar ou mesmo de cumprir com os direito e deveres.

Passa uma reportagem dessas e o fazendeiro vê, ele dá é risada da cara da gente e desse pessoal que tenta defender nós.

### **Como o senhor contaria essa história se trabalhasse na televisão?**

Desse horror de entrevista que eu já dei pra gente de fora....o que tá faltando mais justiça com o pequeno agricultor, o pequeno peão. Hoje esse negócio de gato acabou...mas eles pegam o trabalhador direto.

Ninguém tenta se esconder não...porque a justiça não acontece mesmo...eles estão mal acostumados...

**Essa violência que o senhor relata já diminuiu um pouco? Sente alguma diferença de antes e de hoje?**

Pela data que estava (anos 90) pra hoje, acho que já melhorou uns 50% do que eles faziam para os trabalhadores...eles estão mais leves, mas ainda são muito ousado. Tratam os peão como bicho, sem respeito.

Está com mais de 7 anos que eu ganhei uma última parada de trabalho escravo (indenização), mas até hoje eu tenho medo ainda desses home daí. Eles são traiçoeiro. Os policiais da federal me deram guarnição na época, mas depois eles esquecem denóis....tem outros, né? Mas a gente vai vivendo por aqui, nessa pressão; o que eu acho difícil de acabar, enquanto tiver fazendeiro e peão, vai ter essas coisas ruim.